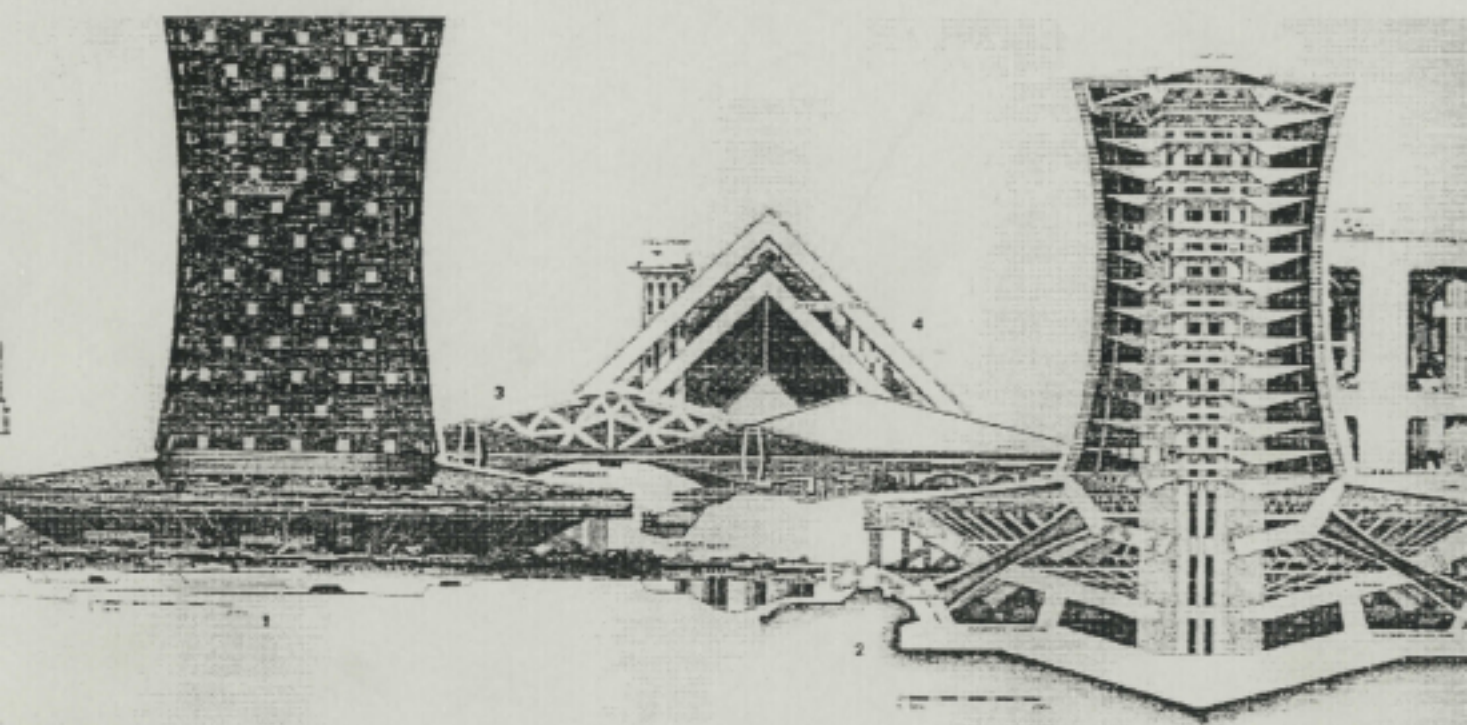


DISSERTAÇÃO PARA DOUTORAMENTO EM
ARQUITECTURA

Faculdade de Arquitectura - Universidade Técnica de Lisboa



reflexões sobre
O INTERIOR DOMÉSTICO
as mentalidades e os espaços



José Jacob Cabido

1994


Agradeço: - a meus pais, pelo excessivo que prescindiram de suas vidas em dádiva aos filhos.

- ao professor Mota, dilecto mestre dos primeiros ensinamentos da minha vida académica.

- aos professores catedráticos, Augusto Pereira Brandão, Tomás Taveira e Carlos Antero Ferreira, que dirigiram e moldaram o meu percurso como assistente na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa - D. A., depois Faculdade de Arquitectura - U. T. L.

- aos professores arquitectos, Joaquim Braizinha, Francisco Berger, Rosado Correia, José Callado e Silva Dias, pelo apoio e informações preciosas que me facultaram, nas trocas de impressões que comigo acederam a ter.

- aos meus alunos, cujo exemplo de inconformismo e irrequietude, manteve acesa a chama da curiosidade e a atenção permanente para tudo o que vai acontecendo à nossa volta; bem como a todos os que, de uma maneira ou outra, me ajudaram neste trabalho.

- por último e de uma forma particularíssima ao arquitecto e professor catedrático Sebastião Formosinho Sanchez, por ter aceite a orientação deste estudo e cujos ensinamentos foram determinantes para a sua prossecução. A permanente disponibilidade com que me honrou, o ânimo e apoio que me transmitiu em momentos de maior fragilidade, bem como a liberdade que me concedeu no tri-lhar deste percurso, fazem dos erros e omissões desta proposta, uma responsabilidade que não terei como partilhar.

Ao Professor Formosinho Sanchez o meu profundo e reconhecido agradecimento.

ÍNDICE

<u>PREÂMBULO</u>	9
------------------------	---

CAPÍTULO 1

1.1- Os abrigos.....	18
1.2 - A sedentarização.....	26
1.3 - O modelo greco-romano.....	29
1.4 - A habitação uni e multifamiliar.....	35
1.5 - Declínio e barbarização.....	40
1.6 - O avanço muçulmano.....	44
1.7 - A sobrevivência cristã.....	45
1.8 - A Península Ibérica.....	49
1-9 - No espaço de Portugal	56
Notas	59

CAPÍTULO 2

2.1 - O feudalismo.....	70
2.2 - A emergência de uma classe.....	75
2.3 - O caso português.....	80
2.4 - A residência do nobre.....	88
2.5 - O abrigo do camponês.....	95
2.6 - A cultura em Portugal.....	97
2.7 - A cidade medieval e a casa burguesa.....	99
2.8 - As mentalidades.....	106
2.9 - O pré-Renascimento.....	110
2.10- O Renascimento.....	112
Notas.....	127

CAPÍTULO 3

3.1 - Os pilares da Idade Moderna.....	146
3.2 - O caso dos Países-Baixos.....	151
3.3 - O mobiliário.....	163
3.4 - O caso da França.....	165
3.5 - O fenómeno da industrialização ... do campo.....	168
3.6 - A indústria na cidade.....	182
3.7 - A ganga da era industrial.....	188
3.8 - A habitação operária dos filantropos.....	190
Notas.....	203

CAPÍTULO 4

4.1 - A situação portuguesa até ao século XVIII.....	216
4.2 - O consulado de Pombal.....	232
4.3 - A habitação na capital.....	238
4.4 - O mobiliário.....	252
4.5 - O alojamento popular.....	255
4.6 - A imagem do país.....	267
Notas.....	277

CAPÍTULO 5

Síntese e conclusões.....	296
Notas.....	331

<u>BIBLIOGRAFIA</u>	339
---------------------------	-----

PREÂMBULO

“... V. Ex^a tem a bondade diz-me a que secção quer pertencer ? À dos arqueólogos ou dos arquitectos ?

Justino ficou maravilhado com a pergunta, e respondeu logo sem hesitar, com muita pressa:

Dos arquitectos.

Era mais distinto, mais fino, mais chique, aquilo, o ser arquitecto, e ao mesmo tempo dava uma bofetada sem mão na arqueologia.”

Lisboa em Camisa, de Gervásio Lobato

“... A casa deve agradar a todos.

Diferencia-se da obra de arte que não tem porque ser do gosto geral (...). Portanto, não será por isso que a casa não tem nada a ver com a obra de arte e que a arquitectura não deve contar-se entre as Artes? (...)

*Só uma parte muito pequena da arquitectura corresponde ao domínio da Arte: o monumento funerário e o comemorativo.”**

A esta proposição simultaneamente fria e empenhada de Adolf Loos, seja-nos permitida uma única discordância: a da premissa que faz da casa o fulcro objectivo da arquitectura. Se assim for, a asserção de que não faz parte da arte é aceitável e mesmo previsível. Mas se a casa não for, como de facto não o foi, a essência da arquitectura, esta é por direito próprio uma Arte e como tal deverá continuar.

O homem está longe de ser o único animal construtor sobre a Terra.

Na realidade, partilha essa característica com inúmeras espécies que executam para vigilância, abrigo ou para procriação, estruturas artificiais de que se servem temporária ou continuamente. Elas constituem na maior parte das vezes e utilizando meios limitadíssimos, criações de extrema complexidade, tanto na forma como na utilização dos materiais de que são feitas.

Os animais que as constróem, fazem-no por instinto e com técnicas herdadas à nascença, inscritas no seu código genético. Reside aqui a impossibilidade de um único indivíduo poder alterar radicalmente o tipo de construção característico da sua espécie. As inovações só são perceptíveis estudando a evolução desse modelo ao longo de inúmeras gerações.

Há no entanto um fio condutor que une todas estas estruturas, quer seja a teia de uma aranha, o ninho de uma ave ou o abrigo de um castor: o facto que delas depende a sobrevivência do próprio indivíduo ou das suas crias; - em última análise e num limite crítico, a sobrevivência da espécie.

É portanto esta habilidade que decorre de uma necessidade vital, um fenómeno comum a variadíssimos animais que são construtores.

Não deixa, pois, de ser significativo que sendo a habitação uma necessidade básica para o ser humano, tido individualmente ou como elemento da estrutura social nuclear que é a família, a casa tenha sido até há bem pouco tempo a sua terceira ou quarta preocupação enquanto edificador.

A primeira será inquestionavelmente a da construção religiosa. Ligada no princípio aos cultos funerários, cedo evoluiu para formas mais complexas, associadas ao estudo e interpretação dos fenómenos celestes, calendarização dos ciclos anuais e determinação das épocas de sementeira e colheita.

A segunda preocupação do homem, assenta na necessidade de defesa da sua organização social, desde sempre hierarquicamente estabelecida.

A edificação militar nas suas múltiplas variantes, constitui o passo seguinte do esforço dirigido para a edificação, nas sociedades emergentes. Podemos considerar aqui como subsidiária da arquitectura militar (ou como uma sua extensão), a casa do chefe. Não no estrito sentido da função habitacional, mas antes de mais como elemento simbólico da autoridade por ele exercida .

Será oportuno recordar que nalgumas sociedades, a casa do chefe (do clã, da aldeia, da tribo, da nação) pode não ser a sua casa

familiar, uma vez que a sucessão nesse cargo nem sempre se rege pela tradição dinástica, podendo prevalecer princípios de nomeação ou de rotatividade de funções. Neste caso a habitação não representa apenas o espaço doméstico, mas principalmente um espaço onde o poder é exercido com todo o aparato e simbolismo que a ele se encontram associados.

A terceira preocupação remete-nos para a edificação de obras e infraestruturas colectivas.

São os edifícios da administração da “coisa” pública; incluindo os da justiça, as termas e os banhos, os teatros e mercados, estradas e pontes, aquedutos e monumentos de triunfo.

Em todas estas criações, aplicou o homem-construtor o melhor do seu engenho, a mais delicada sensibilidade, seleccionando os mais nobres e adequados materiais para as erigir.

No entanto, a casa que habitava e onde à noite se recolhia com a família para se abrigar dos perigos e inclemência naturais, permaneceu por gerações pouco mais do que um rudimentar abrigo.

É incontroverso que o espírito gregário e social do homem, o levou sempre a conjugar esforços no sentido de construir para a comunidade, para o chefe e para o seu deus com um enorme sentido de perenidade.

Mas a arquitectura, como “arte maior”, está inexoravelmente afastada da habitação comum. A *casa*, como atributo universal do indivíduo, não chegou jamais a constituir uma preocupação fulcral para o arquitecto.

De qualquer forma, será de elementar justiça reconhecer a sua pequena responsabilidade neste facto, uma vez que enquanto agente social e actuando por imposição ou encomenda de outrem, o seu labor foi sempre condicionado por interesses diversos.

O arquitecto raramente se assumiu como modelador da sociedade. Até há bem pouco tempo, não era sistemática a sua intervenção no risco de edifícios habitacionais multifamiliares; pelo contrário. Na maioria dos casos, essa tarefa ficava a cargo de construtores cuja mestria era reconhecida no tratamento e utilização correcta dos materiais, bem como na adequada resposta às exigências - normalmente vagas - da vida familiar doméstica.

Só com o advento da industrialização e no esteio de todas as suas consequências, é que o arquitecto buscou a independência e o protagonismo até então desconhecidos.

Mas não é a análise das relações do arquitecto com o poder (político, religioso ou económico), a alteração do seu posicionamento na sociedade, ou ainda a sua definitiva assunção de profissional urbano - daí o carrilar para o mundano foi um passo - não é esta análise, dizíamos, o objectivo essencial do presente estudo. Como não é o de arguir sobre a dicotomia: arquitectura erudita *versus* arquitectura vernácula; ou pretender estabelecer entre ambas qualquer espécie de valor ou hierarquização.

Neste, como em quase todos os outros casos que se referem à interpretação do fenómeno arquitectónico, a linha de fronteira é muito flexível, se não mesmo ambígua; tal como podemos observar nalguns rios, correrem no mesmo leito águas de cores diferentes, sem se misturarem.

É nos limites de vizinhança destas duas realidades que se torna difícil e por vezes impossível, a definição clara de uma linha separadora. Mas é também aí que se encontra, sem sofismas, o grande desafio à nossa capacidade de reflexão, mesmo assumindo o inevitável da multiplicidade de interpretações.

Coloquêmo-las pois, em pé de igualdade: a arquitectura erudita e a arquitectura vernácula.

A primeira servindo prioritariamente objectivos sociais e de classe; a segunda, servindo objectivos essencialmente particulares e domésticos.

Ao longo dos anos da nossa actividade docente, temos tido ocasião de analisar com colegas e estudantes, a hipótese de encontrar um ponto de equilíbrio entre estas duas realidades. Constatou-se como inevitável, que o prato da balança penda inexoravelmente para um dos lados: ou para a esfera da dialéctica da arquitectura erudita ou para o domínio da intuição da arquitectura vernácula. É de supor que esta circunstância derive de ser recente o interesse dos arquitectos por este sector da construção, para o qual se não sistematizou ainda uma teoria, cujo léxico possa ser compreendido pela generalidade dos destinatários; o que vale dizer, pelo comum do cidadão.

Para ele deve ser dirigida a melhor da atenção de todos os intervenientes na conformação da paisagem edificada em geral e na concepção dos espaços habitacionais em particular, já que a quantidade e variedade de elementos que povoam o nosso habitat, implica encontrar o lugar certo para o seu uso.

A intenção do trabalho é tentar compreender como evolui a casa urbana, como é feita a apropriação do espaço familiar sem a intervenção organizadora do arquitecto e principalmente tentar descortinar se essa evolução é de forma ou, definitivamente, de conteúdo. Numa altura de forte propensão a revivalismos, o estudo de uma arquitectura vernácula, facilmente poderá ser considerado como mais uma concessão a este modismo - a que não é certamente alheio, até a nível inconsciente, o aproximar do fim do milénio. Cremos não ter enfileirado nessa tendência. É sentimento geral, que nos encontramos no limiar de um embate de forças poderosas, que actuarão de uma forma até agora não experimentada sobre a habitação urbana. É o caso do aumento populacional, a profunda

alteração de algumas estruturas urbanas, as modificações radicais no sistema produtivo e laboral e a introdução generalizada de média (e mesmo alta) tecnologia, nos edifícios multifamiliares.

O homem está hoje confrontado com uma situação em que fenómenos de sinal contrário actuam de forma nem sempre harmónica. Tem por um lado o peso dos usos e costumes que alicerçam uma tradição herdada, por outro, a convivência com uma vertiginosa evolução tecnológica que remete para o passado dispensável, aquilo que ainda ontem era novidade.

A história da civilização Ocidental é de todas a que regista a maior predisposição para a mudança se comparada com qualquer outra, em que a inércia ou o espírito mais conservador tornam lentos e quase previsíveis os factores de evolução. É este Ocidente, que embalado pela dinâmica que gerou, se vê perante a necessidade de tomar sucessivas decisões, sobre alternativas nem sempre adequadamente testadas. Claro que estes factores não irão actuar ao mesmo tempo e em todos os lugares, mas irão determinar generalizadamente a definição - ou redefinição - da estrutura e da mentalidade familiar num futuro próximo e por arrastamento, a caracterização do seu espaço habitacional.

Resta, portanto, assegurar um mínimo de operacionalidade, assente no conhecimento profundo da nossa tradição cultural e, sem reboço, fundar nele a inserção dos dispositivos que são afinal fruto do génio humano.

É bom de ver que estas questões não produzem uma resposta única. Em última instância é do entendimento e da tomada de posição sobre elas que cada arquitecto alicerça a sua actividade profissional, no pressuposto, normalmente sincero, de que estará com a razão.

* *Adolf Loos, in De Architektur, 1910, Trotzen*

CAPÍTULO 1

1-1. Os abrigos

A casa familiar urbana tem sido ao longo dos tempos e a despeito de todas as vicissitudes, um dos elementos mais estáveis na história da arquitectura, ou melhor, na história da construção da habitação Ocidental (1).

Esta destriça justifica-se desde logo, por um dos pressupostos que caracterizam a arquitectura vernácula: o da autoria anónima e não documentada do traço dessas construções.

Como bem se compreende, o universo da casa familiar é composto na sua esmagadora maioria, por habitações simples e indiferenciadas, servindo a famílias sem recursos especiais, cuja primeira limitação, começa por ser a da própria área sobre a qual se vai edificar.

Estas habitações apresentam, por força de inúmeros condicionamentos, as mais diversas respostas a essas mesmas circunstâncias; o que torna extremamente arriscado, ou mesmo impossível, definir modelos ou tipos precisos de arquitectura. Se juntarmos a estes factores, a precariedade da construção, compreender-se-á a dificuldade existente na análise da evolução da habitação comum, pela ausência de vestígios significativos que proporcionem uma investigação sistemática.

Tal não acontece com as casas das famílias senhoriais que, ao ultrapassarem muitas das restrições em que assentavam a generalidade das edificações, legaram-nos elementos de pesquisa que compreensivelmente despertam mais o interesse dos arqueólogos.

Nelas, não só o espólio é mais precioso, como também o próprio trabalho é facilitado pela melhor conservação das ruínas, tornando mais clara a interpretação da planta da casa.

O professor Jorge de Alarcão apresenta-nos os elementos de uma residência de Herculano, a casa *del Papiro Dipinto* (2), de dois andares (dos quais só o piso térreo é conhecido), cuja organização nos é por demais familiar (3).

Assentando no modelo da casa-pátio, esta habitação tinha o acesso ao primeiro andar através da escada representada em 1/. No rés-do-chão, a entrada 2/ dá para o longo corredor 3/ que termina no maior aposento da casa, o *triclinium* 4/. Este compartimento era iluminado e ventilado por duas janelas: uma na fachada posterior da casa e a outra abrindo para o pátio 5/, que de tão pequeno, configura de facto um saguão. É também para ele que se abre o *cubiculum* 6/. Dando para o corredor, encontramos igualmente a *cella penaria* (despensa) e a adega 7/, ficando a cozinha 8/ ao lado. Era aqui que se encontrava, aproveitando o desvão da escada, a latrina 9/. A função do compartimento 10/ não está perfeitamente definida, embora se tenha como mais provável o ter servido de oficina ou estabelecimento comercial, ao proprietário da casa. No alargamento do corredor junto ao pátio, está o poço 11/ de abastecimento de água à habitação.

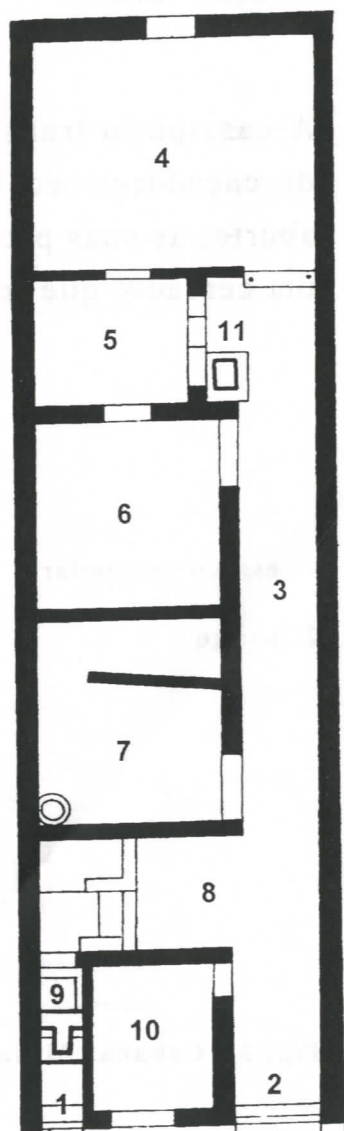


Fig. 1

Esta organização do espaço doméstico é bastante comum em todo o Ocidente, como herança da cultura greco-romana.

Na verdade, ela teve origem em mais antigas civilizações, que por via de uma agricultura avançada e intensamente praticada nos vales férteis de grandes rios, se tinham sedentarizado, prosperado e urbanizado.

Como seria previsível, o modelo da casa urbana deriva do da habitação rural.

A casa-pátio transporta-nos à intuição das primeiras comunidades de caçadores-recolectores que dispunham em redor de um espaço aberto, as suas precárias habitações, eventualmente defendidas por um cercado, que terá começado por ser de espinheiros.

1- espaço comunitário

2- abrigo

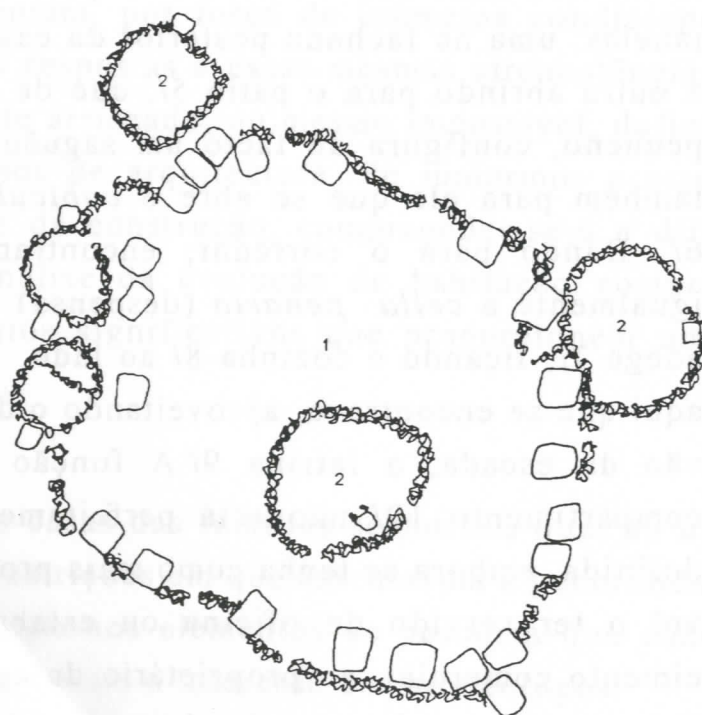


Fig. 2 - Cabanas Masai

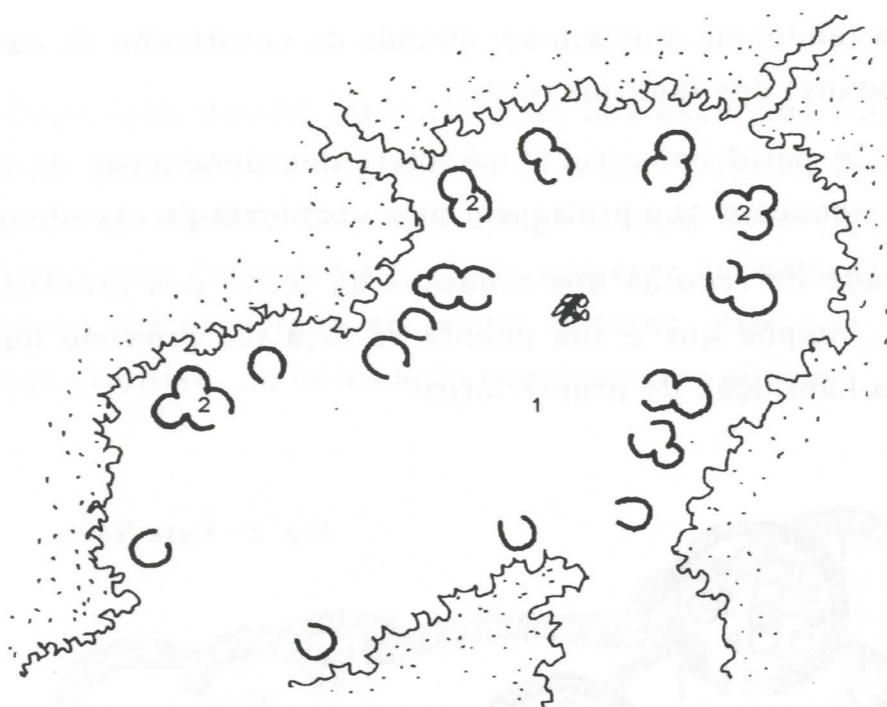


Fig. 3 - Aldeia de Pigmeus

1- espaço comunitário

2- abrigo

3- cabana do chefe

4- trilho da dança

5- terreiro de dança

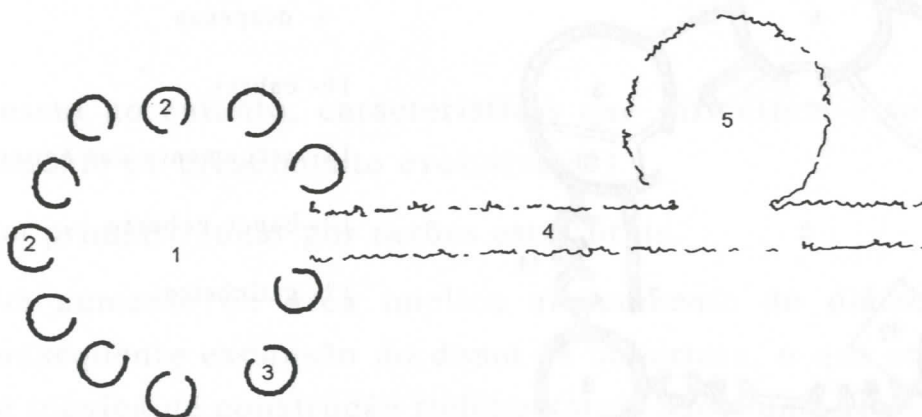


Fig. 4 - Aldeia Bosquimane

Esta mesma tendência mantém-se, quando da construção da casa (e dos seus anexos) das famílias rurais.

Ainda hoje, o pátio constitui a característica dominante da habitação de camponeses que pratiquem uma economia de excedentes.

A necessidade de recolha dos produtos da terra, dos utensílios e dos animais, impõe que a sua guarda se faça tão próximo quanto possível, da habitação do proprietário.

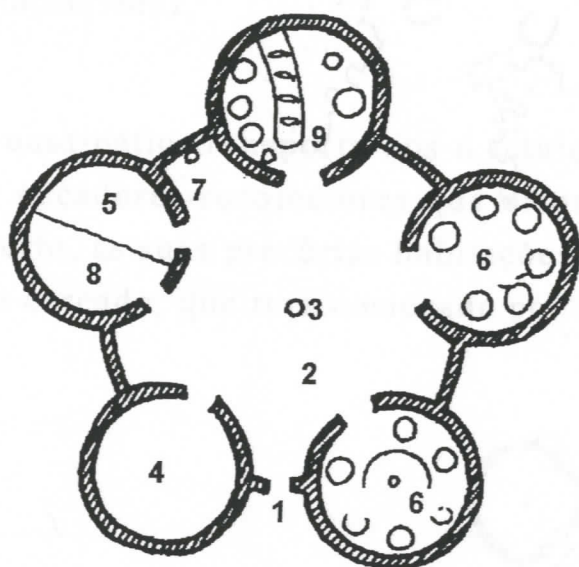


Fig. 5 - Casa Núbia

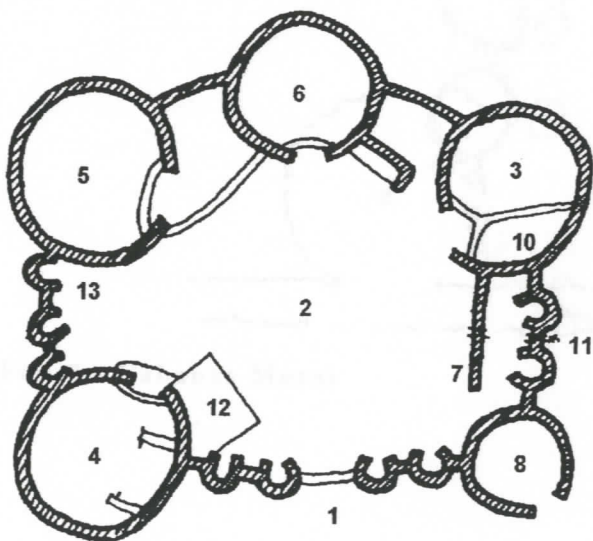


Fig. 6 - Casa "Fra-Fra"

A disposição destes espaços tende nos exemplos mais evoluídos, para o quadrado ou rectângulo (4), mas a forma circular (ou em ferradura), representa a mais antiga solução de abrigo humano (5). É uma forma "primordial", muito presente na Natureza, podendo o côncavo ser associado ao ventre materno, pelo que considerá-la-emos intuitiva, na edificação dos primeiros abrigos.

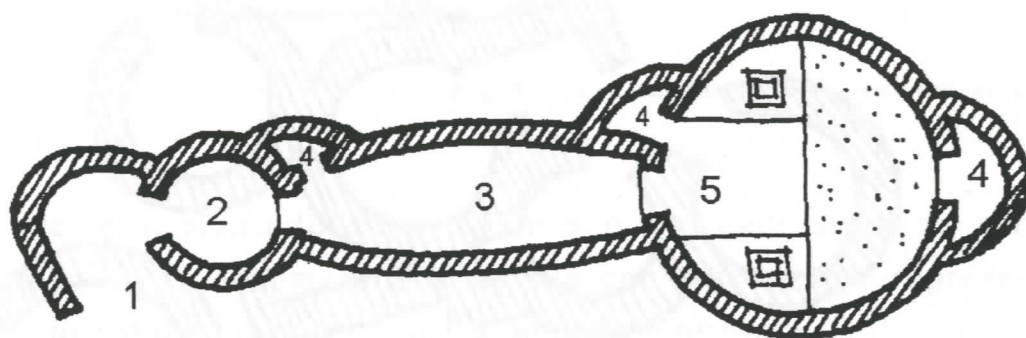


Fig. 7 - Igloo

- 1- acesso
- 2- antecâmara
- 3- corredor
- 4- nichos/despensa
- 5- habitação

Possui no entanto, características que dificultam o seu desenvolvimento ou crescimento evolutivo (6).

Em primeiro lugar por razões estruturais.

Um aumento de área implica um aumento do diâmetro, com a consequente expansão do domo de cobertura, o que em condições de técnica de construção rudimentares, não é uma tarefa fácil.

Depois, porque o crescimento evolutivo, por adição de espaços que se tornem necessários para a satisfação de novas funções, esbarra também nesta geometria condicionadora.

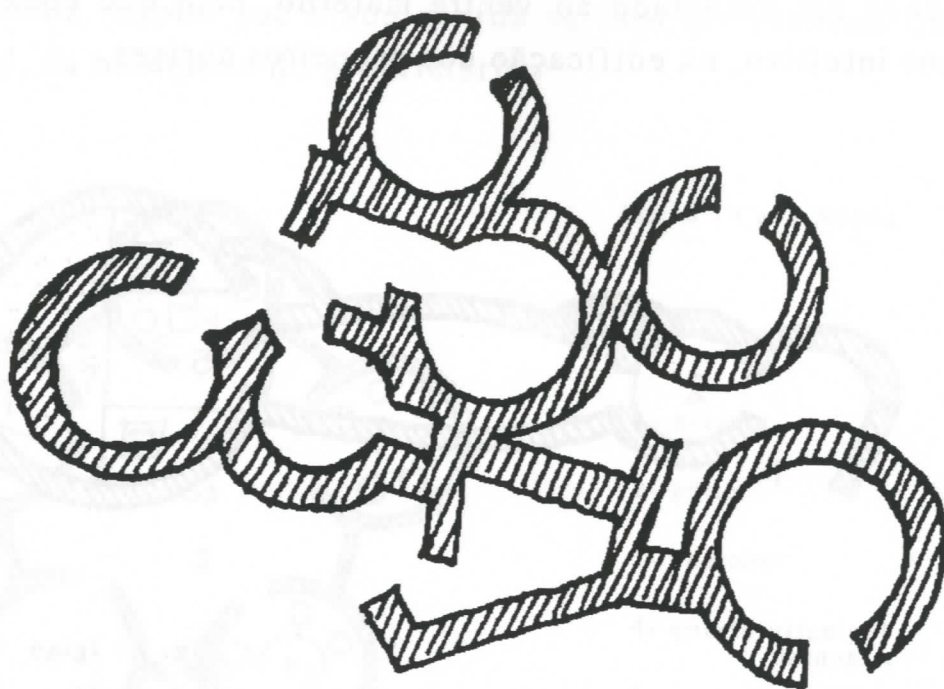


Fig. 8 - Casas na Jordânia

Tem-se pois como provável, uma evolução da planta que do círculo passa para o oval, depois para o rectângulo de cantos bo- leados e por fim, o rectângulo e o quadrado de ângulos rectos.

Seria despropositado e irreflectido afirmar que os espaços habi- tacionais tenham evoluído todos desta maneira, mas no estado actual do conhecimento arqueológico, considera-se como bastante provável que a maior parte dos sistemas tipológicos tenham tido esta matriz (7).

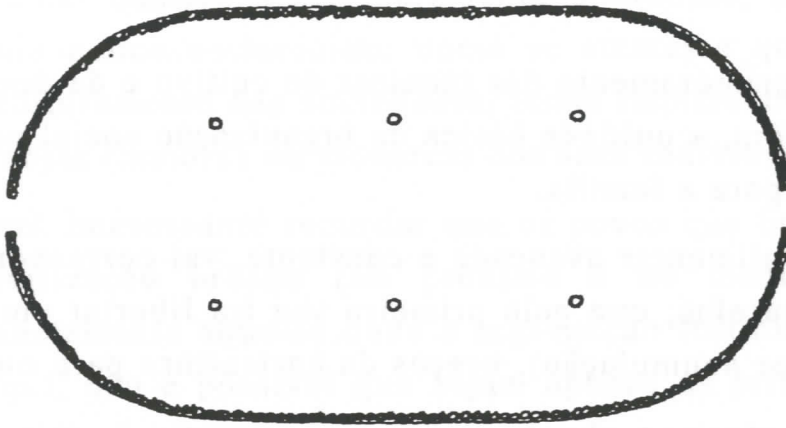
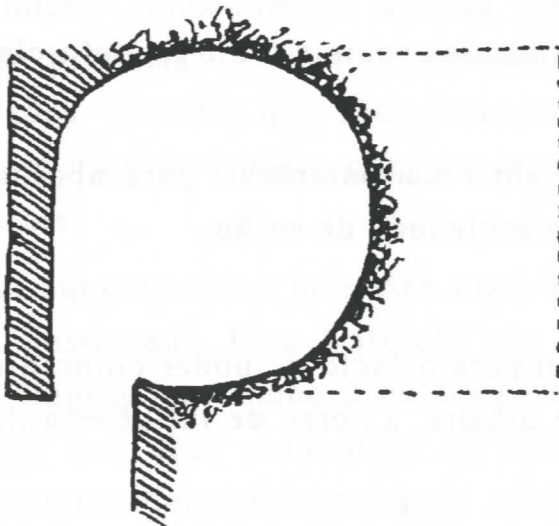


Fig. 9 - Habitação Comunal sul-americana

Este exemplo, medindo 23m x 17m x 6,5m, necessitou da participação de toda a comunidade na sua construção, que representa uma manifestação técnica e social muito importante.



Inicialmente de planta circular, esta cabana foi posteriormente ampliada, mas como um espaço rectangular. Subsiste ainda no térreo o espaço redondo, servindo de corte para os animais, escavada no saibro.

Fig. 10 - Choupana em Prime - Visau

1-2. A sedentarização

No decurso do aprimoramento das técnicas de cultivo e da domesticação dos animais, a unidade básica da organização social passa da tribo e do clã para a família.

A uma produção alimentar avançada e constante, vai corresponder uma divisão de tarefas, que pela primeira vez irá libertar em definitivo (e não por acumulação), braços da agricultura para outras actividades.

Esta circunstância, reveste-se de capital significado na evolução social e por arrastamento na evolução da habitação, enquanto entidade indissociável daquela.

A modificação social que então se inicia, baseia-se na diversificação das actividades produtivas, que somam à agricultura, a manufactura de bens e seu comércio, as actividades religiosas e a prestação, em regime de exclusividade, do serviço militar.

As comunidades deixam de estar organizadas horizontalmente e despontam os sistemas de organização vertical.

Começam a surgir as estratificações sociais, cujo modelo clássico é o da pirâmide hierárquica.

Chegados aqui, é necessário abrir um parêntesis para abordar, de relance, o papel da mulher na sociedade de então.

Estudos sociológicos apontam para o facto de poder coincidir com o aparecimento da sociedade urbana, a perda de influência da mulher na comunidade.

É um dado reconhecido que muitas das organizações primevas eram matriarcais. No mínimo, havia uma relação perfeitamente igualitária entre homens e mulheres, sendo as aptidões específicas complementares, no labor da sobrevivência diária.

Ora, no crescendo de urbanização das comunidades, o papel da mulher começa a ser claramente diminuído, num processo ainda hoje pouco esclarecido; como se atestasse que o movimento de acultramento das sociedades, tenha implicado uma coacção sobre franjas (maiores ou menores) dos seus indivíduos.

Será interessante recordar que os povos que beberam na origem a civilização urbana (no próximo e no médio Oriente), sejam exactamente aqueles onde a segregação feminina é mais rigorosa. Aqui, não é possível que sejam apenas os princípios religiosos a justificar este comportamento, sendo portanto necessário indagar mais além, as razões profundas que ditam este estado de coisas.

Se se trouxe como tópico, a situação da mulher na cultura urbana embrionária, é porque a habitação familiar Ocidental é realmente, e ao contrário da Oriental, uma elaboração fundamentalmente do espírito e da sensibilidade feminina.

A estruturação social que radica, como se apontou, na alteração da organização horizontal para uma organização vertical das comunidades - consequência directa dos impulsos gerados pela actividade primária - irá ter o seu coroamento na gestação das futuras cidades. Cidades que são, como bem sabemos, unidades perfeitamente hierarquizadas, quer em termos sociais, quer em termos espaciais.

Elas surgem numa primeira fase, mais como *poleis* do que como cidades-estado. Esta distinção não sugere algo como um preciosismo linguístico. Embora exista certa controvérsia sobre a equiparação dos dois conceitos, há entre eles uma *nuance* que consideramos determinante, para preferir a primeira à segunda designação.

A *polis* era uma entidade urbano-rural, na qual a cidade e os seus arredores constituíam uma unidade política, social e económica.

Contudo, enquanto nela as populações urbanas e rurais se equivaliam, não só nos direitos e obrigações, como também naquilo que como conceito geral temos de *estatuto social*; na cidade-estado, esta última vertente estava claramente diminuída. Nas cidades-estado (padrão) gregas, a população citadina era dominante. Nela estava concentrada a maior parte do poder político e económico, embora o próprio conceito de cidadania fosse limitado ao nível superior da população urbana.

Não obstante, será lícito admitir que na sua génese, a cidade tenha absorvido por influência directa, a habitação rural. - Mais, que a tenha utilizado como um modelo dignificado.

Existem várias interpretações possíveis para este facto. Temos, que no caminho para ocidente, o progresso das sociedades deparou com as mais diversas situações, a primeira das quais imposta desde logo, pelas grandes diferenças geomorfológicas e pelas características intrínsecas dos usos e costumes dos vários povos.

No caso grego, a relativa pobreza do solo não permitia, ao contrário do que ocorreu a oriente nos vales de aluvião do Indo, do Tigre e Eufrates e do Nilo, que a densidade populacional fosse muito elevada. Por isso o crescimento das cidades era pré-determinado.

O espaço destinado às várias funções e actividades estava todo ele previsto. As casas não eram obrigadas a sofrer restrições, ou amputações na sua área, pela simples razão de que uma vez excedidos os limites impostos no início, parte da população abandonava a cidade para fundar uma outra, que se constituía em colónia da primeira.

Esta preocupação do controlo do crescimento e expansão assentava como se vê, na necessidade de manter o equilíbrio possível

entre o número de habitantes e a capacidade do seu abastecimento pelos recursos da região que exploravam. Esta circunstância feliz, reveste-se para nós de crucial importância, porque determina a sedimentação de um tipo de habitação corrente muito estável e testado durante várias gerações.

1-3. O modelo greco-romano

Vitrúvio estuda na sua obra (8), a habitação do cidadão romano nas suas duas vertentes: a habitação urbana e a habitação rural.

Ao fazê-lo, descrevendo-as através da distribuição dos diversos espaços da casa, ele aponta para dois esquemas que condicionam a circulação entre as diferentes zonas da residência.

Os dois esquemas são o grego e o romano.

Diferem um do outro, desde logo e sobretudo, pela importância e distribuição dos aposentos onde são recebidos os estranhos à família do dono da casa.

Se se trata de um domicílio romano, a zona social é concebida com largueza, porque destinada a receber numerosos visitantes (9). Estes são na sua maioria clientes, mais do que amigos e revela-nos com precisão, como o sentido da vida pública era bem mais desenvolvido na sociedade romana do que na helénica.

Tal característica será recuperada mais tarde pela sociedade medieval urbana, como teremos oportunidade de analisar.

Já a casa grega, pelo contrário, era idealizada para o bem estar e usufruto, quase que em exclusivo, do proprietário e da sua família.

Nela não eram recebidos senão convidados, que partilhavam da intimidade doméstica com os membros da família. Esta concepção vai justificar as diferenças entre a planta da casa grega e a romana.

Os exemplos que se apresentam de seguida, ilustram precisamente as posturas distintas nestas duas sociedades.

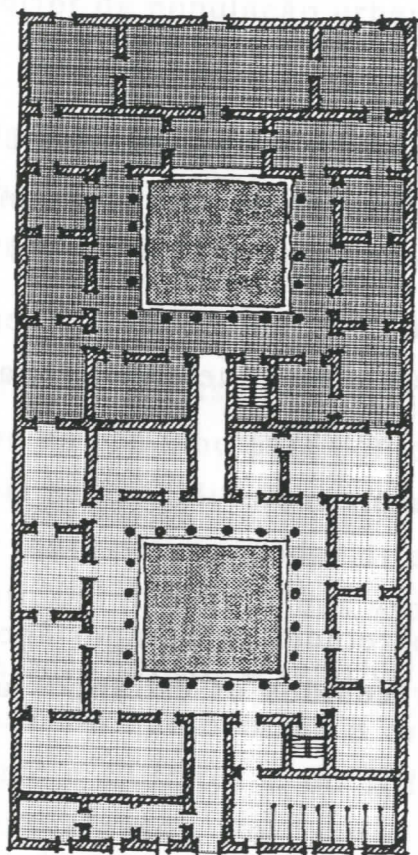


Fig. 11 - Casa Grega

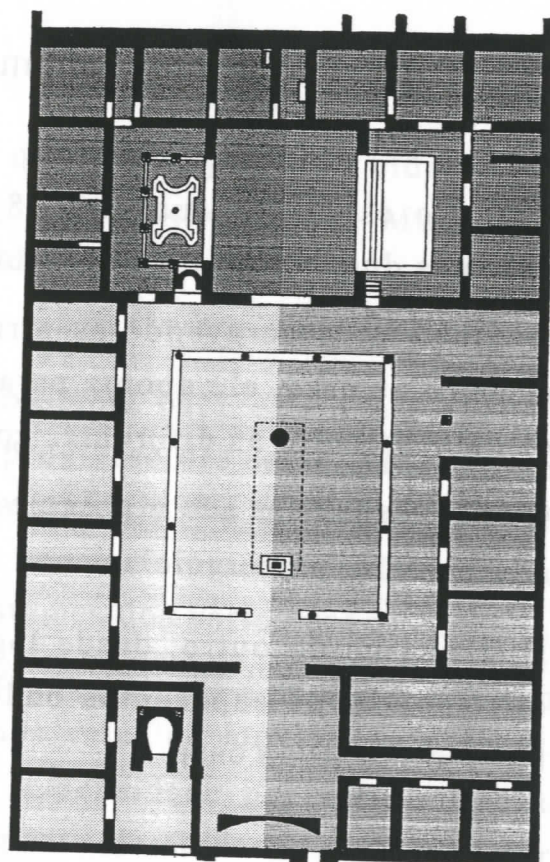


Fig. 12 - Casa Romana

Enquanto que na casa romana estão previstos dois locais sucessivos de acolhimento: *cava aedium* (10) e *atrium*, a casa grega não prevê nada de semelhante.

Aqui, os compartimentos íntimos estão separados, real e fisicamente dos convidados e a eles se tem acesso por uma passagem perpendicular à fachada principal e portanto à rua.

Cava aedium e *atrium* são, por isso, específicos do modelo romano. O primeiro é um pátio de entrada e recepção coberto, o *atrium* que lhe sucede, é um local de reunião dos clientes com o dono da casa, e ao contrário do primeiro, era descoberto.

A casa *dos Pássaros* é no entanto, demonstrativa de um certo fausto, que os dois pequenos pátios afectos à zona íntima da residência, mais acentuam.

Nos casos correntes da habitação comum, o *atrium* (por ser de construção dispendiosa), podia ser omitido.

Esta eventualidade, que se justifica por simples e estritas razões de economia, implicava que o vestíbulo assumisse, então, as funções desempenhadas por aquele.

Com o progredir da evolução social, torna-se mais evidente a complexidade das relações interpessoais.

No exemplo seguinte, atesta-se a forma gradual, como se passa do domínio público para o privado.

Aqui, a própria recepção dos visitantes é feita através de dois vestíbulos, que funcionam como câmaras de triagem daqueles que se propõem a entrar na casa; tudo isto reforçado pelos dois vãos (de ambos os vestíbulos) que qualificam a entrada principal e de serviço (11).

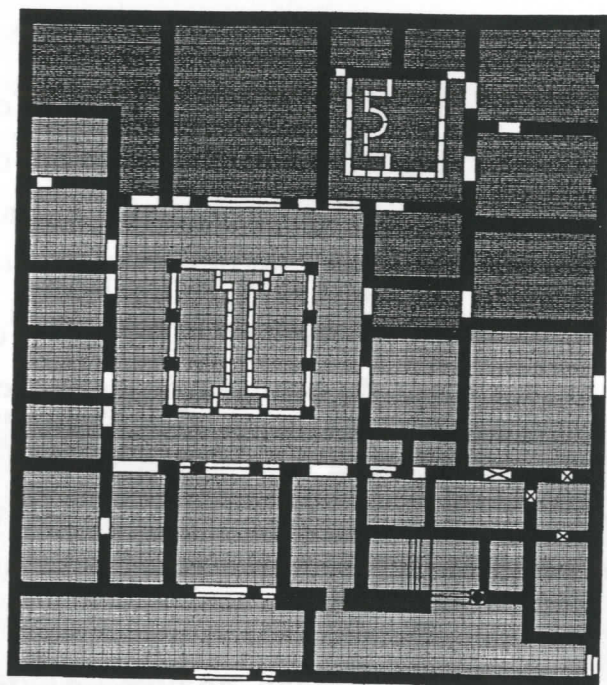


Fig. 13 - Casa Romana

Pese embora, as características diferenciadoras dos planos da casa grega e romana, a verdade é que é mais aquilo que os une do que aquilo que os distingue, na forma de conceber e utilizar o espaço doméstico.

Há porém um aspecto que se sobleva em relação aos demais: o facto de nas duas sociedades, a casa ser pensada para uma utilização introvertida.

Em ambas, a vida doméstica decorre longe dos olhares dos estranhos, constituindo o espaço privado central, o coração da casa e ao mesmo tempo a garantia da privacidade familiar (12).

Mas a herança oriental do habitar, não se reflecte apenas na disposição interna dos espaços.

Ao princípio, nos centros urbanos nascidos antes da época clássica, as zonas residenciais tinham elas próprias, no seu conjunto, características orientais.

As casas construídas sobre uma trama de ruelas apertadas, tinham natural tendência a voltarem-se para o interior, para o pátio, e as fachadas que davam para a rua eram relativamente estreitas. O motivo é óbvio: desta maneira, um maior número de casas podia dispor dessa infraestrutura básica num povoado, que é o arruamento.

A uniformização da imagem exterior dos edifícios é um dado reconhecido, contudo, essa característica não se estendia ao seu interior.

Famílias ricas e pobres viviam lado a lado, as casas dos trabalhadores alternavam com as dos patrícios, o que força a dedução de que não haveria grande homogeneidade. Pelo contrário, registava-se uma enorme permeabilidade de classes nas áreas residenciais.

Da mesma forma, todas as casas tinham como característica comum, o serem, antes de tudo, espaços vazios.

O mobiliário era escasso. Resumia-se a algumas camas de dormir e de refeição, pequenas mesas, alguns (poucos) armários e guarda-roupas; aqui e ali um assento. Tudo peças executadas em madeira, mármore ou bronze.

Onde verdadeiramente se distinguiam as residências era na decoração, onde pontificavam as cores vivas.

Se algo uniu os antigos, certamente que foi o seu profundo apreço pela cor.

Exteriores e interiores; pisos, paredes e tectos, todos eles se apresentavam policromados. Criava-se com mosaicos, estuques, conchas e pedrinhas, pinturas e tecidos, o ambiente de onde estava ausente o móvel.

Apenas se concedia valor a dois outros adereços vulgaríssimos: a escultura e o baixo-relevo de pequeno e médio tamanho; igualmente cromatizados.

Não se pense que estas características eram apanágio das casas abastadas. Mesmo nas mais modestas, era comum o tratamento colorido das superfícies e a disposição de pequenas peças escultóricas.

De resto, quanto mais amplos e vazios fossem os espaços, maior era a afirmação da fortuna do proprietário.

A sua sensibilidade fê-los amar a subdivisão do espaço, ao mesmo tempo que negligenciavam o “compartimento”.

É impossível não sentirmos no espaço arquitectónico sugerido pelas plantas, por ruínas arqueológicas ou por simples reconstituições (até em modelos reduzidos), o fascínio da perspectiva, da sequência - por vezes labiríntica - das divisões; da surpresa que seria o deambular por essas casas. Era isto que atraía o homem de outrora.

No ano 64 d.C., o grande incêndio de Roma destruiu três zonas e danificou seriamente outras sete, de um total de catorze que constituíam a cidade.

“Premeditado ou não, este incêndio serviu para acabar com a alta densidade, edifícios de muito pouca qualidade e ruas inadequadas, abrindo caminho a uma reconstrução global que de outra forma não teria sido aceite pelos romanos” (13).

Foi então iniciada a renovação urbana baseada numa malha de ruas direitas e proposto o desenvolvimento da cidade em quarteirões rectangulares, as *insulae*. Este terreno delimitado por quatro vias, foi a estrutura fundiária sobre a qual se edificaram os prédios de habitação colectiva, prédios de rendimentos ou de

vizinhos, que se designavam, adoptando o mesmo nome do chão, de *insulae*.

Eram frequentemente construções de sete e oito pisos, resultado da pressão demográfica e da especulação imobiliária. A situação potencialmente perigosa, levou "*Augusto, pela lex Iulia de modo edificiorum Urbis, a limitar a 70 pés romanos, isto é, a cerca de 21 metros, a altura máxima dos imóveis de habitação, o que significa, talvez, seis andares. Nos inícios do século II d.C., Trajano reduziu a cêrcea a 60 pés, isto é, cerca de 18 metros*" (14).

Estes edifícios que constituíam a maioria dos imóveis urbanos, eram naturalmente, a habitação das classes média e baixa da população romana.

Longe iam os tempos da moradia unifamiliar. As casas de átrio e de peristilo eram um atributo reservado às famílias mais ilustres. Em Roma, "*em meados do século IV d.C. contavam-se 1.797 domus e 46.662 insulae, cada uma das quais, segundo Caropino, tinha em média cinco pisos*" (15).

O aparecimento da *insula* tem sido motivo de reflexão de arqueólogos, historiadores e arquitectos.

Uma das questões que se colocam é a de como se teria originado: - se na casa de átrio vulgar, se noutro modelo qualquer.

1-4. A habitação uni e multifamiliar

Ao determo-nos na análise de um prédio de Pompeia (16), cuja descrição nos é de novo facultada por Jorge de Alarcão (17), será

muito difícil não considerarmos as evidentes semelhanças com o modelo típico da casa pátio.

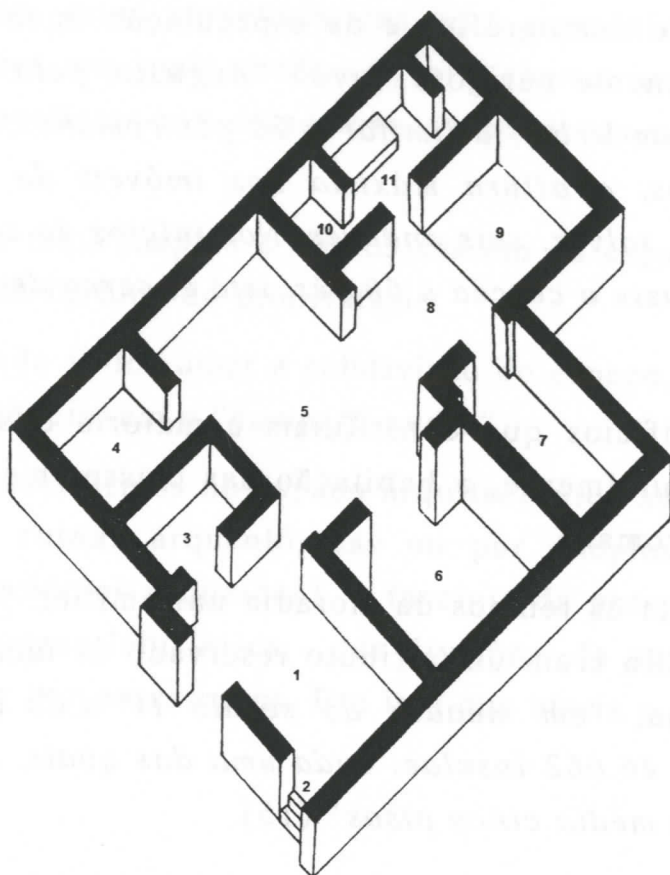


Fig. 14

A entrada em 1/, o alojamento do porteiro em 3/, a sala de refeições (*triclinium*) em 6/, os quartos (*cubicula*) em 4/, um pequeno jardim em 9/ que serve uma zona de estar (*diaeta*) em 8/. Em 10/ e 11/ a despensa e a cozinha respectivamente.

Todavia, o arquitecto operou neste edifício uma alteração decisiva. Fechou e cobriu o átrio 5/, ao propor um segundo piso corrido, ao qual se acedia pela escada indicada em 2/. Esta solução que levanta desde logo sérios problemas de iluminação e ventilação - precisamente aqueles que o pátio se propunha resolver - só

terá sido possível pela abertura de vãos de janela, nas paredes exteriores do edifício.

Esta opção representa uma alternativa profundamente original, em relação àquilo que tradicionalmente correspondia ao espaço doméstico.

Este já não é, obrigatoriamente, centrípeto. Umas janelas rasgadas nas paredes públicas, tornaram-no efectivamente, num espaço centrífugo.

Sem deixar de reconhecer que a casa-pátio possui reais qualidades que propiciam a sua transformação e desenvolvimento, não só em planta como na sobreposição de pisos, o mais provável é não ter estado na sua origem, ou pelo menos, não ser a sua única origem (18).

Admitamos uma cidade onde são abundantes o comércio e a pequena indústria manufactureira e onde a pressão de uma população numerosa, no sentido de obter para si alojamento, se faz sentir cada vez com maior intensidade, o surgimento da *ínsula* é um fenómeno quase previsível. A construção de edifícios em altura, mais compridos do que largos, ao longo das ruas e com estabelecimentos comerciais no rés-do-chão, é a resposta adequada ao cenário atrás descrito. Arquitectonicamente é uma solução tão evidente, que se pode considerar espontânea e sem origem necessária noutro tipo construtivo.

Embora se conheçam exemplos de *insulae* exclusivamente residenciais, como é o caso dos exemplos seguintes:

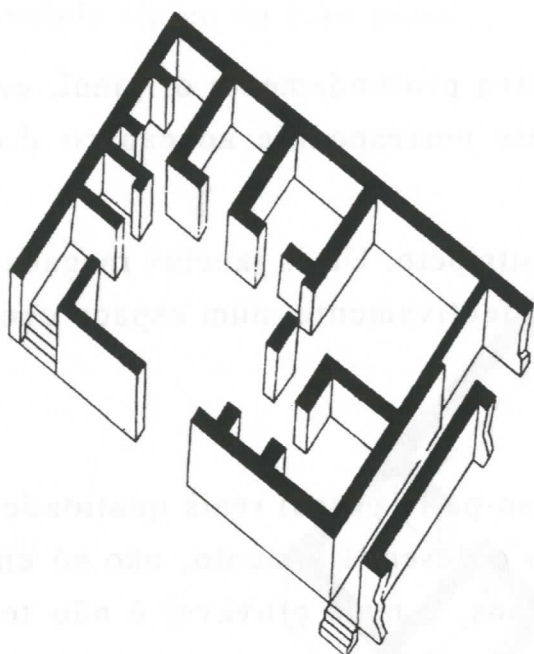


Fig. 15

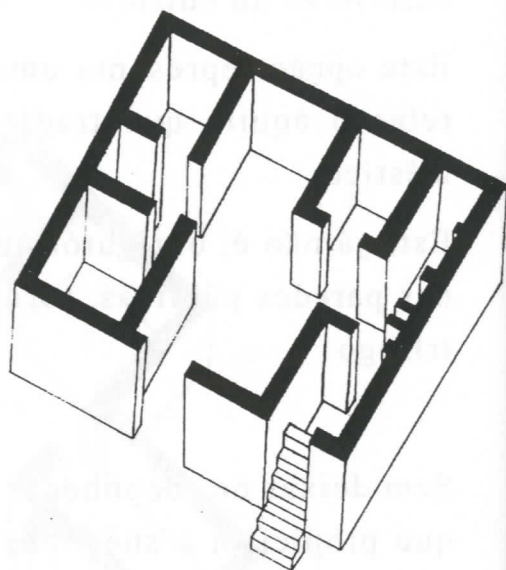


Fig. 16

o mais frequente era o tipo misto de ocupação residencial/comercial, com lojas abertas para a rua e os andares superiores, divididos em apartamentos ou *cenacula*, ocupados cada um por uma família.

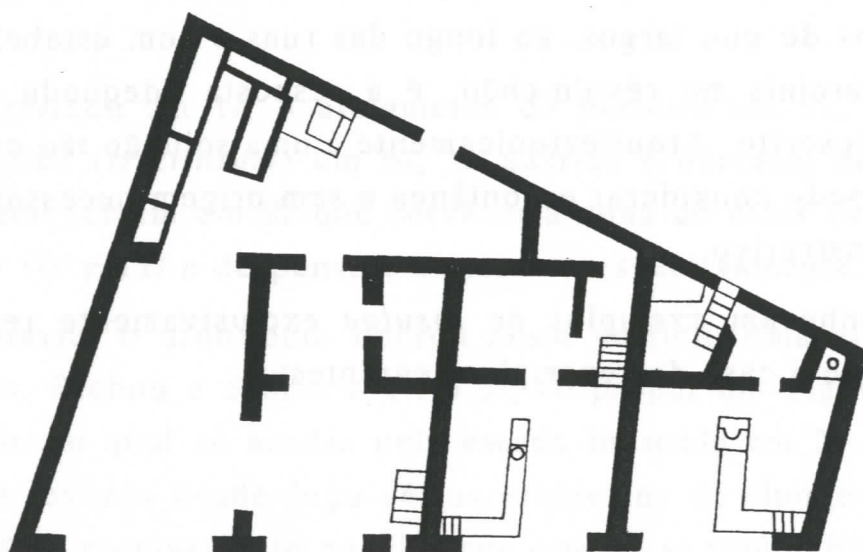


Fig. 17

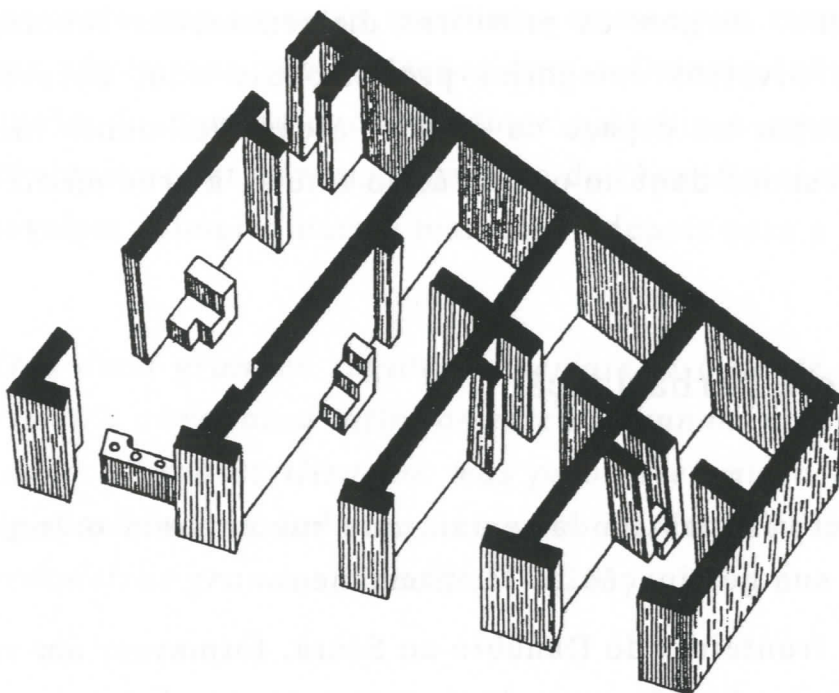


Fig. 18

Outro elemento importante nesta tipologia habitacional eram as varandas. Elas eram um acrescento comum nestes prédios e acontecia, ocasionalmente, que edifícios situados em frente um do outro estivessem ligados por estruturas (que descarregavam em arcos), proporcionando desta feita, a sua utilização como domicílios adicionais, para a população de menores recursos (19). Daqui se pode inferir do nível da densidade que se conseguia obter com este sistema, não só em termos de ocupação (e portanto da rentabilização do solo urbano), mas também naquilo que permitia de concentração populacional.

O aparecimento da ínsula reveste-se de particular significado. Representa um dos contributos simultaneamente mais importantes e mais originais, com que a civilização romana dotou a história da arquitectura no mundo.

Com ela é quebrada uma tradição oriental velha de séculos: - a da dispersão dos grupos económicos por toda a cidade.

Com este legado, surgem as primeiras diferenciações funcionais objectivas. As diversas categorias profissionais irão, doravante, tender para ocupar no espaço da cidade, áreas facilmente identificáveis, num esboço daquilo que será, no futuro, a urbe medieval.

1-5. Declínio e barbarização

Uma das características fundamentais que sustentaram o Império Romano, foi a sua geminação ao Mediterrâneo.

As longínquas fronteiras do Danúbio ao Saara, formavam um vasto anel, cuja primeira função era a de proteger e controlar os acessos à bacia daquele mar interior; a que os romanos chamaram mais como pais do que como donos, *mare nostrum*.

Sem o domínio dessa vastíssima via de comunicação, a existência do Estado não teria sido possível, facto tanto mais importante quanto é certo o ter-se acentuado com o seu declinar como potência.

A capital que tinha dado o nome ao Império é abandonada no século IV, para ser substituída por Ravena e depois por uma outra, Constantinopla, que é, significativamente, um porto magnífico. Por essa altura, há mais de um século que a civilização declinava. A diminuição da população e o esforço permanente de contenção dos bárbaros para além das fronteiras, representou uma sangria tão grande de riquezas, que explica a violenta exploração fiscal a que os povos estavam sujeitos.

Tal situação teve, no entanto, reflexos diferenciados nas diversas províncias do Império.

Enquanto que as orlas marítimas conseguem manter o fulgor que lhes advém das suas relações com o Oriente (não havendo interrupção do comércio de produtos naturais e manufacturados), as províncias continentais, distantes dos benefícios dessa actividade, resvalam primeiro para o marasmo e depois para a convulsão.

“Das duas grandes regiões Imperiais, o Oriente e o Ocidente, a primeira ultrapassa infinitamente a segunda, não só pela superioridade da sua civilização, mas pelo nível muito mais elevado da sua vitalidade económica. A partir do século IV só no Oriente há verdadeiras grandes cidades ...” (20).

No começo do século V, todo o Ocidente é invadido.

Suevos, Alanos e Vândalos atravessam o Reno e rompem violentamente as defesas do Império. As suas províncias são retalhadas em reinos germânicos, cujos monarcas tentam, por todos os meios, atingir as margens do Mediterrâneo.

O inesperado deste autêntico cataclismo político-militar, é que ele não quebrou radicalmente, nem com o passado nem com a tradição. O objectivo dos invasores não era o de aniquilar o Império, mas tão somente o de usufruir da sua civilização, que eles próprios reconheciam como superior.

Por muito dramáticos que tenham sido os eventos que marcaram o soçobrar da *Pax Romana* - e eles foram-no sem dúvida - três pilares fundamentais vão emergir dos escombros: a língua, o direito e a religião. Sobre eles se irá alicerçar o evoluir da História da Europa Ocidental.

Destes três sustentáculos, um terá papel relevantíssimo: a Igreja, que foi capaz de se fazer respeitar pelas hordas recém-chegadas.

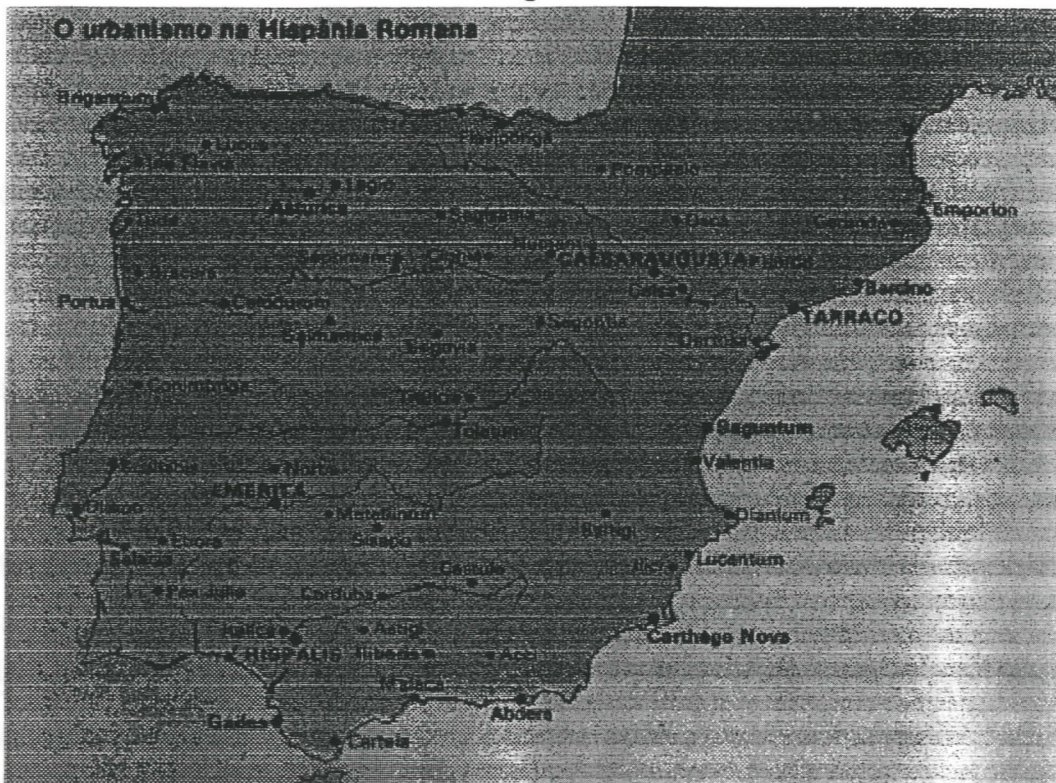
Fundada sobre o Império, vai-lhe sobreviver. A ela se ficará a dever, em grande medida, a salvaguarda da existência das cidades romanas. Registe-se que as circunscrições administrativas do Estado, tinham servido à Igreja para decalcar as suas próprias circunscrições religiosas, pelo que cada diocese correspondia a uma *civitas*. Radica aqui um dos motivos, além de outros que adiante se apontarão, porque as cidades romanas resistiram ao descalabro. Durante o período das invasões, a organização eclesiástica foi capaz de sustentar com êxito (mesmo sofrendo pequenas alterações), o seu carácter municipal.

É esta a herança fundamental que a Igreja lega aos novos reinos fundados pelos conquistadores, de sorte que - "*a partir do século VI, a palavra civitas assume o sentido específico de cidade episcopal; centro de diocese*" (21).

Claro que no meio da miséria, das chacinas e da anarquia que acompanharam as invasões, as cidades como alvos perfeitamente identificados e mais apetecidos, sofreram rudemente.

Todavia, não será lícito sustentar a tese de uma suposta aversão dos bárbaros às cidades, com base apenas nesta evidência. Se na verdade várias foram saqueadas e destruídas (sobretudo aquelas junto às fronteiras-limite do Império), não deixa de ser igualmente certo, que a maior parte sobreviveu e com nomes que não são senão uma modificação dos anteriores.

Fig. 19



Após o primeiro embate, as cidades permanecem como baluartes militares ou religiosos, como residência de Inverno dos grandes proprietários rurais da região, mas principalmente como centros de uma relativa actividade económica e como mercados fundamentais para os campos limítrofes.

A manutenção do comércio depois das invasões germânicas, a manutenção das cidades que eram o centro desse comércio e a permanência dos mercadores, só se justifica pela continuação do tráfico mediterrânico.

As invasões não ditaram, de forma nenhuma, o fim da unidade económica da Antiguidade. Afectaram-na com as perturbações que geraram, mas só até ser alcançado um novo equilíbrio.

O grande mar interior, não sendo já pertença de um único estado, permanecia uma via aberta e um factor de ligação e intercâmbio entre povos.

Assim foi até ao século VII.

1-6. O avanço muçulmano

Mas, “a ordem do mundo que sobreviveu às invasões germânicas, não pôde sobreviver à do Islão” (22).

Em pouco mais de 50 anos após a morte de Maomé (632), o Islão domina do oceano Atlântico ao Oriente longínquo.

Nada parece resistir-lhe. Cai primeiro o Império Persa (633) e conquista sucessivamente a Síria (634), o Egito (640) e o norte de África (643), ao Império Bizantino (23).

Apenas no início do século VIII, nos Pirinéus e nas muralhas de Constantinopla, os sarracenos são travados. Precisamente na altura em que ameaçavam envolver numa grande ofensiva os dois flancos cristãos.

Mas se a sua expansão foi amortecida, ela teve como resultado indelével o ter destruído o Mundo Antigo.

O Mediterrâneo que tinha servido de elo de ligação entre as várias regiões das suas margens, torna-se agora na sua principal barreira. Aquilo que a invasão dos povos do Norte pouco tinha alterado, é profundamente subvertido pelo Islão.

A língua árabe substitui o latim, o direito muçulmano substitui o romano e a fé cristã é substituída pelo culto do profeta (24).

Os povos até então enquadrados por aquele sistema unificador e que se distribuíam da Ibéria, à Pérsia e à África, são confrontados num ápice, com uma realidade totalmente nova.

O Mediterrâneo ao tornar-se um lago muçulmano, separou em definitivo o Ocidente do Oriente (25).

1-7. A sobrevivência cristã

Tem início um período de verdadeira regressão na sociedade urbana ocidental. As cidades que tinham suportado a mudança de suserania, dos romanos para os monarcas germânicos, mantendo grande parte da sua identidade e vitalidade, não vão resistir ao estrangulamento económico que o encerramento da via marítima provoca.

As urbes, são meras praças fortes quase que exclusivamente militarizadas, onde o conceito de entreposto de bens e serviços está claramente remetido para o mínimo, correspondente à satisfação das necessidades de abastecimento do senhor e da sua guarnição. Não havia intra-muros, actividades consistentes ou continuadas que justificassem outras tarefas que não as de preparação ou prevenção de acções bélicas.

A decadência das actividades comerciais, arrastou consigo a decadência da organização política e administrativa.

No século IX nada justificava a existência de cidades, entendidas como comunidades com identidade jurídica e possuindo um conjunto de instituições e um direito próprios.

Para a população não tinham qualquer utilidade. Os territórios circundantes eram dotados de vida autónoma e a nobreza tinha optado por viver nos seus domínios rurais, percorrendo-os incessantemente; ministrando a justiça, colectando impostos e recrutando soldados.

Paradoxalmente, à medida que as cidades empobreciam, os bispos aumentavam a sua autoridade e influência, não sendo eles próprios afectados pela penúria de que estavam rodeados (26).

Ao contrário dos nobres que levavam uma vida errante, a disciplina eclesiástica impunha a ligação quase permanente do clérigo à sua cidade.

Prestigiados e detentores de vastas possessões, eles lograram ficar imunes às intrigas dos príncipes feudais, que tendo minado o poder real, deixaram intocado o poder da Igreja (27).

Ela tornar-se-ia ainda mais venerada ao conseguir aquilo que a realeza tinha sido incapaz - impor no meio do flagelo das guerras privadas dos Condes, o princípio de que nas suas dioceses vigorava a “*paz de Deus*” (28).

A população era governada pelo seu bispo, não exigindo para si qualquer participação nesse governo. Aliás, a administração estendia-se a todo o bispado. A cidade era a sede mas o importante era a diocese, toda ela abarcada pelo regime do direito comum.

“Esta predominância dos bispos conferiu naturalmente às suas residências (quer dizer, às antigas cidades romanas), uma importância sensível. Salvou-as da ruína” (29) e fez com que fossem acumulando ao poder espiritual, um efectivo poder temporal.

O fim do século IX é tido como o momento em que a decadência social e económica, bem como a anarquia política, atingem o seu ponto culminante.

O século X conhecerá já alguma paz, uma relativa estabilidade e até um início de restauração civilizacional.

Aflorou-se de forma muito sintética, como o regime teocrático substituiu o regime municipal da Antiguidade.

Todas as instituições municipais concebidas pelos romanos: - os *Decuriones* - corpo da magistrados revestidos de autoridade ju-

dicial e administrativa -, o *Defensor Civitatis* e a prática da inscrição dos actos autênticos na *Gesta Municipalia*, desapareceram (30).

As cidades episcopais eram, inequivocamente, fortalezas dos últimos tempos do Império Romano.

Dotadas de muralhas zelosamente restauradas e conservadas, tinham quase sempre a forma de um rectângulo flanqueado por torres e comunicando com o exterior através de robustas portas; quatro na maioria das vezes.

Este espaço vedado era normalmente muito restrito. O comprimento dos seus lados raramente ultrapassava os 40 ou 50 metros (31); o bastante para o refúgio das populações camponesas e para cumprir eficazmente a sua missão de protecção.

Todavia, à medida que os condes feudais - os maiores proprietários de terras - se autonomizavam do poder central, assumiam eles próprios a defesa dos domínios, de que eram em última instância, os principais (quando não únicos) beneficiários.

Assim, o século IX vê surgir um sem número de fortificações. "Os textos contemporâneos dão-lhe os mais diversos nomes: *castellum*, *castrum*, *oppidum*, *urbs*, *municipium*; a mais usual é a de *burgus*" (32).

Estes recintos muralhados de forma arredondada, que no princípio se podiam reduzir a paliçadas rodeadas por um fosso, forneciam a primeira linha de defesa ao principal reduto: a poderosa torre erguida no centro e o *domus* do príncipe feudal.

Os burgos possuíam uma guarnição permanente de cavaleiros (*milites castrenses*) sob o comando de um castelão (*castellanus*) e conservavam no celeiro e caves o necessário ao seu provimento, quer em caso de assédio militar, quer à permanência do senhor e respectivo séquito, quando das pausas nas deambulações.

A organização espacial e funcional é, como bem se vê, extremamente simples.

Nalguns casos, aquela descrição podia ser completada com a existência de uma capela ou de uma igreja e noutros casos, mais raros ainda, com um recinto para assembleias judiciais.

A habitação familiar estava ainda bastante arredada da urbanidade.

O burgo, como de resto a cidade episcopal do século IX, não apresenta a mínima característica urbana. A sua população, além dos soldados e dos religiosos, não se compõe senão por serviçais, cujo número não seria, certamente, muito significativo.

É uma população sob regime militar; sem comércio, sem indústria e que nada produz. Tudo o que consome é-lhe entregue como tributo, sendo em absoluto destituída de direito privativo.

Este brevíssimo relance histórico, refere-se ao coração do continente; aquilo que é hoje o conjunto das nações da Europa central: França, Itália, Países-Baixos e Alemanha; afinal os que tinham sido bem sucedidos na contenção do avanço muçulmano. No extremo ocidental do mundo conhecido, os fenómenos que ocorreram, tiveram um desenvolvimento bastante diferente.

1-8. A Península Ibérica

Em 711, os exércitos árabes comandados por Tarique, desembarcam no rochedo que celebra, doravante, o seu nome - Gibraltar (Jamal Tarik - Monte de Tarique) e deparam com um povo inesperadamente estável: os Visigodos.

De origem germânica, eles encontravam-se por essa altura praticamente romanizados e reconheciam no papado o centro do poder espiritual.

Tinham chegado nos princípios do século V e desde então, por um processo gradual, haviam-se substituído à Ordem imperial (33). Usufruidos no início do *foedus* - sistema pelo qual, o imperador concedia aos povos recém-chegados, um estatuto legal dentro do Império - cedo conseguem impor uma administração paralela à do Estado, de tal forma, que a autoridade latina não desaparece abruptamente, antes se desagrega e se vai fundindo na dos novos senhores (34).

Cristianizados, os Visigodos pertenciam, no entanto, ao arianismo - uma corrente herética do cristianismo - o que na prática dificultava a miscigenação entre godos e "romanos". Quando em 587 o catolicismo (depois de absorvido pelos conquistadores), é declarado a religião oficial, estavam objectivamente criadas as condições políticas, étnicas e religiosas, para que numa unidade geográfica se desenvolvesse o reino visigótico. A sua capital, Toledo, alcandorada nos penhascos do Tejo, era tida como inexpugnável. A coesão nacional funda-se em dois poderes que se coligam: a realeza e a Igreja Católica; que em conjunto promulgarão e farão aplicar, um código legislativo escrito (o *Forum Iudicum* de Recessvindo), que pretende reger, a partir de 654, todos os povos Ibéricos (35).

Algo que se torna difícil de explicar, é a forma rapidíssima e aparentemente fácil, como este reino dotado de uma razoável homogeneidade e com instituições seguras, irá ser subjugado.

Duas ordens gerais de factores terão determinado a sua queda: uma por motivos endógenos e a segunda por circunstâncias exógenas.

Temos para o primeiro caso:

- a) Subsistência de problemas com etnias periféricas - bascos e lusitanos.
- b) Cisões entre a aristocracia laica - a antiga tradição tribal visigótica, determinava a eleição e não a sucessão do rei, e finalmente,
- c) Intolerância religiosa - as perseguições aos judeus (numerosos na península), foram-se tornando cada vez mais cruéis (36).

No segundo caso, as razões derivam directamente das características próprias da invasão muçulmana.

Ao contrário do que tinha acontecido três séculos antes, os árabes constituem um conjunto com raízes culturais, religiosas, sociais e políticas, totalmente distintas das dos autóctones.

São portadores de um modelo de sociedade perfeitamente estruturada, de uma língua cuja literatura brilhante e fecunda, há muito tinha traduzido os clássicos gregos e por fim, uma crença religiosa firme, que paradoxalmente se articulava com uma política religiosa bastante benigna.

Os vencidos não eram obrigados a renegar a fé, nem corriam o risco de terem os seus templos e monumentos destruídos. Ficavam, isso sim, obrigados ao pagamento de pesados impostos, que desapareciam no caso de conversão, ao adquirirem por esta via, a igualdade de direitos com os muçulmanos. Este facto justifica em

grande medida a assimilação e aculturamento de uma grande parte da população, por um reduzido número de invasores.

Até meados do século IX, a situação na Península Ibérica está relativamente estabilizada.

A ocupação árabe acaba por favorecer, numa série de domínios essenciais, a vida das populações. Desde logo, a introdução de técnicas, de ferramentas, de sistemas produtivos inovadores e o fomento da criação de gado, tornaram a agricultura muito desenvolvida (37).

Se acrescentarmos a tudo isto, o facto de a propriedade rural ser aqui de menores dimensões, logo mais repartida, compreender-se-á porque, ao contrário do resto da Europa assolada por fomes cíclicas, esta região experimenta um significativo aumento demográfico (38).

Uma vez mais, a próspera actividade agrícola irá propiciar o renascimento de uma verdadeira civilização urbana, que os árabes cultivaram com requinte, apoiando-se também, nos sofisticados circuitos comerciais que mantinham com o Oriente. É nas cidades Ibéricas, onde as artes e as ciências desfrutam dos maiores incentivos e protecção, que mais alto se elevam as luzes da civilização na Europa, até ao século X.

A cidade Islâmica era então um tecido de construções baixas, cujo centro era a mesquita e o seu minarete (39). Localizavam-se no cruzamento das duas principais vias de circulação e era em relação a si que se organizavam, de uma maneira absolutamente hierarquizada, os espaços e equipamentos urbanos destinados à administração pública, à cultura, à habitação, ao comércio e à saúde (40).

De notar que um dos aspectos que mais impressionou os cruzados que tomaram contacto com as cidades árabes foram os seus hos-

pitais; instituições de carácter público, onde se prestava assistência médica a toda a população, com um nível de qualidade totalmente desconhecido no Ocidente.

Da mesma forma que a mesquita era o fulcro da cidade, a casa era o centro da unidade básica social - a família.

A palavra *sakan* (casa) *“está relacionada com *sakinah* que significa paz e tranquilidade. O introvertido *sakan*, aberto ao céu, com a água como elemento refrescante, pacífico; a antítese deliberada do duro mundo público do trabalho, do comércio e da guerra, é o lugar onde a primitiva família árabe encontrava o seu *sakinah*”* (41).

Talvez por isso não tenham utilizado o edifício de habitação colectiva (embora o conhecessem), preferindo a construção de habitações unifamiliares; facto que os materiais e as técnicas construtivas por si só não justificam e que parece ser uma concessão mais, a princípios religiosos.

A ideologia islâmica fomentou o uso de materiais relativamente frágeis, para acentuar a humildade da habitação e a precariedade da passagem terrena. As casas não deviam (salvo raras excepções) exceder os dois pisos, caso contrário, seriam consideradas uma despropositada e condenável ostentação.

O aspecto exterior destas construções era, na grande maioria dos casos, muito pobre. O contraste era dado pelos interiores. Neles, a família devia poder usufruir de todo o luxo de que dispunha e de todo o conforto que a fortuna pudesse proporcionar. À semelhança, aliás, do que acontecia com a casa urbana da Mesopotâmia, que serviu de rigoroso padrão à casa urbana islâmica. Entre ambas existe uma total afinidade nos conceitos de privacidade, protecção e separação do exterior, embora existam na casa

árabe, evidentemente, aspectos de uma muito maior sofisticação, principalmente no que concerne à sua climatização.

Um dos pontos importantíssimos de ser considerado na caracterização do tipo, bem definido (a despeito da enorme dispersão) da casa muçulmana, é o facto das condições climáticas serem muito semelhantes em todo o Império Maometano. Tal determinou que fossem naturalmente adoptadas, as mesmas soluções, em termos construtivos e formais, para idênticas condições ambientais.

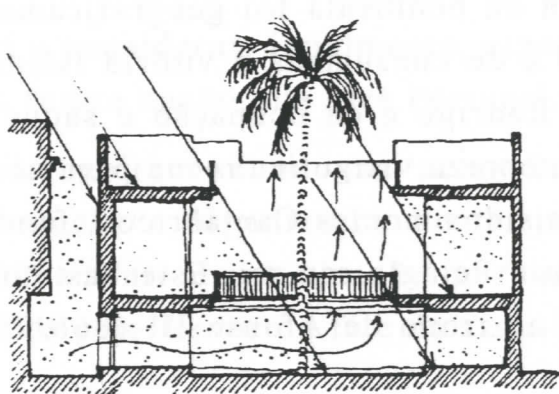


Fig. 20

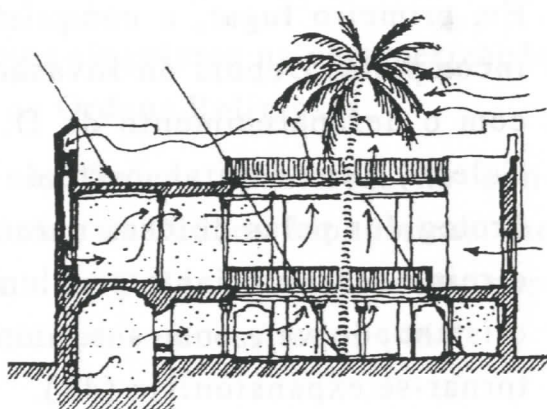


Fig. 21

A casa urbana medieval das cidades mouras da Península Ibérica, estava concebida para criar condições microclimáticas favoráveis no seu interior. Plantas, árvores e água, omnipresentes nos pátios, ajudavam a amenizar, a resfriar e a humidificar o ar. Os espaços semi-fechados, as varandas e as galerias, eram utilizadas para proteger da insolação e no proporcionar de sombras.

A circulação do ar era, por sua vez, objecto de particular atenção. Paredes duplas, colectores de ar quente e a correcta localização dos vãos de janelas (cujo guarnecimento em reixas de madeira

tinham a tripla função de controlar a luminosidade interior, proporcionar uma ventilação sem correntes de ar e de permitir observar o exterior sem ser visto); tudo isto, a que se juntava o pé-direito alto dos compartimentos e o agruparem-se muito juntas (para reduzir a superfície exposta ao sol), fazia do interior das casas árabes, locais muito aprazíveis (42).

Foi afinal o renascer da sofisticação da vida urbana, que foi trazido para a Península Ibérica. O contraste com os reinos cristãos do Ocidente era confrangedor. Mas esta civilização incorporava, igualmente, os germes da sua própria desagregação.

Em primeiro lugar, a conquista da península foi geograficamente incompleta. Depois da invasão e de consumada a vitória islâmica com o desaparecimento de D. Rodrigo e da ocupação e saque de Toledo, a sua capital, parte da nobreza visigótica recua para norte. Protegidos pelas defesas naturais dos montes Cantábricos, fundam o reino das Astúrias e proclamam Pelágio seu rei. Este bastião da cristandade vai, com a subida ao trono de Afonso III (866/910), tornar-se expansionista (43).

Ironicamente, irá beneficiar das mesmas fraquezas nos Árabes que tinham ditado, século e meio antes, a sua própria debandada. *“Conflitos no seio da aristocracia muçulmana (revolta do governador de Saragoça, 777; de Toledo, 797); agressividade das etnias pirenaicas; conflitos religiosos; problemas sociais (sublevação de Córdova em 818, contra uma excessiva pressão fiscal). Juntar-se-iam a estes factores, a instabilidade do poder muçulmano no conjunto do Império (conflitos dinásticos), e a pressão dos Francos ... O poder muçulmano em Espanha recua pouco a pouco de nordeste para sudoeste. Mosteiros, igrejas, fortalezas, quintas, centros urbanos construídos, reconstruídos ou reani-*

mados pelos “ocidentais”, marcam o lento avanço do reino cristão” (44).

A reconquista durará ainda cinco séculos, durante os quais sedimentaram as influências que determinarão, no futuro, as características do repovoamento e dos burgos emergentes.

A Ibéria Ocidental, será o resultado da interpenetração da cultura romano-visigótica (matizada a norte do rio Douro pela Sueva), da cultura árabe e da influência de preceitos e tradições Borgonhesas e Normandas (45).

Há a considerar, igualmente, aspectos singulares na caracterização da futura nação que será Portugal: as Ordens Religiosas.

Distinguiram-se na sua actuação as Ordens Militares, na conformação e organização do território; as Ordens Monásticas, no povoamento e colonização do reino e as Ordens Mendicantes, surgidas pelo fervor da fé e da assistência aos necessitados (46).

Por último, uma referência especial à comunidade judaica não absorvida por cristãos e muçulmanos. Sendo detentora de uma cultura superior e de natural aptidão para o comércio, teve um papel destacado na vida política, social e financeira, não só em Portugal, mas também no conjunto dos outros reinos peninsulares (47).

1-9. No espaço de Portugal

Para abordarmos o estudo da casa urbana em Portugal, tornou-se necessário apresentar, tão sucintamente quanto possível, os seus antecedentes históricos mais relevantes, admitindo, todavia, a imprecisão que tal adjectivo comporta. - O que é efectivamente "relevante" para definir o habitat individual?

O esboço apresentado tem, por isso, ambições limitadas. Alguns dos factores que interactuam no ambiente físico (48) da família, estão somente a florados, quando não apenas subentendidos. Esta é uma das contingências a que admitimos sujeitar-nos, por forma a não correr o risco de bloqueio, tal a miríade de impulsos que operam neste microcosmo.

É um lugar comum afirmar que no panorama Europeu, a Península Ibérica é um caso particular, e de modo idêntico, o ter-se como singular a posição de Portugal neste espaço. Desde logo, pela sua posição no extremo ocidental do velho Mundo.

Se nos esquecermos que no Ocidente, todos os principais movimentos civilizacionais, bélicos e culturais se deram sempre de leste para oeste (pelo menos os que influenciaram mais profundamente a História da Humanidade até ao século XVI), então muito dificilmente compreenderemos a idiossincrasia do povo português (49) e grande parte das motivações da gesta dos Descobrimentos. Este é um dos aspectos que consideramos profundamente negligenciado, nas abordagens à Aventura Marítima. Se o nosso povo tivesse como vizinha, outra extensão de terra, teríamos sido impelidos a colonizá-la. O Mar apenas concedeu, como adicional, o risco, porque o impulso fundamental estava latente.

A nossa expansão não se deu por qualquer pressão demográfica, pelo contrário - foi ao arrepio de qualquer lógica desse sentido

(50). Não se deu por necessidades de consumo porque nunca fomos grandes consumidores, mas essencialmente intermediários. E o fundamento religioso, não sendo despiciendo, é por demais conveniente.

O português é intimamente um nómada, desapegado, desenraizado. A sua noção de pátria está onde se encontre outro português. Um povo que funda as suas raízes, naqueles grupos de famílias que há milhares de anos, percorreram o mais longo dos percursos possíveis para aqui chegar, tem de ser basicamente distinto e original. Não se quedaram a meio do caminho. Não se estabeleceram, sedentarizando-se, nas regiões férteis do centro do continente.

A noção de casa para o português, é assim, absolutamente distinta da dos outros povos continentais e isso reflecte-se no nosso arquétipo de lar.

Outro aspecto ainda não convenientemente estudado, embora motivo de fortes (e por vezes violentas) controvérsias entre os historiadores, é o do ermamento do território (51).

Alexandre Herculano defendeu o total ermamento do norte do país (52), enquanto outros estudiosos, menos extremados, deram-no como um povoamento rarefacto.

O próprio termo, presta-se a mais do que uma interpretação. São frequentes em documentos do século XI, as expressões “povoar” e “ermar”, como prerrogativas do direito senhorial de admitir agricultores ou outros agentes produtivos e do mesmo modo, expulsar os indivíduos ou famílias que lhe aprouvesse (53).

Ora, o que está subjacente no conceito desenvolvido por Herculano, é o princípio (bem mais radical) de que durante a reconquista e por motivações estratégico-militares, era desertificada a região cuja defesa não pudesse ser devidamente assegurada.

Constituía-se desta maneira, uma fronteira alargada; verdadeira “terra-de-ninguém”, de onde toda a população tinha sido expulsa e os campos e povoados, destruídos.

Seja qual for a tese que perfilhemos - e nos últimos tempos tem-se fortalecido a hipótese aventada pelo nosso primeiro historiador (por via de trabalhos de investigação de Sanchez-Albornoz e citados por Veríssimo Serrão), - é um dado assente que os burgos no norte do país são, por consequência, relativamente “recentes”.

É um dado adquirido, o facto da sua localização poder geralmente coincidir com anteriores ocupações, ou vetustos povoados. Certamente que se mantinham válidos todos os quesitos para a instalação de uma comunidade: a localização geográfica e estratégica, a morfologia e topografia do terreno, a proximidade de meios de abastecimento, a sua inserção na rede dominante de comunicações, etc., etc.; tudo aquilo, enfim, que torna natural a sobreposição do povoamento. Decorre desta mesma presunção, a validade do estudo arqueológico dos múltiplos estratos urbanos.

Contudo, no caso português, a sua estrutura e composição espacial, são inequivocamente criações de raiz da Baixa Idade Média.

Ao contrário do que acontecia na Europa Central, por exemplo, onde as cidades eram abertas (com todas as características decorrentes dessa realidade) e só posteriormente tenham sido muralhadas, por força das vicissitudes históricas; em Portugal as cidades nasceram fechadas.

NOTAS - texto e ilustrações

- 1 - O "tempo" não é, todavia, o único ou o mais importante critério para analisar o desenvolvimento arquitectónico. É certamente muito importante, mas critérios como a antropogeografia e a sócio-economia são igualmente determinantes.
- 2 - Jorge de Alarcão, *Introdução ao Estudo da Casa Romana*, 1985, Coimbra.
- 3 - Insc. IV, n 8-9.
- 4 - Tese demonstrada na obra de Jonathan Norton Leonard, *The First Farmers*, Time-Life Book; 1973; Alexandria, Virginia.
- 5 - Veja-se sobre o assunto, o estudo de Norbert Schoenauer, *6.000 Years of Housing*, 1981, N.Y.; versão cast., G.G., 1984, Barcelona.
- 6 - N. Schoenauer, ob. cit., p. 109.
- 7 - John Coles aborda especificamente esta matéria, no seu livro *Archaeology by Experiment*, Hutchinson University Library, 1973, Londres; trad. port. de F. Torrinha, 1977, Bertrand, Lisboa.
- 8 - Marcus Vitruvius, *Os Dez Livros de Architectura*, Livro VI, trad. francesa, C. Perrault, 1673, rev. e corrig. por A. Dalmas, ed. Errance, Paris.
- 9 - Veja-se de Paul Veyne, "A casa e os seus libertos", in *História da Vida Privada* (5 Vol.), dir. de Philippe Ariès e Georges Duby; ed. Afrontamento, pp. 81-101.
- 10 - *Tablinum* na designação de J. Alarcão e que veio posteriormente a ser designada por *exedra*, ob. cit.
- 11 - Veja-se de Ivon Thébert, "Vida privada e arquitectura doméstica na África Romana", in *Hist. V. Priv.*, ob. cit., vol. 1, pp. 340-341.
- 12 - Ibid., p. 339-369

- 13 - Cit. de A. E. J. Morris, *History of Urban Form*, 1972, Londres; ver. cast., ed. G.G., 1984, Barcelona.
- 14 - J. Alarcão, ob. cit., p. 41
- 15 - A. E. J. Morris, ob. cit.
- 16 - *Insula pompeiana*, VI, ii, 9-10
- 17 - J. Alarcão, ob. cit., p. 41
- 18 - Segundo A. Boethius, publicado no "American Journal of Archaeology" em 1934, cit. J. Alarcão, p. 42
- 19 - Como Will Durant estudou na obra *Caesar and Christ*, ed. Simon and Shuster, 1944, N.Y.
- 20 - Henri Pirenne, *Les Villes du Moyen Age*; trad. C. Miguel, ed. Europa-América, p. 16
- 21 - Ibid., p. 22
- 22 - Diz Pirenne: "Nenhum indício anuncia o fim da comunidade de civilização estabelecida pelo Império Romano. No início do século VII, aquele que tivesse lançado um golpe de vista sobre o futuro, não teria divisado qualquer razão para não acreditar na persistência da tradição", ob. cit., p. 30
- 23 - Jean Delorme, *Les Grandes Dates du Moyen Age*, Presses Universitaires de France, 1986; trad. C. Franco.
- 24 - H. Pirenne, ob. cit., p. 31
- 25 - Ibid.
- 26 - Peter Brown, "A Igreja", in Hist. V. Priv., ob. cit., vol. 1, p. 270. Lê-se a dado trecho: "Como patrono dos pobres e protector das mulheres influentes, cujas energias e fortuna punha ao serviço da Igreja, director espiritual de grandes grupos de viúvas e de virgens, o bispo adquiriu importância na cidade"...
- 27 - Apenas e tão só porque a sua origem divina lhes infundia mais do que respeito - um profundo temor.

- 28 - H. Pirenne, ob. cit., p. 58
- 29 - Ibid.
- 30 - Ibid., p. 22
- 31 - Ibid., p. 64
- 32 - Ibid., p. 66-67
- 33 - Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, (12 Vol.), ed. Verbo, vol. 1, pp. 52-58
- 34 - Veja-se a este propósito, a obra de Michel Banniard *Le Haut Moyen Age Occidental*, 1980, Presses Universitaires de France; trad. de M. Campos.
- 35 - Segundo M. Banniard, ob. cit., p. 29
- 36 - Luis Manuel de Araújo, "Os Muçulmanos no Ocidente Peninsular", in Hist. Port. (4 Vol.), ob. cit., vol. 1, pp. 245-289
- 37 - Jacques Heers, *Le Travail au Moyen Age*, 1965, Presses Universitaires de France; trad. de C. Franco, p. 137
- 38 - M. Banniard, ob. cit., p. 106
- 39 - Philip Rawson, "Islamic Architecture", in *World Architecture - An Illustrated History*, pp. 154-158
- 40 - Adel Ismail, *Origin, Ideology and Physical Patterns of Arab Urbanisation*, in Ekistics, Fevereiro, 1972, pp. 113-123
- 41 - Ibid., p. 115
- 42 - N. Schoenauer, ob. cit., p. 139
- 43 - Veja-se de V. Serrão, ob. cit., vol. 1, pp. 57-58
- 44 - M. Banniard, ob. cit., p. 31
- 45 - V. Serrão, ob. cit., Vol. 1, pp. 190-193. Lê-se: "Tenha-se presente que já no governo de D. Teresa havia Francos a residir em Guimarães (...) Nos fins do século XII chegam mais Francos a Portugal, auxiliando D. Sancho I na política de

fomento (...) É indiscutível que no início do século XIII se deu a chegada de uma nova vaga de colonos.”

Veja-se igualmente de José Mattoso, “*O Condado Portucale*”, in Hist. Port. (4 Vol.), ob. cit., vol. 1, pp. 419-467

46 - Como preâmbulo ao estudo deste assunto, veja-se a forma como é tratado por Veríssimo Serrão; ob. cit., pp. 166-178, onde se lê a certa altura: “O papel das várias Ordens desenvolveu-se em duas linhas de força: a guerreira, que permitia acompanhar as lutas da Reconquista e impedir a contra-ofensiva dos sarrazenos; e a do povoamento do território, nas terras submetidas ao domínio cristão. Se o primeiro objectivo estava cumprido nos meados do século XIII, a segunda actuação foi mais longa e produtiva, pois contribuiu para a fixação de moradores, o assento de terras e a valorização do campo. Competia-lhes guardar as fortalezas e promover o desenvolvimento agrário, fazendo do castelo medieval, como escreveu belamente Herculano, o *ponto de partida de uma nova povoação*.”

47 - Ibid., pp. 193-194 e pp. 340-344, “... no século XIV, assinalam-se núcleos judaicos nas seguintes terras: em Trás-os-Montes - Bragança e Mogadouro; em Entre-Douro e Minho - Porto, Guimarães e Vila Nova de Gaia; nas Beiras - Guarda, Ribacoa Trancoso e Coimbra; na Estremadura - Lisboa, Santarém, Abrantes, Vila Franca de Xira, Povos, Malveira, Sintra, Cascais, Cheleiros, Oeiras e Frielas; no Alentejo - Évora, Alvito, Vila Viçosa, Elvas, Portalegre, Alcácer do Sal, Mourão, Monsaraz, Alandroal e Serpa; e no Algarve - Faro, Loulé, Lagos e Tavira.”

Veja-se ainda o trabalho indispensável de Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no século XIV*, 1970, Lisboa.

48 - Utiliza-se propositadamente o termo “ambiente”, porque espaço é já ele redutor. A casa é composta de espaços, de luz, de

texturas, de odores, de mobiliário. Mobiliário que evolui para equipamento e que está em vias de se tornar ... *inteligente*.

49 - Veja-se a obra ímpar de Teófilo Braga, *O povo Português - nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, (2 Vol.), 1885, ed. Dom Quixote, 1985. Lê-se logo no início no proémio: "Escrevia Henri Martin, por ocasião do Congresso Antropológico celebrado em Lisboa em 1880: Portugal é exatamente a região da Europa onde o erudito, por muito que se encerre na sua ciência, há-de por força abrir os olhos, e bem abertos sobre tudo quanto o rodeia; porque o presente é aqui tão curioso, e quase tão diferente dos nossos costumes, como o podiam ser as idades antigas."

50 - O primeiro censo de que há registo fidedigno é o de 1527, por ordem de D. João III que, em 17 de Julho desse ano, expediu de Coimbra uma carta régia a cada um dos corregedores das seis províncias do reino em que lhes preceituava o processo e a autoridade para fazer o arrolamento de todos os moradores da respectiva comarca.

A população de Portugal foi calculada naquele ano em 1.122.112 habitantes, o que não perfaz sequer os 13hab./Km².

51 - J. V. Serrão, ob. cit., pp. 58-61

52 - Alexandre Herculano, *História de Portugal*, t. III, p. 179

53 - Armando de Castro, "*Transformações das Relações Económicas*", in Hist. Port. (4 Vol.), ob. cit., vol. 1, pp. 657-689

- fig. 1 - Representa a casa *del Papiro Dipinto*, em Herculano. Ilust. 48 da obra de Jorge de Alarcão, *Introdução ao Estudo da Casa Romana*, 1985, Coimbra.
- fig. 2 - Representa a organização de um kraal Masai, de acordo com o levant. de Kaj Blegvad Andersen. Ilust. inser. p. 66 na obra de Norbert Schoenauer, *6.000 Years of Housing*, 1981, N.Y.; public. inic., *African Traditional Architecture*, Oxford University, 1971, Nairobi.
- fig. 3 - Representa a disposição dos abrigos numa aldeia de Pigmeus, segundo o levantamento de Colin Turbull. Ilust. inser. p. 22 na obra *6.000 Years*, ob. cit.; public. inic., *The Forest People*, Simon and Shuster, 1961, N.Y.
- fig. 4 - Representa um acampamento cerimonial bosquimano, de acordo com o levantamento de Douglas Fraser. Ilust. inser. p. 19 na obra *6.000 Years*, ob. cit.; public. inic., *Village Planning in the Primitive World*, Little Brown, 1977, Boston.
- fig. 5 - Representa uma unidade habitacional núbia, de acordo com os levantamentos de Oskar Luz. Ilust. inser. p. 57, na obra *6.000 Years*, ob. cit.; public. inic. na *National Geographic*, Novembro, 1966
- fig. 6 - Representa um complexo habitacional designado casa "Fra-Fra" em Damongo no Gana, de acordo com o levantamento de Charles Cockburn. Ilust. inser. p. 77 na obra *6.000 Years*, ob. cit.; public. inic. na *Architectural Design*, nº 32, Junho, 1962
- fig. 7 - Representa um Igloo, de acordo com o levantamento de Franz Boas. Ilust. inser. p. 27, na obra *6.000 Years*, ob. cit.; public. inic. pelo Central Eskimo, University of Nebraska Press, 1964, Lincoln.

fig. 8 - Representa um conjunto de casas em Beidha, na Jordânia, com 9.000 anos, de acordo com o levantamento de Jonathan Leonard. Ilust. inser. p. 90 na obra 6.000 Years, ob. cit.

fig. 9 - Representa uma habitação comunitária na floresta Amazônica, de acordo com o levantamento de Irving Goldman. Ilust. inser. p. 43 na obra 6.000 Years, ob. cit.; public. inic. em *The Cubeo*, University of Illinois Press, 1963, Urbana.

fig. 10 - Representa uma cabana de planta rectangular que substituiu uma de planta circular, cujo espaço redondo constitui ainda o piso térreo, escavado no solo. Levantamento apresentado na obra de Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamin Pereira, *Construções Primitivas em Portugal*, ed. Dom Quixote, 1988, Lisboa.

fig. 11 - Representa a casa grega segundo Vitrúvio, de acordo com os estudos de Becker. Ilust. inser. p. 220 em 6.000 Years, ob. cit. O espaço sombreado a escuro assinala a zona íntima da casa.

fig. 12 - Representa a casa “*dos Pássaros*”, do século II. Ilust. 29 inser. na obra de J. Alarcão, ob. cit. O espaço sombreado a claro representa a zona social da residência.

fig. 13 - Representa a casa “*do cortejo de Vénus*” em Volubilis, século III. Ilust. 28, inser. na ob. cit. de J. Alarcão.

fig. 14 - Representa o piso térreo de um pequeno prédio habitacional em Pompeia. Ilust. 66 inser. na ob. cit. de J. Alarcão.

fig. 15 - Representa o piso de uma *insula* em Pompeia. Ilust. 64, inser. na ob. cit. de J. Alarcão.

fig. 16 - Ibid., ilust. 65

fig. 17 - Representa uma *insula* mista de habitação e comércio em Pompeia. Ilust. 62 inser. na ob. cit. de J. Alarcão.

fig. 18 - Ibid., ilustr. 63

fig. 19 - Mapa representando o urbanismo na Península Ibérica romana, inser. no texto de Armando de Castro "*A economia da Ibéria Ocidental - do início da dominação romana (218 a.C.) ao século XII*", in História de Portugal, (4 Vol.), dir. de José Hermano Saraiva, ed. Alfa, vol. 1, p. 322

fig. 20 - Representa um corte esquemático de uma casa islâmica, exemplificando o controlo climático. Ilust. inser. p. 138, em 6.000 Years, ob. cit.

fig. 21 - Ibid.

CAPÍTULO 2

2-1. O feudalismo

A partir do século X, o Ocidente irá desenvolver um sistema político-social que, não sendo peculiar, encontrou a sua máxima formalização jurídica e institucional no período que medeia entre aquela data e os princípios do século XIII (nalgumas regiões europeias, até mesmo depois do século XIV): - o regime feudal. Agitado violentamente como um espantalho desde a Revolução Francesa, o feudalismo (cuja expressão ritualizada só encontra paralelo no caso japonês), para ser devidamente compreendido, é forçoso que seja enquadrado pelas condições gerais e específicas da sua época.

A generalização para todo o Ocidente do termo “sociedade feudal,” enferma além do mais, de um risco de imprecisão (se bem que cómodo), quando não de um evidente abuso do conceito.

Em várias regiões da Europa do sul, nomeadamente nas penínsulas Ibérica e Itálica, o feudalismo assumiu características muito próprias, onde comunidades houve que, ou não conheceram servidões, ou cedo se libertaram delas.

O sistema feudal é, de resto, um fenómeno bastante complexo, cuja diversidade corre em paralelo à diversidade do mundo rural. A ideia de que a situação nos campos do condado Portucalense pudesse ser semelhante aos da Flandres, é em si totalmente descabida. Naquela época, a conquista agrícola das terras ocidentais estava muito incompleta (1). Os terrenos explorados sistematicamente com uma agricultura regular eram, no dizer de Jacques Heers, “*alguns oásis de cultura perdidos nos imensos desertos das florestas, dos pântanos e das pastagens*” (2).

Os campos bem aproveitados, eram pois a excepção, em vastíssimas regiões intocadas, onde à margem da estrutura social tradicional e sedentária, viviam populações seminómadas; frequentemente

desenquadradas de qualquer senhorio, que não raro era alvo de profunda hostilidade.

Só mais tarde, com o sucesso dos grandes arroteamentos é que a ocupação sedentária se vai incrementar.

Registado este apontamento prévio, seja-nos permitida a generalização do conceito de feudalismo. É, em traços muito breves, um tipo de sociedade cujas principais características são: o forte desenvolvimento de laços de dependência entre homens; um parcelamento extremo do direito de propriedade; uma hierarquia dos direitos sobre a terra decorrentes das dependências atrás referidas; um parcelamento e hierarquização do poder público nas regiões (onde era anteriormente exercido pelo Estado) e por último, porque nela radica grande parte da lógica deste sistema, uma classe de guerreiros ocupando o topo da escala social.

Esta acepção fundamentalmente social e política, pode ser complementada por uma segunda, menos lata e mais objectiva de feudalismo: como um conjunto de instituições que criam e regulam obrigações de serviço e de obediência por parte de um homem livre - o vassalo, para com outro homem livre - o senhor, e que passava na maioria dos casos pela concessão de um bem ou benefício chamado feudo.

Já houve ensejo para aflorar a instabilidade e as gravíssimas perturbações da ordem sofridas pela sociedade em geral, até finais do século IX.

Guerras privadas entre as aristocracias regionais, lutas cíclicas pela sucessão nos tronos, fomes e epidemias.

Os poderes públicos (?) que não dispunham de condições para garantir a segurança das populações, obrigaram as pessoas a procurá-la junto dos poderosos que a concediam a troco da prestação

de serviços. O facto em si não será novo, mas a sua generalização e frequência, sim.

Estas relações de vassalagem podiam, no entanto, não passar de situações puramente institucionais. Atentemos nos casos da França e da Alemanha nos séculos X e XI, onde os senhores foram, de facto, independentes. Reconheciam o rei como suserano, contudo a sua supremacia era puramente teórica; era um senhor entre senhores. O único laço de união era o de serem, depois de prestadas a homenagem e a declaração de fidelidade, seus vassalos (3).

Nesta aristocracia militar, o empenhamento da palavra ultrapassava em muito o apontamento escrito, já que tinha um valor sagrado. Como de resto sucedia com a imensa maioria dos actos jurídicos da Idade Média, também os de vassalagem eram orais. Só nos casos de relevante alcance político (pelo nível dos intervenientes), é que seria redigido um diploma, especificando as obrigações e os deveres mútuos (4). Ficava estabelecido o cumprimento de certos serviços e vedados certos actos que pudessem ser considerados hostis.

A este princípio da vassalagem ficarão a dever a França e a Alemanha, o terem sobrevivido às forças da completa desintegração. Como se compreende, o regime feudal só tem cabimento porque aplicado a uma sociedade essencialmente rural, onde o poder era determinado pela capacidade de defesa da única riqueza válida em períodos de insegurança - a terra.

Mas de onde provinha o feudo ou *beneficium* decorrente da vassalagem?

Se bem que no caso de concessão real pudesse ser retirado do respectivo património familiar, na maioria das vezes era pela usurpação dos domínios eclesiásticos (5).

O património territorial da Igreja era enorme e nele assentava a manutenção das catedrais e abadias, mas principalmente, das respectivas comunidades religiosas.

Ao serem-lhe retiradas importantíssimas fontes de rendimento, a Igreja entrou numa fase de grande instabilidade, *“indisciplina, relaxamento dos costumes, irregularidades de culto, invasão do dogma e da liturgia por superstições e práticas pagãs, desorganização da hierarquia”* (6).

O problema atingiu tal proporção, que ao afectar a sociedade civil, tornou imperiosa a busca de soluções.

Uma delas consistiu na atribuição de uma compensação pecuniária periódica, pela qual se obrigavam todos os habitantes de uma região ao pagamento da décima parte do produto da terra à Igreja. - Chamaram-lhe o dízimo.

Distribuía-se desta forma por toda a população, o ressarcimento de um esbulho transformado em espólio, que apenas a alguns tinha cabido em sorte. Contudo, a Igreja foi por aquele processo, duramente atingida no seu prestígio e de tal facto só tardiamente recuperará. Este fenómeno aparentemente periférico ao estudo em curso, revela-se de consequências inesperadas, no que à vida urbana diz respeito.

As cidades medievais começaram por acolher em elevada percentagem, comunidades religiosas aglutinadoras de outras laicas, pelo que os sobressaltos que as atingiam, repercutiam-se (amplificada-mente) nas sociedades por elas tuteladas. Daí, que este fenómeno da lassidão nos costumes dos clérigos, tenha tido reflexos significativos na habitação urbana da época, como teremos ocasião de apontar.

Antes porém, é necessário abordar o fenómeno essencial do renascimento urbano protagonizado pela burguesia.

Segundo a forma clássica definida pelo bispo Adalberon de Laon, a sociedade medieval estava dividida, nos princípios do século XI, em três ordens ou categorias: *oratores*, *bellatores* e *laboratores*; isto é: religiosos, guerreiros e trabalhadores.

O notável nesta sociedade é que as três ordens (e nisto se distinguem das actuais classes sociais) estavam cimentadas num código axiológico de deveres que deviam ser exercidos pessoalmente, logo não delegáveis.

- O senhor tinha por tarefa a governação do seu domínio, a defesa militar e a administração da justiça; é senhor mas não é proprietário no sentido que hoje lhe atribuímos. Não podia abandonar nem alienar o domínio porque se encontrava constrangido pelas obrigações impostas, não só pelos usos e costumes, mas também pela prestação de contas que devia ao seu suserano.

- Ao clero estavam cometidas as obrigações de difundir e manter a fé, praticar os actos litúrgicos e de instruir as gentes.

- O camponês e o artesão eram responsáveis pelo assegurar das necessidades materiais e tal como o senhor, não podiam abandonar a gleba.

O feudalismo representa também uma divisão do trabalho, no qual cada pessoa poderia beneficiar, pelo esforço próprio, das vantagens correspondentes ao seu lugar em qualquer um dos estratos sociais. Ilustra em simultâneo, o extremo imobilismo desta sociedade, para quem a fixação à terra era condição incontornável de sobrevivência.

Durante o período em que a Europa se encontrou fechada sobre si mesma, o volume da produção agrícola não excedia o estritamente necessário à subsistência, já que a impossibilidade (ou improbabilidade) do escoamento dos excedentes, não incentivava o acréscimo do esforço produtivo.

Esta circunstância vem acentuar o conceito pouco favorável ao trabalho, prevalecente durante a Alta Idade Média e herdado por três vias ancestrais: a herança latina, cujo modelo assentava numa classe que vivia do trabalho escravo e cultivava o ócio (7); a herança bárbara, que valorizava as acções guerreiras e que buscava no saque, a satisfação de grande parte das suas necessidades; por último e talvez a mais importante, o facto da ideologia cristã privilegiar a vida contemplativa e catequizar no sentido da crença na Divina Providência.

2-2. A emergência de uma classe

Por tudo isto, o surgimento do burguês poderá ser considerado como uma (quase) contra-corrente. O que parece incontroverso, é que o seu aparecimento se dá nas franjas desta sociedade feudo-vassálica (8).

A primeira condição para o mercadejar é a mobilidade, a possibilidade de se deslocar, o direito de poder ir buscar à produção os géneros que se transportam para terceiros que são os consumidores.

Em segundo lugar, está subjacente a esta prática o conceito de mais-valia de um trabalho e a ideia de lucro, derivado de um serviço que se presta.

Em terceiro lugar, uma noção revolucionária do tempo.

A filosofia clássica e a religião cristã unem-se na definição de um tempo divino, teológico, embora não totalmente coincidentes na sua formalização; para Platão a eternidade era a “ausência de tem-

po” enquanto que para os teólogos cristãos era “a dilatação até ao infinito do tempo”.

Em qualquer dos casos, o “tempo” conduz, inevitavelmente, os homens na direcção de Deus. Assim sendo, estava determinado que o tempo não poderia ser objecto de usura ou de qualquer espécie de apropriação.

A sociedade tinha-se sujeitado desde sempre, ao tempo meteorológico, às estações, às adversidades climáticas, às intempéries e à imprevisibilidade; ao que contrapunha a total submissão à Ordem Natural e de Deus.

Podia-se apelar das fatalidades por meio da oração ou da superstição, mas nelas se esgotava o acto possível do amparo da esperança.

Quando o mercador, ao sofisticar o seu mister e tornar-se autor de operações complexas, introduz a importância do tempo no valor do preço ou do câmbio, ele faz daquele conceito (e pela primeira vez), um valor mensurável. Frequentemente, era o que determinava a margem de lucro ou de prejuízo do seu negócio (9).

A nova concepção de tempo, laicizada e racionalizada é um fenómeno profundamente urbano (10), ainda que seja oportuno referir a única excepção conhecida no Ocidente e anterior a estes eventos, da imposição de uma noção de tempo contabilizável. Aconteceu durante a dominação árabe da península Ibérica, no que respeita à utilização de águas de irrigação.

O uso desse bem precioso era rigorosamente controlado nos canais de irrigação, para que a partilha proporcional pelos campos e aldeias, severamente regulada, fosse respeitada. Havia relógios hidráulicos e até tribunais especiais (constituídos semanalmente), que mediam e julgavam todos os conflitos da água (11).

O tabu que afirmava que “o tempo a Deus pertence”, é levantado pela acção do mercador e é oferecido como dádiva, a toda a sociedade (12). A este propósito recordemos o texto ilustrativo de Alberti que fala pela boca do seu alter ego:

Gianozzo: Há três coisas que o homem pode dizer que lhe pertencem: a fortuna, o corpo ...

Lionardo: E qual será a terceira?

Gianozzo: Ah! É uma coisa extremamente preciosa.

Estas mãos e estes olhos não são tão meus como ela.

Lionardo: Maravilha! E o que é?

Gianozzo: O tempo, meu caro Lionardo, o tempo, meus filhos (13).

O mercador constitui a partir do século XI o agente fermentador de uma nova mentalidade social, da promoção ideológica do trabalho e dos trabalhadores. Uma transformação das mentalidades que encontrará a consagração plena no Renascimento.

Jacques le Goff debruça-se atentamente sobre a temática das “Profissões Lícitas e Profissões Ilícitas no Ocidente Medieval” (14), onde dá uma imagem transparente dos enormes preconceitos que se abatiam sobre um sem número de actividades profissionais consideradas “perigosas”; sendo colocadas num Index e ostracizados os seus actores, segundo critérios tão absurdos (à luz actual) como

o da condenação dos cozinheiros, arrastados pela condenação do pecado da gula (15).

Numa sociedade rural e militar dominada por duas classes, a terceira sofria de duplo desprezo (16). A lista das “profissões servis” agrárias e artesanais, é longa e humilhante. Em boa verdade, só o clero era considerado imaculado, pois até a aristocracia militar estava manchada pela violência sob a qual assentava o seu poder. - É pois em relação à Igreja, que o mercador tem necessidade de se afirmar.

Após a desconfiança e descrédito iniciais, surgem dela, primeiro os motivos de desculpa, depois os de justificação e por fim a dignificação da actividade. Sobretudo o que justifica o mercador é o seu trabalho e a sua utilidade comum.

Os teólogos e os seculares puseram-se de acordo (17), ficando célebre a afirmação de S. Tomás de Aquino, que representa a ratificação dos novos grupos sócio-profissionais que protege e a quem oferece a justificação teórica e espiritual para as respectivas actividades:

“Quando alguém se dedica ao comércio tendo em vista a utilidade pública, quando se quer que as coisas necessárias à existência não faltem numa terra, o lucro, em vez de ser encarado como um fim, é apenas reclamado como remuneração do trabalho” (18).

Mas a unidade do mundo dos *laboratores* não durará muito. As leis e a lógica da sociedade vão dividir as camadas superiores da vida urbana - os burgueses enriquecidos pelo comércio - dos artífices e operários assalariados, remetidos para actividades de simples produção e a quem a comercialização (a verdadeira

componente rentável) estava rigorosamente vedada pelos grandes mercadores (19).

“Em Itália, por exemplo, em Florença, afirma-se o contraste entre as instituições - “artes maiores” em oposição às “artes menores”, cujos membros são excluídos das funções municipais” (20). À medida que esta classe progredia comercial e economicamente, verificava-se, em concordância, a sua ascensão social.

A estabilização e afirmação da burguesia, produziu reflexos nas várias artes, mas antes de mais, na arquitectura.

A Alta Idade Média tinha visto desenvolverem-se apenas dois tipos de edificações: a fortaleza, habitação do senhor e a igreja, local de culto.

Desde então vão desenvolver-se mais dois: a arquitectura civil pública e a casa burguesa.

A primeira, representando os equipamentos de apoio à actividade mercantil: armazéns, entrepostos, alfândegas, etc. A segunda é a habitação dos comerciantes recém enriquecidos, que apresenta numa primeira fase, elementos de imitação com as casas senhoriais. Deve-se isto a duas ordens de factores. Em primeiro lugar, a compreensível tentação da cópia dos modelos da antiga classe dominante, acreditando ter assim acesso mais rápido, ao reconhecimento social de que se arrogavam credores. O segundo aspecto é para nós importante - pela primeira vez, o “terceiro estado” encontra-se na situação de poder contratar mestres e arquitectos para trabalhar na construção das suas residências.

Esta gente pouco culta mas abastada, cujo passado raramente estava tolhido por linhagens conservadoras, encontrava-se preparada para testar propostas audaciosas no domínio do espaço doméstico, que fazem dos belos pátios interiores o primeiro exemplo da manifestação do espírito do Renascimento.

É certo que não se lhe deve atribuir forte responsabilidade neste processo cultural, excepto o facto (não pequeno) de ter tido a intuição do advento de uma nova era e de ter favorecido os seus mestres construtores, pagando-lhes generosamente e concedendo-lhes a indispensável liberdade de criação.

A sua influência na civilização urbana não carece de demonstração; tal como a sua profunda ligação à cidade onde tinham prosperado e à qual, através de acções de mecenato, não raras vezes pretenderam proporcionar o brilho de um generalizado bem-estar económico.

2-3. O caso português

Como anteriormente foi referido, também a feudalidade se reveste em Portugal de importantes singularidades. A ponto de Alexandre Herculano ter negado a existência entre nós de um regime feudal como houve em França, na Alemanha ou mesmo no norte de Espanha (21).

A realeza em Portugal foi sempre suficientemente forte para impor a dependência à nobreza senhorial (22). É evidente que durante a reconquista e a formação do Estado português, houve inúmeras doações em honras e coutos, mas aos seus detentores, mesmo recebendo a propriedade a título hereditário, estava-lhes vedado o direito de soberania (23).

Veríssimo Serrão refere uma excepção a este princípio que, contudo, não invalida a regra geral. Deu-se com a concessão de D. João I ao Condestável, do poder de jurisdição sobre as suas terras, o que motivou que *“os juizes da vila de Chaves se recusassem a dar-lhe posse. Tal facto levou D. João I a confirmar-lhe a*

doação, pondo os privilégios senhoriais acima dos direitos da coroa” (24).

As circunstâncias decorrentes da luta contra castelhanos e sarra-cenos, forçaram a concentração de poderes militares e políticos nos nossos primeiros reis, não favorecendo a emergência de um regime aristocrático medievo.

Foi essa lógica, de resto, de não abdicação dos privilégios reais face à nobreza e ao clero, que fez de Portugal a primeira nação com fronteiras estabilizadas no continente.

“Um outro dado que permite compreender a inexistência de feudalismo, baseia-se na força do regime municipal, que desde o século XII à crise da Independência, funcionou como aliado do poder real contra as imposições da classe senhorial. As viagens régias, a concessão de cartas de foral e o regular funcionamento das Cortes constituíram meios ao serviço dos monarcas para consolidar a realeza (...) respeitando os foros concelhios, estavam seguros da fide-lidade dos povos, como largamente se confirmou no reinado de D. João I” (25).

As condições de estabilidade crescente justificam um surto demográfico, cujo indício mais inequívoco é o da multiplicação dos desbravamentos. Eles arrancam primeiro nos limites das antigas terras de cultivo, depois pela criação de novos campos em áreas até então selvagens.

Tal actividade que pode assentar, no início, na exploração familiar, vai dar origem sobretudo durante os séculos XII e XIII, às chamadas *villae novae* ou *villae medianae* (26).

Estes movimentos de famílias ou grupos de famílias, levam-nas a enfrentar não só as agruras naturais e os perigos que os desbravamentos comportam, mas também a procurar a libertação dos pode-

res senhoriais, permitindo-lhes romper efectivamente os laços de dependência, até psicológica (27).

A partir dos fins do século XII, nas regiões onde se tinham implantado as fortes instituições religiosas e militares, vão também aparecer povoamentos, mas com regras por elas ditadas. Isto determina desde logo, as diferenças de ocupação da terra que ocorrem no Norte - as referidas em primeiro lugar - das que se verificam no resto do território, cujo modelo é conduzido (ou vigiado) pelos mosteiros e ordens religiosas, com os seus senhorios no centro e sul de Portugal.

A forma como se desenvolveu a sociedade medieval, estipulou também o critério fundamental de distinção social, baseado em primeiro lugar na riqueza e em segundo lugar no nascimento.

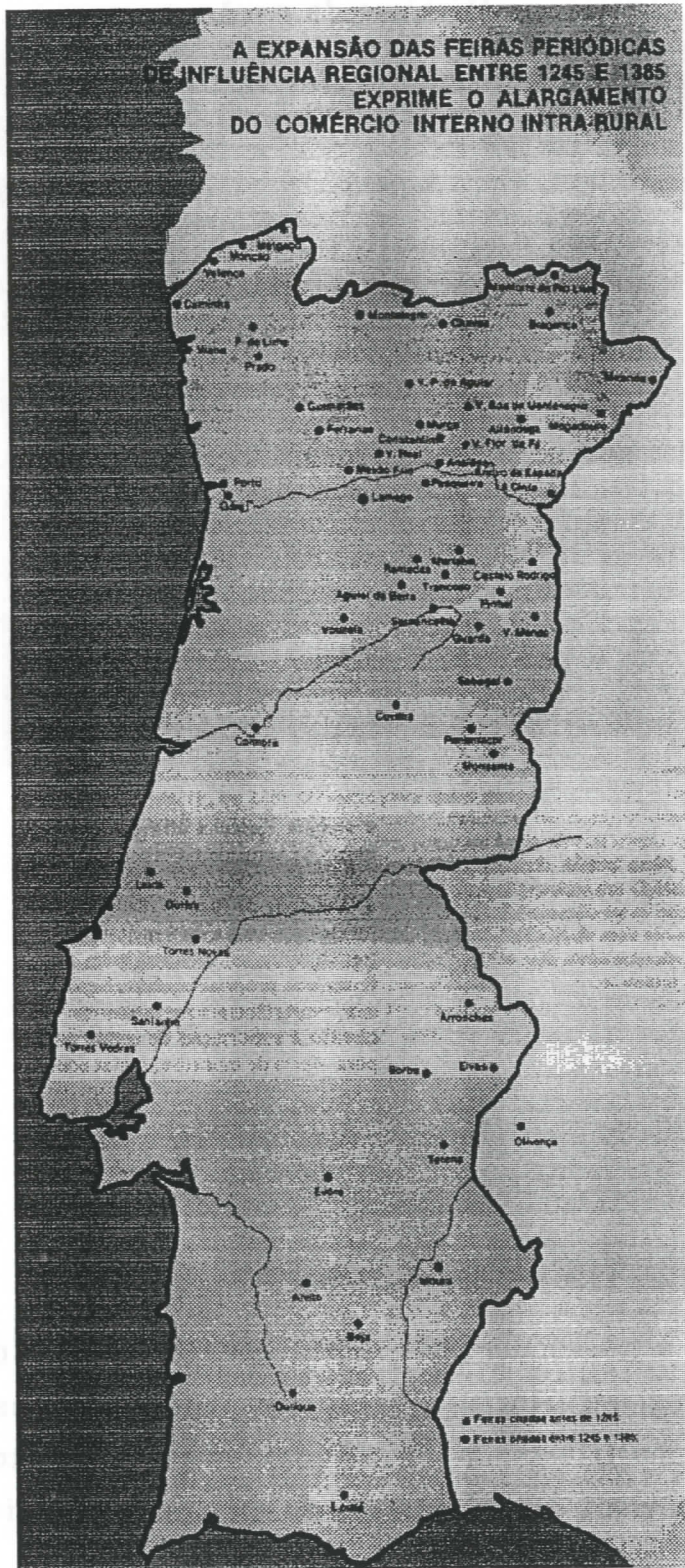
- A riqueza, que era representada pelo património fundiário e os privilégios dele auferidos.

- O nascimento, porque a tradição nobre obrigava a uma estrutura sucessória unilinear (28). Conseguia-se a concentração pelo não desmembramento das honras, mas fazia-se dos filhos segundos (mesmo os de alta linhagem), deserdados ou mercenários; o que deu origem à eclosão de algumas e por vezes graves convulsões sociais, cujo clímax, em Portugal, é a guerra civil de 1245-1248 (29).

Com D. Afonso III emerge pela primeira vez uma verdadeira nobreza não senhorial. Uma aristocracia urbana que não depende de domínios rurais, mas das funções que o rei entende atribuir-lhe e da qual vão nascer algumas das mais poderosas famílias do país.

"As suas fortunas são baseadas principalmente em bens móveis ou em prédios urbanos muito rentáveis." (30)

O poder que se começa a deslocar do campo para a cidade, representado pela transferência da influência de um círculo restrito de cortesãos para as cortes, vai fazer pender de novo para os burgos,



o prato da balança do desenvolvimento.

D. Dinis foi no seu tempo o principal protector (e promotor) de feiras e mercados, que conhecem um enorme incremento, auxiliados por medidas várias de isenção e franqueamento. Assim se promovia a actividade económica e se obrigava à baixa dos preços dos bens comercializados.

Desenvolvem-se mesmo, medidas de apaziguamento social onde se insere, por exemplo, o princípio da “*paz do mercador*” pelo qual se impedia que uma pessoa fosse perseguida durante a permanência da feira na cidade, por maior que fosse a gravidade do crime ou do delito cometido (31).

Fig. 22

A sua política orientou-se não só, para o desenvolvimento agrícola do país, mas também em dotá-lo de bases sólidas para a actividade mercantil; com o comércio marítimo a dar as primeiras indicações do papel que o futuro lhe reserva na História da nação.

O século XIV registou um notável incremento nas actividades marítimas de Portugal. O comércio com o Norte da Europa robusteceu-se e a presença de um elevado número de mercadores estrangeiros é assinalada em vários documentos desde 1323 (32). Em especial são de anotar os elos que se vão estreitando com a Flandres, cujas implicações além das económicas têm para nós particular significado, pelo que representam de influência na arquitectura doméstica; que a seu tempo se referirá.

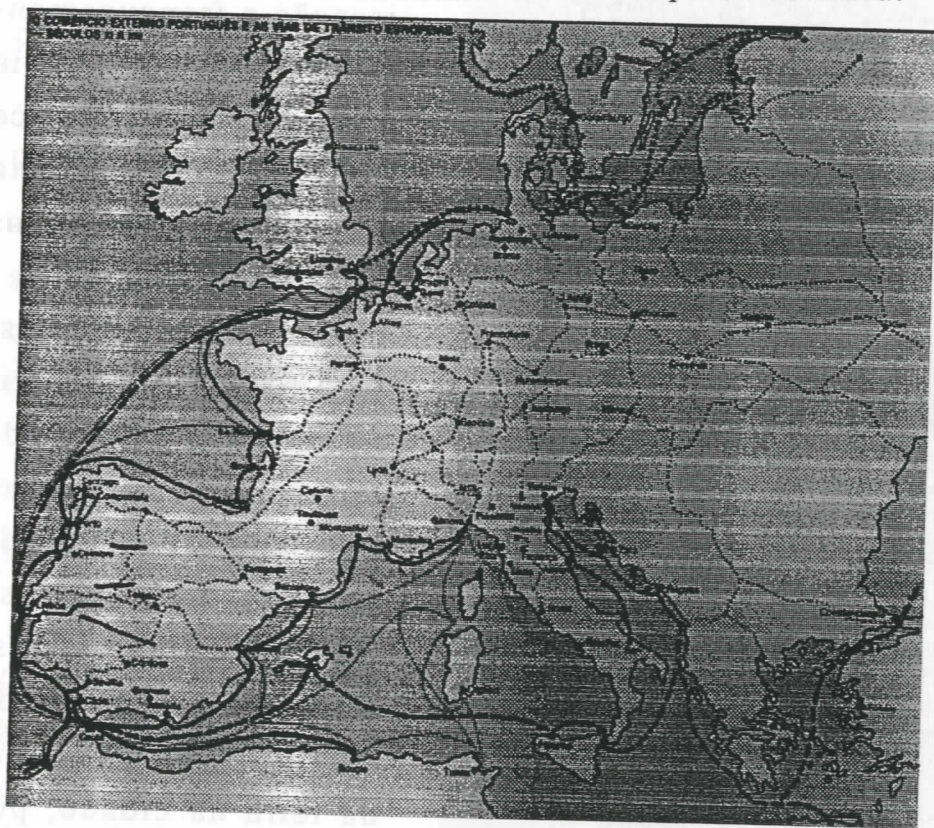


Fig. 23

É significativo que sendo o nosso um país meridional, flanqueado pelo Mediterrâneo, a nossa arquitectura doméstica urbana tenha sido, por via das viagens marítimas, mais influenciada pelo norte (Normandia, Bretanha, Flandres e Inglaterra), do que pelo sul vizinho.

Em termos geográficos é também o norte do país que se distingue pelo número e riqueza dos seus mercadores (33), o que é testemunhado pelo facto significativo de terem sido capazes de se



oporem ao bispo do Porto (Senhor da cidade, nos princípios do século XIII), por este infringir as liberdades garantidas aos burgueses por foral concedido pelo seu antecessor (34). O desfecho da revolta não lhes foi favorável, mas constituiu o prenúncio da ascensão de uma classe.

Fig. 24

A arquitectura em particular e as artes em geral, são em Portugal, do século XII ao século XIV (e mesmo século XV), profundamente influenciadas pelo Românico (35).

D. Henrique ao tomar posse do Condado Portucalense, trazia no seu séquito um parente e amigo que virá a ter um papel importante no traço de numerosos mosteiros no norte de Portugal. Era ele o Abade Hugo, monge de Cluny.

Se bem que o Românico português seja na sua “forma” em tudo semelhante ao borgonhês, o seu “sentido” difere substancialmente. Quer se trate de arquitectura militar ou religiosa, a sua função primordial era a de assinalar um local de influência e controlo cristão, o que em tempos belicosos e de frequentes incursões mouras era de grande valia, pois orientava os fiéis na procura de refúgio seguro.

Também por isso as próprias igrejas (ameadas e de aspecto acastelado), eram robustamente construídas para abrigarem em recato as populações ameaçadas (36). A mais antiga é a Sé de Braga (1096), fundada em plena época condal e a maior, a Sé de Évora, com início de construção por meados do século XIII (mas que alguns cronistas defendem poder ter sido iniciada ainda em 1186) e que representa um dos mais altos momentos da transição do Românico para o Gótico em Portugal (37).

“Na sua rudeza granítica ou ossatura calcária, as catedrais foram o marco de resistência cristã e o grande aliado do castelo medieval para o fortalecimento do Reino.” (38)

O Românico português não se restringia, evidentemente, às igrejas. Sendo estas quase todas pertencentes a mosteiros, da arquitectura destes pouco se conhece; ou porque tenham sido construídos com materiais que não resistiram ao tempo, ou por terem sido abandonados e substituídos por novos e mais amplos, o que certamente terá ditado a sua precoce ruína.

A arquitectura monástica é um exemplo da sobrevivência do modelo da antiga *villa* romana, desaparecido da arquitectura doméstica corrente; desde logo pela omissão do pátio interior, que o rigor dos climas, a pequenez das fortunas e os sobressaltos da vida, rapidamente suprimiram do âmbito do espaço familiar.

Esse elemento patricio ressurge na figura do claustro e tal como antigamente é ele que ordena todo o complexo abadiado (39). Forma invertida do espaço público, com o seu passeio coberto, regulado pelas estações do ano e pelas horas do dia, o claustro articula todas as actividades funcionais repartidas pelos compartimentos do edifício.

O mais cuidado de todos era a Igreja, que como atrás se referiu, era normalmente a sobrevivente última do conjunto. Havia ainda a sala Capitular, o Dormitório, o Refeitório, a Cozinha e as Despensas. Esta distribuição correspondia à unidade básica, sendo que nas mais sofisticadas se poderiam juntar, uma Hospedaria, um Hospício e mesmo os estábulos.

O mais eloquente exemplo desta estrutura é o extraordinário projecto de Saint-Gall, que fiel ao modelo beneditino propõe (ainda que no plano teórico) relações harmónicas e aritméticas, fundando-se num módulo de 40 pés; expressando uma postura toda, que desmente as propaladas trevas da Idade Média (40).

A arquitectura militar desta época, tem ainda a sua historiografia por fazer, embora recentes indícios apontem no sentido de uma maior atenção por parte dos nossos estudiosos para tal temática. Justifica este capítulo da História da Arquitectura, por si só, um tratamento autónomo.

Quanto à arquitectura civil urbana, o que dela resta é demasiado escasso. Além de pouquíssimos vestígios atribuíveis a edifícios românicos, apenas se conhece em Portugal a construção denominada *Domus Municipalis* em Bragança, provavelmente do século XIII.

Este edifício, único no género na Península, terá sido construído para casa de água, já que na sua parte inferior se encontra um grande reservatório, abobadado em três tramos.

O pseudolacrimal, apoiado na cachorraria interior e exterior, tem o remate do telhado um pouco acima e atrás, fazendo de caleira para conduzir as águas da chuva até ao reservatório. O mesmo acontece na moldura sob as janelas, que com pendente acentuada no ângulo frontal, gera o desnível para o escoamento da água até ao canal de recolha.

O piso sobre a cisterna forma o grande salão, com banco corrido a toda a volta e rasgadamente aberto pelo ritmo de janelas, o que muito define a imagem desta construção. Serviu em tempos de local de reunião dos “homens-bons” do concelho, pelo que a República lhe atribuiu a designação por que hoje é conhecido.

No que respeita à habitação rural, ela era nesta época aceite como um elemento de grande precariedade (41), tanto a habitação do nobre como a do camponês.

2-4. A residência do nobre

Se nos demorarmos na região norte do país (cujas características diferem substancialmente das do sul, quer em termos climático-morfológicos, quer nas próprias raízes do povoamento (42), veremos surgir como habitação nobre, a torre (43); modelo introduzido por via da fixação no nosso território de cavaleiros Francos, atraídos pelas guerras da Reconquista.

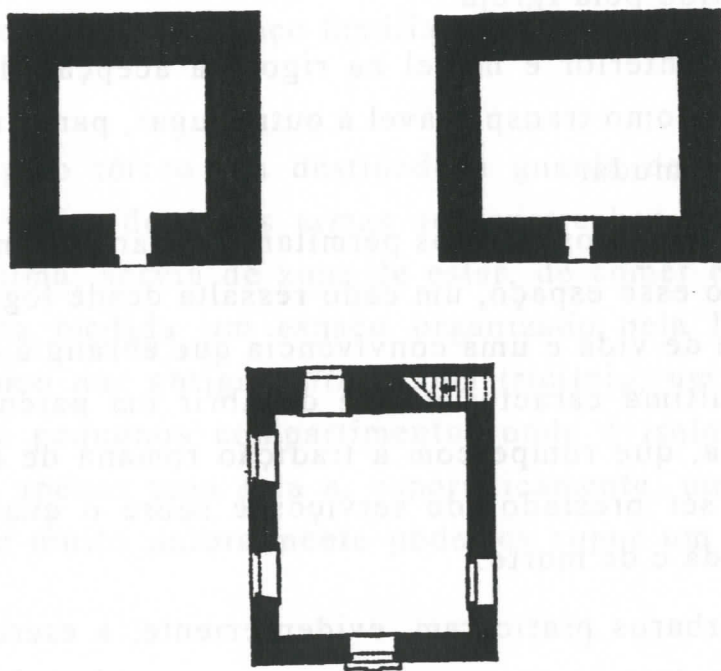
É uma simbiose de arquitectura militar e doméstica, que atesta a evidência de uma época tormentosa e que não se confunde com a torre de menagem de uma fortaleza (eventualmente desaparecida), pois os fundamentos da sua construção são distintos. A torre de menagem era uma das várias componentes defensivas do castelo (a última), tendo normalmente adjacente a habitação do nobre com a qual comunicava internamente, mas cuja função era fundamentalmente militar; só em caso de perigo extremo era utilizada como refúgio.

A casa-torre, formal e espacialmente idêntica, era uma residência de facto, que contemplava tão somente a segurança da família ilustre. Contudo, estas casas fortificadas acrescentavam a esta dupla função uma outra de grande significado: eram os verdadeiros

símbolos da afirmação do poder senhorial (44), pelo que careciam de autorização régia para o seu levantamento. Quando erguidas à revelia deste consentimento, incorreram com frequência no auto de demolição, de que temos prova em determinações dos reis D. Dinis e D. Afonso IV.

“A torre solarenga tornou-se, pois, no mais nobre e evidente sinal do senhorio sobre uma terra. Mas, embora símbolo, continuou a ser aproveitada para habitação, e também durante muito tempo conservou um certo grau de fortificação, este assinalado claramente nas linhas de ameias mais antigas (...) e nas espessas paredes com poucas aberturas (...). Por fim, o carácter funcional das ameias desaparece com o andar dos tempos e estas passam a desempenhar papel meramente decorativo, embora indispensável para acentuar o verdadeiro espírito da torre, herança nobilíssima de tempos guerreiros” (45).

Fig. 25



Este tipo de construção que virá a ter grande influência no desenvolvimento da habitação portuguesa, era dotado de planta quadrada ou rectangular e normalmente articulava-se em dois ou três pisos, sendo a sua entrada alteada e acessível por simples e estreita escada.

O ambiente interior adequa-se à imagem austera que a torre transmite. Com muito pouca luz, a divisão do espaço era determinada pela sobreposição dos pisos, cuja ligação se fazia por escadas de madeira e mais raramente por escadas de pedra, praticadas na parede.

À medida que os rigores de defesa vão esmorecendo, surgem mais francos e trabalhados os vãos de janelas e os balcões, que numa primeira fase eram ainda dotados de maticões, posteriormente caídos em desuso e tapados.

A vida doméstica reflecte a mentalidade de uma época e de uma classe, para quem a casa, como entidade estável e perene é algo sem sentido(46). A vida era tida como uma viagem com termo no Além prometido pela Igreja.

Tudo no seu interior é móvel na rigorosa acepção da palavra; e não só móvel como transportável a outro lugar, para onde o senhor se decidisse a mudar.

Na falta de elementos que nos permitam ajuizar a forma exacta como era usado esse espaço, um dado ressalta desde logo: a extrema simplicidade de vida e uma convivência que abrangia os serviçais. Sobre esta última característica é de abrir um parêntesis para a herança celta, que rompe com a tradição romana de considerar o escravo um ser prestador de serviços e sobre o qual se tinha o direito de vida e de morte.

Os povos bárbaros praticaram, evidentemente, a escravatura, mas a sua relação com os escravos foi sempre mais branda e tolerante

do que a dos romanos. Não tinham, por exemplo, o direito de matar um escravo e se tal acontecia, eram considerados culpados de inobservância dos usos e costumes da sua sociedade.

As vozes isoladas, como a do hispânico Séneca, que em Roma proclamaram o escravo como um Homem, expressavam uma visão pessoal e profundamente cívica, mas totalmente deslocada no seu tempo.

Como exemplo acessório, lembremos o caso da bastardia, que na sociedade romana era sinal do maior anátema (quando a criança recém-nascida não era pura e simplesmente exposta), e o caso dos filhos bastardos que nas sociedades decorrentes da migração dos povos bárbaros, alcançaram postos e dignidades relevantes.

A História das nossas dinastias reais é por si só demonstrativa disso mesmo.

Esta permeabilidade da família em relação ao pessoal doméstico, com funda tradição entre nós (e que só muito mais tarde - no século XVIII - se irá alterar), determina em grande parte a distribuição e articulação do espaço familiar.

Na torre, o piso térreo era destinado à guarda de víveres e de utensilagem vária, desde as armas aos apetrechos de viagem. A divisão por cima, servia de zona de estar, de comer e de dormir; sendo em boa medida um espaço organizado pela lareira. Não existe já (como nas antigas *villas*), um triclínio, um gineceu ou uma série de pequenos compartimentos onde o isolamento seria possível. Há apenas uma sala e, esporadicamente, um outro piso superior; que muito naturalmente podemos supor um pouco mais reservado.

Tal configura uma sensível modificação na articulação do espaço, pois passa-se de uma ordem horizontal, para uma estrutura de organização vertical.

O mobiliário estava limitado ao estritamente essencial. A cadeira e a cama são elementos absolutamente estranhos neste ambiente. A cadeira, ou melhor, o cadeiral era de uso extraordinário, sendo considerado um móvel de aparato. O sentar à mesa era sobre um rústico banco corrido, já que o hábito de sentar no chão, sobre coxins ou esteiras (tão enraizado no sul), deparava com o óbice dos frios e humidades do norte.

A arca foi a grande peça do mobiliário medieval, satisfazendo parte das funções domésticas tais como sentar e comer, para o arrumar de todo o tipo de bens e objectos e como separador de espaços. A arca foi verdadeiramente o móvel por excelência e o único que, durante a Idade Média, se pode considerar comum. A cama não era entendida pela sociedade como uma peça de mobiliário. O colchão assentava directamente no pavimento, sobre um tapete, estrado ou uma estrutura baixa de tosca carpinteiragem.

Importante mesmo, eram os panos do seu guarnecimento. Eram eles que atestavam a riqueza e a nobreza do seu proprietário. Aliás, os tecidos e tapeçarias tiveram um papel distintíssimo na estruturação dos espaços, no revestimento das superfícies e na caracterização do interior doméstico, do nobre medieval.

Infelizmente, os tecidos dessa época são hoje bastante raros. As informações mais preciosas sobre eles, chegam-nos por via da pintura e principalmente da iluminura, permitindo-nos alvitrar que o interior dessas casas não seria tão inóspito como o pressentimos hoje. Resta falar de um móvel que por mais simples e tosco que fosse, representa uma extraordinária inovação: a mesa - que é um dos mais importantes legados dos bárbaros à civilização Ocidental. Voltemos uma vez mais à tradição greco-romana, que fazia da refeição um acto cumprido na posição recostada ou reclinada

sobre um dos cotovelos, pelo que os alimentos eram manuseados com uma única mão.

Os Godos comiam sentados, o que lhes permitia utilizar a colher e a faca, mas sobretudo, disporem das duas mãos. A refeição era um ritual da comunidade, de real comunhão da família com os hóspedes e servidores e onde os alimentos, frequentemente manuseados com os dedos (o que obrigava à sua lavagem), eram apresentados em pratos e travessas.

Não será excessivo insistir nesta reflexão, tanto mais que estes preceitos serão, séculos mais tarde, parcialmente subvertidos.

A casa-torre, com o aumentar da exigência de conforto, evolui para os três tipos de casa solarenga que Carlos de Azevedo estuda pormenorizadamente (48).

O primeiro é representado pelo conjunto da edificação que se adossa à torre inicial, o que permite a ampliação do espaço doméstico nessa ala residencial e define, no dizer daquele investigador, o tipo mais genuíno da casa nobre portuguesa do espaço rural.

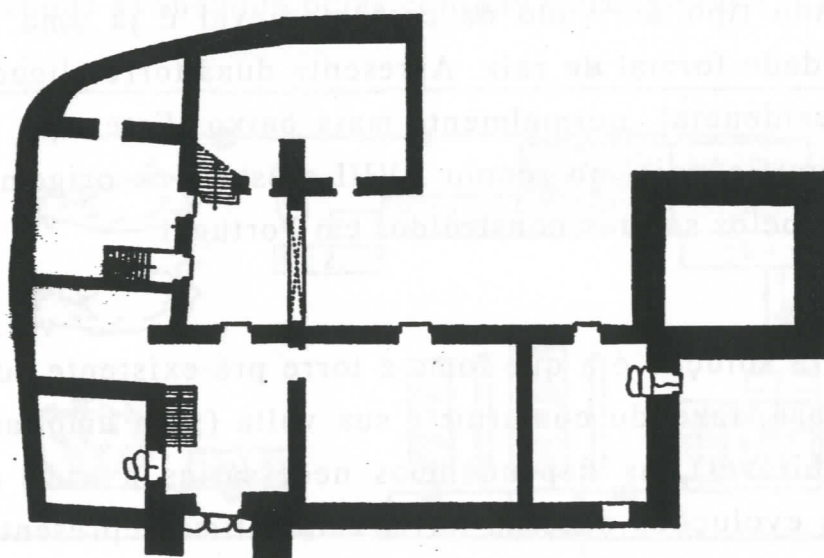


Fig. 26

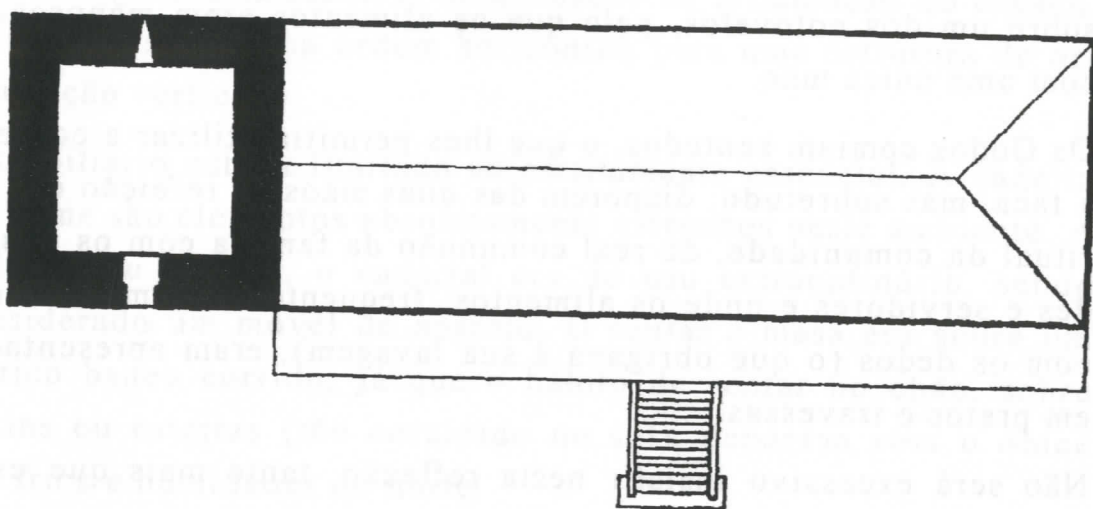


Fig. 27

Vários desses acrescentos foram construídos em materiais mais frágeis (a despeito da abundância de pedra no norte do país), o que justifica o terem-se perdido com o andar dos tempos. O facto é que a existência de construções contíguas às torres, é demonstrado por passagens para dependências que desapareceram e por vestígios como níveis de pisos e linhas de telhados.

O segundo tipo derivado da casa medieval é já uma construção com unidade formal de raiz. Apresenta duas torres ligadas por um corpo residencial, normalmente mais baixo. Este tipo ressurgirá, com magnificência, no século XVIII e estará na origem de alguns dos mais belos solares construídos em Portugal.

A terceira solução é a que toma a torre pré-existente como o centro da casa, fazendo construir à sua volta (para ampliação do espaço habitável), as dependências necessárias à vida doméstica. Das três evoluções da casa-torre, esta última representa "*o mais raro tipo tradicional de residência senhorial*"(49).

2-5. O abrigo do camponês

Os camponeses habitavam, por seu turno, em cabanas (daí o nome de *cabaneiros* por que ficaram conhecidos), cujos vestígios há muito se perderam. Se das casas dos seus senhores poucas perduram, como haveriam de subsistir estas frágeis habitações, de madeira ou de pedra rudemente afeiçoada e com um coberto de vegetal em duas águas?

Eram as mais arcaicas de planta circular (50). As outras, de planta rectangular e igualmente de pequenas dimensões, não ultrapassavam normalmente os três a quatro metros de comprimento, por dois a três metros de largura.

Embora existam trabalhos arqueológicos realizados em França, que apontam para cabanas com dezasseis metros de comprimento por quatro de largura, é ponto assente que estes exemplos eram absolutamente excepcionais (51).

No caso português a informação, pelo menos a divulgada, é praticamente nula; pelo que nos remetemos com as necessárias cautelas, aos estudos avançados pelas equipas estrangeiras (52).

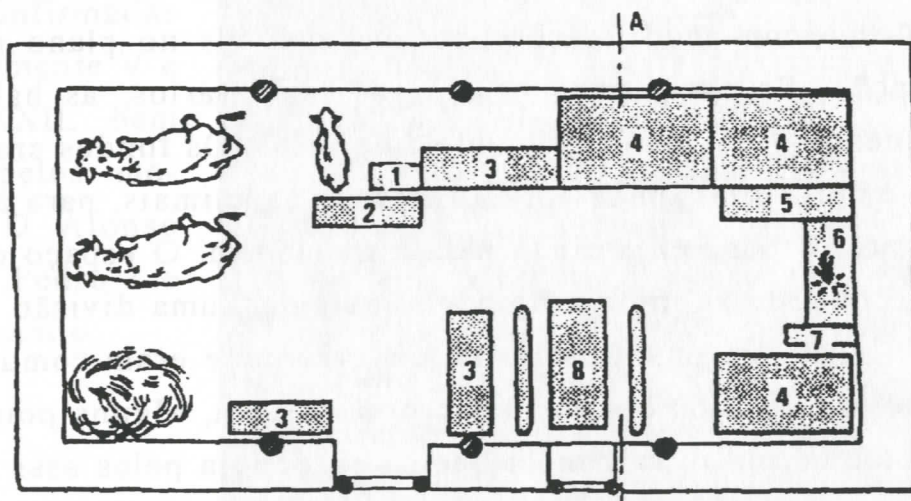


Fig. 28

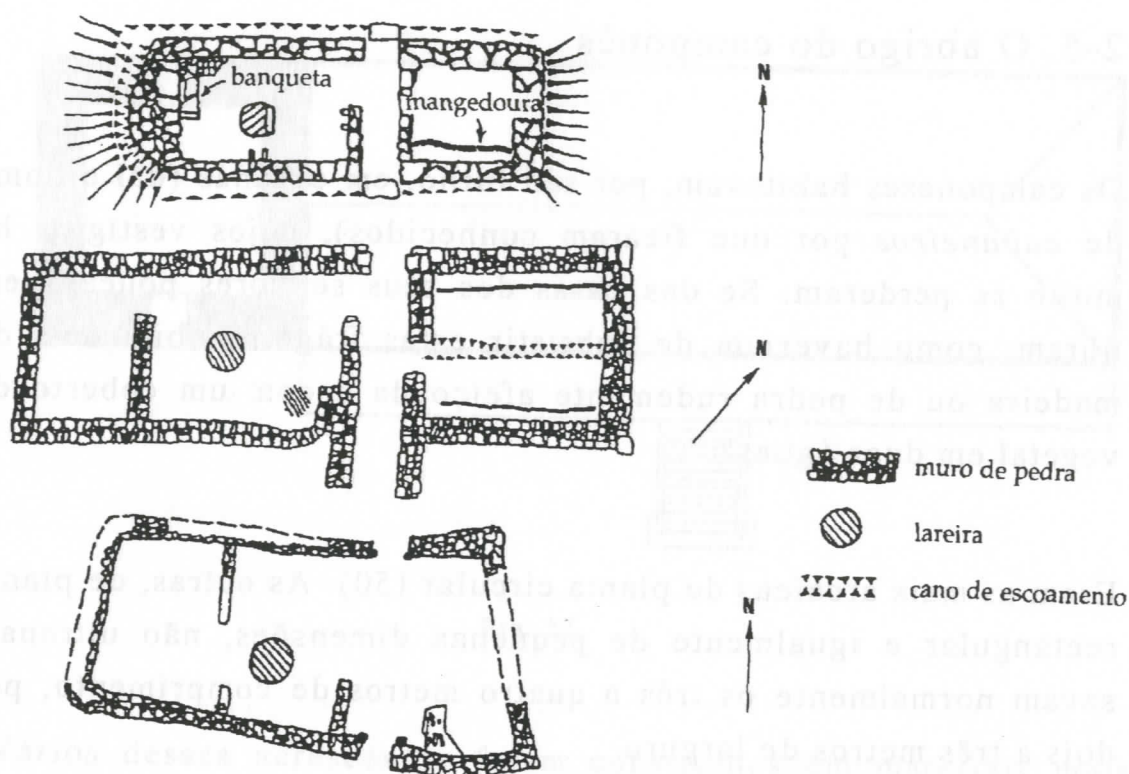


Fig. 29

Contudo, deve-se realçar pela sua exemplaridade, o trabalho de grande monta (sobre alguns tipos de habitação rústica), realizado por Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Construções Primitivas em Portugal*; em que se estudam modelos que resistiram até à segunda metade do nosso século. É portanto admissível que eles se inscrevam numa série iniciada há gerações e com modificações pouco sensíveis no plano geral da concepção. Se excluirmos os abrigos temporários, as habitações permanentes tinham normalmente dois pisos. Os fundos eram escavados e aproveitavam-se para a recolha dos animais, para a guarda de víveres e por vezes ainda para a tecelagem. O espaço era uno; salvo o piso do sobrado, não havia mais nenhuma divisão interna. O mobiliário era paupérrimo. As enxergas que eram comuns, uma arca de arrumo dos bens mais caros à família, alguns potes cerâmicos e uma ou outra panela que se suspendia pelas asas sobre o fogo, constituíam o corrente do mobiliário.

Em agradecimento pelo apoio às suas pretensões (o que levou Marcello Caetano a considerá-la o centro intelectual da Revolução de 1383) (54), o Mestre de Avis cumula-a de benesses e nomeia-lhe um protector, na pessoa do Dr. João das Regras. O auge da Universidade portuguesa seria atingido com o Infante D. Henrique - seu novo protector depois de 1418 - com quem adquire grande prestígio cultural; sendo reconhecida internacionalmente, como o mais importante centro do saber nos séculos XV e XVI. Em resumo, temos no caso português como aspectos mais relevantes na consolidação social e na estruturação da vida urbana, os seguintes aspectos:

- 1 - Um poder real forte, que centralizava no trono o direito de jurisdição sobre todo o território nacional;
- 2 - Uma aristocracia rural dignificada pelo rei, mas igualmente por si controlada;
- 3 - Desenvolvimento, desde os alvares do (re)povoamento, de um forte sentimento municipalista do povo, que o leva, sabiamente, a apoiar (ou apoiar-se) no poder que, dependendo das circunstâncias, melhor sirva os seus interesses;
- 4 - O regular funcionamento das Cortes;
- 5 - O aparecimento em grande número de deserdados de alta linhagem, por força do direito sucessório unilinear (55);
- 6 - O florescimento comercial fomentado pelas navegações, quer fluviais, mas principalmente marítimas, forçando a circulação da moeda (56);
- 7 - Em consequência, verifica-se o estabelecimento de mercadores portugueses no estrangeiro (Norte da Europa) e de estrangeiros no nosso país (especialmente no Porto);
- 8 - O aparecimento de uma nobreza (na verdadeira acepção da palavra) urbana, estruturando o embrião da futura corte do rei;

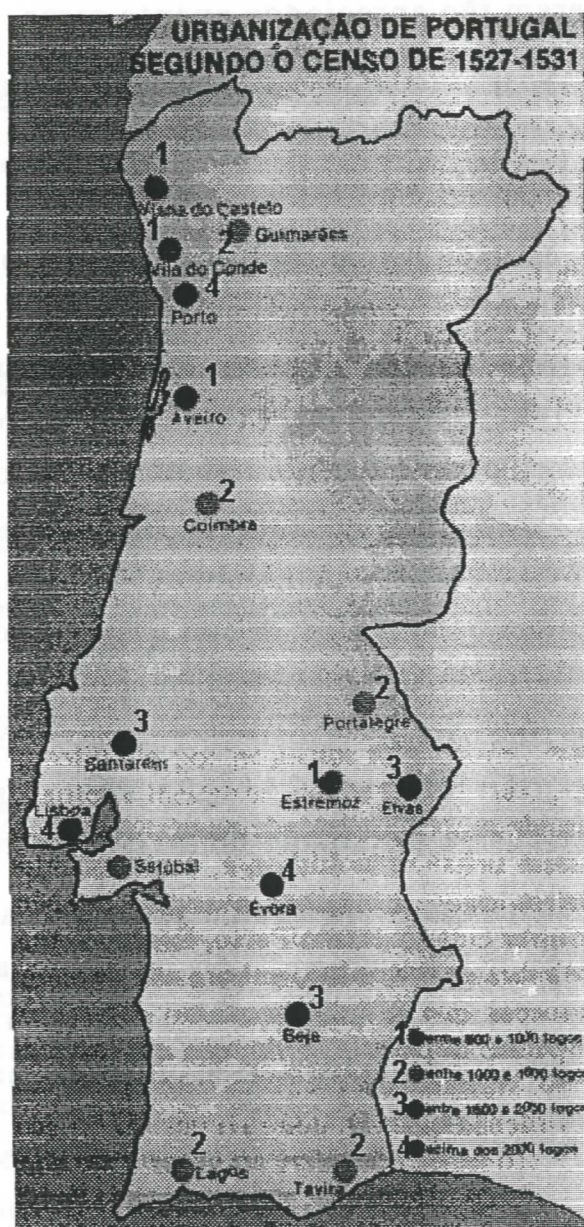
- 9 - Desenvolvimento de uma cultura urbana nas letras, nas artes e nas ciências;
- 10 - Por fim, a existência na sociedade, de importantes bolsas de árabes e judeus não assimilados, possuidores de uma cultura e aptidões distintas e complementares da cristã.

2-7. A cidade medieval e a casa burguesa

A Idade Média vai gerar no seu ocaso, uma das mais importantes das suas originalidades e um exclusivo da civilização europeia, que é a *cidade livre*.

Cidades que se libertaram de grande parte dos constrangimentos feudais, que se governaram por conselhos eleitos e cuja lealdade vai, em primeira instância, para o senhor que lhe outorga o foral (57). Destes “cidadãos”(o conceito de cidadania nacional terá que aguardar alguns séculos ainda), vai emergir a casa ocidental, tal como a conhecemos hoje.

Fig. 31



Ela é o fruto de uma nova classe intrinsecamente urbana, uma vez que o nobre vivia no castelo, o clérigo no palácio ou mosteiro e o aldeão numa choupana.

Tudo o que se possa tecer sobre a vida doméstica na Idade Média, deve ser sempre condicionado pelo facto, de a maior parte da população ser carente de quase tudo.

A este propósito, o historiador holandês Huizinga recria um mundo de profundos contrastes, onde a saúde, o amor e o dinheiro eram tão apreciados quanto raros.

“Na actualidade, dificilmente podemos compreender com que avidez se desfrutava de um agasalho de pele, de um bom fogo na lareira, de uma taça de vinho”(58).

Nas cidades muralhadas e com uma enorme densidade de construção, a casa burguesa no século XIV é simultaneamente a residência e o local de trabalho do proprietário e da sua família. Tinha normalmente dois pisos (eventualmente um sótão aproveitava o esconso do telhado como celeiro), uma frente estreita (de 22 a 28 palmos - cerca de 5.00m a 6.30m) sobre a rua, que por muito ruidosa, acanhada (59) e mal cheirosa (60), representava em todos os sentidos, a comunicação e uma importante mais-valia. Ao contrário das cidades orientais, em que os agregados familiares, étnicos ou religiosos se fecham sobre si próprios, as cidades ocidentais do fim da Idade Média, atraem os seus membros para fora de casa e produzem uma extrovertida sociedade urbana.

Para a rua se voltava a fachada mais caprichada, os vãos mais amplos e também para ela se abria a loja ou a oficina do seu proprietário. Se havia um quarto principal, orientava-se igualmente sobre o arruamento e estava destinado, como seria natural, aos donos da casa.

A cobertura, começou por ser de duas águas drenando para as empenas da construção, o que pode ser considerado como um resquício da cabana rural de que os primeiros citadinos estavam imbuídos; e que tal como ela, devem ter sido inicialmente de colmo. Mas a mais importante reminiscência desta tradição de habitar é sem dúvida o pátio nas traseiras da casa da cidade (61). Era o local da pequena horta, o sítio da recolha dos animais, lugar de vazadouro e onde (quando possível) existia um poço. Para este pátio davam as zonas de serviço da habitação: a cozinha, a despensa, os arrumos e por vezes esse luxo superior que era a latrina.

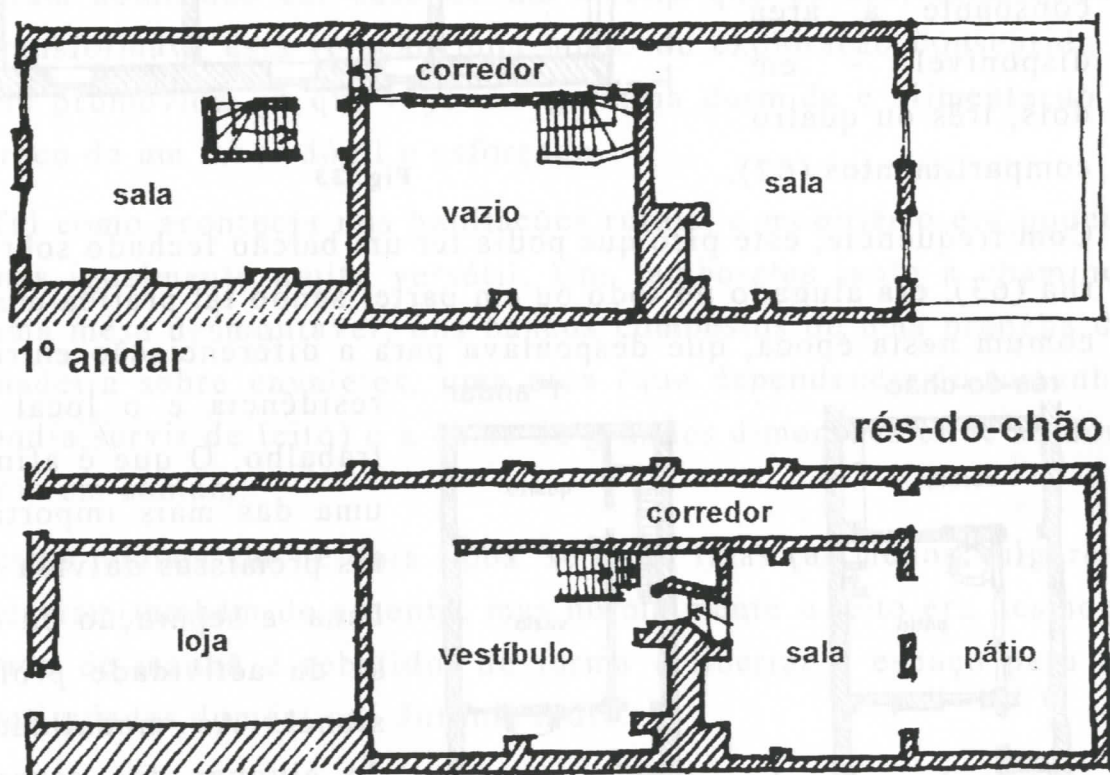


Fig. 32

Sempre que a topografia do terreno e as características do solo o permitiam, era escavada uma cave ou adega, cujo tecto abobadado se poderia elevar um pouco em relação ao chão. Alteava-se assim ligeiramente o piso térreo; neste caso, o acesso ao rés-do-chão fazia-se por dois ou três degraus.

Um longo corredor lateral percorria todo o comprimento da casa, desde a porta até ao pátio dos fundos e dele arrancava a escada de lanço único para acesso ao(s) piso(s) superior(es), cuja divisão se fazia consoante a área disponível - em dois, três ou quatro compartimentos (62).

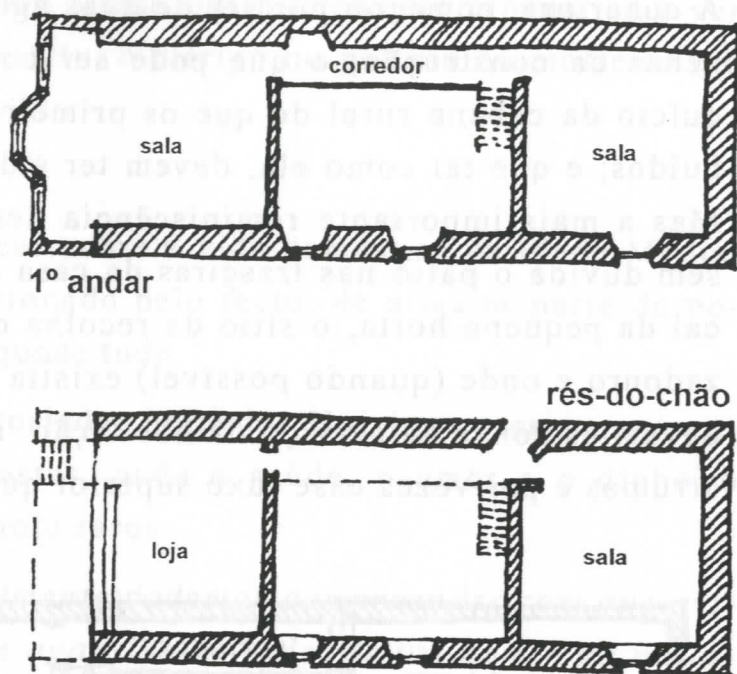


Fig. 33

Com frequência, este piso que podia ter um balcão fechado sobre a rua (63), era alugado no todo ou em parte; sendo tal prática muito comum nesta época, que despontava para a diferenciação entre a

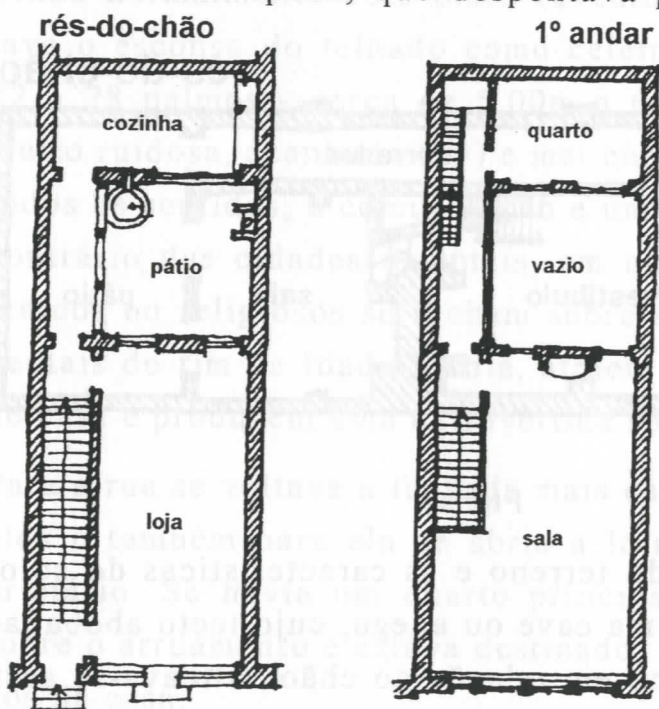


Fig. 34

residência e o local de trabalho. O que é afinal, uma das mais importantes premissas da vida urbana: a separação da casa da actividade profissional. As modalidades do aluguer dos espaços eram porém, diversas das de hoje. Um locatário podia arrendar a loja no rés-do-chão, a sala no primeiro andar e um quarto no sótão, por exemplo.

A organização do espaço doméstico fazia-se assim, na vertical, tornando inevitável o atravessamento de compartimentos afectos ao senhorio, sem que isso constituísse o mais pequeno embaraço ou contrariedade para qualquer das famílias.

As casas eram tão pequenas, que a vida familiar tal como a concebemos hoje, simplesmente não existia.

As proles eram numerosas. As raparigas cedo eram tomadas como criadas em lares mais abastados e os rapazes rapidamente afastados da família, para se iniciarem como aprendizes num qualquer ofício, onde só ocasionalmente cumpriam a sua vocação. Eram admitidos em casa de um mestre que os aceitasse, o que transformava esta relação num misto de exploração consentida e até promovida, já que o jovem garantia dormida e alimentação a troco de um labor dócil e esforçado.

Tal como acontecia nas habitações rurais, o mobiliário era pouco, mas igualmente muito versátil. Uns tamboretos junto à chaminé, uma mesa desmontável, uns bancos compostos de uma prancha de madeira sobre cavaletes, uma arca (que dependendo do tamanho podia servir de leito) e a cama de grandes dimensões onde se dormia em comum.

Estas podiam ser de dois tipos: se eram fixas (as menos vulgares) serviam também de assento, mas normalmente o leito era desmontado de manhã e rebatido, de forma a libertar o espaço para as actividades domésticas durante o dia.

Podiam ser de grandes dimensões, tão grandes *“que (nelas) podiam dormir quatro casais e isto sem se tocarem”* (64).

As cadeiras eram igualmente raras. O seu ressurgimento como peça utilitária só acontecerá na segunda metade do século XV, embora permaneçam obscuras as principais razões do seu anterior desuso.

Os antigos egípcios utilizaram-nas correntemente, os gregos aperfeiçoaram-nas, não só em comodidade como em elegância e os romanos difundiram-nas por todo o Império. O certo é que durante o período medieval a cadeira foi, antes de mais, um objecto de dignificação de quem nela se sentava (65). Certamente, tal corresponderá à forma particular como a residência (e a sua utilização) foi então entendida.

“Na Idade Média as pessoas não viviam tanto nas suas casas, mas mais propriamente acampavam nelas” (66).

Na casa medieval, as várias actividades que decorriam no único compartimento, só eram possíveis pela constante mudança dos móveis no seu interior.

As noções de *casa*, *família*, *privacidade* e mais ainda de *intimidade*, eram totalmente desconhecidas.

As habitações, não sendo grandes, estavam repletas de gente.

Além da família havia os serviçais, aprendizes e protegidos bem como os clientes e amigos. A vida doméstica decorria com toda a naturalidade sob olhar de qualquer espectador. Na ausência de outro local na cidade, a casa era o espaço público profano por excelência.

A sua antítese era a catedral, cujos esplendores e sumptuosidade tinham sido criados para impressionar os crentes *“de quem a sensibilidade tinha sido apagada pelas difíceis condições em que viviam. Os desfiles dispendiosos e os festivais religiosos, que caracterizaram aquela época, não podem entender-se apenas como festejos, mas também como um antídoto contra a miséria da vida quotidiana”* (67).

A arquitectura militar e religiosa, qual pérolas medievais, suplantaram definitivamente a arquitectura civil, subtraindo consciente e

convictamente o bem-estar do homem, remetendo-o para o serviço de Deus.

Os monges serviram de exemplo em quase tudo o que diz respeito à sociedade medieval. Um dos aspectos preponderantes e em que, infelizmente, nem sempre foram seguidos, foi no tocante à higiene. São Bernardo estabeleceu na Regra de Cister, todas as disposições que orientavam, não só a prática religiosa da ordem que fundou, mas os preceitos da actividade mundana dos seus seguidores. A tonsura, por exemplo, começou por ser um preceito de higiene pessoal (com o fito de combater os parasitas) e só mais tarde adquire realmente um valor simbólico.

O detalhe da Regra era tão preciso e padronizado, que se diz que um monge cego poderia movimentar-se em qualquer um dos 700 mosteiros da Ordem (de Portugal à Suécia e à Hungria), sem jamais se perder (68).

Mas onde a sua actividade se revestiu de grande importância foi na hidráulica. Além dos dispositivos mecânicos, de que foram precursores os cistercienses (69), interessa-nos em particular o seu contributo para as normas de higiene pessoal que tentaram difundir junto dos laicos.

Por isso, o banho quente ou frio (tomado regularmente em tinhas de madeira), no *lavatorium*, de que todos os mosteiros estavam dotados (70), tornou-se prática corrente durante este período. O banho público e colectivo tornou-se mesmo uma praxe na sociedade de então, assumindo por vezes carácter de ritual em bodas, festejos ou banquetes, “*sendo acompanhado de música, comida, bebida e, inevitavelmente, do amor*” (71).

O banho não era (a não ser excepcionalmente), tomado no domicílio. Para isso existiam balneários públicos que se foram degradando e transformando em bordeis; concorrendo para a difusão de

doenças e perversão da moral social. Foram tão funestos no seu declínio que seriam proscritos pelo Concílio de Trento e só ressurgiriam no século XVIII.

2-8. As mentalidades

Nesta sociedade de contrastes, onde a miséria individual ladeava com o fausto público, a delicadeza com a crueldade, a religiosidade com a insensibilidade e a ascese com a luxúria; como devemos entender a casa, senão pelo esforço de tentar compreender como pensavam estas pessoas?

- ... Acima de tudo , em aparências!

A sociedade medieval elevou ao cúmulo, o código e a sugestão. Combinou um primitivismo latente com um superior refinamento no trato social.

Huizinga defende que a Idade Média consistiu em duas camadas sobrepostas de civilização: uma primitiva e pré-cristã e outra cortesã e religiosa (72).

Todavia, o que ressalta de fundamental desta análise, é que tal realidade jamais foi reconhecida ou mesmo pressentida nessa altura. Se algo se sobreleva na nossa actual sociedade em relação aquela, é apenas e tão só este ponto. É, aliás, uma característica comum a todas as sociedades de charneira, cuja progressão é condicionada pelo pender do fiel para um dos pratos da balança da civilização.

O homem medieval, que gastava quinze minutos em elaborados cerimoniais de saudação, dormia a três e quatro numa mesma cama. A senhora que saía da missa com os seus filhos pequenos, dirigia-

-se lesta a assistir a uma execução pública, antecédida de crue-
líssimas torturas.

Esta mesma combinação desarmónica reflectia-se na casa.

As habitações no Inverno podiam ser frígidas pela falta de la-
reiras, mas não era raro estarem adornadas de finas tapeçarias.
Na refeição diária tomada em comum com os empregados, clientes
e amigos, à mistura com a família, todos se sentavam à mesma
mesa; mas a posição em que cada um tomava lugar não era indi-
ferente. Não importava o desconforto do banco, porque o impor-
tante era ao lado de quem se estava sentado. Os objectos utilitá-
rios, como os bancos, as arcas e as camas, não mereciam qualquer
atenção por parte das pessoas, pela simples razão de que não pos-
suíam “significado”.

Ao mesmo tempo levavam a situações absurdas o convencion-
alismo do vestuário - especialmente no dos homens; chegando-se a
prescrever com minúcia quem podia usar o quê, quantas vezes se
podia adquirir vestuário por ano, as cores e adornos próprios de
cada estrato social, etc. Para não se referir a excentricidade ri-
dícula de algumas peças, como os altíssimos toucados cónicos de
onde se soltava um véu, usados pelas damas; nem os sapatos mas-
culinos de pontas compridíssimas, ou os gibões de fartas mangas,
que despontavam da cintura em jeito de minifraldas. O que se pro-
curava nesta sociedade obsessivamente estruturada era a expres-
são e exposição pública, bem como a assunção individual das re-
gras e formalidades sociais estabelecidas, de que não estava isenta
a “*gente meã e miúda*” (73). Aquilo que cada um suportava como
desconforto não era tido em conta.

O conceito de “função”, que é para nós uma aquisição de infância,
não tinha qualquer pertinência.

- A cerimónia sim!

O lavar as mãos antes das refeições, o partir do pão, o dar o lado direito ao convidado, eram actos com significado.

A Vida era um acto público.

- A vida era o Acto!

É nesta mentalidade medieval e não num pretenso atraso ou falta de conhecimentos, que se encontrará a justificação da casa como uma unidade tão elementar. A Idade Média não conheceu o conforto, porque pura e simplesmente o dispensou como desnecessário. Enquanto perdurar esta atitude face ao código axiológico dominante na sociedade, a casa poderá sofrer acrescentos de espaço, incorporar decoração mais rica, mas a sua estrutura continuará inalterável.

“A alteração no interior das casas dá-se junto com a alteração no interior das mentes” (74).

E porque a mudança nas mentalidades se faz por um processo bastante lento, a casa evolui muito pouco até ao século XVII (75), quando começa a cristalizar uma subtil diferenciação no próprio conceito de “família”.

Se bem analisarmos a organização da família medieval, ela opera-se em torno dos laços de consanguinidade e de parentesco - sem dúvida importantes - mas principalmente em torno dos laços que Duby (76) e Marc Bloch (77) definem como de “convivialidade”; afinal os que mais energeticamente uniam os grupos de pessoas. Se se quiser reforçar esta opinião, recordemos que a existência de parentes no seio da família se dava, normalmente, pelo lado dos homens, sendo a mulher levada em conta apenas nos preceitos sociais.

O acolhimento dispensado pelo chefe de uma família a um protegido, fazia deste não só um elemento considerado pelos demais, mas por vezes fundamental na estrutura dessa mesma família; facto a que não seria certamente alheio o interesse mútuo entre estas duas entidades. Os próprios criados (das casas abastadas) eram tidos na conta de membros da família, como repetidamente insistiu Alberti (78).

- Ainda e sempre o mesmo princípio de dualidade, subjacente nas relações desta sociedade, que promovia a dispersão de filhos de sangue para adoptar terceiros.

Depreende-se daqui que o isolamento, o exílio, a rejeição pelo grupo era tido pelo indivíduo normal como um pesado castigo ou grande infortúnio, que não raras vezes levava a situações de ruptura irreversíveis.

Nestas comunidades profundamente gregárias, não havia lugar para a solidão, a não ser no caso extremo da ascese. Além deste, só os loucos e desviados se expunham ao isolamento. A lógica desta sociedade, coagia o indivíduo para a comunidade; a solidão como o descampado impelia tanto para o quadrilheiro como para a fada.

“Disto dá testemunho a atitude corrente para com os homens e mulheres que se encontravam sem escolta nos caminhos: já que se ofereciam a si próprios como presa, tinha-se o direito de tudo lhes roubar. No entanto, fossem eles quem fossem, era considerado obra pia, reconduzi-los à força para o espaço ordenado, claro, gerido como praz a Deus, espaço partilhado pelos recintos do privado e pelas áreas intersticiais públicas, onde se movem as pessoas em cortejo” (79).

Mesmo bodas, como a noite nupcial, eram cerimónias colectivas. A própria morte não era um acto do privado. O agonizar era testemunhado pelo grupo alargado dos “convivas”, que assistiam à confissão e contrição pública do moribundo, bem como às últimas disposições testamentárias e outras, que este entendesse (e lhe fosse possível) fazer.

Viver em comum é o ideal de Alberti, que novamente pela boca do seu porta-voz, declara:

“Gostaria que todos os meus residissem sob o mesmo tecto, se aquecessem ao mesmo fogo, comessem à mesma mesa” (80).

Este habitat colectivo manter-se-á como referência ao longo do Renascimento e enquanto a dignidade e abastança das famílias for medida pelo número - maior ou menor - dos seus dependentes.

2-9. O pré-Renascimento

O período entre os séculos XIII e XVI, assiste à lenta emergência na cidade, de uma qualidade de construção um pouco melhorada; a que não são alheias as grandes transformações ocorridas nos fins da Idade Média.

Paradoxalmente, a instauração de regimes fortes, apoiados em sistemas administrativos bem estruturados, que diminuem a arbitrariedade da gestão pública e a multiplicidade de obediências, vai proporcionar a eclosão da domesticidade na casa familiar.

A vida privada, menos desamparada nos aspectos políticos e económicos, vai recuperar a noção de “casa própria”, tornada mais firme e acolhedora.

A construção faz-se com redobrado cuidado, a pedra é usada mais generalizadamente por força de duas solicitações urbanas: uma, por precaução contra o frequente flagelo dos incêndios e a outra, porque o prédio começa a apresentar três e quatro pisos (por vezes até mais), implantados sobre o lote inicial.

Espartilhada pela cintura de muralhas, a cidade densifica-se, conquistando para a construção os antigos quintais e crescendo em altura.

Ao mesmo tempo, algumas comodidades são popularizadas. O vidro produzido em série embaratece e inicia-se a sua aplicação corrente. A fuga da chaminé (afinal uma invenção do século XI) só agora começa a ser utilizada, tornando verdadeiramente habitáveis os espaços dotados de lareira. O que não será coisa menor, a crer numa rima do século XIV que afirmava que: *“três coisas põem um homem fora de casa: a goteira, o fumo e a má mulher”* (81).

A habitação volta a pouco e pouco a acolher uma certa privacidade, relativa é certo, mas na senda inexorável da intimidade.

Contudo, a vida humana permanecia condicionada pela sucessão natural do dia e da noite. As actividades eram realizadas durante as horas diurnas, uma vez que a iluminação artificial continuava um problema sem solução eficaz. As velas de sebo (porque as de cera eram destinadas aos ricos) e as lamparinas de azeite, fornecem uma claridade insipiente e pouco útil.

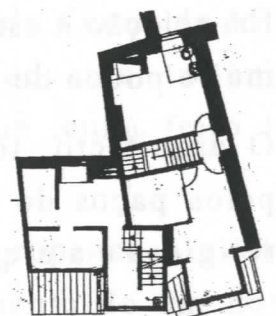
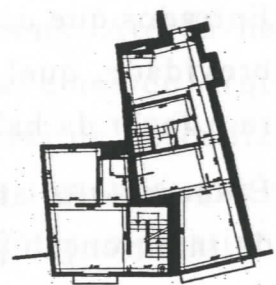
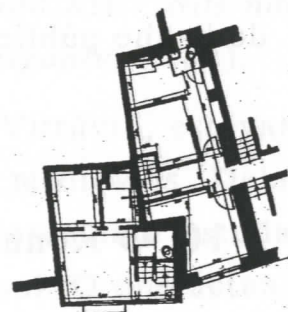
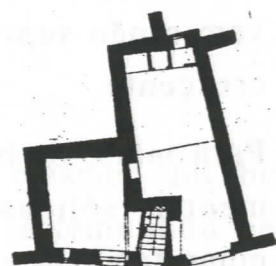
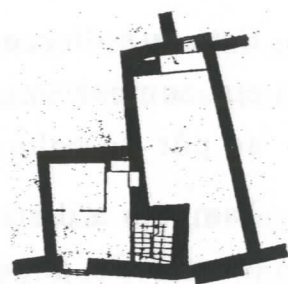


Fig. 35

Esta luz discreta, não é suficiente para enfrentar o frio e a noite em compartimentos mal calafetados, pelo que todos se recolhiam ao pôr-do-sol.

Também a distribuição da água se tinha convertido num sério problema. Os poços particulares iam rareando à medida que se ocupavam com edificações os pátios e as captações públicas começavam a não suprir todas as necessidades de uma população sempre crescente.

Para mais, os banhos são ainda uma prática corrente, onde se cimentam sólidas relações sociais, não só entre os que os tomam, como também entre os que a eles assistem. O que não deixa de ser surpreendente, pela inocência com que era encarado o cerimonial do banho público.

2-10. O Renascimento

Entrados que estamos, pelo Renascimento, cumpre-nos avaliar com brevidade, qual a dimensão do contributo dos seus arquitectos para o fazer da habitação urbana corrente.

É necessário, antes de mais, dividir a sua acção pelos dois níveis de intervenção possível: um, no âmbito da teorização, o outro pela execução no plano prático dos postulados teóricos.

Em relação a este último, uma análise desapassionada dir-nos-á que muito pouco de substancial é de sua autoria.

O arquitecto, tornado figura pública prestigiada e deambulando pelos paços do poder, dedicou-se prioritariamente à arquitectura religiosa e à arquitectura monumental civil.

Para tal dispôs-se, não a recriar, mas a verdadeiramente imitar os cânones clássicos, que aliás soube seleccionar: da Grécia, o século de Péricles; de Roma, o período de César e de Augusto.

O arquitecto renascentista nascido em Itália, logo se movimenta para França e daí para a Grã-Bretanha e Península Ibérica. Para ele a arquitectura era Vitruvius, que acreditava de boa-fé, ter descoberto.

É hoje uma certeza inequívoca, que o mundo clássico foi bem conhecido no período medieval, cuja admiração testemunhou pela voz venerada de Bernardo de Chartres, que numa apreciação sobre os filósofos antigos, afirmou solenemente no século XII: *"Nós não passamos de anões alçados sobre os ombros de gigantes"* (82).

As leis da arquitectura clássica enumeradas por Vitruvius, estavam manuscritas e espalhadas por várias bibliotecas medievais. Delas eram retirados os princípios, que foram minuciosamente estudados, mas que não induziram à sua aplicação formal. O que actualmente se estranha é o princípio da imitação, a cópia, como método que sobreviveu, medrando, em certos meios oficiais. Até há bem pouco tempo, aos alunos das Belas-Artes em geral e aos de Arquitectura em particular, eram destinadas longas fases de aprendizagem da reprodução e desenho de gessos gregos e romanos; que se tornaram obsessivas e injustificadas pelo seu carácter imperativo e exclusivo.

Surpreendente, é que a admiração do Parténon e da Vénus de Milo (o que nem sequer é questionável), tenha produzido tamanho afunilamento nos conceitos Renascentistas e que tenha feito lei durante quatrocentos anos.

De todos os artistas, o arquitecto foi o menos propenso à evolução. Foi-o tão pouco, que promoveu o aparecimento de um novo profissional no seu próprio campo de actuação.

A arquitetura, a pintura e a escultura Românica e Gótica, ficaram, nesta época, sujeitas a inúmeros “melhoramentos”.

A cor era particularmente incômoda, pelo que se cobriram os frescos românicos e quebraram os vitrais góticos, substituindo-os por vidro branco.

A escultura e os baixos-relevos medievais, foram anatematizados como toscos, grosseiros e - suprema injúria - como bárbaros; porque simplesmente não tiveram uma matriz referenciável, uma fonte ou uma origem identificável.

A escultura renascentista, pelo contrário, tinha a sua genealogia perfeitamente determinada; e assim a história da Arte foi reduzida ao estudo das “influências” e dos arquétipos. Com tal atitude, os historiadores que recusaram analisar as obras no exacto contexto sócio-temporal em que foram criadas, cometeram erros graves de avaliação, que perduraram por séculos.

Não se compreendeu, até que ponto a arte da Idade Média era apenas e simplesmente, Invenção. - Até ao dia que Matisse exclamou à saída de uma exposição de frescos românicos em 1940: *“Se eu os tivesse conhecido, isso ter-me-ia evitado vinte anos de trabalho”* (83).

A liberdade de criação dos artistas medievais só seria recuperada no nosso tempo, graças ao esforço de inúmeros marginais do academismo; alguns dos quais penaram uma existência miserável, que fortaleceram na intransigência.

Obras originais, autênticas obras-primas como a escrita (que o Renascimento desdenhou), podem ser vistas nas iluminuras. Uma simples inicial, legível, reconhecível, é tratada por cada copista ou iluminador de forma pessoalíssima, que sem subverter a função primordial, sobre ela exercita um perpétuo redescobrir das capacidades que encerra.

É esta a essência da expressão artística medieval, que considerou a cópia como um atentado ao seu criador - na sua arte e na sua alma.

Inebriados pela (re)descoberta de Vitrúvio, os arquitectos propõem-se, cada um por si e embalados pelo seu exemplo, a elaborar personalizados tratados de arquitectura.

A maior parte deles, pouco mais era que uma descarada publicidade às obras do próprio, normalmente encapotada pela dedicatória a um qualquer mecenas, circunstancialmente no poder. Poucos desse tratados chegaram até nós com o selo da originalidade, da seriedade e da operacionalidade.

Menos ainda são os que abordam tematicamente conceitos funcionais, afinal aqueles que melhor beneficiariam a arquitectura doméstica.

Algumas razões se podem aduzir como justificação. Uma delas já esboçada, é a devoção pelo enfoque descritivo e a codificação de Vitrúvio, na esteira da aura de prestígio de que gozavam os escritos deste romano.

Ironicamente, o arquitecto que viveu no século I a.C., parece ter sido um profissional menor. Tendo servido na Gália e em Espanha, acompanhando César, escreveu no fim da sua carreira de engenheiro militar e depois de obtida uma pensão, o tratado que dedica a Augusto. A sua fama fica a dever-se mais, à felicidade da sobrevivência dos seus escritos (as peças desenhadas perderam-se), do que ao mérito da sua obra construída.

Outra razão que poderá justificar a “afuncionalidade” dos tratados de arquitectura, é a incapacidade da mentalidade da renascença de desenvolver uma estética funcionalista da estrutura. Em termos gerais, os homens do Renascimento interpretaram a beleza em função do gosto; mas além de qualquer explicação razoável, ou então

como algo de absoluto e assente em proporções definidas, fixas e matematicamente demonstráveis.

A arquitectura ocupava-se em copiar e adaptar habilmente os modelos antigos.

Os problemas técnicos deviam ser resolvidos por meio do engenho e da perícia, mas a ideia da técnica não se converteu num fundamento de um sistema estético, como tinha sido alcançado com o Gótico.

Todavia, *Os Dez Livros d'Arquitectura* continham importantes achegas no domínio do funcional. A insistência de Vitrúvio numa sólida base prática para a edificabilidade (economia, higiene, adequação, etc.) fazem parte da sua formação de arquitecto-engenheiro, o que o levou a propor também na mesma linha, a construção de máquinas e relógios num tratado de arquitectura.

Em simultâneo, elege o corpo humano como padrão modular, utilizando para isso a analogia orgânica (ainda que de forma insipiente), que se tornaria uma referência no futuro.

Não se estranhará assim, que alguns tratados renascentistas contemham explícitas preocupações funcionais.

Num deles, o *De Re Aedificatoria* (84), Leon Battista Alberti sustenta que a arquitectura deve ser "*da máxima conveniência para a humanidade em todos os seus aspectos*" e que um edifício ainda que outras ambições não possua do que a de ser funcional, "*deve constituir um deleite para a vista*".

Segundo Alberti (85) há um tipo distinto de beleza apropriado a cada edifício, o que espelha de alguma maneira, a visão culta e superior deste grande humanista; em contraponto a vários dos seus sucessores. De facto, o que se depreende do seu espírito, é o indício do princípio da beleza relativa; não o da beleza iniciática e absoluta, oculta sob a roupagem da formulação algébrica e geométrica. Alberti, enunciou reiteradamente o conceito de que a ar-

quitectura é o produto da necessidade e da conveniência e que apenas num plano secundário, se poderá encarar como recreação (86).

Durante toda a sua vida de arquitecto (87), desenhou inúmeros projectos de edifícios, espalhados por toda a Itália e cada um deles adequava-se a uma função específica e adaptava-se às particularidades do lugar (88).

Para ele, o método apropriado para analisar a arquitectura, consistia em examinar os usos dos edifícios e a natureza dos homens a quem eram destinados. Coerentemente definiu a beleza como *“uma harmonia de todas as partes (...) ajustadas proporcionalmente, de forma a que nada se possa acrescentar, retirar ou modificar, com risco de lesa-obra”*. Contudo, a beleza era para Alberti uma qualidade intrínseca, inata, independente do ornamento que considerou como um “agregado” e um brilho auxiliar da Beleza. Neste sentido, o complemento da cor, dos materiais nobres e da decoração, era um tipo secundário de beleza; cujo primado atribuiu à Forma. Abordou igualmente com o mesmo espírito, a distribuição interna dos espaços e pela primeira vez é proposta sem ambiguidades, a separação das zonas comuns daquelas reservadas aos donos da casa.

O seu profundo amor pela Natureza, levou-o à formalização de uma hierarquia de necessidades e funções. Disse Alberti:

“o que nos deleita nas coisas belas ou ricamente adornadas, deve provir, não só da idealização e invenção da mente, mas também da mão do Artífice e ainda de algo que derive directamente da própria Natureza. À mente compete a selecção, distribuição, disposição e outras coisas de índole análoga, que conferem dignidade à Obra; à Mão as tarefas de modelar, juntar, tirar, recortar, polir, etc., que dão delicadeza ao trabalho; quanto às qualidades derivadas da Natureza são o peso, a luminosidade, a espessura, a claridade, a durabilidade, etc., que fazem com que a

Obra se torne maravilhosa. Estas três operações devem adaptar-se às múltiplas partes, de acordo com os seus diversos usos e funções” (89).

As reflexões de Alberti sobre a relação da arquitectura com a natureza são notáveis no seu pioneirismo. Aconselhou inclusivamente os arquitectos a “*imitarem a modéstia da Natureza*”, no que obviamente não terá sido compreendido. Por modéstia entendia ele, a economia dos meios, a simplificação das formas e a perfeita adequação à função.

Os seus princípios são retomados por Andrea Palladio (90), que precisa a disposição dos espaços habitacionais, ligando-os directamente ao seu uso específico. Acentua, mais incisivamente do que Alberti tinha feito, a necessidade de dissociar as partes de serviço das sociais e das destinadas aos senhores.

Em *Os Quatro Livros d’Arquitectura*, Palladio revela-se um homem fundamentalmente prático, de onde a abstracção teórica está intencionalmente arredada.

Fig. 36

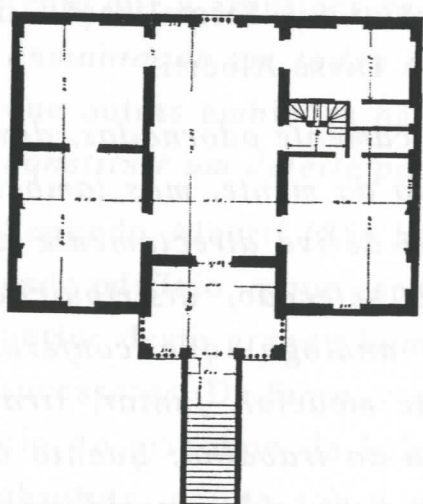
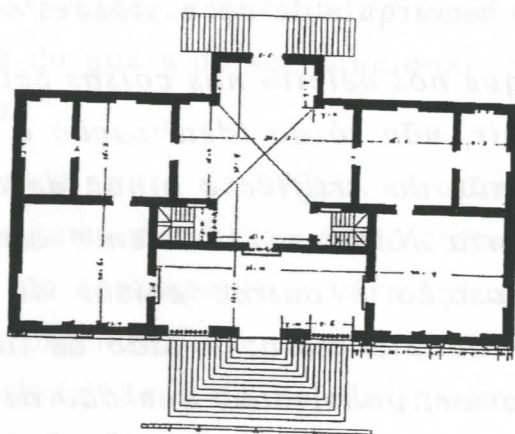


Fig. 37



Dissertou essencialmente sobre situações reais, em que pretendeu acentuar a tricotomia vitruviana da conveniência, da solidez estrutural e da beleza. Ao enfatizar o valor da *Ordem da Natureza*, como gerador de Arte, condenou asperamente todos os abusos arquitectónicos que considerava estarem fora dessa lógica. De entre eles, referiu como os mais irracionais e antinaturais, a construção de frontões sobre portas e janelas (91).

Advertiu igualmente que a procura de formas alternativas e inovadoras, não devia levar os arquitectos a oporem-se aos preceitos expressos pela Natureza. O que se pode entender como uma primeira tentativa de refrear o barroco emergente.

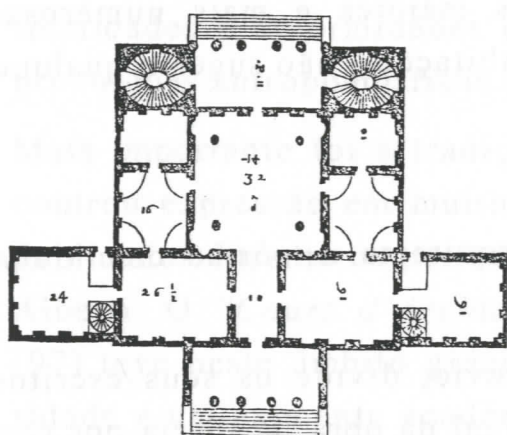


Fig. 38

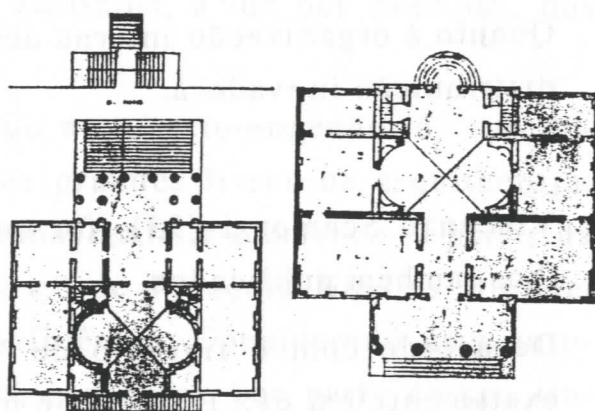


Fig. 39

Sebastiano Serlio (92) foi outro arquitecto do século XVI, que se destacou pelos seus livros sobre arquitectura.

Italiano de nascimento, viveu a maior parte da sua vida em França onde exerceu as actividades de pintor e de teórico. O seu VI livro (nunca publicado), dedicou-o ao estudo das casas e revela principalmente um espírito inventivo, mas inconsequente e afectado, que se distancia profundamente da (quase funcional) postura de Palladio.

Este livro "sexto" tinha como principal objectivo, apresentar propostas de casas adequadas a todo o tipo de pessoas, desde o aldeão pobre, ao artesão humilde da cidade, até ao palácio do rei; depois de passar por todos os níveis sociais intermédios. Tal ambição redundaria na efectiva inconclusividade dos seus estudos.

Defendeu, lucidamente, que a arquitectura se devia subordinar aos condicionalismos do clima, do território e dos costumes da sociedade. Neste aspecto, foi importante o trabalho de adaptação dos códigos renascentistas da sua Itália natal, à França, sua pátria de adopção. Para isso propôs a substituição dos telhados de pouca pendente, por outros de maior inclinação, dada as diferenças de pluviosidade entre o norte e o sul, bem como o aumento das janelas e a introdução de chaminés maiores e mais numerosas. Quanto à organização interna das habitações, não sugeriu qualquer distribuição inovadora.

Vincenzo Scamozzi (93), foi um arquitecto e teórico com trabalhos também publicados.

De acordo com o figurino de Vitrúvio, divide os seus escritos, exactamente em dez livros, que no final da obra, acabaria por condensar em seis volumes.

Os mais importantes (94), porque versam sobre a prática da edificação, são os livros *terceiro* - consagrado em grande medida ao projecto de diversos tipos de edifícios (além de um estudo sobre escadas) - e o livro *sétimo*, dedicado aos problemas relacionados com a construção de paredes. O seu manual prático de arquitectura, onde se apresentam os projectos e a forma de os edificar, constituiu a mais difundida das publicações arquitectónicas do século XVI, não só em Itália como no resto da Europa (95).

Neste, como noutros tratados, as recomendações de carácter construtivo eram extremamente cautelosas e não estimulavam qualquer

atreimento estrutural, até porque não se baseavam num conhecimento científico dos princípios da engenharia. Na medida em que o tamanho e a forma das componentes estruturais, eram determinadas por quocientes aritméticos e relações geométricas, estas contribuíam (com a sua quota-parte) para as mesmas regras aritméticas e geométricas das Ordens.

Esta obsessão é levada ao extremo por Teofilo Gallaccini (96), médico, matemático e teórico de arquitectura, autor de um tratado que, ao invés de apontar normas de que os diletantes andavam plenos, se centrou nos erros da arquitectura, sob a óptica dos cânones clássicos. Como médico, não se coibiu mesmo, de apontar as enfermidades e deformidades dos edifícios, à luz por exemplo, das proporções antropomórficas.

Mais importante foi a tradição do arquitecto-engenheiro, que encontrou expressão em muitos dos grandes livros de arquitectura, publicados durante os períodos renascentista e barroco, a partir da Alberti. O "*Cours d'Architecture*" de François Nicolas Blondel (97) teve neste âmbito grande influência. Considerado uma autoridade e um expoente académico, consagrou boa parte do seu tratado ao comentário e estudo comparativo das Ordens, definindo-se como um erudito rigorosamente conservador e classicista.

Mas toda esta produção teórica, de que se aflora apenas uma pequena parte da mais importante, teve afinal, um reduzido impacto sobre a arquitectura corrente (98).

A sua grande proposição era a de fazer corresponder a condição do dono da obra, aos efeitos formais da arquitectura. O que se procurava metodicamente, era estabelecer os níveis de valor arquitectónico, apropriados aos vários níveis que constituíam a sociedade.

O paradoxo deste esforço, revela-se nas próprias obras construídas por alguns destes tratadistas, a começar por Alberti. A despeito da afirmação de vários pressupostos de carácter *funcionalista*, constrói com grandes concessões ao aparato.

Isto toca no ponto fulcral da importância da tratadística renascentista e barroca: é que ela se destinou, quase que em exclusivo, à franja superior da sociedade, não apenas culta mas endinheirada. A referência e estudo de casas com condicionamentos económicos importantes, deve ser encarada como um mero exercício de estilo, primeiro, e depois por um não destoar do propalado humanismo de que se ufanava o Renascimento. Assim se abria o leque da “conveniência” sobre os mais desfavorecidos.

Senhor de uma postura intelectualmente irrepreensível, Leonardo da Vinci, graças à sua devoção pela engenharia e pela relação entre arte, técnica e Natureza, fez-nos herdeiros, no que respeita à arquitectura, de escritos sumamente práticos.

Defendeu, obstinadamente, a necessidade de uma conveniente e prévia planificação de toda a obra. Estudou sistemas de ventilação, de segurança contra incêndios e de solidez da construção, para já não mencionar as propostas de hidráulica aplicadas aos edifícios.

O seu legado revela uma faceta espantosa para a época. Ao abandonar o conceito absoluto de proporção, trocando-o por um conceito relativo, ele prescreveu relações proporcionais distintas para um homem robusto e para um franzino, para um homem jovem e outro velho (99).

As suas observações sobre a arquitectura são práticas, ao ponto de se abster de especular sobre a causa da beleza arquitectónica.

Significativamente, Leonardo não deixou qualquer tratado sobre arquitectura (100).

De resto, a tratadística teve como resultado mais apreciável, o tornar-se num modelo novo para a aprendizagem e formação dos arquitectos: - a da admiração exclusiva e sem gradações, pela antiguidade clássica.

À distância de gerações da sua introdução, podemos avaliar serenamente as suas luzes e a sua obscuridade.

O arquitecto formou-se, desde então, na resolução dos problemas do exterior. Era o efeito produzido pelas fachadas, o alinhamento, a axialidade, a simetria, os frontões e a decoração. Jamais passou pela cabeça de alguém, começar pela análise das necessidades dos utentes.

Numa altura em que se davam progressos na tecnologia construtiva e em que o espírito da época se abria a novas realidades planetárias, o arquitecto olhou para trás e por lá ficou. Sem se aperceber que na habitação, a resolução dos principais problemas tinha passado para a esfera dos construtores e engenheiros. Não percamos de vista, que por esta altura, a edificação da casa própria não passava já pela sua execução por parte do proprietário (101).

É necessário acentuar que não se pretende com este aparente libelo, questionar a validade das obras-primas da Renascença. Muito pelo contrário. O que se defende é que o empenhamento intelectual e activo dos arquitectos, se orientou basicamente para o levantamento das grandes obras, cujos incomparáveis sucessos estão bem expressos nos palácios e nas igrejas de setecentos e oitocentos.

O seu valor perene é incontestável, representam uma época e uma concepção que não se repetirão; já porque o gosto do fausto se esbateu; já porque a tradição manual dos construtores caducou.

Seria talvez oportuno levantar a questão da arte, do luxo e da sua interdependência, para mais concretamente se equacionar e avaliar os resultados desta mentalidade.

Uma mentalidade que fez a apologia da arte pela sua magnificência, que não discerniu a diferença entre arte e o objectivo da arte. Uma mentalidade que se mostrou incapaz de compreender a qualidade artística, fora dos conceitos académicos.

Produziu, como era inevitável, uma violenta reacção, iniciada na segunda metade do século XIX. Assentou numa revolução pictórica, que ao libertar os conceitos estéticos do espartilho clássico, arrastou consigo para a miséria, para a loucura ou para o suicídio, os seus principais mentores. Recordemos Van Gogh, Soutine, Gauguin, Mondigliani e tantos outros.

Os arquitectos, prudentemente, mantiveram-se à margem deste processo, na sua fase inicial.

As primeiras adesões, que indiciam o aparecimento de uma arquitectura realmente moderna, dão-se com L. Sullivan e Frank Lloyd Wright nos Estados Unidos, com Saarinen na Finlândia, com um paisagista, J. Paxton, na Grã-Bretanha. Homens distanciados do centro da Europa, entenda-se, do centro da "cultura". Aqui, porque o peso do cânone era mais forte, só um homem, vindo de fora das Belas-Artes e tendo começado a vida ameaçado de aprendiz de relojoeiro, ousou incomodar - Le Corbusier.

Para não soçobremem psicológica e socialmente, adoptaram todos o mesmo comportamento, o que não deixa de ser curioso: eram distantes, azedos e arrogantes ao extremo.

Pagavam-se da mesma moeda, que tinha consumido grande parte da anterior geração de artistas plásticos, certamente menos apetrechados para a sobrevivência, mas cujo martirológio despertou estas personalidades para a capa da sobranceria.

Assiste-se então ao movimento inverso.

Subitamente, o poder económico descobriu que tinha perdido excelentes negócios e tinha falhado fantásticas aplicações financeiras. Não tardou em pretender emendar a mão, ao fazer com que em hasta pública, um Gauguin tivesse custado mais do que uma catedral gótica (102), e que um quadro de Van Gogh se cote como a mais cara transacção na história do comércio de Arte.

Esta análise será devidamente feita a seu tempo pelos futuros historiadores, quando constatarem os níveis inconcebíveis (roçando o escândalo), da especulação artística do século XX.

É um dos resquícios ainda por colmatar, que nos advém do Renascimento, este, o da confiança cega ou ingénua no valor supremo do número.

O artista de hoje não trabalha para o presente e muito menos para o futuro, mas apenas para o momento. A obra de arte equivale a um instante de êxtase, que se esvai tão mais rapidamente, quanto intenso. Que se constrói como se destrói, que se vende como se aluga, mas que se não reparte.

Perdeu-se a noção do sagrado na arte e isso devêmo-lo ao “humanismo” da renascença, que ao impor o egocentrismo, determinou o fim da vertente sacra na criação.

Durante o período medieval, o artista era anónimo. No entanto, a sua arte não se separava das suas origens nem do seu entorno. Ele manipulava a matéria por uma tendência inata no homem e que o leva a exprimir o sagrado sob a forma de arte (103). Esta, era para si e antes de tudo, uma linguagem auxiliar do espírito e por ela se emancipava das peias da matéria.

A concepção mercantilista da arte, desenvolvida a partir do século XIX, assiste, porventura não por acaso, ao declínio da inspiração e por vezes a uma penosa indigência artística, que se serve de

colossais mistificações, para alimentar um mercado ainda anestesiado.

Talvez se deva procurar noutro sentido, o redescobrir do segredo da capacidade de criação. A mesma que fez do mais simples capitel românico, em tudo semelhante aos outros, que sem ocultar a sua função primeira na arquitectura geral do edifício; a de sustentáculo de forças de compressão; faz dele uma obra de invenção tão pessoal, que a cópia mais fiel será uma traição.

Também isto foi ignorado pelos românticos do século passado, que no afã de recuperarem o espírito medieval na arquitectura, produziram as mesmas enormidades dos renascentistas, ao maltratar inadvertidamente o gótico.

Dizia Matisse: *“O Renascimento é a decadência !”*

Se se drenar o exagero provocatório de tal afirmação, não poderemos deixar de concordar que ele contribuiu em muito, e (frequentemente com conhecimento de causa e efeito), para as grandes amnésias da história moderna.

Da arte à ciência e da técnica à cultura, a sociedade ocidental foi amputada, durante quatro séculos, da liberdade de reflexão sobre uma parte significativa da sua própria gestação.

Para a arquitectura doméstica, o “drama” do Renascimento terá sido o de ter imposto, sobre tudo o mais, o indiscutível primado da estética (104).

NOTAS - texto e ilustrações

- 1 - Em Portugal (como de resto em toda a Europa), as queimadas eram o método corrente e generalizado de desbravamento da terra. Ainda que resolvessem grande parte do problema, já na época acarretavam outros prejuízos e grandes transtornos. Diz Costa Lobo, comentando a situação do país no século XV: "O fogo acabou por desnudar o território português da sua vegetação florestal. À medida que a população crescia, e com ela a agricultura e sobretudo a indústria pastoral, não se apagava o facho incendiário. O território era tão vasto para o diminuto número de habitantes, que o fogo se lançava sem o menor escrúpulo, não só para a renovação dos pastos, mas até como meio mais singelo de se fazer carvão e até a apanha de coelhos ...", p. 83; ... "contra a vegetação espontânea do solo, valha-couto de animais maléficos, o homem soltava, descuidoso, a fúria desordenada do incêndio.", p. 84 in *História da Sociedade em Portugal no século XV*. A. de Sousa Silva Costa Lobo, ed. Imprensa Nacional, 1903, Lisboa.
- 2 - Existe uma lacuna generalizada na informação sobre as terras virgens e cultivadas no Ocidente Europeu, no entanto a obra de Jacques Heers *O trabalho na Idade Média*, ob. cit., representa uma tentativa bem sucedida de descrição de um panorama plausível, ainda que focalizado na região Franca.
- 3 - F. L. Ganshof *Qu'est-ce que la Féodalité?*; ed. L'Office de Publicité, S.A., Bruxelas. Trad. Jorge Borges de Macedo, pub. Europa-América, pp. 95-107.
- 4 - Ibid., pp. 109-111.
- 5 - No território Ibérico, o feudo (durante a reconquista) era constituído pelas terras recém-tomadas aos mouros, para que fossem defendidas e povoadas.
- 6 - Ganshof, ob. cit., p. 30.

- 7 - Veja-se de Paul Veyne "*Trabalho e lazer*" in Hist. V. Priv., ob. cit., t. 1, pp. 123-132.
- 8 - Régine Pernoud estuda concisamente este fenómeno no seu trabalho *Les origines de la Bourgeoisie*, Presses Universitaires de France, 1947; trad.- F. S., 1986, ed. Europa-América.
- 9 - Ilustrativo de uma leitura possível (se bem que de tendência) sobre esta problemática, ver a obra *The Transition from Feudalism to Capitalism*, N.Y., trad.- M. Duarte 1976, pub. Dom Quixote.

É uma colectânea de críticas e réplicas ao trabalho de Maurice Dobb e protagonizadas por Paul Sweezy, Kohachiro Takahashi, Rodney Hilton e Christopher Hill. Ainda que os intervenientes sejam todos de formação marxista (e fizeram questão de nela balizarem a sua perspectiva histórica), é pelo menos demonstrativo do facto desta questão ter afectado as sociedades, não só da Europa mas também da América, do Japão e da Índia.

- 10 - Lewis Mumford em *Técnica e Civilização*, ed. Seuil, 1950, Paris, pp.23-24, afirma a dado passo: "A máquina chave da idade industrial moderna não é a máquina a vapor, é o relógio. Em todas as fases do seu desenvolvimento, o relógio é o facto saliente e o símbolo da máquina. Ainda hoje, nenhuma outra máquina é tão omnipresente. Assim, no começo da técnica moderna, apareceu profeticamente a primeira máquina automática precisa que, após alguns séculos de esforços, ia pôr à prova o valor dessa técnica em todos os ramos da actividade industrial (...) permitindo a determinação de quantidades exatas de energia, a acção automática e, finalmente, o seu próprio produto - um tempo exato -, o relógio foi a primeira máquina da técnica moderna. Em todas as épocas, ele conservou a proeminência. Possui uma perfeição à qual as outras máquinas aspiram".

- 11 - J. Heers, ob. cit., p. 39, refere: "Nas grandes *huertas* de Espanha, o uso da água, repartida entre os diversos canais, segundo revezamentos fixados por rígidos costumes e cuidadosamente medidos por ampulhetas ou relógios hidráulicos, pauta igualmente a vida das aldeias, que conhecem assim, não só estas leis severas, mas ainda outras mentalidades, uma ideia precisa do tempo, ignorada então pelos outros camponeses, fora da zona regada (...) a irrigação transforma assim estas aldeias de *huertas* numa espécie de comunidades livres que se administram a si mesmas".
- 12 - Jean Gimpel aborda o estudo da medição do tempo e da invenção do relógio mecânico, no seu trabalho *La Révolution Industrielle du Moyen Age*, ed. Seuil, 1975, trad.- A. Alberty, 1986, pub. Dom Quixote, pp. 152-172.
- Afirma Gimpel a dada altura: "À falta de novas provas, os especialistas consideram o começo do século XIV como data provável dos primeiros relógios mecânicos (...) inventados entre 1277 e 1300. Pode ser que Bartolomeu, o Relojoeiro, tenha construído um relógio mecânico para a catedral de São Paulo de Londres por volta de 1286".
- 13 - Leon Battista Alberti, *I Libri della Famiglia*, ed. Cecil Gayson, Opera Vulgari, 1960, t.1, pp. 168-169.
- 14 - in *Pour un Autre Moyen Age - Temps, Travail et Culture en Occident: 18 essais* de Jacques le Goff, ed. Gallimard, 1977; trad. H. C. Dias, 1979, pub. Estampa, pp. 85-99.
- 15 - Ibid., p.89.
- 16 - Para o caso português veja-se sobre o assunto o cap. V da *História da Sociedade em Portugal*, ob.cit., pp. 423 e segs., onde se lê: "Se, porém, as classes eram distintas, não, assim, cabalmente as suas funções: a hierarquia era de categorias, não de castas. O Rei, por vezes, exercia directamente o comércio: o

bispo podia envergar o arnez de cavaleiro, ou tratar os negócios do Estado, como chanceler ou escrivão da puridade; o fidalgo os da justiça e administração, como corregedor, vedor da fazenda ou almoxarife: mas o clérigo não abdicava das suas imunidades eclesiásticas, nem o fidalgo perdia o seu carácter de guerreiro, e as franquias da sua ordem” p. 424; e mais adiante: “Descendo à última camada social, do ganha-pão (o geirão), que não possuía outra propriedade senão a saúde e a força muscular, a sua situação era incomparavelmente mais infeliz. Já nem os fidalgos o acorrentavam ao solar, nem a Igreja aos seus coutos, como solarengo e malado. Da dominação daquelas classes fora remido. Mas os que pretendiam agora explorar o seu trabalho eram os seus próprios convizinhos ... ” p. 527.

17 - Veja-se de Jacques le Goff *Marchands et Banquiers du Moyen Age*, Presses Universitaires de France, 1956; trad. O. Cardoso, 1982, Gradiva, pp. 59-64.

18 - in *Pour un Autre Moyen Age*, ob.cit., p. 94.

19 - R. Pernoud, ob. cit., pp. 51-53.

20 - in *Pour un Autre Moyen Age*, ob. cit., p. 98.

21 - Alexandre Herculano, *História de Portugal*, 1846, Lisboa, t. 1, p. 164.

22 - Veja-se sobre o assunto a dissertação de António Caetano do Amaral em *Para a História da Legislação e Costumes de Portugal*, ed. Livraria Civilização, 1945, Porto, pp. 31-129.

23 - Ibid., pp. 129-204.

24 - Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, ob.cit., t. 1, p. 316; e também de A. C. do Amaral, ob. cit., p. 168.

25 - V. Serrão, ob. supra, p. 317.

- 26 - José Mattoso "*Os fundamentos da formação social*", in Hist. de Port. (4 vol.) ob. cit., t. 1, pp. 573-591.
- 27 - Vide o fenómeno do ermamento já enunciado.
- 28 - "Os Reis de Portugal costumavam prover à alimentação e estado dos seus filhos, inicialmente por via de assentamentos, ou prestações anuais pagas pelo tesouro. Ao filho primogénito, herdeiro da coroa, se juntavam depois outras rendas de natureza transitória (...) não sucedia o mesmo aos filhos segundos, que constituíssem casa e família, cujos descendentes se iam incorporar no estado da nobreza, em cada geração mais afastados do parentesco real: não convinha deixá-los expostos à graça eventual dos futuros monarcas, e, por isso, o Rei provia o seu filho de terras, rendas e jurisdições de juro e herdade.", Costa Lobo, ob. cit., pp. 442-443.
- 29 - J. Mattoso "*A diferenciação social*" in Hist. Port.(4 vol.), ob. cit., t. 1, pp. 602-605.
- 30 - Ibid., p. 603.
- 31 - V. Serrão, ob. cit., vol. 1, p. 353. Também de Vergínia Rau *Feiras Medievais Portuguesas - subsídios para o seu estudo*, ed. Presença.
- 32 - Pedro de Azevedo "*Documentos para a História Marítima e Comercial de Portugal nos Reinados de D. Afonso IV a D. Duarte*" in Arquivo de História e Bibliografia, Lisboa 1923-1926, Lisboa, 1976, pp. 63-66.
- 33 - "Já no meado do século XIII avultava o número dos seus burgueses, que mercadejavam em França, ou em Flandres. Em 1443 eram frequentes entre essa cidade (Porto) e Bruges, o grande empório da Flandres. Em documentos desse tempo se encontram os nomes de exportadores, não sómente do Porto, mas de Braga, Guimarães, Mesão Frio, Vila Real, que eviden-

temente se serviam das embarcações do Porto”; Costa Lobo, ob. cit., p. 169.

- 34 - “Para o exercício livre e desoprimido do seu trabalho, os cidadãos do Porto tiveram de sustentar, durante séculos, renhidas lutas com o seu bispo. Sendo terra senhorial da Igreja, o bispo e cabido percebiam ali os direitos realengos, intervínham na administração temporal, exerciam a suprema jurisdição civil e criminal. Os tumultos não raro instigados e sempre bem vistos pelo monarca, repetiam-se incessantemente”. Ibid., p. 171.
- 35 - Vejam-se de: Flórido de Vasconcelos “*O Românico em Portugal*”, in Hist. Port. (4 vol.) ob. cit., t. 1, pp. 721-739; Reinaldo dos Santos *O Românico em Portugal*, Lisboa, 1955; Adriano de Gusmão, “*Arte Românica*” in Dicionário de História de Portugal, vol. 3, pp. 661-664.
- 36 - “As próprias torres quadrangulares das igrejas pareciam antes baluartes de guerra do que piedosos campanários, destinados a repercurtir ao longe, pela toada dos sinos, a celebração das solenidades religiosas”, Costa Lobo, ob. cit., p. 112.
- 37 - Mário Chicó, *A Catedral de Évora na Idade Média*, Évora, 1943.
- Mário Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, 1968.
- 38 - Vejam-se de: M. Aguiar Barreiros, *A Catedral de Santa Maria de Braga*, 1992;
- António de Vasconcelos, *A Sé de Coimbra*, 1931 Coimbra;
- Bernardo Xavier Coutinho, *Nótulas para a História da Sé do Porto*, 1965, Porto. Numa transcrição de Veríssimo Serrão.
- 39 - O clima representa aqui um factor moderador e não de alteração profunda, pois implica apenas, nos países nórdicos, a

- mudança de posição do claustro em relação ao corpo da igreja, deslocando-se, naturalmente, para sul.
- 40 - Veja-se sobre o assunto, "*A vida privada nas casas aristocráticas da França feudal*" de Georges Duby in Hist. V. Priv., ob. cit., t. 2, pp. 52-55.
 - 41 - Termo que no caso da moradia nobre não se refere às características da construção, que era efectivamente robusta, mas às condições da sua habitabilidade.
 - 42 - Orlando Ribeiro, *Geografia e Civilização - temas Portugueses*, Lisboa, 1961 e também, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*; col. Universitas, Lisboa, 1963.
 - 43 - A casa-torre foi estudada entre outros por: José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa* (4 vol.), Lisboa, 1933-1958 e por Carlos de Azevedo, *Solares Portugueses - Introdução ao Estudo da Casa Nobre*, ed. Livros Horizonte, 1969, Lisboa.
 - 44 - Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal*, 1885-1992, t. 3, pp. 14 e segs.
 - 45 - Carlos de Azevedo, ob. cit., p. 22
 - 46 - Veja-se sobre a vida na época medieval de: Gama Barros, ob. cit.; de A. H. Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, 1964, Lisboa.
 - 47 - Michel Rouche, "*A casa rural medieval*", in Hist. V. Priv., ob. cit., t. 1, pp. 426-428.
 - 48 - Carlos de Azevedo, ob. cit., pp. 26-38.
 - 49 - Ibid., p. 31.
 - 50 - Vide *Construções Primitivas em Portugal*, ob. cit.
 - 51 - M. Rouche, ob. cit., p. 427.
 - 52 - Veja-se de John Coles, *Arqueologia Experimental*, ob. cit.

- 53 - António Cruz, "*A cultura (1100-1245)*" in Hist. Port. (4 vol.), ob. cit., t. 1, pp.739-771.
- 54 - Marcello Caetano, *Lições de História de Direito Português - 1140-1495*, 1962, Coimbra, pp. 141-147.
- 55 - De Gil Vicente, recordem-se: *A farsa dos Almocreves*, onde é retratada de forma desapiedada a vida de certa fidalguia da nossa terra. Da mesma forma as farsas *Quem tem farelos*, *Juiz da Beira* e *Inês de Castro* põem satiricamente a nu, as incongruências dos escudeiros pobres da época.
- 56 - Veja-se sobre o assunto, "*A moeda portuguesa durante a 1ª dinastia (1128-1245)*" de Maria José Ferro Tavares, in Hist. Port. (4 vol.), ob. cit., pp. 711-719.
- 57 - Portugal tinha na primeira metade do século XVI cerca de 1.400.000 habitantes, dos quais quase 13% constituíam a população urbana. Veja-se em complemento o "*Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*" de A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade; ed.Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, Lisboa.
- 58 - J. H. Huizinga, *El Otoño de la Edad Media*, Revista de Occidente, Madrid.
- 59 - "Em cidades e vilas as ruas eram estreitíssimas. Os habitantes aconchegavam-se quanto podiam, para mútua protecção e segurança, no espaço limitado pelo circuito das muralhas. Tão apertado era o chão da rua, que a lei tinha de providenciar sobre a colocação das portas e janelas, para que não fosse devassada a reclusão da vida doméstica." Costa Lobo, ob. cit., p. 107.
- 60 - "... Para adubar a terra, cada lavrador juntava o estrume ante a sua porta, por lhe ser assim mais cómodo. É o que sucedia até numa cidade tão importante, e predilecta estância da corte, como Évora (...) Assim, das estreitas ruas da cidade ou vila, oferecia cada uma à vista e ao olfato, um renque de monturos.

- Por esta causa se explicam as contínuas invasões e depreciações da peste e de outras epidemias”; *ibid.*, pp. 108-109
- 61 - “Abundavam, para deleite e utilidade, os quintais com parreiras, laranjeiras e outras árvores, e providos de poços e tanques”, Sousa Viterbo, *cit.* por Costa Lobo, p. 123
- 62 - “Algumas casas, nas ruas principais, elevavam-se a boa altura, - sobre a logea três andares e uma açoteia ou eirado, que, sendo em parte coberto, parece serviria também de habitação. Mas, geralmente, à logea térrea se sobrepunha mais que um andar, dividido em quatro ou cinco compartimentos”, arquivo da C. M. de Lisboa. Livro IV de D. Manuel, fl. 162: Estremadura, liv. I, fl. 247
- 63 - “Balcões tão desproporcionados (...) que se não destinavam a servirem de miradouro mas a usos de habitação. Assim projectados por cima das apertadas ruas, formavam uma espécie de alpendrada, e não podiam senão dificultar muito o trânsito, sobretudo dos cavaleiros”; Costa Lobo, *ob. cit.*, p. 124. Seriam removidos da cidade por ordem de D. Manuel; *Chronica de Dom Manuel*, parte IV, c. 86
- 64 - De um poema do príncipe Ludwig de Anhalt-Kohten (1596), *cit.* por John Gloag em *A Social History of furniture Design: from b.C. 1300 to a.D. 1960*; ed. Cassel, 1966, Londres, p. 105
- 65 - J. Gloag, *ob. cit.*, p. 93
- 66 - Witold Rybczynski, *Home - a short history of an idea*, Viking Penguin, 1986; vers. cast. 1990, Nerea
- 67 - Huizinga, *ob. cit.*
- 68 - J. Gimpel, *ob. cit.*, pp. 18-19
- 69 - *Ibid.*, pp. 19 e segs.
- 70 - Importante, os documentos produzidos pelo Simpósio Internacional de Hidráulica Monástica - Medieval e Moderna, rea-

lizado no Convento da Arrábida em 15, 16 e 17 de Novembro de 1993

- 71 - Lawrence Wright, *Clean and Decent: the history of the bath and the loo*, Routledge & Kegan, 1980, Londres, p. 31, cit. W. Rybczynski.
- 72 - Huizinga, ob. cit., p. 109
- 73 - A. Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal*, ob. cit., p. 399. Veja-se também sobre o assunto, “*Vestuário e sociedade*” de Philippe Braunstein, pp. 560 e segs., in Hist. V. Priv., ob. cit., t. 2
- 74 - Jonh Luckacs, “*The Bourgeois Interior*”, American Scholar, Vol. 39, nº 4, 1970, p. 623, cit. W.R.
- 75 - Fernand Braudel, *As Estruturas do Quotidiano, séculos XV-XVIII*, (3 Vol.), ed. Teorema
- 76 - G. Duby, Hist. V. Priv., ob. cit.
- 77 - Marc Bloch, *Sociedade Feudal*, 1939, Paris
- 78 - L. B. Alberti, *O Livro da Família*, ob. cit.
- 79 - G. Duby, “*A emergência do indivíduo*” in Hist. V. Priv., ob. cit., t. 2, p. 504
- 80 - Alberti, ob. supra
- 81 - Numa citação de Philippe Contamine em “*Os arranjos do espaço privado nos séculos XIV e XV*” in Hist. V. Priv., ob. cit., t. 2, p. 256
- 82 - cit. por J. Gimpel, *La Révolution Industrielle du Moyen Age*, ob. cit., p. 152
- 83 - Numa cit. de R. Pernoud
- 84 - *De Re Aedificatoria*; Florença, ed. Nicolò di Lorenzo Alamano, 1485, de Leone Battista Alberti (1404-1472). Arquitecto, pintor e humanista, génio multifacetado, Alberti foi um

dos mais profundos conhecedores da Antiguidade Clássica e ao mesmo tempo, um dos mais argutos espectadores da sua própria sociedade, que compreendeu com rara intuição. O seu tratado é o culminar de uma prolífera obra como arquitecto, ainda que falho de ilustrações. Além da divisão em dez livros, pouco mais deve ao *De Architectura* de Vitruvius. Dele existe uma tradução em português do século XVI, não publicada. Bio. cit. resum. de Carrol W. Westfall, in *Architectural Theory and Practice from Alberti to Ledoux*; dir. Dora Wiebenson, 1982. Ed. cast. Hermann Blume, 1988, pp. 47-48

- 85 - Obra consultada: Leon Battista Alberti, *L'Architectura*, texto latino e trad. de Giovanni Orlandi. Introd. e notas de Paolo Portoghesi; ed. il Polifilo, 1966, Milão.
- 86 - Veja-se sobre a matéria, a análise de Edward de Zurko na sua dissertação de doutoramento, *Origins of Functionalist Theory*, ed. Columbia University Press, N.Y.; vers. cast. NuevaVisión, Buenos Aires
- 87 - Só depois dos quarenta anos é que Alberti iniciou a sua actividade como arquitecto
- 88 - C. Westfall, ob. cit., p. 47
- 89 - de Zurko, ob. cit., p. 58, cit. Alberti, t. 1, p. 6
- 90 - Andrea Palladio (1508-1580), escreveu *I quattro Libri dell'Architectura*, Veneza; ed. Domenico de Franceschi, 1570. Trad. cast. ed. Akal, 1988, Madrid.

Palladio aborda no seu tratado, não só os princípios gerais das Ordens clássicas, mas muito em particular a construção de palácios e villas, pontes e igrejas. A sua obra exerceu uma influência esmagadora nos arquitectos e na arquitectura que se lhe seguiram e fez dele o mais imitado arquitecto de sempre. Ficou a dever-se este facto, à clareza da exposição e especialmente às peças desenhadas que fez publicar e que converteram

o seu tratado num verdadeiro manual de construção. Bio. cit. resum. de James S. Ackerman, in *Architectural Theory*, ob. cit., pp. 81-83

91 - de Zurko, ob. cit., p. 62

92 - Sebastiano Serlio (1475-1554/5), pintor, teórico e arquitecto. É autor da *Tutte l'opera d'architettura*, ed. 1584, livros I-VII. Publica também em 1551, com o título de *Libro extraordinario*, uma colecção de desenhos de vários tipos de portas rústicas. Bio. cit. resum. de Vladimir Juren, in *Architectural Theory*, ob. cit., pp. 61-62. O livro VI, cujo manuscrito ficou na posse de arquitectos da corte francesa, teve grande influência no "*Livre d'architecture*" de Androuet du Cerceau e na "*Manière de Bastir pour toutes sortes de personnes*" de Pierre le Muet. Cit. resum. de Claude Mignot, ob. supra, p. 264

93 - Vincenzo Scamozzi (1552/57-1616). Arquitecto e teórico, editou pessoalmente o seu tratado, *Dell'Idea dell'architettura universale di Vincenzo Scamozzi divisa in X Libri*, 1615, Veneza. Oriundo de uma família de prestigiados arquitectos, publica em 1582 o *Discorsi sopra l'antichita di Roma*. O seu tratado aborda a história e a teoria da arquitectura, a planificação de cidades, a arquitectura civil e doméstica, as Ordens, os materiais de construção e a construção propriamente dita. Defendeu que a arquitectura é uma ciência com leis próprias e indiscutíveis, que se podem ensinar e demonstrar como as matemáticas ou outras disciplinas.

94 - Os mais importantes na perspectiva, evidentemente, do estudo que ora se desenvolve.

95 - de Zurko, ob. cit., p. 64

96 - Teofilo Gallacini (1564-1641), autor do *Tratado di Teofilo Gallacini sopra gli errori degli architetti*, 1767, Veneza, ed. Pasquali. Filósofo e professor universitário na cidade de Siena,

nunca chegou a exercer a profissão de arquitecto. Em contrapartida exercitou a sua argúcia na procura de desrespeitos às regras clássicas, que detectou inclusivamente na Porta Pia de Miguel Angelo. Bio. cit. resum. de Etta Arntzen, in *Architectural Theory*, ob. cit., pp. 96-97

- 97 - François Nicolas Blondel (1617-1686); matemático e engenheiro, escreveu o *Cours d'architecture enseigné dans l'Académie Royale d'Architecture*. Iniciou-se como engenheiro naval e só depois se tornou arquitecto, onde atingiu a notoriedade com a construção de edifícios públicos. É autor igualmente, de dois pequenos tratados intitulados, um, *Resolution des quatres principaux problèmes d'architecture*, 1673; o outro, *Nouvelle manière de fortifier les places, l'art de jeter les bombes*, 1683, em que expõe toda a ciência da engenharia militar. Bio. cit. resum. de Martin C. Perdue, in *Architectural Theory*, ob. cit., pp. 105-107
- 98 - Importante para a compreensão dos efeitos do "classicismo" na arquitectura é a obra de John Summerson, *The Classical Language of Architecture*, ed. Methuen and Co. Ltd., 1963, Londres, ver. cast. J. Beramendi, ed. G.G. O autor faz aí a análise dos problemas, das soluções, das funções e da linguagem arquitectónica clássica, transmitida como método aproximativo para a arquitectura moderna; apoiando-se exactamente em arquitectos do Renascimento
- 99 - Veja-se a propósito das regras para a proporção e dos movimentos da figura humana, "*Literary Works of Leonard*", ed. Richter & Richter, t. 1, pp. 243-270
- 100 - Os manuscritos de Leonardo da Vinci oferecem a principal evidência da sua extraordinária versatilidade. Incluem registos e resultados dos seus estudos sobre a teoria da arte, matemática, ciências naturais, bem como fragmentos de escritos filosóficos e de ficção. In *The Literary Works*, ob. cit.

- 101 - O aspecto da demissão, por parte do proprietário, da execução da sua própria residência, será analisada em próximo capítulo.
- 102 - Este facto peculiar é relatado por Régine Pernoud, ob. cit., p. 30; quando compara o valor da venda em hasta pública, de um quadro de Gauguin, com a venda de uma igreja gótica em Senlis por 13 milhões de francos antigos.
- 103 - Isto mesmo é demonstrado pela simples contemplação da mais antiga arte rupestre; fenómeno comum a todas as sociedades na sua fase evolutiva e em todos os continentes.
- 104 - A História acaba por dar razão em alguns pontos, aos projectistas do Renascimento. Afinal a beleza da obra sobrevive ao seu próprio destino funcional; esgotado este, permanece aquela. Apenas no que concerne à habitação, a função é uma exigência permanente.

fig. 22 - Mapa representando a expansão das feiras periódicas de influência regional entre 1245 e 1385, exprimindo o alargamento do comércio interno intra-rural. Ilust. inser. no texto de Armando de Castro, "*Actividade comercial e financeira*" in Hist. Port. (4 Vol.), ob. cit., t. 2, p. 247

fig. 23 - Mapa representando o comércio externo português e as vias de trânsito europeias - séculos XI a XVIII. Ilust. inser. no texto de Armando de Castro "*O sistema de distribuição da riqueza social em estabilização na época de passagem da Terra Portucalense a Portugal. Comércio e circulação monetária*", in Hist. Port. (4 Vol.), ob. cit., t. 1, p. 707

fig. 24 - Mapa com o esboço simplificado do comércio português na Europa, na viragem do século XVI para o XVII. Ilust.

inser. no texto de Armando de Castro "*A economia da expansão ultramarina*", in Hist. Port. (4 Vol.), ob. cit., t. 2, p. 647

fig. 25 - Plantas das Torres de Refóios, de Quintela e de Azevedos, de acordo com o estudo de Carlos de Azevedo em *Solares Portugueses*. Ed. Livros Horizonte, 1969, Lisboa

fig. 26 - Planta do Paço de Guela, de acordo com C. Azevedo, ob. supra.

fig. 27 - Planta da torre de Gomariz, com a ampliação residencial adossada à torre, in *Solares Portugueses*, ob. cit.

fig. 28 Planta de "casa longa", habitação campesina que "segundo hoje se admite, espalhou-se largamente através da Europa Ocidental. Mais tarde viria a desaparecer progressivamente, sobretudo por causa de uma repugnância cada vez mais profunda quanto a viver-se numa permanente promiscuidade com os animais. No entanto, em pleno século XX, algumas regiões "atrasadas" (Alpes, Maciço Central, Bretanha, País de Gales) não tinham ainda eliminado totalmente este modo de habitat", in Hist. V. Priv., ob. cit., t. 2, p. 444

Fig. 29 - Plantas de "casas longas" na Inglaterra medieval, com duas ou três divisões. Não existem chaminés, mas lareira central, in Hist. V. Priv., ob. cit., t. 2, p. 447

fig. 30 - Mapas das Universidades Europeias na baixa Idade Média. Ilust. inser. no texto de José Hermano Saraiva "*A reorganização da monarquia*", in Hist. Port. (4 Vol.), ob. cit., t. 2, p. 27

fig. 31 - Mapa da urbanização de Portugal segundo o censo de 1527-1531. Ilust. inser. no texto de Veríssimo Serrão "*O período dos Filipes*", in Hist. Port., ob. cit., t. 2, p. 587

- fig. 32 - Plantas de uma típica casa medieval estreita, segundo Colin Platt. Ilust. inser. na obra *6.000 Years of Housing*, ob. cit., p. 300
- fig. 33 - Ibid., p. 306
- fig. 34 - Casa urbana medieval estudada por Otto Stichl in *6.000 Years*, ob. cit., p. 306
- Fig. 35 - Representa duas habitações quinhentistas (propriedade municipal) estruturadas em cinco pisos situadas na Rua do Capelão. No rés-do-chão existem duas lojas, uma das quais comunica com a escada que dá acesso aos andares superiores. Levantamento pertencente ao arquivo do Gabinete Técnico da Mouraria.
- fig. 36 - Planta do piso térreo da Villa Forni-Cerato (1541-1542). Proposta para uma (relativamente) pequena residência de campo, cuja simplicidade na articulação dos espaços internos é associada ao ênfase posto no claro eixo central. Ilust. inser. in *Andrea Palladio, 1508-1580 - Architect between the Renaissance and Baroque*, de Manfred Wundram e Thomas Pape, 1992, Hamburgo, p. 26
- fig. 37 - Planta do 1º piso da Villa Gazoti, de maior desenvolvimento que a anterior, ilustra o método que caracterizaria o tipo de villa de duas alas; in *Andrea Palladio*, ob. supra, p. 32
- fig. 38 - Piso nobre da Villa Cornaro (1553) onde é visível a integração na planta quadrangular, das alas laterais do edifício; in *Andrea Palladio*, ob. cit., p. 89
- fig. 39 - Plantas da Villa Chiericati (1550-1554), que todavia não é mencionada por Paládio em *Os Quatro Livros*. pelo que a sua autoria se apresenta sob reserva; in *Andrea Palladio*, ob. cit., p. 102

CAPÍTULO 3

3-1. Os pilares da Idade Moderna

A partir de meados do século XVI, uma série de acontecimentos pertencentes à grande história político-cultural da Europa, perfilam a alteração da mentalidade no Ocidente (1).

A pergunta para a qual Philippe Ariès buscou uma resposta, continua pertinente e estimulante (2).

Propôs ele, que se considerasse duas representações aproximativas de duas situações históricas e que se estudasse o problema do que está no meio das duas. O ponto de partida seria o final da Idade Média e o ponto de chegada o século XIX. Pelo meio posiciona-se aquilo a que chamamos a Idade Moderna. Eivada de ambiguidades, contradições e de profundas disparidades regionais, não é a mera reformulação ou retocagem de uma Idade Média, mas não faz ainda a enunciação clara (ou intencional) dos valores contemporâneos.

No entanto, é forte imprevidência esquecer o que deve à primeira e impossível não a tomar como berço da segunda.

No período medieval, encontrámos o indivíduo ligado umbilicalmente a grupos que faziam da solidariedade entre os pares, a razão de ser e a garantia de uma segurança mínima de vida.

Este sistema compartimentado funcionou, emerso num Estado fraco e distante, razoavelmente bem. - Ou melhor, funcionou como era esperado que funcionasse.

Nele não existia, nem jurídica nem psicologicamente, a destrição entre a vida pública e a vida privada, nem valorização do indivíduo ou da família, mas antes a acentuação dos laços de conveniência. Em certa medida, parte desta realidade transitou para a Idade Moderna.

No século XIX a sociedade está transformada num imenso somatório de anonimatos. O trabalho e o lazer, a casa e a família, são agora entidades de universos distintos e dificilmente miscíveis.

A forma como se passou de um modelo a outro, é o que ensaia esta reflexão, na certeza de que é a história da casa, que materializa todos estes desenvolvimentos psicológicos. A sua complexidade não carece de longa exposição, mas no mínimo dever-se-á assinalar com veemência a sua importância.

Existem dois grandes métodos para a abordagem desta investigação: um, assente num modelo evolucionista; o outro, assente naquilo que Paolo Soleri definiu como, de *impulsos* (3).

O primeiro defende uma linha de continuidade entre uma fase “arcaica” e a seguinte, de maior desenvolvimento, através de um processo linear. Mesmo que se possam verificar neste percurso, alguns abalos e mesmo eventuais regressões.

O segundo é bem mais questionável, menos estável, mas também mais aliciante, até porque contempla o grande fenómeno dos séculos XVI a XVIII, que é a espantosa diversidade de concepções e a mistura dessas realidades numa coexistência raras vezes harmonizada.

Se podemos aceitar que, desde meados do período medieval até ao século XVII, não houve uma assinalável alteração das mentalidades; despontaram todavia, factores e circunstâncias que condicionaram (depois da segunda metade do século XVI), a sua futura evolução.

Duas delas ressaltam como nucleares: a expansão marítima, pelos efeitos político-económicos (de que avulta como principal, a emergência do Estado como organismo tutelar da sociedade no seu todo); e o Concílio de Trento, pelas consequências religiosas e só-

cio-culturais que vão condicionar a consciência que cada um tem de si e do seu papel na comunidade.

A conjugação destas forças, que actuam sobre a base de equilíbrio do indivíduo, vai enformar a concepção de vida das gerações de seiscentos e setecentos.

O Concílio de Trento, celebrado pela Igreja Católica de 1545 a 1563, pode ser considerado, com toda a segurança, como o corte entre a Igreja Medieval e a do Renascimento.

Teve como objectivo, perante a ascensão e a eficácia da influência protestante, promulgar um conjunto de reformas disciplinares e reafirmar os dogmas da Fé, numa tentativa de devolver à doutrina a sua pureza inicial e de preservar o que restava da unidade católica

Atravessou três pontificados. Convocado por Paulo III, foi continuado por Júlio III e concluído por Pio IV, nele ficando decidida a redacção do "*Catecismo do Concílio de Trento*" que consagra os preceitos e ensinamentos nele aduzidos. É tal a sua importância, que este documento só será substituído, na última década do último século do milénio, por João Paulo II.

Deste concílio emanam as inequívocas condenações do corpo e da nudez, da promiscuidade e da libertinagem, formulando uma estrutura familiar nova, assente em normas precisas e incontrovertidas (4); sob as quais a sociedade moderna irá daí em diante viver.

As mudanças na vida material e espiritual, bem como a alteração da relação do indivíduo com a família e com o Estado, marcam indelevelmente o nascimento da modernidade.

A sociedade recupera a noção de pudor, de privacidade e de intimidade. O preservar-se, o esconder-se, torna-se uma necessidade à qual a vida privada (desvinculando-se da vida pública), dará resposta.

Vários canais são utilizados para veicular esta nova postura. Um deles é a literatura, que apoiando-se na progressiva alfabetização da classe burguesa, difunde pelo livro, mas principalmente pela imprensa, os novos códigos sociais (5). Destes, os mais caros são os que respeitam à civilidade e ao saber-estar - à boa educação, em suma.

Concertado com o hábito da leitura do cidadão urbano, está o de escrever. Primeiro para si próprio - memórias, confissões, esperanças e desesperos. Depois as cartas - relatos, descrições críticas e comentários.

A escrita pessoal assume, alargando-o, o lugar e importância que tinha tido o testamento medieval, enquanto fonte privilegiada da caracterização social (6).

Outro hábito descoberto foi o da solidão procurada. Dantes, a companhia era uma necessidade, tanto dos grandes como dos mais humildes. A solidão era tida como o maior dos infortúnios e o mais perigoso dos riscos (7). Mesmo o eremita a encarava como uma provação conducente à purificação ascética.

Agora, a solidão começa a ser encarada como um bálsamo para os inconvenientes das múltiplas obrigações sociais. É de resto a solidão, que vai abrir o caminho para as grandes introspecções laicas.

Gostaríamos de sublinhar este último aspecto, que cremos ser uma das componentes menosprezadas na compreensão da cultura desta época e que faz, a par da alfabetização já referida, a transferência do saber monástico e clerical, para o universo profano da sociedade secular.

É efectivamente, a aceitação do valor social da solidão, que vai produzir alguns dos maiores pensadores da história e precursores do nosso saber actual.

Deixa-se propositadamente para o fim, a nota da alteração da mentalidade em relação à casa e ao mobiliário. Notemos que esta “casa” se manteve relativamente estável entre os séculos XII e XV. Que viu as suas paredes nuas serem revestidas de tapeçarias amovíveis e os móveis (todos muito simples e desmontáveis) acompanharem o seu proprietário, nas viagens que este encetava. Tanto uns como outros, cumpriam apenas a respectiva função de mera utilidade prática.

Esta situação vai, contudo, mudar. Passa-se progressivamente de uma sociedade exterior, de rua e de movimento, para uma recolhida, individualizada e meditativa.

Como quase sempre acontece na história, torna-se impossível determinar com rigor o momento da viragem.

Quando abordamos a questão da mentalidade, do uso, do costume e da tradição, a evolução é tão cheia de subtilezas, que não é raro encontrarmos numa mesma sociedade modelos distintos de vivências, que inviabilizam a homogeneização e a tipificação.

Certamente, além de impossível tornar-se-ia indesejável, pelo que de anti-natural essa sociedade representaria.

Porém, o século XVII vê sedimentarem-se duas novas aquisições sociais: a primeira é a do *espírito de família* e a segunda a do *gosto*.

Esta nova atitude - vamos designá-la assim - teve como berço uma pequena, mas muito coesa sociedade, que ocupando uma região periférica da Europa, antecipou de forma magistral o interior doméstico, tal como o habitamos hoje.

A casa actual, sem cessar de evoluir, teve na dos Países-Baixos a sua matriz; se ressalvamos o facto de que será imprudente a afirmação de que o conceito de *residência familiar* tenha entrado de uma só vez na consciência do homem, e isto num preciso local. Chamemos-lhe, por isso e por ora, *indícios*!

A verdade é que o processo constituiu uma reacção (provavelmente inconsciente) à evolução das condições de vida urbana, pelo que se lhe não conhecem nem a paternidade nem a hora do nascimento. É antes o fruto de uma intuição colectiva, que recria numa estrutura habitável nova, o ambiente que o anterior modelo tornara insuficiente ou mesmo incompatível.

3-2. O caso dos Países-Baixos

Os Países-Baixos revestem-se, para nós portugueses, de particular interesse; não só para comparação de semelhanças, mas fundamentalmente para compreendermos como elas evoluem de forma distinta, consoante as circunstâncias (8).

Nascidas em 1609, depois de trinta anos de insurreição contra a Espanha, as Províncias Unidas dos Países-Baixos eram um Estado totalmente novo (9).

Será esta, uma das duas grandes (e porventura definitivas) diferenças de Portugal, que levava então, quase cinco séculos de história soberana.

De resto, estávamos por essa altura, igualmente sob domínio Filipino e tal como na Holanda (10), a nobreza encontrava-se decapitada. A nossa, pelo desastre de Alcácer-Quibir, a deles, pelas lutas da independência.

As finanças do Estado, encontravam-se em ambos os países numa situação de colapso. Portugal era sangrado pelos resgates de guerra e os Países-Baixos tinham-no sido pelo financiamento da guerra.

Assim, a segunda grande diferença entre as duas nações, surge na constituição do tecido social, que apresenta no caso português uma classe burguesa rudimentarmente organizada, insuficientemente culta, mas acima de tudo pouco expressiva em termos numéricos (11). Exatamente o oposto do que acontecia nos Países-Baixos.

Aí, a maior parte da população vive em cidades que são elas próprias, núcleos populacionais gradualisticamente hierarquizados. Quer dizer que para cada grande cidade, existia um determinado número de cidades médias e para cada uma destas, um outro de pequenas cidades (12). Estamos em presença de uma estrutura quase orgânica, da ocupação do território pelos aglomerados populacionais.

Fora isto, a Holanda e Portugal partilham grandes semelhanças. A superfície territorial é pequena, os recursos naturais são escassos, as poucas terras férteis não conseguem produzir o suficiente para alimentar a população; donde a necessidade de importações.

Nos dois casos, tal originou uma tradição de marinhagem que evoluiu para a grande odisseia marítima.

Contudo, certas particularidades vão determinar percursos distintos nos dois povos. Uma delas é o facto de, ao contrário dos portugueses, os agricultores holandeses serem donos das suas terras (13), pelo que se não predispunham a abandoná-las. Logo não houve, como entre nós, um movimento forte e continuado de emigração. Os holandeses foram antes de tudo espoliadores e usurpadores, mais do que exploradores e colonizadores.

Por outro lado, sendo eminentemente um povo de comerciantes (com toda a carga de estabilidade subjacente), eram raras as habitações alugadas. Cada um ansiava por casa própria e normalmente conseguiam-na pela fortuna.

Em Portugal o contrário era a regra, daí que o apego à casa seja muitíssimo menor entre os portugueses do que entre os holandeses, que tratavam cuidadosamente das suas. São porventura, o povo que mais estima a casa onde vive, estendendo-se esse sentimento ao conjunto de toda a sociedade.

Claro que existiam neste país, como em qualquer outro, estratos desfavorecidos. Pobres, delinquentes e desempregados, vagueavam pelas cidades holandesas, da mesma maneira que eram vistos nas demais cidades europeias.

Sendo certo, não é menos verdade que nos Países-Baixos do século XVII, predominava uma ampla classe média, que com gradações, ia do banqueiro ao lojista. Ainda que ambos se não reconhecessem mutuamente.

Esta república - a primeira no continente Europeu - era politicamente, uma confederação regida por uns Estados Gerais, onde tinham assento os representantes das sete províncias autónomas, eleitos pela classe média alta, de onde provinham ainda os magistrados e os governadores das cidades.

Para os padrões da época, esta democracia bastante ampla (que um historiador apelidou, todavia, de *ditadura social da classe mercantil* (14), gerou o primeiro Estado burguês da história.

Em simultâneo, consolidam-se algumas das virtudes tradicionais da burguesia. A moderação, a dedicação ao trabalho, a prudência na gestão dos dinheiros e uma cultivada sensatez. Estas características partilhadas por toda a comunidade, faziam-se prementes para a coesão social de quem habitava um país, cujas terras necessitavam de constante protecção e os canais de permanente drenagem, para manter sob controlo o Mar do Norte.

Mais práticos e menos emotivos do que os latinos (15), os holandeses cedo estabilizaram socialmente, apoiando-se numa religião de Estado, que sendo professada por apenas um terço da população, teve grande influência na vida quotidiana de todos - o calvinismo. Ao mesmo tempo que a Europa católica era assolada por uma vaga de contra-Reforma, com os excessos que se conhecem nas reacções tardias a um prolongado desregramento, a Holanda era um local de tolerância.

Enquanto o catolicismo, ao ascender à condição de religião de Estado na Europa meridional, arrasta consigo para a esfera do rei a Inquisição, tornada por ele instrumento de coacção política (16), a religião nos Países-Baixos era uma protecção acrescida do cidadão (17).

A concorrência destes e de outros factores, justificam aquilo que os holandeses denominam o seu "*período áureo*" - um breve momento histórico de 1609 a 1660.

A localização no cruzamento de rotas comerciais, a estabilidade das fronteiras e o temperamento do seu povo, fizeram da pequena Holanda o centro mundial das finanças internacionais e o primeiro país industrializado do mundo (18), com algumas das mais importantes universidades da altura.

Produziu capitalistas, mas igualmente Rembrant e Vermeer. Construiu vasos de corsários, mas também os primeiros microscópios. Inventou o registo da planificação de manobras militares, mas igualmente o de magníficas cidades.

Tudo isto aconteceu no espaço temporal de uma geração, no entanto, as suas consequências perduraram no tempo e fazem-se sentir ainda hoje na sociedade.

Passado o ciclo imperial e da abundância económica, ficou como resíduo mais precioso, porque perdurável, o da civilidade.

Civilidade que começou a brotar, com a descoberta de um sentimento novo na Europa recém-saída do período medieval e que é o do carinho pelos filhos.

A família começa, pela primeira vez, a ser encarada não como uma estrutura exclusivamente económica, mas como uma célula de inter-apoio emocional e afectivo, cujas relações são cimentadas pela presença dos filhos em casa.

Ao contrário do que tinha sido hábito no passado, quando os filhos eram postos fora, mal se suspeitasse da sua habilidade de se bastarem a si próprios, as crianças holandesas desfrutavam das maiores atenções por parte dos seus progenitores. Não está determinado (e talvez não seja o mais importante), se esta atitude deriva do facto de não haver muitos empregados domésticos na sociedade holandesa (19), uma vez que a aspiração geral era a da autonomia individual.

Certo é, que a mãe a tratava pessoalmente dos filhos e é lícito admitir que o fizesse por estrita vontade pessoal. Pouco importa, na relação de causa e efeito deste fenómeno, pretender decidir qual o primado dos factores. O que sabemos, é que as amas-de-leite eram raras e as crianças eram educadas pelos pais, permanecendo em casa até ao casamento.

O que estará certamente ligado a esta atenção permanente, é o facto do número de filhos ter decrescido muito, comparativamente à média dos outros países (20). Tendo-se obrigado a cuidar de todos eles, os casais reduziram o seu número para dois ou três, ao invés de mais da dezena, que era o normal noutras regiões.

As noções de infância e de adolescência, foram conquistadas então alcançadas.

Fases de formação intermédia entre o berço, absolutamente desprotegido e a vida adulta, totalmente comprometida, foram aproveitadas nos Países-Baixos para a generalização da educação e que fizeram deles a nação com maiores índices de alfabetização da Europa.

Este dado foi aprofundado por Philippe Ariès, que estabeleceu a aproximação entre pais e filhos e a consolidação do conceito de família e de infância, quando da substituição da aprendizagem oficial pela escolar (21).

Além desta circunstância favorável, a educação dos jovens era mais determinada pela afeição do que pelo rigor da disciplina.

Um forasteiro, a quem a indulgência dos pais para com os filhos, causava particular impressão, interrogava-se surpreso, pelo mistério de não haver na Holanda mais desordens familiares ... (22). As casas eram pequenas, não por restrições económicas, mas por imperativo lógico. Não havendo muitos empregados, a casa destinava-se exclusivamente à vida privada de quatro ou cinco pessoas, já que tinha deixado de ser, em definitivo, um local de trabalho. Os inquilinos eram igualmente pouco numerosos e normalmente estrangeiros, que residiam temporariamente no país.

As casas holandesas tornaram-se familiares e objecto de estudos consistentes, devido a duas ordens de factores. O primeiro é o papel que desempenhou a pintura naquela sociedade e o segundo,

devido à grande aceitação que teve no século XVII, a cena doméstica como tema dessa pintura.

Se bem que o mercado da arte fosse grande, já que o público burguês o apreciava bastante (principalmente o retrato), também abundavam os pintores, cujo número transcende em muito, os que realmente passaram à história. Os de técnica mais apurada e cuja mestria artística não desdenhou a exacta representação de uma época e de uma sociedade, são autores de obras que as retrataram ao pormenor.

De Jan Vermeer, restam-nos menos de quarenta quadros, mas quase todos são de interiores domésticos. Por eles recolhemos preciosa informação não só sobre a organização espacial, mas também sobre o mobiliário, que de resto continua a atestar o grau de riqueza do seu proprietário.

Só que aqui o móvel começa a ser tido na sua função de utilidade, prática mas cómoda. A cadeira generaliza-se como peça frequente para sentar; ainda que normalmente sem braços, aparece estofada de tecido ou de pele. As mesas já não são desmontáveis e as camas, normalmente a um canto das paredes, surgem com a possibilidade de se fecharem com cortinas e até com portas de madeira; indicador seguro de que à privacidade se seguiria a intimidade (23).

A pintura mostra-nos, igualmente com frequência, o aparador, que se transformará no móvel burguês mais importante, correspondendo nesta época, àquilo que a arca tinha significado para a Idade Média.

Na verdade a origem deste móvel é alemã, mas a difusão e a dignidade de que se revestirá no futuro, devem-na aos holandeses. Revela em tudo, o novo estado de espírito da sociedade.

Em vez de se guardarem, fechados na horizontal, os bens de família são expostos na vertical, em móveis que constituem autênticas vitrinas da nova estabilidade pessoal. - Que se admiram mas que também se utilizam.

A decoração sóbria destas casas está de acordo com a obsessão pela limpeza, bem como o gosto que cultivavam os seus habitantes, por compartimentos bem iluminados. Este é um aspecto onde valerá a pena determo-nos também um pouco.

A casa holandesa, implantando-se sobre um lote estreito e comprido, que em si nada tem de particularmente distinto daquele que servia de base, no resto do continente, às habitações urbanas; teve contudo de contornar uma especificidade dos terrenos, na sua maioria conquistados aos pântanos. Esta característica de terreno frágil, impôs um tipo de construção aligeirada, por forma a reduzir ao mínimo as cargas nas fundações.

As paredes laterais, fundando-se em estacaria, suportavam toda a carga da habitação, bem como o peso do telhado de duas águas. Tal sistema fez com que as fachadas anteriores e posteriores não tivessem qualquer função estrutural e como era necessário reduzir o peso da construção tanto quanto possível, praticavam nelas grandes aberturas, que cumpriam assim uma dupla função ao permitir a iluminação franca dos interiores.

Por força destas disposições, os holandeses desenvolveram uma série de inovações nos guarnecimentos de vãos, que são hoje um património comum dos europeus.

Se até ao século XVII estas janelas só possuíam um vidro fixo na parte superior (sendo o restante do vão, resguardado por portadas de madeira que se abriam), a partir de então, passam a ser todas envidraçadas (24), sendo a luz controlada por persianas ou cortinados.

À medida que estas janelas aumentam de tamanho, torna-se mais problemático o seu movimento de forma convencional.

É então inventada a janela de guilhotina que teve de imediato larga aceitação, popularizando-se rapidamente em todos os países. Em Portugal, o Porto, mais relacionado por antigos e fortes laços de comércio com esta sociedade, adopta prontamente este sistema que se expande por toda a região, penetrando depois para o interior norte e descendo finalmente ao sul.

A janela de guilhotina é hoje, em boa verdade, um efectivo património da arquitectura popular portuguesa (25), que o difundiu bastamente pela América do Sul e pela Ásia.

Mas não foi esta a única influência directa que recebemos dos holandeses e que se integrou na nossa tradição de arquitectura vernácula.

A porta dividida ao meio, cujo postigo na parte superior, normalmente aberto, tornava familiar e pacífico o interior das casas das nossas cidades e aldeias, é ela também uma inovação dos Países-Baixos.

Numa coisa não seguimos, certamente, a sua influência: - foi no asseio e limpeza que impuseram às residências, como bem o comprovam, não só as pinturas, mas também as descrições que delas fizeram inúmeros viajantes (26).

Essa preocupação determinava que fosse substituído o calçado de rua por outro, quando se estava em casa. Não era todo o edifício abrangido por esta imposição - apenas o piso superior, já que o rés-do-chão continuava ligado à rua, logo permeável ao público.

Mas quando se subiam as escadas e se entrava em casa, penetrava-se noutro círculo. Estava-se na esfera do familiar.



Fig. 40

Esta noção de fronteira, perfeitamente delimitada e generalizadamente reconhecida, é uma ideia nova e um dos pontos de viragem na mentalidade Ocidental. Assim como o é, o facto da casa não ser já o local de trabalho, ou melhor, tornou-se no local de um novo e especializado trabalho: o doméstico.

Sabemos que a lida doméstica sempre existiu, mas doravante, ela será um trabalho feminino e, pela primeira vez, solitário.

A agitação da vida social masculina, processando-se noutros locais, vai fazer com que a casa da família comece a ser moldada à imagem da mulher, afinal aquela que tinha sabido impor a ordem e a domesticidade num local outrora devassado.

Falar de domesticidade, é sugerir um conjunto de emoções tangíveis e não num mero atributo indefinido. - Tem a ver com a vida da família.

Não de uma família magmática, mas da que é formada por pessoas com personalidades individualizadas. O que é hoje um lugar-comum, revestiu-se na extraordinária singularidade dessa sociedade. Claro que a família permaneceu organizada hierarquicamente. O pai continuou sendo a figura tutelar e o seu principal sustentáculo de estabilidade e de prosperidade. No entanto a mãe ascendeu ao controlo efectivo da vida particular e os filhos passaram a ser encarados como herdeiros naturais do património familiar. Para isso se cultivavam e por isso se mantinham próximos dos pais.

A domesticidade tem a ver com estes laços de afecto, tão difíceis de serem quebrados, como o foi de serem alcançados.

Por fim, a domesticidade tem a ver com a projecção destes sentimentos na estrutura física da casa, que deixando de ser apenas um refúgio, adquiriu o estatuto dignificado de domicílio.

Mas tudo isto teria sido impossível se tivesse prevalecido uma de duas situações: - se a casa continuasse como um espaço abarrotado, ou se pelo contrário, se tivesse esvaziado.

Foi a presença da mulher e a feminização da casa, que enxertou na sociedade o conceito de domesticidade e que fez brotar a noção nova de lar (27).

Seguramente que de forma geral, a mulher foi excluída do protagonismo público e de incumbências fora de casa. A sua vocação, inculcada pela religião, era a de mãe e de esposa. A contenção e a

discrição são obrigatórias na defesa da sua honra - o bem mais precioso (porque o único pessoal), que partilha com o marido e os filhos. A vida cumpre-a no devotamento constante àqueles que se abrigam sob o seu tecto e a quem passa a servir com desvelo e a todo o momento.

Sintomática, esta profunda alteração no papel social da mulher, que faz com que a sua ascensão a senhora a torne, por dois séculos e meio, na criada da família; retratada pelo Eça como usando de *um respeito de aia e uma rigidez de devota*.

Daqui resulta que a mulher passa a viver, no essencial, num mundo particular, ainda que aberto ao exterior, cuja primeira imagem podemos divisar na igreja; parte da qual transportará para casa, na forma do oratório.

A Contra-Reforma, sem que nisso tivesse atentado, acaba por alargar o domínio da vida privada da mulher, a quem apenas é permitido somar à devoção doméstica, a da religião.

Daí, que aos trabalhos da família se sigam os serviços a Deus, geralmente na companhia de amigas, vizinhas ou empregadas, tantas vezes transformadas em confidentes de inocentes quereres, quando não cúmplices de pequenos deslizes.

A sua educação é por isso muito condicionada, sendo diminuto o número das mulheres que têm acesso às letras, que serão de resto, a próxima fuga para além das paredes do seu quotidiano. O gosto pela leitura e a liberdade de na pausa dos afazeres domésticos, se poder debruçar sobre os livros e sobre eles reflectir, contribuirá para alargar os horizontes de quem à primeira vista se encontra tão tolhida.

Depois de se propagarem por toda a Europa, estas novas ideias induzem a casa do século XVIII a mudar, tanto física como perceptivamente.

3-3. O mobiliário

Antes de analisar as alterações estruturais, é necessário registrar o último conceito cuja emergência acompanhou o da *intimidade* e o da *domesticidade*, que é o da *comodidade*.

Também neste aspecto a ruptura com o passado é evidente. Ao contrário de privilegiar a aparência e a teatralidade, que obrigaram a que o vestuário e o mobiliário tivessem feito, como única figura, a de adereços; o homem do Renascimento reverte para si próprio os benefícios do agrado.

Antes de se preocupar em impressionar os outros (que continuou sendo, obviamente, importante), ele buscou a satisfação pessoal no conforto.

As cadeiras, por exemplo, que de elementos de aparato que tinham sido - por vezes com extremo incómodo para o homenageado - passam a móveis de utilização comum. Mas mais importante, são concebidas para que a pessoa que nela se sente, o faça da forma mais cómoda possível.

Cabe recordar que nesta época, a cadeira é um artefacto essencialmente ocidental (28), sendo que em todas as outras civilizações, a postura sentada não contempla a cadeira.

Esta originalidade motivou reflexões e discussões apaixonadas (como só o século XIX soube promover), que versaram inclusivamente a determinação de ser ou não natural o sentarmo-nos numa cadeira.

A nossa primeira tentação é de explorar o veio da utilidade, quando nos referimos ao mobiliário. Aparece e desenvolve-se de acordo com a resposta a uma dada exigência funcional.

Mas então porquê só os ocidentais se sentam em cadeiras?

- Desde logo deveremos rejeitar o preconceito da “sofisticação”, porque civilizações, tão ou mais requintadas do que a nossa, se sentam no chão. Os chineses, os árabes e os persas, são apenas algumas delas.

A morfologia humana também não, porque se somos mais altos do que os japoneses, somos em média mais baixos do que os africanos negros, preferindo ambos sentarem-se no chão.

O conforto térmico também não parece ser o melhor argumento, já que a cadeira é uma criação de sociedades de países quentes - Mesopotâmia, Egipto e Grécia.

Resta-nos a hipótese cultural.

Acerca dela, um autor afirmou ser a cadeira um exemplo mais (a somar a tantos outros), ilustrativos da estupidez ocidental (29). A sua crítica, incide no pressuposto de que para sentar e dormir basta o solo, sendo as camas e cadeiras, objectos anti-naturais e desnecessários.

Esta crítica da civilização moderna ocidental, concebida à luz das teorias rousseauianas, não aceita o pequeno mas fulcral argumento de que toda a cultura é artificial.

Toda a manifestação que se afaste da bestialidade, é uma aquisição da evolução cultural, perfeitamente inserida na transformação natural do comportamento humano.

Começou pela demarcação de um território e a afirmação da sua posse, quando o primeiro homem imprimiu a marca da própria mão sobre um lugar ou objecto que pretendeu para si.

Não o fez com incisões ou odores, como fazem os bichos com as garras ou excrementos. Fê-lo com a primeira e principal imagem de si mesmo, sendo esta, uma manifestação profunda de cultura.

Sentar no chão não é cómodo nem incómodo (30), depende do hábito que a cultura impôs a uma determinada sociedade, e é essa

mesma cultura que torna natural o sentarmo-nos no chão ou numa cadeira.

A evolução dessa peça reflecte igualmente a evolução da sociedade que a usa. Desde logo, porque o problema do conforto da postura sentada levou séculos a resolver, esquecidos que foram os desenvolvimentos introduzidos pelos antigos gregos. Os historiadores do mobiliário, focalizam grande parte da sua atenção e energia no estudo da evolução do desenho e da construção do móvel.

Quase somos desviados de um dado fundamental, que é a mudança daqueles que nela se sentam.

Não passava pelo espírito de ninguém na Idade Média, adoptar uma posição de descanso numa cadeira, porque não podia; e não podia porque ela era um objecto de cerimonial (31). Ao longo do Renascimento e do Barroco, a posição sentada manteve algo da antiga austeridade. Em todos os desenhos ou pinturas de modelos sentados, os dois pés estão bem assentes no chão (32).

“Ainda que as cadeiras tenham começado a servir para actividades mais comuns, como escrever e comer, a postura sentada evoluiu lentamente” (33).

3-4. O caso da França

É em França que a cadeira emerge com um novo papel.

O reinado de Luís XIV, bafejado por toda a sorte de extraordinários sucessos, que se vislumbram na supremacia política, militar, económica e artística sobre todas as nações europeias, eleva o mobiliário à categoria das Belas-Artes.

O desenho refina-se, diversificam-se as peças em função do seu papel na decoração de interiores e o seu uso banaliza-se. No entanto, só com Luís XV e a sua corte surgirá a cadeira como móvel de repouso.

Toda a magnificência hedonística de Versalhes no século XVIII, associada a um estilo de vida despreocupado, fútil e sofisticado, produziu um repertório de lânguidas peças de mobiliário, perfeitamente adaptadas à delicadeza ociosa daqueles a quem se destinavam.

Os franceses ao criarem estes modelos, tiveram no entanto a prudência, de não abandonar o tipo tradicional dos móveis que tinha caracterizado as épocas anteriores. Sem o saberem acabavam de “inventar” os estilos, com a intuição de quem soube pressentir as oscilações do gosto. - Estilo Luís XIV, Luís XV, Luís XVI e todos os que se lhe seguiram.

Todavia, a comodidade que advém da criação de um mobiliário adaptado às novas exigências e refinamento do gosto, não se limitou ao trabalho do decorador. A própria estrutura do espaço interior sofre uma sensível evolução no sentido de o proporcionar. Ao contrário dos Países-Baixos onde a burguesia personificou a alteração do espaço familiar, em França é a aristocracia que promove a concepção de novos interiores domésticos; se como tal pudermos considerar aqueles imensos palácios, regurgitando figurantes, onde ela se movimentava.

Daí a natural diferença existente na estruturação dos espaços, que fez com que na Holanda a passagem do público para o privado se operasse na vertical e que na França, ela se fizesse por uma hierarquia na distribuição horizontal.

Os dois modelos subsistem hoje, revigorados nas suas linhas mestras, nas tipologias habitacionais urbanas.

Abandonada definitivamente desde finais do século XVII, é a concepção de espaços comunicantes na habitação. Este princípio, que tinha feito de todos os compartimentos, zona de passagem, não haveria de sobreviver à contínua busca de intimidade. Assim como a polivalência desses espaços, determinados funcionalmente apenas pelo mobiliário, irá dar lugar à especialização dos compartimentos, servidos por eixos de circulação, sistemas de distribuição e espaços de transição. Surgem os conjuntos de elementos solidários: quarto + ante-câmara, quarto + saleta de estudo, sala + escritório; todos com o fito de separar as visitas, os empregados e principalmente os estranhos, do núcleo íntimo da residência.

Uma vez mais, esta evolução na articulação dos espaços é conduzida à revelia dos profissionais da arquitectura.

É uma culta aristocrata francesa, a Marquesa de Rambouillet, que dá corpo a uma série de propostas funcionais, de alguma maneira sugeridas em vários tratados, mas que jamais se tinham constituído em realidade pela mão de um arquitecto.

Esta evidente clivagem entre a teoria e a prática profissional, é acentuada pelas escolhas que o arquitecto tem sido chamado a fazer. Entre a *sensação* e a *sensatez* tem, em momentos cruciais, optado preferencialmente pela primeira.

Princípios rígidos de organização codificada, têm contribuído mais para cenários (alguns, certamente de grande efeito), do que para a plena satisfação, na sua utilização, do objecto construído. Como se a leitura clara de um desenho simétrico de planta, continuasse evidente para além da primeira parede construída frente a um observador, colocado num qualquer compartimento.

A marquesa de Rambouillet compreendeu-o perfeitamente. Por isso orientou pessoalmente os seus arquitectos na planificação e na tradução espacial das mudanças pressentidas por si e pelos seus

contemporâneos, mas ainda não contempladas nos modelos então edificadas (34).

“Tallement des Réaux atribui a esta dama uma evolução na habitação que se tornará um modelo para os arquitectos (...) E isto é tão verdade que a Rainha-Mãe quando pretendeu construir Luxembourg, ordenou aos seus arquitectos que fossem ver o *hôtel* de Rambouillet, o que lhes não foi inútil” (35).

Uma das mais espectaculares inovações desta mulher foi a de alinhar, ao longo de um corredor principal, todos os vãos de porta interiores; o que conduzia a uma perspectiva impressionante, para quem estivesse orientado nesse enfiamento. É no fundo, um artificio que recupera com grande efeito cénico, o espírito (ainda que não a forma) dos antigos clássicos, quando distribuía à volta do pátio central das suas *villas*, os pequenos compartimentos cuja sucessão era deixada implícita.

É o apelo à sugestão e à interpretação pela imaginação, de algo que se não mostra na totalidade; é nessa ambiguidade que o artificio busca e alcança a sua grandeza.

3-5. O fenómeno da industrialização ... do campo

Falámos da *burguesia* dos Países-Baixos, cujo código moral ditado pela religião calvinista, introduziu a austeridade nos costumes sociais, com a prosperidade económica a ser assegurada por um intenso e diversificado comércio marítimo; e como tudo isso se reflectiu na habitação urbana.

Vimos em França uma pujante *aristocracia* imprimir novos rumos à concepção de espaços sumptuários, recheados de um mobiliário que passará incólume pela sucessão das gerações. Claro que por

baixo destas realidades existia uma outra, infinitamente mais alargada, mas que se equivalia na miséria.

É a imensa classe popular, afinal a protagonista do definitivo arranque para a contemporaneidade.

Por isso resta-nos, para completar o esboço imperfeito do quadro social, abordar uma nova (e totalmente inesperada) classe, que despontando em Inglaterra se caracterizará como - o *operariado*.

Sendo a Revolução Industrial (36) vulgarmente conotada com um movimento inglês, ficam frequentemente escamoteadas dos estudos sobre este fenómeno, as contribuições originais e decisivas de países como a França e a Itália, sem as quais o panorama e a realidade deste processo, seriam em tudo diferentes. Além do mais, parece hoje consensual a designação de 1ª Revolução Industrial, ainda que o termo “revolução” encerre um significado de ruptura que efectivamente não ocorreu.

Seria mais adequado à verdade histórica o vocábulo “evolução”, para sugerir uma linha de continuidade (embora acelerada), que caracterizou a época moderna.

Na Grã-Bretanha do século XVIII, a maioria da sua população trabalhava na agricultura, como de resto acontecia em toda a Europa. As comunidades rurais estavam adaptadas às necessidades das populações que eram, igualmente como as suas congéneres continentais, essencialmente conservadoras. As modificações nos métodos produtivos, as escolhas das alternativas às culturas tradicionais e novos processos de drenagem, por exemplo, faziam-se vencendo normalmente grandes resistências.

Assim, para que a agricultura evoluísse era necessário a criação de novas unidades de exploração, onde o peso da colectividade não se fizesse sentir em demasia, sobre o indivíduo empreendedor. Isto conduziu a uma acção sistemática de parcelamento e vedação dos campos desbravados ou arroteados, de baldios e de pastagens, que tinham sido até então, propriedade comum.

O processo desenvolvido com bastante regularidade desde, pelo menos, o século XIV, tinha em vista não a agricultura de subsistência, mas o horizonte mais alargado da exportação. Pretendia-se nomeadamente, o aumento da produção de lã, para a florescente indústria têxtil.

Em meados do século XVIII, a vedação dos terrenos ocorria especialmente em zonas propícias à pastorícia, sendo menor o estímulo induzido pelas culturas cerealíferas.

Como bem se compreende, este processo está directamente ligado à concentração da propriedade, só possível a quem detivesse o efectivo poder (político, económico e social) para o levar por diante. Não que se fizesse premente a necessidade de propriedades de maior dimensão, mas porque um único senhor (ou um grupo reduzido de proprietários importantes), tornava mais fácil a adopção de alterações de método, quer directamente quer impondo-as aos rendeiros; o que de outra forma não teria sido possível. O facto é que se assiste ao progressivo desaparecimento do pequeno proprietário rural, com as camadas mais humildes da população a sofrerem pesadamente, com a introdução das novas técnicas agrícolas que libertaram braços da terra.

Coincide com estas circunstâncias, o rápido aumento demográfico que se verifica nesta época e que se torna no dado mais saliente e distintivo dos anteriores períodos.

Estudos aprofundados, levados a cabo por investigadores deste fenómeno, apontam para um aumento da população entre 1700 e

1750, da ordem dos 40%, e nas primeiras três décadas do século XIX, de mais de 50%.

Curiosamente, este aumento não se deu por uma significativa alteração na taxa da natalidade, mas sim por uma baixa na da mortalidade (37).

Os factores que contribuíram para a redução do número de mortes são vários. A produção de tubérculos, que tornou possível a alimentação de mais gado durante o Inverno. A substituição de cereais menos ricos pelo trigo e o aumento do seu consumo. A melhoria na construção das casas dos camponeses, substituindo a madeira das paredes e o colmo das coberturas, por tijolo e ardósia e por fim, a disseminação de uma rudimentar higiene pessoal.

O aumento da população, associado à delimitação e vedação dos campos circundantes das aldeias, lançou na pobreza ou na vagabundagem um grande número de pessoas.

É neste corpo de desempregados e de semi-inseridos na sociedade, que se deverá procurar o maior factor de preocupação dos políticos do século subsequente.

Sabemos hoje, porém, que a prosperidade de uma nação aumenta quanto menor for o número de pessoas necessárias no sector primário. Assim, a vedação das terras em Inglaterra, ao tirar os indivíduos do trabalho agrícola, fomentou decisivamente o aparecimento da Revolução Industrial e a consequente subida dos padrões de consumo.

Alguns historiadores sustentam mesmo a tese destas vedações - *enclosure* (38) - terem sido iniciadas por “proprietários esclarecidos”, dos quais se destacam: Jethro Tull (39), Francis Egerton (40) e Lord Lovell (41), entre muitos outros.

Ultrapassada uma primeira fase de total desnorte, grande parte do povo, outrora empregado prioritariamente na agricultura, volta-se para a indústria familiar dos tecidos de lã.

O referir “ocupação prioritária” é o reconhecimento de que em todo o mundo, os têxteis sempre foram um complemento da economia dos camponeses. No caso da lã dos carneiros, ela gerou sempre uma actividade produtiva, cuja importância seguia de perto a da própria agricultura. Era tal o seu valor que os governos nacionais, incluindo evidentemente o Inglês, legislavam no sentido de proteger estas actividades subsidiárias da exploração da terra e cuja importância económica global não podia ser menosprezada. No caso da lã, a produção do tecido consiste numa longa série de operações, podendo no entanto serem utilizadas técnicas algo rudimentares (42).

A verdade é que no início do século XVIII, era raro o camponês que não fosse tecelão, logo rara a casa que não possuísse um tear. A segunda indústria importante relacionada com a terra, era a do carvão, já que eram os seus donos que controlavam e retiravam os inerentes rendimentos (e privilégios) da exploração dos filões.

A sua extracção fazia-se em moldes mais rurais do que industriais, uma vez que os mineiros eram geralmente os mesmos camponeses que na época das colheitas, deixavam despovoadas as galerias subterrâneas. Era pois, quase uma actividade sazonal, cujos limites de produção, além desta que se refere, assentavam ainda nas dificuldades de transporte, quer dos túneis para a superfície, quer daqui para os locais de consumo.

Os maiores utilizadores da energia carbonífera eram as fundições do ferro, embora neste caso não fosse o carvão de pedra o combustível, mas sim o de madeira; estabelecendo-se uma vez mais a estreita relação da indústria com o campo, através dos proprietários das matas e bosques onde era produzido (43).

Temos portanto, que na Inglaterra de setecentos a indústria era mais rural do que urbana, não só por razões técnicas, mas também para fugir das restrições municipais e corporativas que vigoravam nas cidades.

Se pensarmos como as operações industriais eram então relativamente simples, veremos os homens e as mulheres passarem facilmente de uma ocupação a outra, havendo uma grande interpenetração entre a manufactura e a agricultura.

Todavia, as condições de trabalho na indústria estavam longe de serem boas. Desafortunadamente, era nas pequenas indústrias familiares que as condições eram piores. Ao contrário do que acontecia nas grandes fundições que obrigavam a um avultado investimento de capital, detido por um patronato economicamente mais desafogado, as manufacturas domésticas ofereciam poucas (e pobres) condições de desenvolvimento.

Generalizou-se para rapazes e raparigas, um modelo de aprendizado degradante. As crianças passavam fome, sofriam maus tratos e eram obrigados a um excessivo e penoso labor. Não se podia de resto, esperar grande conforto numa casa, onde a peça de mobiliário mais importante era o tear e onde a atmosfera se tornava irrespirável pela lanugem e pelo pó.

Para agravar toda esta situação, alguns intermediários (que organizavam a distribuição pelas famílias, das encomendas) *“usavam pesos falsos ao distribuir fio ou ferro aos trabalhadores e exigiam-lhes mais tecido ou pregos do que permitia o material fornecido”*(44).

Estes e outros artifícios arrastaram para a miséria ou para o permanente e irreversível endividamento, numerosíssimos agregados familiares; até porque a corrente de dependência era muito longa.

Desta forma inescrupulosa, muitos industriais mantiveram numa sujeição de abjecta servidão, aqueles que dela se tinham emancipado na agricultura.

Mendigos e vagabundos, ladrões e parasitas, constituíam uma importante fatia da sociedade de então e formavam a maior parte da massa dos pobres, cuja existência afrontava os espíritos mais inconformados da época.

Uma das importantes realizações da Revolução Industrial, foi o ter trazido para o sistema económico e produtivo, parte destes deserdados, transformando desempregados em trabalhadores regulares e eficazes, ainda que por um processo de arregimentação não totalmente inócuo.

Assim, embora se tivessem verificado progressos em todos os campos da actividade humana, a mudança nunca foi tão rápida que pusesse em perigo a estabilidade das instituições existentes. No período de 1700 - 1760, a Inglaterra não experimentou qualquer revolução, na técnica de produção, na estrutura da indústria ou na vida económica e social do povo.

“Mas por volta de 1760, uma vaga de engenhocas varreu a Inglaterra” (45). Não foram apenas engenhos que se deram à luz. É toda uma generalizada preocupação de inovação, que desde a agricultura à indústria, do comércio à finança, da técnica à cultura; vai modificar profundamente os alicerces da sociedade. Um dos vários indicadores do desenvolvimento, pode ser observado nas listas das patentes e das licenças reservadas, que atestam exemplarmente o carácter inventivo e progressista deste período. Outro indicador privilegiado é o do registo de novas entidades financeiras, que continuamente aperfeiçoavam os mecanismos de gestão económica e comercial.

A Revolução Industrial só se tornou possível, porque se deu a convergência de interesses económicos com a capacidade tecnológica. Ela *“consistiu tanto em alterações no volume e distribuição da ri-*

queza, como na mudança nos métodos de dirigir essa riqueza para determinados fins” (46).

De facto estes dois movimentos estavam perfeitamente sincronizados. Sem os inventos que surgem em catadupa, a indústria teria evoluído com o seu lento progresso. As finanças tornar-se-iam mais especializadas e ajustadas, mas não teria havido qualquer revolução industrial.

Foi o crescimento do capital (detido como propriedade concentrada), entretanto posto à disposição da indústria, que permitiu à sociedade inglesa colher os frutos da sua capacidade inventiva. E vai ser a indústria a dar rosto às modificações da estrutura dessa mesma sociedade.

Desde cedo que os patrões procuraram concentrar num só local de trabalho os seus empregados. Medida que foi tomada inicialmente pela indústria do ferro, cuja mecânica de fundição e de laminação, inviabilizava a produção em pequena escala.

Na indústria do algodão, também existiam vantagens evidentes em fornecer energia a várias máquinas com uma simples fonte - uma azenha, por exemplo. Noutros casos, foi a necessidade de controlar a qualidade da manufactura que fez reunir os operários e por fim a necessidade de acabar com a dispersão das matérias primas - impedindo o seu roubo, ou (inversamente) evitar o subfornecimento.

O que parece demonstrado é que houve por parte dos trabalhadores uma forte resistência a essa tendência, que começava pela dificuldade de deslocação. Tal dificuldade não tinha a ver unicamente com o transporte ou circulação enquanto tais. Existia em primeiro lugar, o risco inerente ao movimento de pessoas nas estradas: agressões, assaltos e raptos eram alguns dos perigos a que se expunham todos aqueles que se aventuravam à viagem.

Mas havia outros, respeitantes à legislação e que desincentivavam a movimentação das pessoas.

Uma determinação da "*Poor Law*" (47), ditava que um homem que abandonasse a sua freguesia de residência e permanecesse por um ano noutra, perdia o direito de assistência na primeira e podia solicitá-lo na segunda. Era comum, para contornar este direito, que as autoridades civis e económicas, na maior parte das vezes só assegurassem trabalho por um período inferior aos doze meses; exatamente para não arcarem com acrescidas responsabilidades sociais para com as famílias não autóctones.

Isto implicava que antes de abandonar a terra natal para procurar trabalho fora, se ajuizasse ponderadamente todos os riscos nele envolvidos. A somar a este reduzido estímulo do trabalhador para a deslocação, encontramos ainda a sobrevivência de algumas práticas de tempos antigos, aplicadas à indústria.

Nas cidades, dotadas de orgânica corporativa, era vedado aos empregadores contratar um trabalhador para um posto especializado, sem que este tivesse passado pela fase de aprendiz e durante um período de tempo que se contava por anos. Se durante esse prazo dilatado, o aspirante abandonasse o patrão, ficava sujeito a severas sanções. Não eram só os jovens que viviam subjugados. Na indústria do carvão, todos os trabalhadores segundo a lei e o costume, eram autênticos servos, sendo vendidos junto com a mina, sempre que esta mudava de dono.

Não restam dúvidas de que o processo de industrialização conheceu dramas pessoais indescritíveis.

A história dos aprendizes é, por si só, um rosário de sofrimento. Crianças que a partir dos seis anos trabalhavam 12 e 15 horas durante seis dias por semana, a troco de muito pouco mais do que a alimentação diária (48).

A predilecção, e mesmo a confiança no trabalho infantil, resultava, paradoxalmente, da própria alteração tecnológica. Andrew Ure (49), por exemplo, defendeu ser quase impossível a reconversão de adultos rotinados no trabalho agrícola e fazer deles trabalhadores úteis numa fábrica.

Como locais de trabalho, as fábricas urbanas não eram melhores do que as rurais. Raros foram, no início, os patrões que reflectiram sobre as condições de trabalho dos seus empregados, por isso a História lhes reserva um lugar destacado.

Entre todos sobressai, pela sua estatura de generosidade, Robert Owen (50), que concebeu e construiu instalações adequadas para os seus jovens aprendizes, onde não só os industriava, como também lhes ministrava uma educação elementar. Proporcionava-lhes períodos de intervalo durante a jornada, que eram aproveitados nos jardins das instalações e em actividades culturais como o canto-coral que era, curiosamente, reservado apenas aos rapazes. Construiu as primeiras instalações residenciais para operários, que se tornaram num modelo seguido, anos mais tarde, por diversos donos de indústrias.

Mas esta era uma situação absolutamente excepcional, no meio do generalizado desregramento, exploração e degradação. Todavia, era impossível sustentar por muito tempo este estado de coisas. Com toda a pressão em contrário, o período de 1760 - 1830 assiste a um crescendo do interesse pela infelicidade humana.

São sucessivamente propostas leis no sentido de dar um mínimo de dignidade ao trabalhador, em especial à criança, pela prescrição de padrões elementares de higiene e educação (51).

Mesmo que a sua aplicação fosse de duvidosa eficácia, o certo é que não deixaram de constituir um manancial de direitos que haveriam de ser reconhecidos e implantados mais tarde.

As dificuldades dos aprendizes esmagados pelo trabalho, não constituiu, porém, a história completa da revolução industrial.

À medida que esta avança e que a produtividade, mercê da sucessiva introdução de melhoramentos tecnológicos aumenta, sobem também os vencimentos que vão elevar para níveis sem precedentes, os rendimentos familiares.

As mulheres e as raparigas ao tornarem-se menos dependentes do chefe da família, adquirem protagonismo e respeito próprios.

Com as fábricas deslocando-se para as cidades, ou estas a desenvolverem-se em redor de pólos industriais, verifica-se a concentração de trabalhadores cuja força (assente desde logo no número), começa a frutificar em algumas pequenas conquistas como a defesa dos salários ou de horários de trabalho

Em contrapartida, exigia-se-lhes pontualidade e muita disciplina. Disciplina que se adquiria pelo treino e no aprendizado das novas tarefas, a cargo de capatazes e chefes de pessoal. Numerosos contingentes de jovens e mulheres eram dirigidos por pequenos grupos de homens, recrutados invariavelmente entre os mais dotados e empreendedores. O seu adestramento era complementado por alguns tipos de constrangimentos ou de estímulos, que podiam ir da multa por embriaguês aos bónus de produtividade. Sendo o capital investido nas novas unidades de produção, bastante elevado, os proprietários tinham todo o interesse em rentabilizá-lo, principalmente não permitindo a injustificada paragem da maquinaria. É assim que o relógio assume a posição dominante na frontaria da fábrica e a sirene começa a pautar a vida de milhões de seres.

Os novos métodos de trabalho acabam por ser parte tão integrante da Revolução Industrial, como as invenções técnicas e a nova administração financeira. Eles fazem com que a adaptação a determinada função, seja valorizada com salários progressivamente mais justos. Em paralelo verifica-se o aumento do poder de influência da imprensa e da opinião pública.

“A verdade é que, em 1830, a Inglaterra tinha conseguido, de uma forma ou de outra, um corpo de operários bem pagos e adaptados às condições fabris e capazes, quando necessário, de se deslocarem de lugar para lugar e de emprego para emprego. O salário passou a corresponder com mais rapidez às alterações locais da oferta e da procura e a variar com as oscilações da actividade geral” (52).

A pouco e pouco a pequena unidade familiar de produção é asfixiada pela grande indústria. Respondendo com lentidão às inovações tecnológicas (por conservadorismo ou pura e simplesmente por incapacidade de competir no plano económico com as grandes organizações), as manufacturas domésticas entram em colapso.

A corrida para as fábricas e para as cidades industrializadas aumenta. Com ela cresce, igualmente, a intensidade das perturbações sociais, colocadas fora do controlo da instituição legislativa, que por mais perfeita que fosse não conseguiria, assim mesmo, acompanhar o ritmo das mudanças.

Ainda que aceitando o optimismo como premissa, teremos que admitir que a transição da terra e da aldeia para a fábrica e para a cidade, jamais poderia ser indolor.

Os fenómenos da sobrelotação, da ruptura das vetustas infraestruturas, da falta de higiene, resultaram (como acontece hoje) de uma dessincronização entre o rápido avanço da ciência e da técnica e a sua efectiva aplicação na prática.

Dada a conjugação de forças tão poderosas, tornou-se imperiosa a selecção fria de prioridades, mas o resíduo desta inevitabilidade foi muito amargo.

Em última análise, o conflito deu-se entre a necessidade absoluta de empregos e o curto lapso de tempo para os satisfazer. A própria máquina governativa e administrativa soçobrou neste processo. Os

serviços não estavam habilitados a gerir a enorme quantidade de efeitos colaterais, que o surto económico, decorrente da Revolução Industrial, acarretou. Neste aspecto, a administração pública deve arcar com grande parte da responsabilidade pelos seus defeitos de organização; cujos contornos mais nítidos se observam na deficiente qualidade de vida nas cidades - numa primeira fase - e na completa e generalizada insolvência da clássica estrutura urbana; já nos finais do século XIX.

No princípio do movimento de industrialização, a fonte energética era a água corrente dos rios, que operando sobre moinhos e azenhas, proporcionava a energia necessária à maquinaria.

Assim, é ao longo dos cursos de água que surgem os primeiros edifícios industriais, que mantêm entretanto, todas as características regionais da arquitectura tradicional.

Utilizavam na sua construção, a madeira e a pedra. A própria escala não era de molde a perturbar a relação de equilíbrio com outras construções e até com a sua envolvente natural.

Desta forma, o viver próximo de uma indústria, era não só aceitável, mas considerado mesmo como uma vantagem importante. Estas comunidades industriais embrionárias constituíam, por isso, um modelo de entidade pré-urbana razoavelmente harmonizado pela inter-relação e compatibilidade entre o lugar, a casa, a fábrica e a via de circulação e transporte.

Estas casas “urbanas” eram em tudo idênticas às da sociedade agrícola de onde emanavam por via directa e os seus habitantes mantinham, em grande parte, as mais importantes das suas tradições rurais.

A segunda fase da industrialização ocorre com a substituição pelo carvão, da força hidromotriz. Implicou na inevitável deslocação da unidade industrial para tão perto quanto possível, do local da extracção do minério.

Perdendo alguma da sua importância, os cursos de água - rios e canais - permaneceram essenciais como vias de escoamento; atribuição que só perderiam com o advento do caminho de ferro. Agora, são as regiões mineiras que experimentam um surto de desenvolvimento sem paralelo, mas muito do equilíbrio inicial perder-se-á.

A exploração intensa de minas subterrâneas e principalmente as de céu aberto, desfigura irremediavelmente a morfologia natural das paisagens, com o despejo na atmosfera de fumos industriais a marcar a aparição triunfal do progresso.

O uso da máquina a vapor foi acompanhado de uma evolução na concepção da estrutura espacial das unidades fabris, que não tem qualquer paralelo nas edificações residenciais; nem quanto ao tipo, nem quanto à escala. Assiste-se à diferenciação clara entre o edifício da indústria e o da habitação, quebrando-se o mimetismo que tinha sido conseguido na fase anterior.

Como pequena contrapartida, este segundo nível de mecanização propõe à habitação alguns detalhes decorativos produzidos em massa - e é só!

Como se imagina, a localização das fábricas neste período resulta já da correlação de vários factores complexos, dos quais ressaltam os de carácter económico e demográfico; uma vez que a dimensão dos empreendimentos se alarga muitíssimo. Para o operariado deslocado, este é o primeiro embate sério e a primeira cedência (das inúmeras que se seguirão) no que respeita ao modo de habitar. A sua casa não dispõe já do terreno onde podia cultivar alguns dos

alimentos de que necessitava, passando a depender em absoluto do seu salário para a subsistência da família.

É precisamente nesta fase, que se dá o corte definitivo entre a dupla actividade de operário agrícola e industrial.

Sem o pequeno quintal para o cultivo, para o convívio familiar e com os amigos, volta a rua a desempenhar o papel promotor de sociabilidade, que ciclicamente tem representado.

3-6. A indústria na cidade

A terceira fase da industrialização mostra já as maiores unidades industriais ancoradas às grandes urbes.

Sistemas de transporte pesado foram desenvolvidos e estão operacionais nas principais cidades de Inglaterra. Quer o transporte fluvial e marítimo, quer o ferroviário, põem nos grandes centros urbanos - que são invariavelmente grandes centros exportadores - as maiores e mais importantes indústrias. Estas já não têm em vista apenas (ou principalmente), o mercado interno, mas sobretudo os vastos e carenciados mercados externos, à cabeça dos quais se encontram as suas vastíssimas colónias.

Os movimentos migratórios da mão de obra, são de tal magnitude que as cidades perdem o controlo do seu crescimento.

O fenómeno sistematicamente referido, da degradação da vida urbana, da densificação da construção, dos bairros pobres, da ruptura das infraestruturas, etc., não sendo inexacto, não deve, no entanto, ser encarado exclusivamente pelo prisma do habitante da cidade pré-industrial.

Até aí, as comunidades sendo relativamente estáveis, compunham-se, como não podia deixar de ser, de ricos e pobres; de espaços

residenciais, comerciais, religiosos e de todos os que compõem uma estrutura urbana. A vida e as actividades dos ricos e dos pobres, encontravam-se mescladas na cidade. Não havia a intenção expressa de se isolarem uns dos outros. O tecido urbano a despeito dos contrastes e de algumas contradições, era uno. É este equilíbrio (e não o aparecimento de uma realidade “desconhecida” - a pobreza), que ao ser rompido, provoca as maiores convulsões do final do último século.

Não é defensável que tenha sido imposto ao proletariado, condições de habitação na cidade, inferiores às que ele conhecia. Em boa verdade elas devem ter sido, ainda que excessivamente precárias, assim mesmo superiores às que tinham deixado no campo (53). Nem sequer faz sentido pensar que um tão elevado número de seres humanos, pudesse ser arrastado para condições extremas de sobrevivência, se algures no seu passado tivesse existido uma mais feliz e digna condição de vida.

Um dos mitos que urge clarificar é o do valor dogmático que se atribui acriticamente à produção filosófica alemã de Schopenhauer, Marx, Nitzche e Freud - só para referir os principais. Emoldurou, até meados do nosso século, a visão unilateral que tinham os intelectuais (arquitectos incluídos), dos diversos problemas, com a respectiva interpretação a ser feita sempre sob a óptica dos mesmos princípios. Na dualidade capital-proletariado, os historiadores marxistas, pretendendo apoiar-se na história, têm omitido por sistema, dados reais e insofismáveis que transformaram camponeses em operários, numa evidente progressão da dignidade do homem. Não é evidentemente um culminar (se será prudente esperar por isso) mas foi, sem contestação um passo no rumo certo. A história não se faz para promover conceitos e doutrinas, nem tão pouco para exercitar a liberdade de pensamento, mas para tentar encontrar a verdade. E a verdade é que as pessoas que se amontoa-

vam nos tugúrios operários sem condições de salubridade, esforçavam-se por esquecer a promiscuidade que tinham deixado para trás. - Esquecer a passada convivência com os animais que se apartavam, na única divisão habitada pela numerosa família, por simples tabiques de madeira a meia-altura.

Não faz qualquer sentido defender a diminuição das condições de vida desta população, porque na esmagadora maioria dos casos, as condições de alojamento no campo eram piores do que aquelas que tão vivamente se condenam nas cidades. A verdade é que a realidade rural era ainda mais tragicamente degradante.

Como certo, apenas podemos dar o retrocesso na habitabilidade urbana. Se analisarmos o fenómeno por esta perspectiva, teremos de reconhecer que houve de facto, uma evidente regressão.

Até ao congestionamento do espaço urbano, a habitação familiar por pequena que fosse, era normalmente constituída por dois pisos. No primeiro, uma sala virada à rua e uma cozinha voltada para o logradouro tardoz. No segundo, e conforme a área, encontrávamos um ou dois quartos. Assim se propiciava a este modelo uma clara domesticidade.

Com a necessidade urgente de responder à crescente demanda de alojamentos, os construtores aproveitaram alguns dos modelos de casas para a classe média surgidos nos séculos XVII e XVIII (e mesmo alguns protótipos desenvolvidos por instituições de apoio à pobreza), que foram rapidamente adaptados à nova solicitação (54). Só que dada a premência de que se revestiu este processo, vários foram os atropelos cometidos. Começou toda a sorte de especulação à volta dos terrenos e prédios.

O rigor na edificação caiu abruptamente e métodos construtivos bem como materiais anteriormente rejeitados, foram largamente utilizados.

A qualidade da construção que o edifício urbano tinha teimosamente perseguido, foi num ápice ignorada. Mas os três problemas maiores, só mais tarde seriam devidamente compreendidos.

- Um deles refere-se ao confinamento de toda a família numa única dependência. Neste momento volta a perder-se a domesticidade, com a habitabilidade a ultrapassar perigosamente os limites do suportável. Encontramo-nos agora perante um abaixamento doloroso nos padrões residenciais urbanos.

- O segundo problema diz respeito ao drástico agravamento dos padrões de higiene e da salubridade pública e privada. As estruturas sanitárias existentes, em breve se tornam insuficientes para sustentar o enorme fluxo provocado pela pressão demográfica. As que deveriam ter sido implementadas quando da construção dos novos bairros, ou foram-no de modo deficiente, ou simplesmente não foram construídas. As latrinas, fossas e drenos de infiltração, rapidamente se saturam, o que irá afectar gravemente os lençóis freáticos de abastecimento de água.

- O terceiro problema é de índole urbanística. As novas construções vão ocupar a periferia das cidades, incapazes de (ou não desejando) acolher no seu perímetro, uma tal avalanche de estranhos. Esta segregação, que não era conhecida no anterior tecido urbano, vai provocar danos tão sérios quanto os dos dois primeiros factores mencionados.

As comunidades assim constituídas, cuja dimensão ultrapassa por vezes a do núcleo urbano de atracção, tendiam a isolar-se, criando instituições e hábitos próprios. A heterogeneidade, base do complexo sistema urbano, desaparece.

As escolas, os mercados e as igrejas, deixam de ser partilhados pela amálgama social e passam a ser exclusivos de classes sociais.

A aceitação por parte de muitos urbanistas e sociólogos, da ideia de que só seria possível construir, adequadamente, as habitações dos operários nos subúrbios das cidades, permaneceu um estigma de que ainda hoje se sofrem as consequências.

A cisão ocorrida entre as classes é visível nos espaços por si delimitados, mas não impediu que as epidemias fizessem vítimas em todas elas.

“Em 1840 a taxa de mortalidade era de 23 por cada 1.000 habitantes e a idade média de óbito encontrava-se nos vinte e nove anos e uma em cada seis crianças não completava um ano de vida” (55).

O impressionante é que a despeito das carências e das enormes contrariedades suportadas por estas gerações, no período de 1750-1900 a Grã-Bretanha viu multiplicada a sua população, por mais de 6.5, passando o número dos seus habitantes de seis milhões para quarenta milhões (56).

Este sucesso deve-o em grande parte ao forte movimento reformador da sociedade, que buscando energias no estado calamitoso em que esta se encontrava, impulsionou decisivamente o avanço do conhecimento nas áreas da medicina, da sociologia, da técnica, da construção, do transporte, da educação, etc., etc.

É necessário reconhecer que não cabe no âmbito deste trabalho, o estudo mais aprofundado da Revolução Industrial, no conjunto das suas várias e complexas vertentes. Como já tinha acontecido com o Feudalismo, a intenção é de sobretudo fazer o enquadramento político, cultural e económico por tópicos, que possibilitem a leitura da estrutura social bem como a do seu habitat.

Temos plena consciência das limitações deste processo. Se existem lacunas indiscutíveis na detecção de características de con-

junto, elas fundam-se - sem surpresa - nesta contigência. Resta contudo, uma razoável base de trabalho: é que no interior da casa as evoluções são lentas e muitas vezes ocorrem por sobreposição ou adição, o que remete para a argúcia, a hipótese de estudar o seu núcleo original.

Ao longo dos séculos, as casas têm-se construído e reconstruído segundo cânones tradicionais e mais do que em qualquer outra actividade do homem, aqui se espelha o peso da herança ancestral. Mesmo entre a civilização Ocidental, de todas a mais mutável, este é um dado que se pode reter: a *casa* é a última testemunha da inércia intrínseca das civilizações. No entanto ela encerra um valor simbólico absoluto. É de todos os bens do ser humano, aquele que revela inequivocamente a verdadeira dimensão da sua fortuna. É o interior da habitação que expõe, quando visitado, as misérias e as grandezas do seu proprietário. Mais do que o vestuário, mais do que a alimentação, mais até do que a sua própria cultura e educação, porque desnuda o seu âmago.

Enquanto a riqueza for reconhecida como um padrão socialmente válido de aferição do indivíduo, o interior da casa permanecerá como uma entidade mítica, ambígua e fascinante, no estudo da mentalidade humana.

Daí que o primado na análise da Revolução Industrial seja, para este trabalho, o reconhecimento da emergência de uma nova classe, que tardando em encontrar o seu ponto de equilíbrio, constituiu, até hoje, a banda mais larga do espectro social.

Partilha com outro grupo - a burguesia - a característica similar de ser também uma classe exclusivamente urbana. Um ponto apenas, separa estas duas entidades. A burguesia escolheu a cidade; concebeu-a, criou-a e moldou-a. Ao operariado foi a cidade imposta;

sofreu o desenraizamento e a separação; irrompeu na cidade e rompeu com a cidade. A urbanidade (ou a falta dela), é hoje determinada tão simplesmente, pela relação harmónica (ou não), entre estes dois esteios da unidade urbana.

“O luxo decisivo, no século XVIII, será acima de tudo uma ruptura, no habitat dos ricos. Os pobres sofrem-lhes as consequências ...” (57). Se algo distingue e afasta os homens será, doravante, a casa onde se acolhem.

3-7. A ganga da era industrial

Mas estas abismais fracturas da sociedade, não deverão fazer esquecer, de que a forma como eram tratados os irmãos nesta comunidade é uma pálida imagem, daquilo a que estavam submetidos outros grupos racionais.

Relembremos a situação do servo medieval, radicalmente diferente e sem qualquer espécie de comparação com o escravo.

Aquele, tem quase todos os direitos de homem livre. Pode casar-se, fundar uma família e, desde que não a abandone, a terra que trabalha passará por sua morte aos filhos, assim como todos os bens que tenha podido juntar. Não sendo invejável, esta situação não se compara com a do escravo.

Este não tem o direito de tirar partido, seja de que maneira for, da dignidade da sua pessoa, já que o poder de um outro homem tem sobre si uma dimensão ilimitada.

Ora, é a escravatura que ressurge na sua plenitude, das sobras do Renascimento e do humanismo e que vemos emparelhar com a Revolução Industrial.

A civilização que se translada para as colónias americanas e asiáticas, com o seu cortejo de coisas e mercadorias abjectas, entre as quais o escravo, é a mesma sobre a qual nos debruçámos.

Não nos parece que o humanismo, tão considerado hoje sobre aquela época, se tenha levemente preocupado com a situação dessa parcela da humanidade, o que torna lícito supor que de todas as influências da Antiguidade Clássica, os renascentistas foram igualmente sensíveis a esse particular aspecto.

Nem que ele tenha servido para justificar o injustificável.

Será necessário também recordar, para melhor compreendermos a nossa civilização, que os grandes genocídios se promovem no século XIX, no rasto da potência colonial que primeiro conheceu a Revolução Industrial:

- o dos índios da América do Norte,
- o dos aborígenes da Austrália,
- o dos ilhéus da Nova Zelândia e o
- ermamento de grandes áreas do sul da África.

Esta é também uma parte da história da Idade Moderna europeia.

3-8. A habitação operária dos filantropos

“A Comissão Directiva de FRANCEVILLE tinha decidido não impor aos construtores um tipo de casa.

Era antes, adversária dessa uniformidade fatigante e insípida; tinha-se contentado em apresentar um certo número de regras fixas, às quais os architectos deveriam ater-se:

1 - Cada casa ficará isolada num lote de terreno plantado de árvores, de relva e de flores e será propriedade de uma só família.

2 - Nenhuma casa terá mais de dois andares; o ar e a luz não podem ser açambarcados por uns em detrimento de outros.

3 - Todas as casas serão afastadas 10 metros da rua, da qual ficarão separadas por um gradeamento. O espaço até à casa deverá ser ajardinado com gosto.

4 - As paredes serão construídas com tijolos furados e padronizados, ficando sujeitos às especificações do projecto, sendo o architecto livre para toda a ornamentação.

5 - As coberturas serão em terraço, ligeiramente inclinadas nos quatro sentidos, revestidas de betume e bordejadas por uma guarda suficientemente alta para evitar qualquer acidente e cuidadosamente drenadas para o escoar imediato das águas da chuva.

6 - Todas as casa serão construídas sobre uma abóbada de fundação aberta a toda a volta, e formando sob o primeiro piso um compartimento para arejamento e arrumos. As condutas de água e das descargas de esgoto ficarão à vista, adossadas ao pilar central, para que se possa facilmente verificar o seu estado e para que em caso de incêndio se possa ter imediato acesso à

água. O piso destes arrumos, elevado cinco ou seis centímetros em relação à rua, deverá ser ensaibrado e compactado.

Uma porta e uma escada farão a comunicação directa com a zona de serviço, podendo todas as operações domésticas terem aí lugar sem ofender a vista ou o odor.

7 - As cozinhas e demais dependências de serviço deverão ser, ao contrário do que é habitual, colocadas no piso superior e em comunicação com o terraço, que se tornará assim, um amplo anexo ao ar livre. Um elevador, movido por força mecânica, que será como a luz artificial e a água, colocado à disposição de todos a preços reduzidos, permitirá o transporte de quaisquer cargas para este andar.

8 - A divisão das habitações deverá ser deixada à fantasia individual. Mas dois perigosos focos de doenças, verdadeiros ninhos de miasmas e laboratórios de venenos, são impiadosamente proscritos: as alcatifas e os papéis de parede pintados. Os parquetes, artisticamente construídos em madeira preciosa, reunida em painéis por hábeis ebanistas, teriam tudo a perder se se escondessem sob lanifícios de duvidosa limpeza. Quanto às paredes, revestidas de tijolos envernizados, apresentam o brilho e a variedade dos interiores de Pompeia, com um luxo de cores e de duração que o papel, carregado com os seus mil venenos subtis, jamais poderá alcançar. Lavam-se como se lavam as vidraças, como se esfregam os parquetes e os tectos. Nenhum germe mórbido se poderá aí emboscar.

9 - Cada quarto de dormir ficará separado do lavabo. Nunca será demais recomendar que este compartimento, onde se passa um terço da vida, seja o mais amplo e arejado possível e ao mesmo tempo o mais simples. Apenas deve servir para o repouso. Um leito de ferro com um colchão de arame, quatro cadeiras; são os únicos móveis necessários. Os edredões, cobertas, piquês e outras aliadas poderosas das doenças epidémicas, estão naturalmente

excluídas. Bons cobertores de lã, leves e quentes, fáceis de lavar, bastam amplamente para as substituir.

Sem proscrever formalmente os cortinados e os reposteiros, deve pelo menos aconselhar-se que sejam escolhidos entre os tecidos susceptíveis de frequentes lavagens.

10 - Cada divisão possuirá um fogão, alimentado a lenha ou a carvão, mas a cada um deles corresponderá uma chaminé com tirada de fumo. Este, em vez de ser expulso na atmosfera será canalizado por condutas subterrâneas até fornos especiais situados nos arredores da cidade. Aí, será despojado das partículas de carbono que transporta e libertado no ar, no estado incolor, a uma altura de trinta e cinco metros”.

Jules Verne (1879) - Les Cinq Cents Millions de la Bégun

Esta era a proposta da habitação ideal para os operários e suas famílias em *Franceville*, preconizada pelo génio de Júlio Verne, na segunda metade do século XIX.

Na sua lucidez, representa a alternativa à fria realidade da época e permite-nos avaliar, nos detalhes da sua proposição, a espantosa intuição desse mago visionário.

Não estava, contudo, sozinho. Por essa altura, no outro lado do canal da Mancha, eram já inúmeros os reformadores que clamavam contra o tremendo impacto da revolução industrial sobre a cidade, desnudando as alarmantes condições de vida nas Ilhas Britânicas. Estava-se em plena terceira fase do processo de industrialização, que ao contrário das precedentes - que influenciaram sem muita gravidade as anteriores estruturas - tornou inevitável o choque civilizacional.

Os alojamentos dos operários constituíam-se esmagadoramente por uma única dependência, normalmente acanhada, sendo a área de serviço - cozinhas e sanitários - comuns a vários agregados familiares.

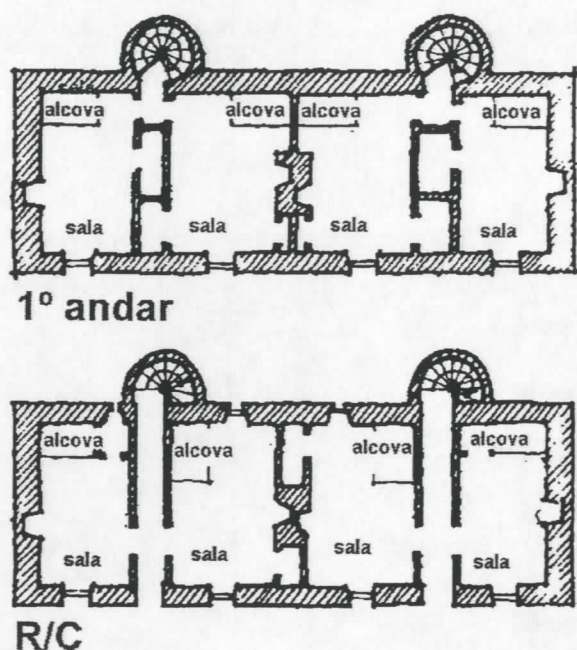


Fig. 41



Fig. 42

Poderíamos ser tentados pelo argumento, que tal figurino se tinha mostrado válido e bastante aceitável durante séculos, no passado. Contudo, e não referindo sequer a largueza que dantes se usufruía, contrastando com a actual míngua de espaço destinado a uma família; devemos ter presente que a rejeição da promiscuidade se tinha, lentamente difundido pela sociedade, tocando até os mais desfavorecidos. As pessoas que se sujeitavam a essas condições, tinham sentida consciência da sua indignidade.

É este, fundamentalmente, o traço mais marcante da distinção entre as duas realidades.

O espaço da única divisão, não era apenas pequeno na área, mas (e isto é determinante para a salubridade), de baixo pé-direito. A especulação impunha que a construção se maximizasse, não só na implantação como em altura.

Com esse fito é desenvolvida uma nova tipologia urbana, que ficou conhecida em Inglaterra por "*back to back*" (58) e que mais não é do que habitações em banda à volta de pátios, nas quais só numa das fachadas se podem abrir vãos.

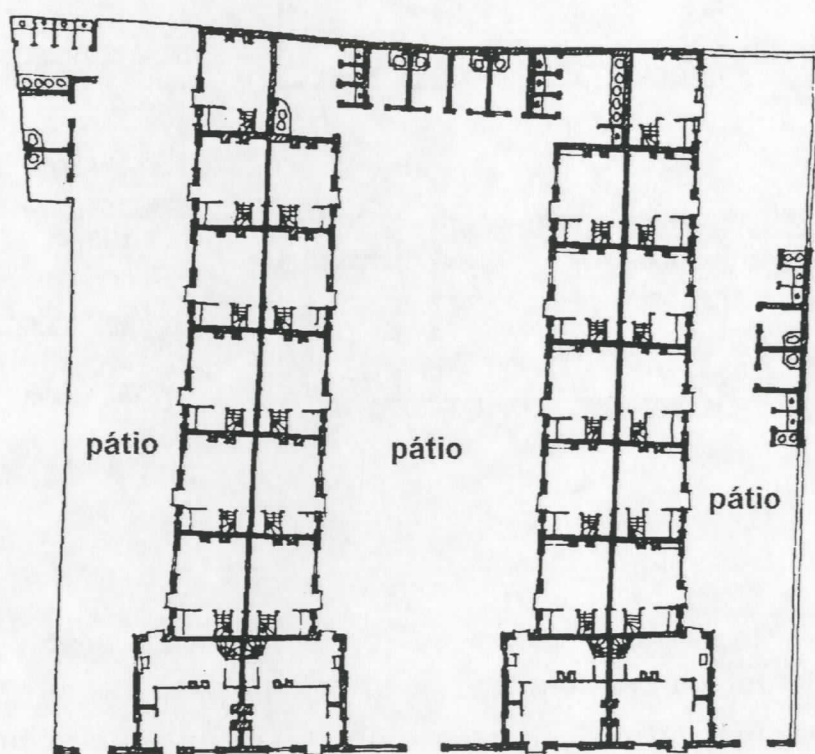


Fig. 43

Este sistema é particularmente gravoso por não permitir a circulação do ar por ventilação cruzada, a que se deve adicionar o ónus de a distância entre as duas frentes de casa (dando para o mesmo pátio), ser invariavelmente muito pequena. A salubridade deste modelo estava desde logo comprometida.

Comparando com um outro semelhante, mas proposto para a classe média, em que estava prevista a abertura de vãos em fachadas

opostas, compreendemos como a concentração foi conseguida à custa dos mais elementares princípios de habitabilidade (59).

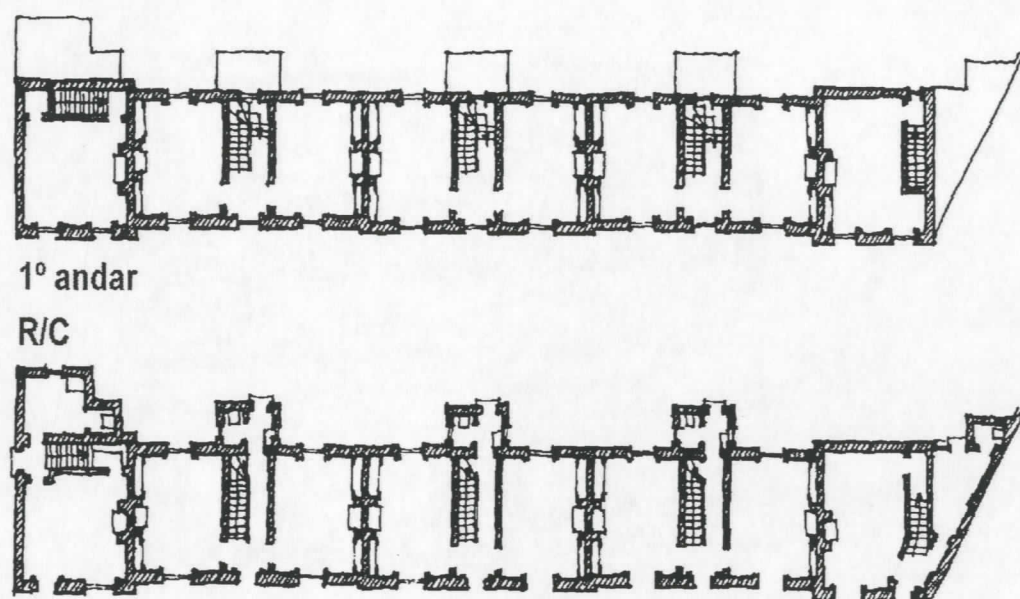


Fig. 44

As acomodações para os operários solteiros de ambos os sexos eram, eventualmente, ainda piores. A tradição das manufacturas anteriores à revolução industrial, ditava que os mestres proporcionassem aos seus aprendizes o alojamento; o que faziam acolhendo-os geralmente, na própria residência. Nela, a recepção dos jovens estava prevista no sótão ou na cave. Sem ser brilhante, esta situação nada tinha de comparável com a que decorre do surgimento das grandes fábricas, de onde desaparece desde logo, a relação pessoal entre patrão e empregado.

Constroem-se os primeiros edifícios-dormitório, onde as condições eram particularmente deploráveis.

Para obstar a tal situação, um filantropo, Lord Ashley, e um arquitecto, Henry Roberts, propõem um edifício (60) que se tornará um padrão para futuros prédios de rendimento. Foi tido como muito

avançado para a época, pela proposta de organização interna e pela acomodação que proporcionava aos trabalhadores.

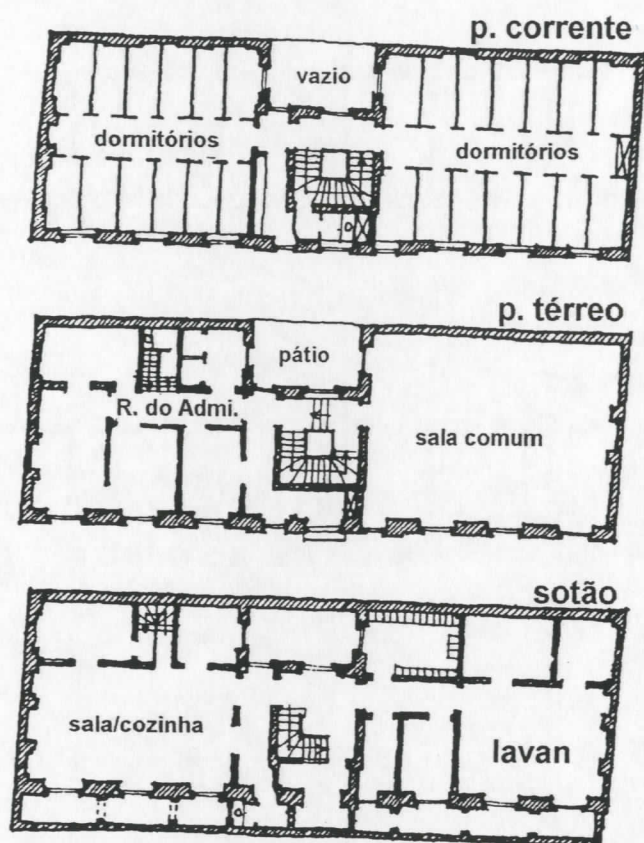


Fig. 45

No primeiro quartel do século XIX o processo da revolução industrial, nos seus postulados mais inovadores, tinha ultrapassado as fronteiras inglesas e alastrado aos principais países europeus.

A tentativa britânica de conseguir ser no ultramar, o que a França representava como potência económica continental (a Alemanha encontrava-se então muito debilitada financeiramente), tinha-lhe dado alguns decénios de avanço.

Mas a lógica deste movimento não se coadunava com o seu represamento dentro das configurações das fronteiras políticas.

A França promove a sua industrialização apoiada nos exemplos pioneiros da Grã-Bretanha, mas sem cair nalguns erros por ela cometidos.

Se as bases iniciais do processo se equivalem (nas matérias-primas e nos sistemas de transportes, por exemplo), já as condições sócio-económicas divergem substancialmente. E são elas que impõem as diferenças mais flagrantes entre os dois movimentos.

- A Inglaterra conduziu o seu processo pela mão férrea e sem concessões, da alta burguesia; parte da qual alcançaria, aliás, a nobilitação pelos empreendimentos industriais que ergueu.

-Na França, tal opção seria inadmissível.

Tentando sarar a maior parte das feridas, ainda abertas, da sua Revolução; a comunidade francesa almejava, antes de tudo, a pacificação e a normalização das relações sociais.

O fosso existente entre patrão e empregado era aqui muito menor e mais esbatido que nas Ilhas Britânicas. As melhores tentativas, iam no sentido de fazer o operário participar activamente na vida da fábrica onde laborava.

Daí, que o século XIX tenha conhecido uma plêiade de empresários filantropos, cuja acção tem sido recuperada e apresentada em estudos de sociologia urbana e política.

Entre todos avulta o nome de Jean-Baptiste Andre Godin (61)

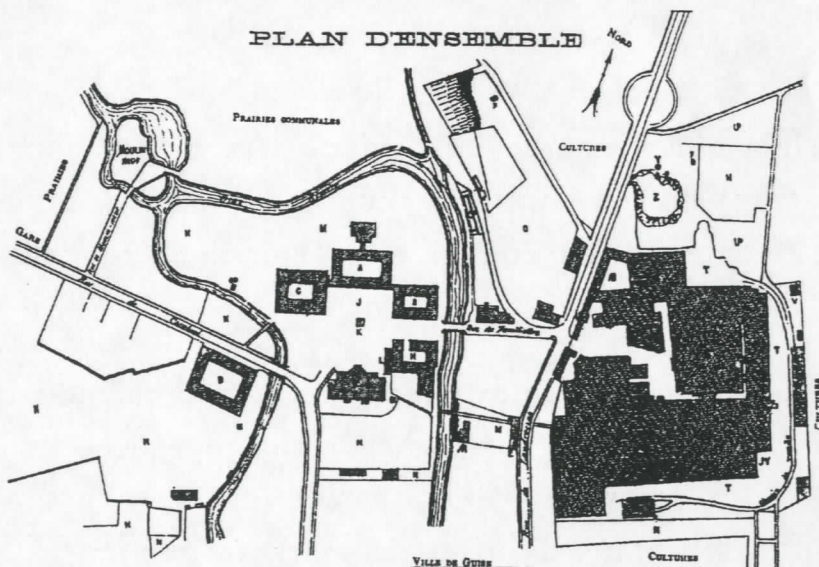


Fig. 46

cuja utopia teve força para erigir um complexo fabril e habitacional, que hoje se visita com respeito (62); ou não fosse sua afirmação: “*Le Progrès social des Masses est Subordonné au Progrès des Dispositions Sociales de L’Architecture*” (63).

Espírito notabilíssimo o deste homem, que fez construir habitações de alta qualidade para os empregados. Berçários, creches e escolas para os seus filhos. Jardins, cantinas e teatros para as respectivas famílias.

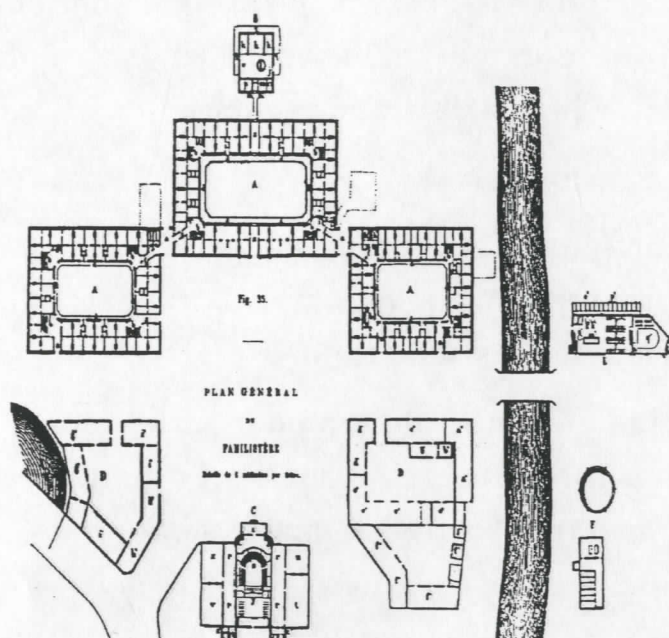


Fig. 47

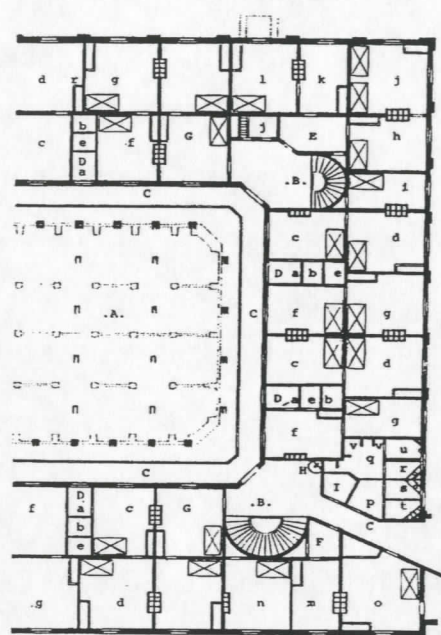


Fig. 48

Nem a hecatombe da Grande Guerra foi capaz de minar os alicerces da sua obra. Ela renasceu, modernizada é certo, mas rigorosamente fiel à memória e ao espírito do fundador.

Ao conceber o familistério do complexo industrial, Godin recusará algumas das propostas mais generosas de certos industriais. Muitos deles, cativavam os empregados com a oferta de habitações unifamiliares (do tipo da moradia geminada), implantadas sobre lotes com área disponível para o cultivo de pequenas hortas.

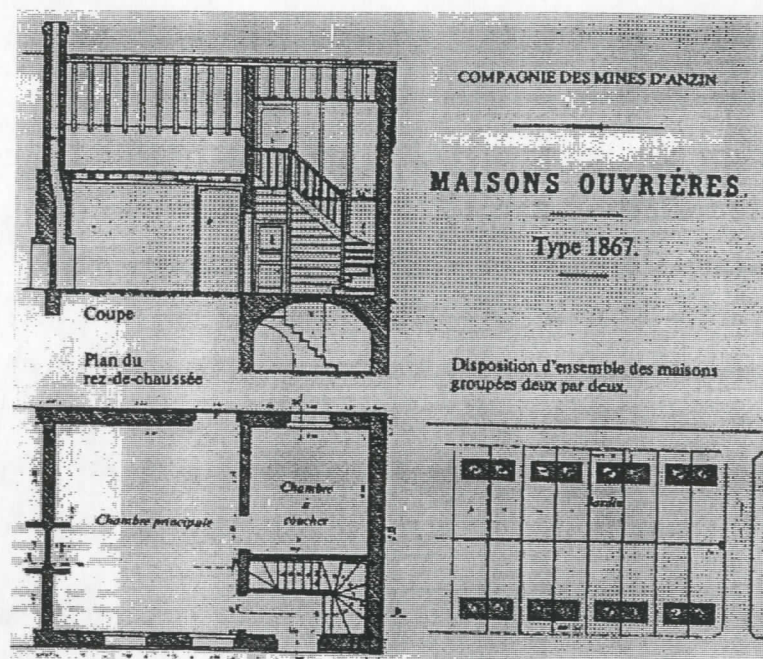


Fig. 49

O argumento de Godin, era de que ao serem promovidos os valores burgueses entre o operariado, estava-se a conseguir a paz social à custa da possibilidade de evolução da sociedade, no sentido de um modelo proletário, paulatinamente dominante. Era isso, pelo menos, o que ele almejava.

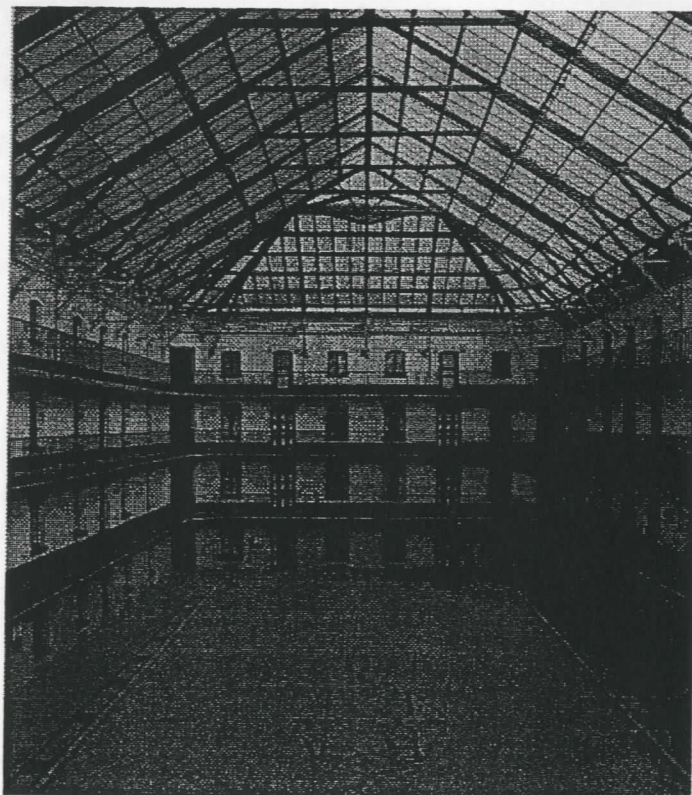


Fig. 50

O socialismo utopista de que estava imbuído, fazia-o descrever nos valores da família, da propriedade e da individualidade, em favor do modelo da generalizada colectivização.

Sendo hoje, à distância de um século, fácil de constatar a fragilidade desta teoria, tal não deve obscurecer o tributo

que merece um homem, que dedicou toda a sua vida a promover a dos seus empregados.

Dotado de um temperamento prático, mas profundamente sensível, este arquitecto autodidacta concebeu e desenhou pelo seu punho, alguns dos mais significativos pormenores do familistério que fez edificar. Como aquele sistema pivotante de abertura das portas principais (cada folha tinha 1.60m de largura), que tornava fácil até para os mais pequenos, de as abrirem; ou ainda a elegante guarda das escadas e galerias, cuja altura e espaçamento entre prumos, impediam qualquer acidente de adultos ou de crianças.



Fig.51

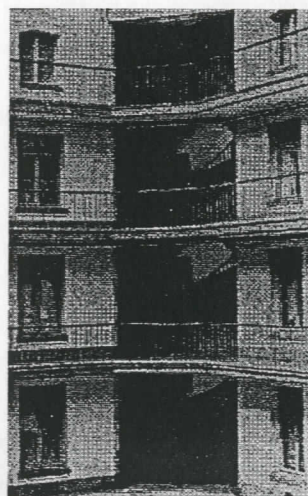


Fig. 52

A sua preocupação cívica era tão elevada, que estuda e manda construir, propositadamente para as escolas do complexo industrial, um novo modelo de carteira, ergonomicamente melhor adaptado, do que as que ele encontrava no mercado.

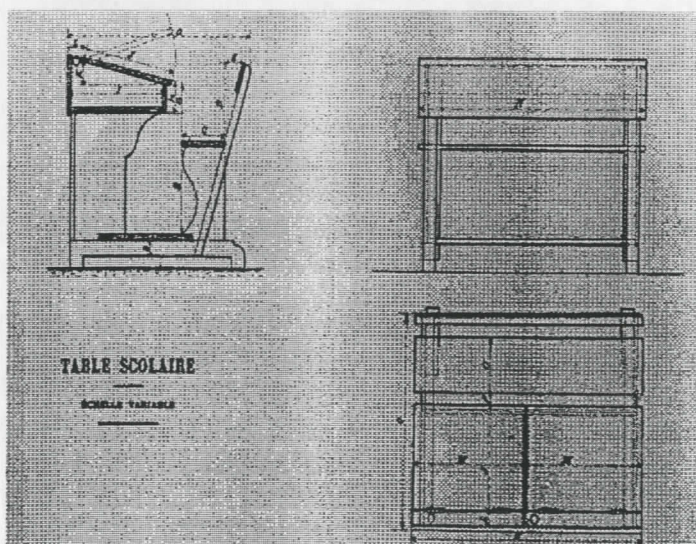


Fig. 53

Pelo meio ficava o que para Godin era o menos importante, embora sustentasse tudo isto; o que este homem fabricava. - Moinhos e prensas mecânicas, fogões de cozinha e de aquecimento, bem como equipamentos sanitários e industriais.

Fig.54

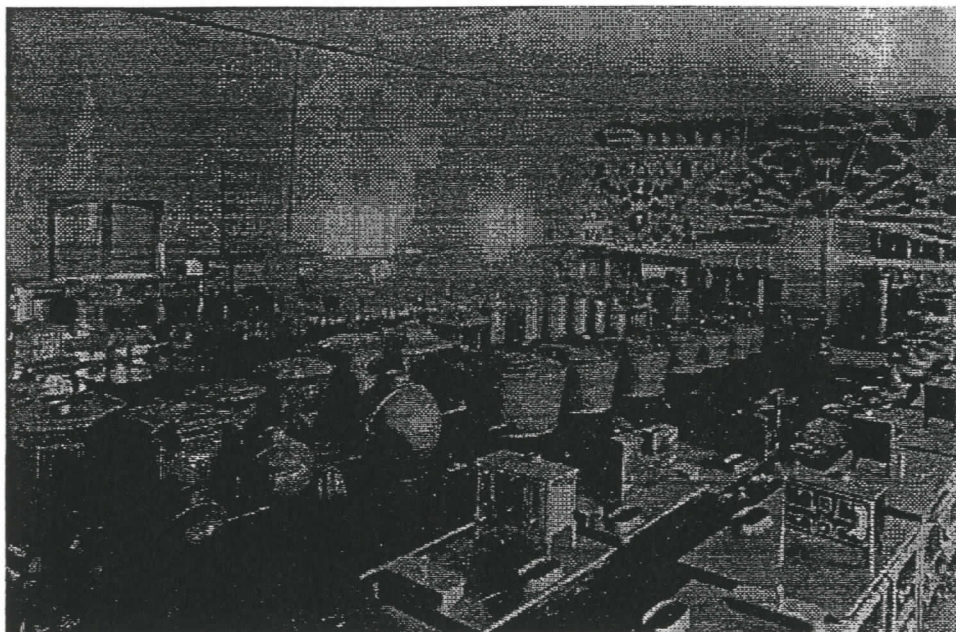
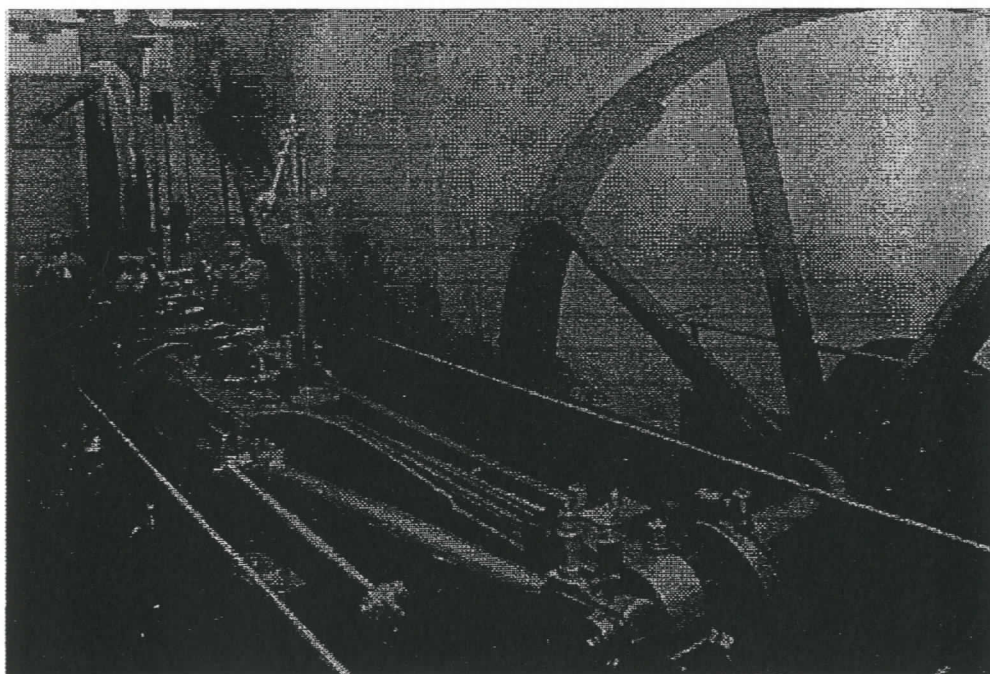


Fig. 55



NOTAS - texto e figuras

- 1 - Roland Mousnier em "*Les XVI^e et XVII^e siècles - La grande mutation intellectuelle de l'humanité, l'avènement de la science moderne et l'expansion de l'Europe*" in t. IV da *Histoire Générale des Civilisations*; dir. de Maurice Crouset, Presses Universitaires de France, 1967, Paris. Diz ele a certa altura: "Somos inapelavelmente tentados a nos questionarmos sobre as razões do aparecimento destas novas estruturas (mentais). Ora não se deve pôr o problema de buscar as suas causas. Um fenómeno não pode ser tomado como causa de outro só porque ocorre antes dele (...) Nós temos, nos estudos das civilizações, encontrado muito poucas funções semelhantes, para poder falar de causas. A pretensa procura de causas em história é na maioria das vezes, a transposição de pré-julgamentos filosóficos...", p. 44
- 2 - Philippe Ariès, na palestra de abertura do seminário "*A propósito da história do espaço privado*", organizado pelo Wissenschaftskolleg de Berlim em Maio de 1983 questiona: "Será possível uma história da vida privada? Ou não nos remeterá esta noção de "*privado*" para estados ou valores demasiado mutáveis de uma a outra épocas para que entre elas possamos estabelecer uma relação de continuidade e de diferenças? Tal é a questão que eu gostaria de colocar e para a qual espero que o colóquio possa dar uma qualquer resposta.", in *Introdução* "Para uma História da Vida Privada", Vol. 3, ob. cit.
- 3 - Paolo Soleri, arquitecto italo-americano, teorizou sobre a possibilidade de aplicar à arquitectura das megaestruturas, o determinismo que envolve a evolução natural das espécies. A sua publicação mais conhecida é *Archology - The city in the image of man*, ed. The Massachusetts Institute of Technology, 1969; onde desenvolve uma das teorias mais originais e fecundas do nosso século. Constrói, no deserto do Nevada com a ajuda dos seus discípulos e o apoio da Cosanti Foundation, um

dos projectos que elaborou para ilustrar a sua visão da paisagem arquitectónica do futuro.

- 4 - Até ao Concílio de Trento e face ao direito canónico, as relações sexuais completas entre “noivos”, realizando a união carnal, transformavam o compromisso em casamento. Esta fórmula permitia no futuro, toda a espécie de ambiguidades, com graves consequências para a estabilidade familiar.
- 5 - Veja-se a propósito desta matéria a *Bibliografia das Obras Impresas em Portugal no século XVI*, de António Joaquim Anselmo, ed. Biblioteca Nacional, 1926, Lisboa; e *Vectores culturais portugueses de Seiscentos e Setecentos* de José Costa Pereira in Hist. Port. (4 Vol.), ob. cit., t. 3, pp. 323-325
- 6 - O mais antigo testamento português conhecido é o de D. Sancho I. Veja-se de António Caetano do Amaral, *Para a História da Legislação e dos Costumes de Portugal*.
- 7 - Diz no seu relato Costa Lobo: “Um âmbito cultivado circundava as povoações e fornecia a subsistência dos seus moradores: toda a demais região intermédia era um deserto”; e mais adiante: “Se (...) algum lavrador, mais afoito, assentava vivenda, ou grangeava herdades, a distância da sede das autoridades locais, fazia-o com o seu próprio risco, porque destas nenhuma protecção tinha que esperar.”, pp. 96 e 98, ob. cit.
- 8 - Roland Mousnier, ob. cit., pp. 125-128
- 9 - Para lá se dirigiram, fugidos de Portugal, um apreciável número de judeus que fundaram a poderosa colónia de Amsterdão, que ainda hoje recorda a sua origem.
- 10 - A designação é ideográfica, porque os Países-Baixos eram constituídos à época não só pelo território que é hoje efectivamente a Holanda, mas igualmente por territórios que pertencem actualmente à Bélgica.

- 11 - Por esta altura, apenas cerca de 13% da população portuguesa vivia em cidades e desta, apenas uma minoria se pode considerar, em termos europeus, burguesa.
- 12 - Os Países-Baixos tinham mais de 200 cidades fortificadas e 150 grandes aglomerados urbanos. Rybczynski, cit. Steen Eiler Rasmussen, *Towns and Buildings: Described in Drawings and Words*, University Press of Liverpool, 1951; p. 80
- 13 - in *Dutch Civilization in the Seventeenth Century and Other Essays*, de J. H. Huizinga, numa trad. cast. "El Espiritu de los Países Bajos".
- 14 - Cit. de Rybczynski, ob. cit., p. 64
- 15 - Huizinga (ele próprio um holandês) assegura que a paisagem plana dos *polders* e dos canais, sem os rasgos apelativos dos vales e montanhas, acentuou o carácter de serenidade e moderação da população holandesa.
- 16 - A iniquidade da Inquisição, passa a ser um dado real a partir do momento em que cai sob a alçada dos reis, que a tomam como mais um instrumento ao serviço da sua autoridade. Antes, quando era efectivamente controlada pela estrutura eclesiástica, a sua acção era incomparavelmente menos maligna.
- 17 - Clima de tolerância que acolheu personalidades como Spinoza, Descartes, e John Locke.
- 18 - Graças ao crescimento e desenvolvimento das cidades da manufactura dos têxteis, suplantaram a França, até então a potência dominante.
- 19 - A sociedade desestimulava a contratação de servidores domésticos, pela aplicação de altos impostos, sobre as famílias que os empregavam.
- 20 - Enquanto a média de habitantes por casa era na Holanda de cinco pessoas, na França era de vinte e cinco...

- 21 - Philippe Ariès, *Centuries of Childhood: a social History of the Family*, 1962, trad.- Robert Baldick.
- 22 - Cit. p. 70, in *Home a short history*, ob. cit.
- 23 - A este propósito veja-se de Anne Charlish, *The History of Furniture*, ed. Orbis, 1976, Londres.
- 24 - Veja-se sobre o assunto, a exposição de Rybczynski, ob. cit., p. 67
- 25 - Um relancear de olhos sobre, por exemplo, *A arquitectura Popular Portuguesa*, ed. Sindicato dos Arquitectos, 1961, atestará isso mesmo.
- 26 - Sobre este assunto veja-se Rybczynski cit. p. 74, Madlyn Millner Kahr, *Dutch Painting in the Seventeenth Century*.
- 27 - John Luckacs aventou que “um dos principais sucessos (o domesticidade) da *era burguesa* é sobretudo um sucesso feminino”, in *Bourgeois Interior*, ob. cit., p. 624
- 28 - A cadeira passa da Europa à China, que no entanto mantém em paralelo, a tradição do sentar no chão.
- 29 - Bernard Rudofski, *Now I Lay Me Down to Eat*, ed. Garden City, Anchor Press/Doubleday, 1980, N.Y., cit. por Rybczynski, p. 89. Este crítico desapiedado da civilização actual, contrapõe à cultura vigente, a de épocas passadas e de diferentes civilizações, aproximando-se, sem contudo o reconhecer explicitamente, dos postulados de Rousseau.
- 30 - Refira-se em abono, que nenhuma civilização superior se senta directamente no solo. Desde tapetes, esteiras, almofadas e estrados, vários são os elementos que separam fisicamente o indivíduo do piso do chão.
- 31 - Este verdadeiro ciclo vicioso só será quebrado pela alteração da mentalidade e pelas novas exigências em relação a esta peça.

- 32 - Apropriadamente, o vocábulo inglês *chairman* significa “presidente”.
- 33 - in *Home - a short history of an idea*, ob. cit., p. 91
- 34 - A Marquesa de Rambouillet antecipou no século XVII, mercê de uma acção qualificada de revolucionária, o modelo de habitação palaciana francesa, que seria depois exportado para o resto da Europa. Introduziu nos pisos do seu *hôtel*, princípios de distribuição interior, absolutamente inovadores; desejando assim responder aos seus gostos de sociabilidade íntima, de vida retirada e cómoda. Os compartimentos dispunham de dupla circulação (por enfiamento, o principal, e um lateral de serviço). Os quartos eram organizados em dois espaços e só dispunham de janelas numa das paredes. As escadas multiplicaram-se e especializaram-se. As de aparato, para os salões de recepção; escadas dissimuladas para os compartimentos íntimos e escadas de serviço, destinadas aos empregados. Cit. trad. de *Architectures de la Vie Privée - maisons et mentalités XVII^e - XIX^e siècles*, Monique Eleb-Vidal e Anne Debarre-Blanchard, AAM Editions, 1989, Bruxelas.
- 35 - Tallement des Réaux, *Historiettes*, t. 2, pp. 261-262, cit. por Eleb-Vidal, p. 35
- 36 - Sobre a Revolução Industrial, refira-se a obra fundamental de Paul Mantoux, *La Révolution Industrielle au XVIII^e siècle* (1928), e também *History of Mechanical Inventions*, (1929) de A. P. Usher; vers. cast. ed. Fondo de Cultura Económica.
- 37 - Veja-se sobre este assunto os dados fornecidos por T. S. Ashton, *The Industrial Revolution*, Oxford Press University, trad.- J. Macedo, pp. 23-24: “O número de habitantes da Inglaterra e País de Gales era de cerca de 5,5 milhões em 1750. Por altura do primeiro censo de 1801 andava à volta de 9 milhões e em 1831 atingira os 14 milhões”.

- 38 - Termo consagrado em Portugal sem ser traduzido e que designa o movimento de apropriação de terrenos por parte de proprietários individuais. As terras assim tomadas e demarcadas destinaram-se essencialmente à pastorícia, que por exigir escassa mão de obra, provocou uma onda de desemprego agrícola e o fim de inúmeros rebanhos que as exploravam, estando na origem de várias revoltas. Se até ao século XVIII, os governantes se opuseram, por diferentes razões, às vedações dos campos, a partir de então esse movimento não só é tolerado como estimulado em larga escala.
- 39 - Jethro Tull (1674-1741), estudante de direito, tornado agricultor reformista aos 25 anos. Inovou sobretudo na técnica e no manejo da terra, revolvendo profundamente o solo com uma máquina de lavrar de sua invenção. Autor de um livro que alterou profundamente a forma como era encarada a agricultura na Inglaterra da sua época, *Horse Hoeling Husbandry*.
- 40 - Francis Egerton, segundo Duque de Bridgewater, investiu parte da sua fortuna no desenvolvimento de canais e em minas de carvão. Concebeu e desenvolveu a construção de uma rede de canais entre os centros de produção e os de consumo, que fez deles a mais importante rede de distribuição e circulação no centro da Grã-Bretanha.
- 41 - Lord Lovell (1697-1755), dedicou-se à utilização das margas, à drenagem dos pântanos e à prática da rotação das culturas.
- 42 - Primeiro a lã era escolhida, limpa e tingida, se fosse caso disso. Em seguida fazia-se a penteação para separar os pêlos longos dos curtos ou cardava-se de forma a fazerem-se rolos de fios dispostos paralelamente. Depois era fiada, tecida, pisoadada, lavada, estendida, branqueada, desbastada e cortada. Estas operações exigem diferentes especialidades e força variável: as mulheres e as crianças podiam escolher, limpar e fiar,

mas a penteação e a tecelagem, assim como as últimas operações eram trabalho para homens. Alguns deles faziam-se em casa, com a ajuda de instrumentos muito simples. Mas a piosagem era realizada em moinhos ou azenhas; a estiragem era feita com cilindros de cardar; a tinturaria exigia tanques e demais equipamento impossível de se instalar numa cabana. Ashton, ob. cit., p. 51

43 - in *A Revolução Industrial*, ob. cit., p. 61

44 - Ibid., p. 76

45 - Ibid., pp. 79-80

46 - Ibid., p. 119

47 - "Poor Laws" são as leis inglesas que regem o auxílio público à mendicidade, sendo a primeira, a "Old Poor Law Act", datada de 1601. Seguem-se-lhe a "Law of Settlement" de 1662 e várias outras até que em 1834 é aprovada a "New Poor Law", completamente modificada e adaptada à nova situação económica.

48 - Em 1790, em três fábricas algodoeiras, 60% dos empregados eram crianças. Quando se contratavam adultos, os empregadores tinham de prover à instalação e manutenção das suas famílias; também por isso era mais "cómodo", o trabalho infantil.

49 - Andrew Ure (1778-1857), investigador e escritor, interessou-se pela divulgação da cultura científica entre os operários. Para isso organizou os primeiros cursos de divulgação de obras comentadas de ciência, para trabalhadores fabris; método mais tarde adoptado pela École d'Arts et Métiers de Paris. Precursor da química fisiológica e da aplicação da química à geologia, notabilizou-se pela escrita de obras modelares de divulgação erudita entre o grande público.

- 50 - Robert Owen (1711-1858), industrial filantropo, cuja vida foi dedicada à divulgação dos ideais cooperativos. Fundou em Inglaterra a empresa fabril *Sociedade Cooperativa* e na América do Norte a da *New Harmony*. É um dos vários utopistas do socialismo nascente, cuja biografia foi estudada por Agostinho da Silva e publicado sob o título *A Vida de Robert Owen*.
- 51 - Sir Robert Peel (1788-1850), importante político inglês, filho de um rico industrial, que sendo um conservador, apresentou e defendeu várias reformas tendentes a facilitar a actividade da indústria e do comércio, ao mesmo tempo que pugnava pela dignificação do trabalho operário. Lutou pelo desenvolvimento da instrução, tolerância religiosa e pelo apoio aos desprotegidos da sociedade, colocando-os sob a protecção do Estado.
- 52 - Ashton, ob. cit., p. 152
- 53 - Sobre a problemática da vida agrícola neste período, atente-se na obra importante de Bernard Slicher van Bath (1960), *História Agrária da Europa Ocidental - 500-1850*, ed. Presença, 1984 Porto
- 54 - Schoenauer, ob. cit., p. 346
- 55 - Frederick Hions, *Town Buildings in History*, ed. Harrap, 1956, Londres, p. 323, cit. por Schoenauer, p. 344
- 56 - Ibid., p. 343
- 57 - Braudel, ob. cit., t. 1, p. 242
- 58 - “Back to Back”- tipologia com origem em habitações rurais, cujos primeiros exemplos conhecidos datam de 1706.
- 59 - A prática da construção dos “back to back” continuou inclusivamente no século XX. Em 1913, por petição de um vereador, foi levado a cabo um inquérito revelando que em Birmingham existiam 43.366 fogos desse tipo, onde se alojavam

cerca de 200.000 pessoas sem que, na sua maioria, dispusessem de abastecimento de água e instalações sanitárias. Schoenauer, ob. cit., p. 348

60 - Era constituído por cinco pisos. No primeiro encontrava-se a sala comum, a residência do administrador e arrumos. 4 pisos destinavam-se a cubículos de 2.70m por 1.50m para alugar, possuindo 6 lavatórios e uma sanita por andar, para vinte e cinco hóspedes. O desvão da cobertura era aproveitado para uma cozinha geral e zonas de serviço.

61 - *Jean-Baptiste Andre Godin (1817-1888)*. Notável filantropo, cuja biografia e obra têm sido objecto de estudo de Annick Brauman e Michel Louis, historiadora de arte e arquitecto-urbanista, respectivamente, do qual resultou a obra editada pelos Archives d'Architecture Moderne, 1975, Bruxelas.

62 - O complexo industrial de que faz parte o familistério, foi edificado na cidade de Guise, a meia distância entre Paris e Bruxelas.

63 - Godin, *Solutions Sociales*, 1871, cit. por A. Brauman, p. 123

fig. 40 - Levantamento de um edifício quinhentista (propriedade municipal) situado na Rua João do Outeiro com a Rua do Capelão. Desenvolve-se em quatro pisos, com lojas no rés-do-chão e aproveitamento do desvão do telhado. Sucessivas intervenções, têm adaptado o interior das casas à evolução da utilização desses espaços. Peças desenhadas cedidas pelo arquivo do Gabinete Técnico da Mouraria

- fig. 41 - Representação de casas datadas de 1780, destinadas a arrendamento para operários têxteis, levantadas por M. Barley. Ilust. inser. na obra 6.000 Years of Housing, ob. cit., p. 347
- fig. 42 - Representação da casa de um agricultor, datada de 1796, onde se denota uma maior qualidade no espaço habitacional. No entanto não é representativa - longe disso - do modelo corrente da habitação rural em Inglaterra. Ilust. inser. in 6.000 Years, p. 347
- fig. 43 - Representação de um complexo de habitações multifamiliares em torno de um pátio, situado em Birmingham, onde as baterias de sanitários, cozinhas e salas eram colectivas. Levantamento de J. Nettlefold in 6.000 Years, p. 349
- fig. 44 - Plantas de casas londrinas (1819-1820) na Rua Glasshild, destinadas à classe média, cujo modelo esteve na origem (por desenvolvimento e por simplificação) das casas de pátio "back to back". Levantamento de Survey of London, in 6.000 Years, p. 346
- fig. 45 - Plantas representando um edifício de arrendamento projectado por H. Roberts e cujo levantamento foi realizado por J. Tarn. No piso térreo encontrava-se a residência do administrador e a grande sala comum; por baixo ficava a cozinha, arrumos e a lavandaria. Nos pisos de quartos ficavam as alcovas de 2,70m por 1,50m, uma bateria de lavabos e uma latrina. No desvão da cobertura outra cozinha e lavandaria e mais arrumos. Ilust. inser. em 6.000 Years, p. 350
- fig. 46 - Plano de Conjunto do complexo de André Godin situado na cidade de Guise, com a indicação da unidade fabril, do familistério e de toda a sua infraestrutura de apoio. Ilust. inser. na Biografia de Godin, ob. cit., p. 148

- fig. 47 - Planta geral do Familistério (unidade residencial e anexos de apoio); ilust. inser na p. 132, ob. supra.
- fig. 48 - Planta de um piso corrente do Familistério, p. 159, ob. supra.
- fig. 49 - Plantas de casa operárias patrocinadas por outros filantropos e que Godin recusou, por considerá-las como uma adaptação do modelo burguês.
- fig. 50 - Imagem do interior de um edifício do Familistério, sobre o seu grande pátio cívico coberto. Ilust. inser. na p. 195, ob. supra
- fig. 51 e 52 - Pormenores de guardas das escada e das galerias do familistério, pp. 190-191
- fig. 53 - Projecto de carteira escolar idealizado por Godin.
- fig. 54 - Sala de exposições da fábrica de Godin.
- fig. 55 - Máquina a vapor de uma prensa mecânica construída na unidade fabril de Guise.

CAPÍTULO 4

4-1. A situação portuguesa até ao século XVIII

“Não existe uma história da indústria em Portugal, como não existe uma história da sociedade portuguesa, como não existe uma história económica de Portugal ou sequer uma autêntica história política. Ignoramos quase por completo a aparelhagem técnica da sociedade portuguesa no passado - próximo ou longínquo - e a sua experiência nesse aspecto” (1).

Assim caracteriza Jorge de Macedo a produção dos historiadores nacionais, que são no seu entender e salvo raras excepções, pouco sensíveis ao estabelecimento da correlação entre a história política e a história económica. O que justifica que o estudo da primeira revolução industrial do nosso país seja, em âmbito restrito, um assunto totalmente novo. Se o tomarmos numa perspectiva alargada, teremos no entanto duas obras, que sem se pretenderem exaustivas, cobrem um leque bastante significativo das condições de enquadramento de tal matéria. São elas: *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII* (2) e *A Situação Económica no tempo de Pombal* (3), ambas de Jorge Borges de Macedo.

O que ressalta do estudo da nossa história nesta matéria, é a endémica e permanente crise que tem acompanhado a sociedade, desde a fundação do Estado. Os períodos em que ela se atenuou (e mesmo assim só para alguns estratos sociais), são raros e tão curtos no cômputo geral, que numa visão global perdem significado. O traço mais marcante da história económica de Portugal - onde têm origem alguns dos nossos mais arreigados atrasos - é de facto a permanente crise sob a qual tem vivido. Este fenómeno, que nalgumas circunstâncias poderia ser mobilizador de energias adormecidas, tem moldado na sociedade portuguesa sentimentos de fatalismo, de que são expressão visível certas manifestações artísticas mais genuinamente populares, como o fado,

pela sublimação da infelicidade e as toiradas, pela sublimação do sacrifício.

Os investigadores que se têm debruçado sobre a história económico-social da Europa, entre meados dos séculos XVII e XVIII, têm coincidido na constatação daquilo que vários denominam “*a crise do século XVII*”, assumindo a ambiguidade do termo, que designa, consoante circunstâncias diferentes, fenómenos bastante diversos.

Já tivemos oportunidade de atrás analisar a emergência neste período, dos Países-Baixos como a potência económica europeia (e mesmo intercontinental) da época. Seriam substituídos nesse papel pela Inglaterra (já com indícios claros desde os finais de seiscentos), acompanhada pela crescente importância de Estados como a França, a Suécia e a Polónia.

Verifica-se pois, a deslocação para o Norte da Europa do protagonismo que tinham tido nos séculos XV e XVI, os Estados meridionais da Itália, da Espanha e de Portugal, com o consequente e inevitável declínio destes países.

“Talvez se possa afirmar que aquilo que acima de tudo caracteriza a economia europeia, entre o primeiro quartel do século XVII e o mesmo período do século XVIII, reside numa adaptação das estruturas económico-sociais às novas relações capitalistas, de marca comercial, que durante o século de Quinhentos se haviam imposto como dominantes, com desajustamentos resultantes da existência de aspectos que não correspondiam às necessidades” (4).

É forçoso reconhecer que a sociedade portuguesa foi incapaz de acompanhar as novas premissas ditadas pela evolução dos Estados setentrionais, acentuando-se gradualmente o “atraso estrutural”, que nos separa do contexto europeu. Desde logo porque o

sector-chave, tanto pela amplitude como pela função estratégica central, para o arranque do desenvolvimento estável de uma sociedade - a agricultura - se encontrava profundamente debilitado. À excepção da cultura da vinha, que nas fragas do Douro produzia o nosso principal factor de exportação, o restante panorama da nossa actividade agrícola era desolador.

Será oportuno referir a título meramente comparativo, que a área ocupada pelas actividades agrícolas, andava pelas oito centenas de milhares de hectares; entre culturas cerealíferas, vinhas, hortas, pomares e espécies silvícolas; e que hoje, só a área de trigo é de 450.000 ha.(5). Mesmo tendo em conta que a população portuguesa quintuplicou o seu número desde os finais do século XVII, não deixa de ser relevante a área diminuta da terra trabalhada; agravando-se a situação, pelo peso que os cereais tinham na dieta alimentar e que era então muito maior do que agora (6). Outro factor de estrangulamento estrutural da agricultura portuguesa foi a muito lenta progressão da cultura do milho graúdo (7) introduzido por nós na Europa no século XVI e que só nos finais do século XVIII, princípios do XIX, adquire expressão (associado à cultura da batata), contrastando com o uso que delas fizeram outros povos do continente.

O cultivo do linho, matéria-prima para o sector de têxteis, permaneceu com características rurais e dispersas, inviabilizando a sua aplicação industrial.

Se acrescentarmos a prática de queimadas, a fraca produtividade do solo e a ineficácia dos métodos de cultivo, teremos a imagem de uma agricultura tecnicamente atrasada em relação à Europa mais evoluída.



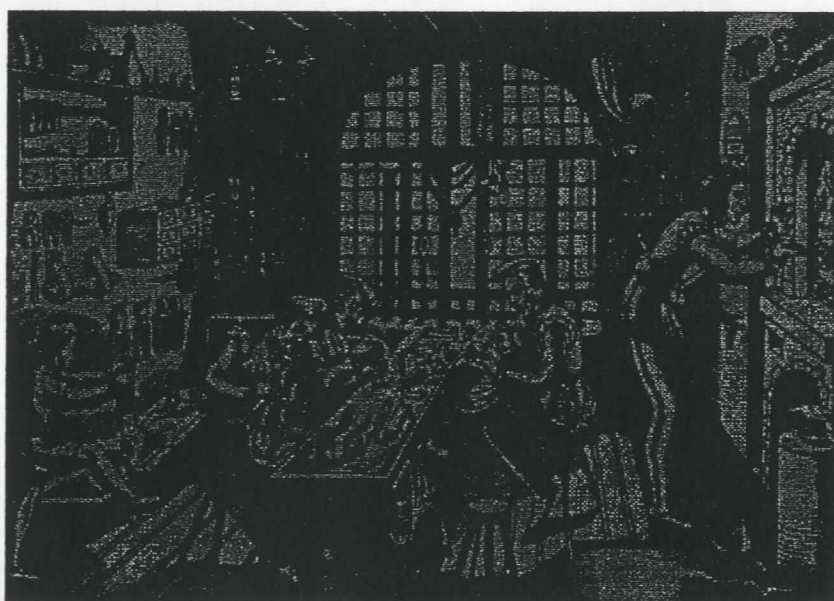
Fig. 56

O panorama industrial não poderia ser também muito animador (8). Tendo sido ultrapassado na arte e na ciência da construção naval por outras potências, Portugal vê declinar a sua indústria de transformação de produtos ve-

getais, que viviam do fabrico de lonas para as velas, de cordame a partir de cânhamo e de estopa para a calafetação das naus.

A insuficiência de lanifícios para a indústria têxtil era dramática, já que se exportava em bruto a matéria-prima para Espanha e Inglaterra, de onde importávamos depois os produtos acabados, com a indústria da seda a carecer em absoluto do fomento do cultivo da amoreira (9).

Para o nosso estudo importa analisar previamente, as relações económicas e sociais em que se baseava a estrutura da sociedade



portuguesa; pelo que teremos de recuar até à expansão marítima, para vislumbrar as implicações demográficas dela decorrentes.

Fig. 57

Por razões evidentes, é a população de Lisboa que apresenta, no conjunto da sociedade portuguesa, as mais fundas mutações provocadas pelos Descobrimentos.

Em termos numéricos, as oscilações não serão muito importantes, uma vez que a entrada de estrangeiros equilibrou a saída de naturais - para a aventura ou degredo - e as razias provocadas pelas pestes, guerras e naufrágios.

Com a imprecisão que tal número comporta, estimam os especialistas que a população de Lisboa seria em 1427, de cerca de sessenta a sessenta e cinco mil habitantes, e que em 1552 andaria pelos 100.000 (10).

Ao esbaterem-se alguns factores negativos que actuavam sobre a população, esta irá aumentar em Lisboa até atingir, na segunda década do século XVII, o número de 165.000 habitantes (11).

Se no quantitativo o impacto não é de monta, já as alterações qualitativas tiveram muito maior significado. A entrada repentina de um grande número de estranhos à cidade, fez com que se temesse uma verdadeira ruptura social, bem expressa na apreensão demonstrada pelo espírito esclarecido de Garcia de Resende: *"Vemos no Reyno metter | Tantos cativos crescer | e irem-se os naturais | Que se assim for serão mais | Elles que nós a meu ver"* (12).

Por felicidade, o eminente desequilíbrio é atenuado pela entrada em massa de trabalhadores, ou recrutados no interior do país, ou simplesmente aqui arribados pelo natural anseio de melhoria nas suas condições de vida. É assim revigorada com nacionais, a população de Lisboa; que recebe em vagas sucessivas, despejados nas praias, escravos oriundos da África negra e árabe; da Índia; da América do sul e até da China e do Japão. Estabelecem-se entre nós alguns estrangeiros atraídos pela cobiça de lucros certos e fáceis, vindos de Espanha, França, Alemanha e Itália. Muitos irão ocupar importantes posições no comércio e na fi-

nança, alguns dos quais representando poderosas firmas da alta burguesia europeia.

Giravam, não raro, no círculo próximo do rei, mas a despeito dos seus bens e honras, pouco influenciariam na modificação dos hábitos dos naturais.

O mesmo não acontece com os ciganos, que começam a aportar a Lisboa, por alturas da segunda metade do século XV e que logo em 1525 obrigam a que a população da cidade se insurja violentamente contra o seu modo de vida: roubo, assassinio, abuso de confiança, etc.; embora lhes seja creditado o abrilhantamento do folclore local, através das suas danças e vestimentas (13).

A maior influência resultará, porém, da acção da mais baixa das camadas sociais: o escravo.

Provenientes da costa da Guiné, desembarcam os primeiros no porto de Lagos no ano de 1441 e passarão doravante, a fazer parte de todos os carregamentos, sendo considerados entre as mais valiosas das mercadorias - mesmo em comparação com o ouro, as especiarias e as pedras preciosas.

Na sua condição há que destacar, porém, duas fases distintas. A primeira - a do transporte e comércio - é uma saga de pavor e tormentos, mas uma vez adquiridos (e porque de um bem valioso se tratava), eram recuperados, recebidos em casa e inseridos gradualmente na vida familiar.

Ocupavam-se, é certo, dos serviços mais grosseiros como o do transporte da água, do lixo e dos serviços domésticos em geral. Mas podiam encarregar-se igualmente do cuidado e vigilância das crianças da família.

A Igreja conseguiu, de alguma forma, suavizar a sua condição de inferioridade, promovendo a constituição de confrarias de negros nalgumas paróquias e incorporando-os em procissões religiosas.

No deslumbramento da riqueza fácil, esta época fez com que todos, ricos e pobres, pretendessem ter o seu escravo. Eram vendidos, trocados, hipotecados e deixados como herança. Mas em simultâneo eram frequentemente estimados pelos seus senhores; pelo menos tanto quanto o permitia a rudeza das relações chãs de então (14).

O cálculo do seu número tem variado muito, embora todas as opiniões coincidam no facto de que eram uma componente numerosa no seio da população de Lisboa.

Enquanto alguns avaliam-nos na proporção de um para cinco (15), outros mais verosímeis, dão-nos como cerca de 10% da população (16).

Afluindo continuamente a Portugal, os negros tornam-se cada vez mais numerosos, particularmente em Lisboa. Esta mão de obra dócil e produtiva, vai induzir na sociedade, hábitos e facilidades que deixarão a descoberto, no seu refluxo, todas as consequências negativas que tinham sido disfarçadas durante os anos de fortuna.

Terminada a opulência do Oriente, que por um lapso de tempo proporcionou aos ricos e menos ricos, uma vida fácil; o homem comum encontra-se despreparado para enfrentar de novo o trabalho, pelo que envieza por expedientes de ocasião.

Desabituaado do normal labor diário (desprezando sobretudo o trabalho mecânico), não conseguindo desembaraçar-se da aparência de riqueza - se bem que tantas vezes fictícia - o alfacinha cultivava vícios de preguiça, de boemia e sob condições extremas, de mendicidade (17).

No século XVII a situação irá agravar-se com a chegada de um grande contingente de galegos e o lisboeta simplesmente desiste do trabalho.

Na miragem das riquezas da Índia, que a todos parecia conceder favores, o povo, dantes agricultor ou artesão, dá-se à aventura e ao comércio tentando igualar a burguesia, caricaturando-a nos trajes e nivelando-se na generalizada dissolução (18).

A preocupação do luxo e da aparência alargava-se ao interior das casas, num contraste inesperado com a imagem exterior dos edifícios, quase sempre desagradável.

De resto, é no interior da habitação Quinhentista que mais se nota a influência das viagens marítimas. Aí imperava a magnificência, com aposentos forrados de damasco, tapeçarias, veludos e “couros dourados”. Passada a primeira fase da expansão, em que todo o interesse se orientava para o ouro, para as pedras preciosas e para as especiarias, o português adquire o gosto pelas alcatifas, colchas e sedas orientais.

O mobiliário é tornado acessível e importado da Europa (o mobiliário oriental só se torna frequente no século XVII), as camas banalizam-se, os bancos são forrados (e mesmo estofados) e as mesas tornam-se comuns.

Porém, só nas residências realmente abastadas se pode encontrar mais e variado mobiliário. Leitos com dossel, cadeiras de espaldar, armários, escabelos e coxins - todos em madeiras preciosas e ricamente estofados.

A restante população apreciava sobretudo a comodidade dos revestimentos das paredes e pisos das suas habitações - que trocava consoante as estações do ano - mas mantinha-se fiel ao costume de se sentar no chão, principalmente as mulheres, sobre simples esteiras, tapetes ou almofadas (19).

Reforça-se o gosto, cultivado no revestimento da superfície, que florescerá mais tarde numa arte tornada genuinamente nacional - a da azulejaria - e a tradição, tão funda, de expôr à janela nobre da casa, a mais rica das tapeçarias, aquando da passagem da procissão.

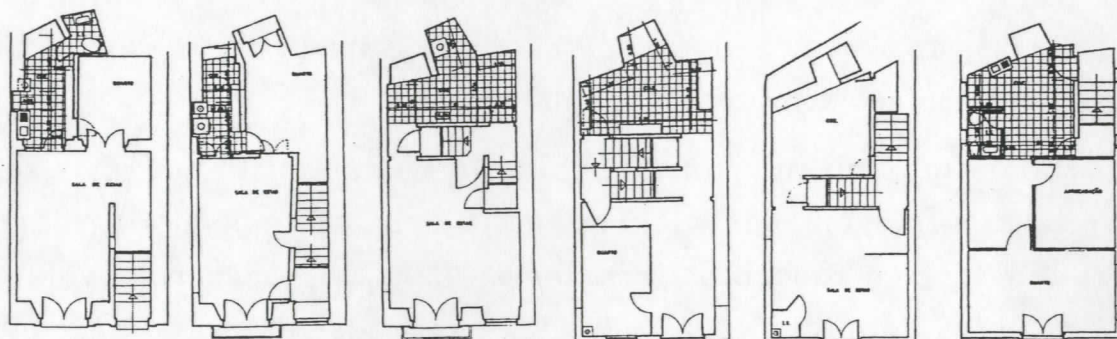


Fig.58

Outro motivo de espanto e de cobiça dos estrangeiros eram as baixelas de prata, comuns nas casas ricas e mesmo nas remediadas; sem falar nas de ouro, essas destinadas à casa real e às da primeira nobreza do reino. Serão substituídas só a partir do século XVII por serviços de porcelana, ficando as baixelas de prata cada vez mais como objectos de ornamento.

Descendo na pirâmide económica, os serviços podiam ser de estanho (importados da Alemanha) e os menos considerados, de cobre e de latão. Os pobres contentavam-se com os barros grosseiros das olarias locais: malgas, púcaros e escudelas. Dos barros, apenas uns têm honras de celebridade; são os "*púcaros de Estremoz, em barro muito fino e que tornavam a água agradavelmente fresca; eram tolerados e mesmo apreciados, na própria mesa do rei*" (20).

As mesas, como já houve oportunidade de referir a propósito de outras sociedades, eram também entre nós muito simples: um

tampo colocado sobre uns pés travados e era tudo. A preocupação ia para as toalhas e cobertas que as escondiam. Feitas de panos finos de linho e algodão eram, conjuntamente com a tapeçaria sobre a qual assentava a própria mesa, os elementos fundamentais da sala de refeição.

Lisboa foi, no século XVI, por variadíssimas razões, o centro da Europa. Aqui se encontravam gentes de todas as partes, aqui se cruzavam os maiores mercadores e agiotas, aventureiros e malfeitores; mas igualmente espíritos fecundos e homens de fé e convicções profundas.

“E não era sem razão, porque Lisboa, foi por um tempo, teatro em espectáculo permanente, onde, em qualquer dia, as vendeiras do Mercado da Ribeira ostentavam manilhas e cordões de ouro maciço; onde os cavalos do rei e dos grandes traziam arreios e selas carregadas de pedras preciosas e onde um tão poderoso Rei como D. Manuel, passeava pelas ruas da cidade levando cinco elefantes da Índia” (21).

Lisboa era a cabeça e a alma do Estado. A crescente centralização do poder na Coroa - ela própria tornada no primeiro mercador do reino - obriga a um reordenamento das classes face ao poder real.

A nobreza, apressadamente urbanizada, assim como o comércio e a flutuação da população da cidade nos seus níveis inferiores (emigrantes, imigrantes, marinheiros, vagabundos e serviçais), estabelecem uma dinâmica excessivamente desordenada, para poder ser devidamente estabilizada e enquadrada.

As transformações no quotidiano da cidade, que irá conhecer desde então períodos cíclicos de abundância e penúria, reflectem-se logo, no abandono de formas de vida e de antigas tradições, bem como no desenvolvimento de uma religiosidade eivada de superstição, que os imponderáveis das viagens mais robustece.

A estrutura religiosa do povo português é nesta época, muito complexa e algo contraditória. A vontade dos homens oscilava entre o enriquecer depressa e os anátemas lançados pelos dogmas da Igreja ao poder do dinheiro; balançando “*entre o entusiasmo do lucro e a penitência da ganância*” (22).

Esta dualidade latente na sociedade irá encontrar os seus escapes adequados, almejando um equilíbrio sempre difícil, mas permanentemente buscado. Por isso, ao aforramento material sucedem-se as manifestações e rituais colectivos de sublimação divina. Jogos e festas de recepção, fazem tanto parte da encenação urbana, como as procissões e as dramatizações públicas.

É durante o século XVI que se consagra, de resto, a transformação do culto da Virgem em culto da Imaculada Conceição, modelo interiorizado hoje pelo povo português nos quatro cantos do mundo. Provavelmente mais nos outros três do que no primeiro. É também esta penosa duplicidade que faz com que despontem na nossa sociedade, conquistadores e construtores, guerreiros e missionários, mártires e desertores.

Foi uma gesta sem uniformidades, sem “especializações”, sem previsibilidades e sem precauções. Deve-se isso ao impulso da vontade somado à rijeza da fé. Em qualquer caso, é uma sociedade auto-confiante, aquela que encontramos sob D. Manuel, que juntou à sua, a ventura de um povo.

Mas os tempos progrediram e a mudança avizinhava-se. O desencanto e a agudização da crise económica são inconscientemente pressentidos, na passagem para o reinado de D. João III. Talvez resida aqui o fulgurante sucesso da reforma católica em Portugal, que fará pela segunda metade do século XVI, a popularidade dos autos-de-fé, nos quais a população de Lisboa exorcizou os seus fantasmas colectivos.

O Concílio de Trento é tornado lei do Reino e assiste-se à normalização e estratificação hierárquica da vida pública, privada e religiosa.

A passagem para o século XVII dá-se com a transferência da soberania para a coroa Espanhola e nem as esplendorosas festas de recepção aos Filipes, conseguem trazer a corte para Lisboa. Portugal definha política, económica e socialmente e o Império Ultramarino é apetecido por todas as nações rivais de Castela. As costas portuguesas, continentais e ultramarinas, são sistematicamente vandalizadas por corsários ingleses, franceses e holandeses.

A pretexto da luta contra a potência Ibérica, encarna-se o resto da Europa contra Portugal, a quem cabia ainda sustentar parte da guerra que a Espanha travava no continente (23). Com isto, a integração não só se apresentava difícil, mas completamente impossível (24).

No meio de tão aflitiva situação, algumas instituições profissionais (como a Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa e outras corporações de mesteres), reanimam-se e dão consistência a uma vida económica, que sustenta a Restauração até ao novo ciclo de prosperidade importado, desta feita, do Brasil.

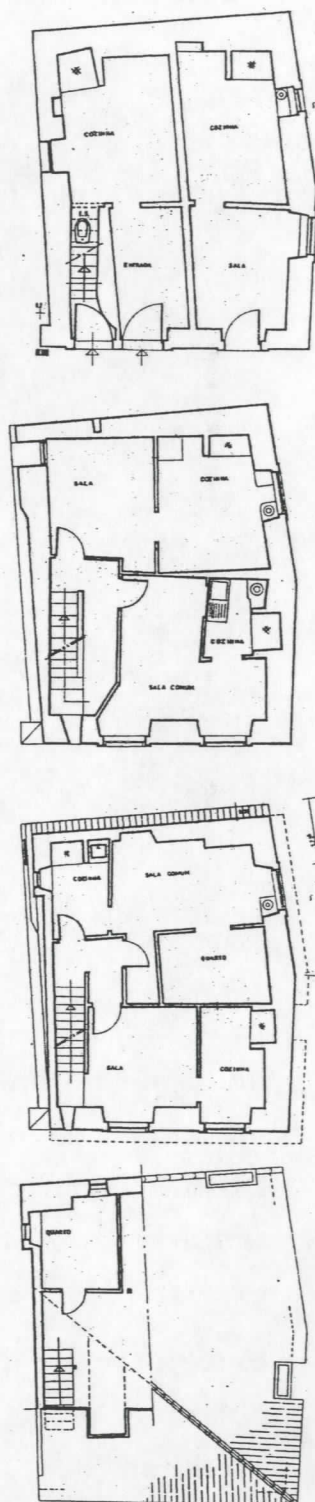


Fig. 59

Com a descoberta de ouro em 1697 e o começo do seu afluxo à metrópole, dá-se uma viragem circunstancial nas condições económicas da nação que, ironicamente, vão desincentivar as alterações estruturais (essas sim, determinantes), que vinham a ser implementadas pelo conde de Ericeira (25).

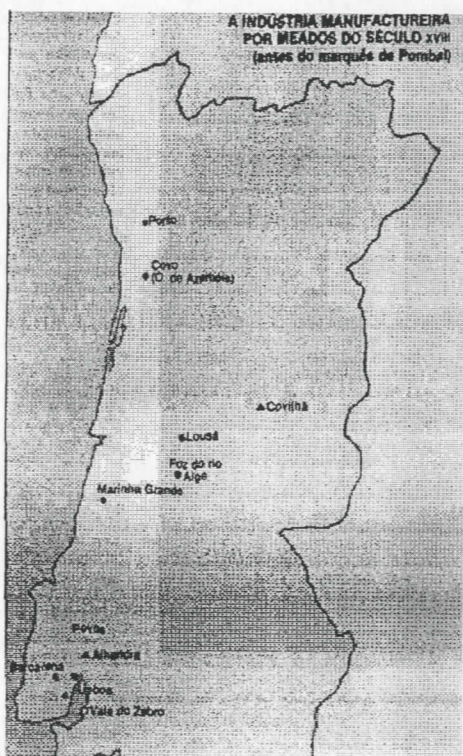


Fig. 60

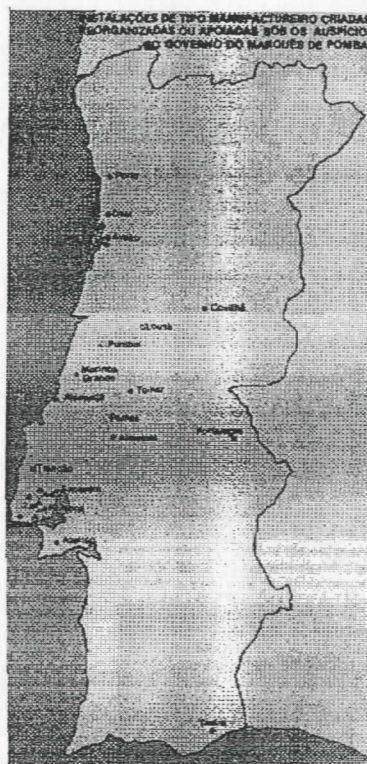


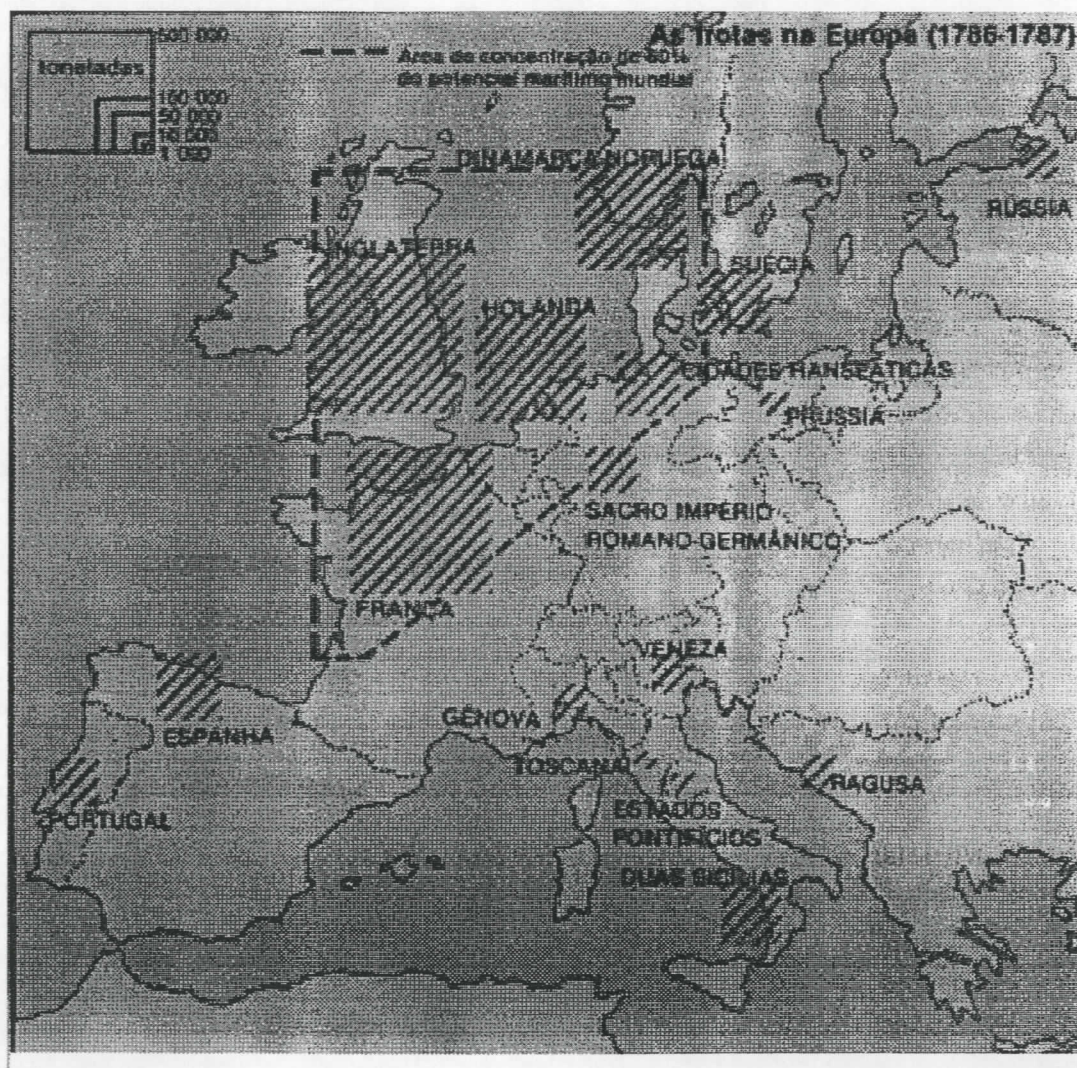
Fig. 61

Esse facto, a que se junta o incremento da exportação do vinho do Porto no equilibrar da nossa balança comercial, diluiu a premissa da modernização industrial de que o país carecia. Ainda assim, “manifestava-se entre 1720-1740, um novo surto manufatureiro em Portugal, visando o fabrico de certos artigos de grande importação (couro, vidro, sedas e papel)” (26).

Este incremento no sentido da industrialização, é todavia obstaculizado pelos efeitos a médio e longo prazo do tratado de Methuen (de 27 de Dezembro de 1703).

Ao ser facilitada a entrada do vinho do Porto em Inglaterra - comércio que desde a sua origem em Portugal é controlado e dominado por interesses e cidadãos ingleses - o nosso país permite a inundação do seu mercado interno e colonial, pelos produtos importados da Grã-Bretanha, aniquilando as acções de protecção à indústria nacional, preconizadas por D. Luis de Meneses. Trocámos a exportação de um produto da economia primária, pela obrigação de aquisição de bens de produção industrial. A acen-tuação da dependência de Portugal assume foros de lesa-soberania pelo facto dos transportes marítimos - pilares essenciais da nossa afirmação de independência - terem ficado praticamente nas mãos da marinha britânica.

Fig. 62



Na província, a vida das populações mantém-se em estado de grande atraso, subordinadas que estão ao poder, nem sempre esclarecido, de nobres e sacerdotes.

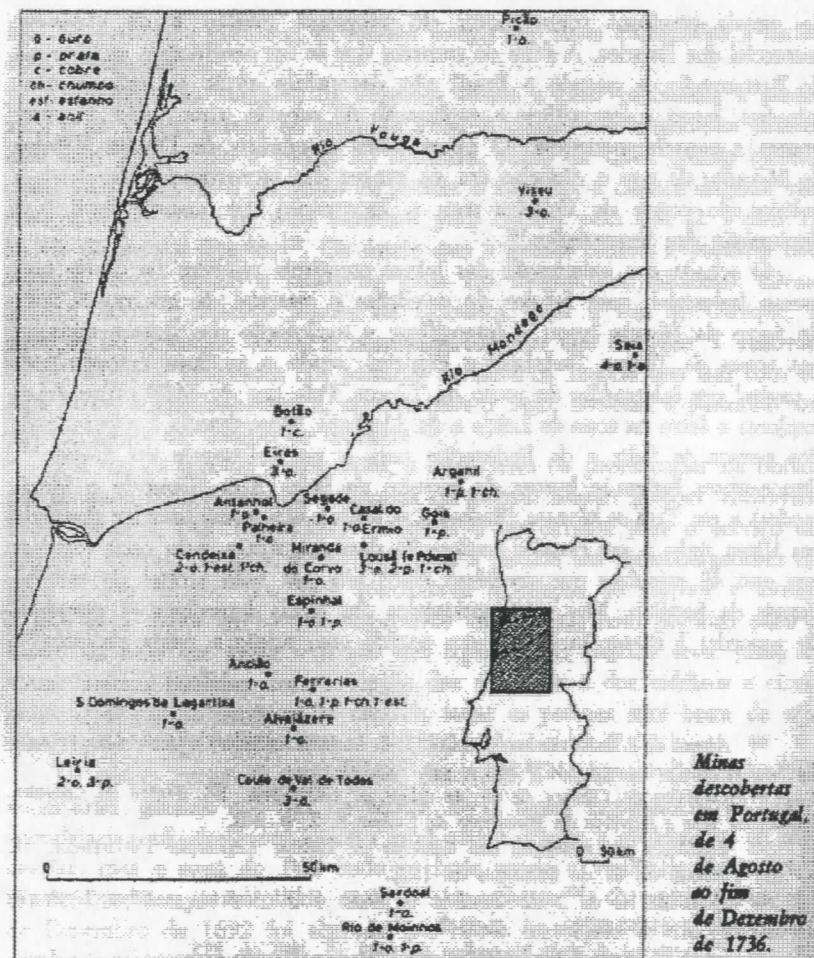
Subsistem as “*relações de privilégio*”, sobretudo na agricultura. A população rural estava condicionada por uma série de atribuições aos senhores, que iam desde as simples rendas de exploração, às taxas de circulação, à dízima, às primícias, aos “votos de Sant’Iago” no norte, e muitas outras. O sistema de estabilização das relações, que se tornou favorável num sentido apenas, fez da sociedade portuguesa um modelo de verdadeiro parasitismo económico-social, imposto pela nobreza e pelo clero ao terceiro estado.

Assim sendo, melhor se compreenderá a evolução da manufactura e concomitantemente a da economia, ao verificar que o movimento de industrialização, teve de ser desencadeado em Portugal pela via estatal. Quer pela concessão privilegiada de créditos, quer ainda pela plena propriedade das unidades fabris, por parte do Estado.

Desta acção resultou que a livre iniciativa, jogando nas forças próprias do mercado, não se tenha desenvolvido em Portugal nesta fase. Quando Pombal tenta o desenvolvimento da indústria (sem contudo ter tocado no sector agrícola (27), o que revela uma profunda lacuna na sua visão estratégica), depara-se com a onnipotência da revolução industrial inglesa que era nessa altura imbatível. Acarretou que a evolução mais significativa se desse no interior centro e norte do país, precisamente as regiões menos permeáveis (porque naturalmente protegidas), à circulação dos produtos estrangeiros.

Com o declinar do século XVIII, medidas de alívio aos constrangimentos do comércio interno (nomeadamente ao livre comércio da lã), bem como o do cerceamento de alguns privilégios

Constata-se um surto da indústria têxtil algodoeira, dirigida ao mercado brasileiro; da dos lanifícios; da mineração (desenvolvida pelo impulso da metalurgia); e mesmo a agricultura experimenta uma pequena “revolução”, assente na agro-pecuária e na cultura do milho grosso e da batata. Melhoria agrícola que só se tornou possível, depois de algumas medidas terem introduzido a própria terra no mercado comercial (28), da conversão de pousios e baldios e do desenvolvimento do cultivo de regadio.



O que atrás se refere diz respeito, fundamentalmente, à actividade económica exterior (ou periférica) ao círculo específico que o ouro e os diamantes do Brasil definem. Na verdade, a riqueza que

assim aflui ao país, é drenada para a arte sumptuária da arquitectura religiosa e civil, bem como para pagar o luxo faustoso (que nenhuma pragmática tolheu), de uma corte que ostenta uma imagem, em tudo desirmanada da nação. É também esse capital que compra a vinda de artífices estrangeiros e que em Portugal se fazem artistas.

Citem-se apenas os casos de João Frederico Ludovice, ourives em Roma e incumbido, na qualidade de arquitecto, da direcção das obras do Palácio-Convento de Mafra e que dirige ainda as obras do coro da catedral de Évora e da Biblioteca da Universidade de Coimbra; tornando-se na figura grada do barroco oficial português do período joanino (29).

Nicolau Nasoni é outra personalidade marcante das artes setecentistas em Portugal (30). Pintor-decorador, é nessa qualidade que chega ao nosso país e é nessa condição que recebe a sua primeira encomenda: as pinturas da capela-mor da Sé do Porto. Dedica-se posteriormente à arquitectura, campo onde efectivamente se notabiliza, com a obra máxima na Igreja de São Pedro dos Clérigos.

4-2. O consulado de Pombal

O século XVIII é, no entanto, marcado em definitivo pela catástrofe de 1 de Novembro de 1755, que destruindo Lisboa, irá afectar generalizadamente Portugal.

“Para o país, já empobrecido pelo estado da sua agricultura, do seu comércio e duma indústria inexistente, a ruína da capital, em que se concentravam as suas forças, com dez por cento da população (31), foi calamitosa” (32).

De entre todas as consequências que o terramoto produziu, há uma que sobressai pela influência que teve no estrangeiro e consequentemente pelas reacções que este evento desencadeou no resto da Europa: são a viagens e estadias em Portugal, tornadas moda na segunda metade do século XVIII.

Até então, tinham sido poucos os viajantes que a pretexto da estadia entre nós, tivessem registado e divulgado as suas impressões sobre o país, sobre as gentes e sobre os costumes dos portugueses.

Eram normalmente homens ao serviço de outros governos, comerciantes com interesses particulares a defender, ou indivíduos ao serviço do rei como militares, homens de ciência ou de arte; logo constrangidos pela situação de dependência em relação à coroa.

Cabe referir que a *“lenda negra de um Portugal decaído, degenerado e imbecilizado de que, mais tarde, seriam os ingleses os principais inventores, essa não existia ainda na primeira metade do século XVIII”* (33).

A descrição literária, decorrente das viagens curtas ou demoradas entre nós, só se tornam frequentes após 1755, constituindo um “género” de literatura de viagens pela Europa, cujos antecedentes remontam às visitas à Grécia e Itália clássicas. Os livros sobre Portugal e especialmente sobre a Lisboa da catástrofe, eram um modelo híbrido, ao mesmo tempo guia, memórias, descrições e notícias da viagem - que tiveram invulgar aceitação em toda a Europa.

A vasta produção literária não é, todavia, toda de idêntico valor. Há casos de obras publicadas por quem jamais esteve sequer, em Portugal, servindo-se para isso de segundas e terceiras fontes, de cuja autenticidade se pode, muito naturalmente, duvidar (34). Acresce ainda, o verificar-se por parte dos viajantes, ou de preconceitos limitativos de uma desapaixonada observação, ou mes-

mo de uma total incapacidade para compreender uma sociedade, em largos aspectos, muito diferente das do resto da Europa (35). Por isso, esses relatos valem pelo que valem: na maior parte dos casos, como literatura romanceada de cabeceira, noutras (menos vulgares), como peças genuínas do estudo atento e objectivo de um reino e de um povo (36). As mais rigorosas e verdadeiras, apontam para um país cujas terras férteis, estavam na sua grande maioria desaproveitadas. De um Estado vivendo quase que em exclusivo do ouro brasileiro e de uma nação que importava boa parte do que comia, vestia, das madeiras que utilizava na construção naval e de tudo o mais que se fazia necessário à vida. O português era dado como mandrião, pouco industrioso, sem aproveitar das riquezas da terra, nem saber fazer render as das colónias.

Merveilleux (37) escreve: *"De um modo geral, Portugal pode ser considerado como um país excelente, não obstante as faltas de chuva de que sofre. As terras produzem quase sem trabalho e indemnizam abundantemente os cuidados com o seu cultivo. Embora o reino seja pequeno, mais da metade dele está por cultivar: comarcas inteiras encontram-se cobertas de papoilas, donde na Grécia, se extrai o láudano. Quando os portugueses querem cultivar um trato de terreno nestas condições, pegam fogo à extensão que julgam necessária e com as cinzas adubam as terras, obtendo assim abundantes colheitas. Que riqueza não extrairia Sua Majestade dos seus estados se eles fossem povoados por anabaptistas e outras gentes laboriosas! Não receio afirmar que este reino, embora pequeno na Europa, podia converter-se em fornecedor dos seus vizinhos de toda a espécie de frutos que a terra pode produzir"* (38).

A vida social portuguesa, descrita por estes viajantes, não nos aparece como das mais interessantes. O rei e a rainha (acompanhados, naturalmente, da corte) pouco mais faziam do que cumprir obrigações religiosas. De igreja em igreja e de convento em

convento se faziam os dias da casa real, esporadicamente entre-meados por uma viagem de recreio pelo rio, ou por uma batida nalguma qualquer coutada. A obrigação da administração pública era satisfeita pelas audiências bi-semanais concedidas pelo rei a todos os seus súbditos - escravos incluídos.

Da nobreza, tinham também os estrangeiros fraca impressão. Pouco ricos, pouco instruídos, de gostos e de desregramentos populares, vivendo frugalmente em habitações pouco adequadas (no seu entender) a um estatuto de dignidade, os nobres passavam, contudo, por ostentar exteriormente aquilo de que careciam em privado. Bastante desconsiderado era o clero, sendo muito comentada a vida dissoluta, tanto dos frades como das freiras, ainda que curiosamente, o Tribunal do Santo Ofício fosse tido na conta de muito mais benigno do que os tribunais seculares e principalmente do que a Inquisição espanhola; desmentindo parcialmente, os libelos que uma literatura e historiografia anticlericais dele fizeram, desde o século XIX até à actualidade.

Do povo, apenas se tomam considerações muito superficiais. Não esqueçamos que estas descrições eram produzidas por viajantes oriundos de estratos sociais mais elevados, a quem não apetecia uma relação mais próxima com a plebe. Daí que os traços, alguns incompletos, sejam utilizados na generalização do tipo da classe popular. Os homens eram dados como cruelmente ciumentos, as mulheres (certamente por defesa) muito dissimuladas e fingidamente recatadas, ainda que normalmente atraentes e de grandes prendas domésticas. O homem comum era alto, de constituição robusta, de tez morena (pelo clima ou por cruzamento rácico), mas a nobreza tinha a pele clara “dada a pureza do sangue não mesclado”. De uma forma geral reconheciam no português vivacidade, fidelidade, sobriedade e, principalmente, uma grande devoção a Deus e ao Rei. Era esta, em traços muito largos, uma das opiniões que do nosso povo tinham os europeus, na primeira metade do século XVIII (39).

Se a descoberta do ouro no Brasil tinha trazido alguma esperança na recuperação económica do reino, o destino dado a essa riqueza cedo revela a vacuidade de uma classe dirigente, incapaz de evitar o “*mesmo erro cometido em Espanha no século anterior*” (40). A sua acção mantém na penúria e em condições de manifesto atraso o país, na altura que é abalado pelo terramoto.

A questão do ouro e da riqueza entrada em Portugal no século XVIII, tem dado azo a muitas querelas entre os estudiosos.

Não sendo evidentemente de desprezar, defendem alguns historiadores que o quantitativo, bem como o seu emprego, não foram nem tão elevados como se pensa, nem tão malbaratados como se diz. Castelo Branco Chaves, escudando-se em Jaime Cortesão (41), defende valores radicalmente aquém da hipérbole para que certos historiadores apontam.

Ao todo, teriam entrado em Portugal durante os quarenta e quatro anos do reinado de D. João V, cerca de 104 milhões de cruzados. Muito distante daquilo que se diz ter gasto nas suas “loucuras”: 188 ou 200 ou 450 milhões de cruzados ... Menos do que a menor das quantias mencionadas, como se vê. Também quanto ao destino dado a esse ouro, reportêmo-nos de novo a Jaime Cortesão.

- Em primeiro lugar, deu peso negocial a Portugal nas suas relações comerciais, acabando com a espiral de humilhações contratuais, que se tinham constituído em regra pelas demais nações.
- Depois proporcionou a representação diplomática do país nas principais capitais europeias, assegurada por homens de inegável estatura (42) e que pugnaram pela defesa do Império Colonial, em especial do Brasil, no período que vai do tratado de Utrech ao de Madrid.

- O ouro comprou ainda do Papa (43), as bulas que criaram as novas dioceses do Brasil (44). Pagou a colonização de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul por milhares de casais açorianos,

numa expansão que a Espanha teve de reconhecer como um facto consumado (45) e que definiu, por fim, os limites fronteiriços daquele território.

“Admitindo que um terço do produto dos Quintos tenha ficado no Brasil, para pagar a administração e a defesa desse Estado, tão vasto e subitamente desenvolvido, se pudessemos discriminar, dentre as despesas custeadas pela metrópole e na Europa pelo ouro, as que beneficiaram directa ou indirectamente o Brasil das que foram delapidadas pelo Rei em magnanimidade e ostentações inúteis ou de utilidade duvidosa, supomos que nenhum dos pratos da balança ficaria muito distante do outro” (46).

Seja qual for o prisma por que se encare a questão do ouro e dos diamantes no século XVIII, a realidade é que a necessidade de reconstrução de Lisboa constituía uma tarefa imensa, imposta a uma sociedade amolecida e frequentemente mal dirigida.

Nessa manhã do dia de Todos-os-Santos as perdas foram irreparáveis (47). Bens móveis, valores preciosos, igrejas, palácios e edifícios de habitação, desapareceram na hecatombe do terramoto, do maremoto e sobretudo do incêndio que lavrou por dias naquilo que sobrou da capital (48).

Os mais duramente atingidos (ainda que não fisicamente, pois se encontravam com a corte, fora de Lisboa), foram sem dúvida, os membros da nobreza.

Praticamente toda a alta linhagem perdeu a casa que possuía na capital, junto com o mobiliário e as riquezas móveis; património e herança de gerações. Muitos nobres arruinaram-se em definitivo e a maior parte teve de aguardar anos para se restabelecer e reconstruir parte do acervo volatilizado.

Incapaz de gerar por si os cabedais necessários à sua manutenção, afastada de um Rei que dela prescindiu, ignorada (e mesmo perseguida) por um ministro que a desdenhava, a antiga nobreza de Portugal irá ter um papel bem pequeno na imagem da cidade reconstruída, que se apoiou e orientou para uma burguesia acarinhada pelo poder central (49). Os projectos, as pormenorizações, a legislação, a preocupação enfim, era toda ela para a edificação da habitação colectiva das *classes laboriosas*.

4-3. A habitação na capital

Dos vários projectos que lhe foram presentes, configurando outras tantas alternativas, Pombal inclinou-se para o (aparentemente) mais problemático. Primeiro porque impunha a reconstrução da área arrasada, o que desde logo apontava contra si, o estigma compreensível da população de uma capital, que tinha padecido já (em 1531 e 1597) dois violentos abalos telúricos. Depois, porque ao aceitar a ideia da renovação urbanística assente em bases de uma racionalidade cartesiana (50) - tão distante da mentalidade deste povo - sabia de antemão que não só teria pela frente a oposição e inércia de uma comunidade, acostumada à imagem tradicional da sua cidade, o atraso na recuperação do destruído, mas sobretudo, o grave problema da repartição da terra pelos seus proprietários. Questão nunca pacífica e só possível de empreender por um governante absoluto. Mas Pombal já teria jizado o plano da Reconstrução.

A cidade deveria assentar, em primeiro lugar, sobre a capacidade mobilizadora da “classe média” (admitamos o termo por comodidade), que ele intuía magistralmente. Por isso o oferecer a todos,

ruas idênticas, os mesmos edifícios, a mesma imagem, a mesma monotonia niveladora de ambições (51).

Daqui resulta a sua última audácia: a de autorizar a construção de edifícios de quatro pisos, quando o próprio proponente tinha avançado com apenas dois (52).

Pode atribuir-se a esta determinação uma de duas hipóteses: ou o Marquês tinha uma confiança inabalável no sistema construtivo estudado para a reedificação; ou tinha a noção aguda da necessidade de rentabilizar a superfície ocupada.

É de admitir, que terá sido a repartição equitativa destes factores que o levaram a decidir.

- Como homem de Estado, dotado de uma visão histórica da sua pessoa (53), não haveria de arriscar um novo desastre para a sua obra se não estivesse absolutamente convencido da excelência do método de edificação dos novos prédios. Os dois séculos que levam erigidos, são a prova cabal do seu acerto.

- Como homem das finanças e da administração, tinha consciência da dificuldade em tornar atrativos os empreendimentos imobiliários, dotados de requisitos absolutamente incomuns para a época, não fora a hipótese de construir mais, em altura.

É nesta Baixa que Pombal, a pretexto de uma aparente concessão à tradição medieval de corporatizar espaços da cidade, decreta o arruamento de comerciantes e oficiais (54).

Uma decisão que cabia inteira no apetite de investimento da alta burguesia nas novas construções, na certeza de para elas encontrar assim, locatários obrigatoriamente arregimentados.

Esta medida revelou-se com o passar do tempo bastante funesta, pois introduziu o artificialismo na livre organização do comércio da zona. As necessidades de abastecimento geral dessa população, passam a ser asseguradas, contra as expectativas, por agentes não controlados pelo sistema, que vendiam porta a porta todo o género de mercadorias, desde as frutas ao pão e dos legumes ao peixe. Esta multidão de vendedores ambulantes, representa, com o arruamento dos ofícios, uma outra regressão medieval e o conflito com os comerciantes estabelecidos, estalará com a criação da Praça da Figueira como mercado abastecedor da área, associado ao mercado de peixe da Ribeira Velha (55).

“A maneira mais eficaz de acabar com a praga ambulatória dos intermediários, é deixar-se cada indivíduo pôr a sua loja nas ruas e bairros onde haja conveniência e proveito público” (56).

Por fim, é na igreja que ele encontrará o segundo esteio da Reconstrução. Não a do clero dos filhos segundos, que ele dirimiu enquanto teve poder, mas nas igrejas paroquiais (57), núcleos aglutinadores das gentes da capital, que ele queria ver repovoada.

Todavia, o grosso das preocupações e da legislação centrava-se no estabelecimento de regras de adequação urbanística, defini-

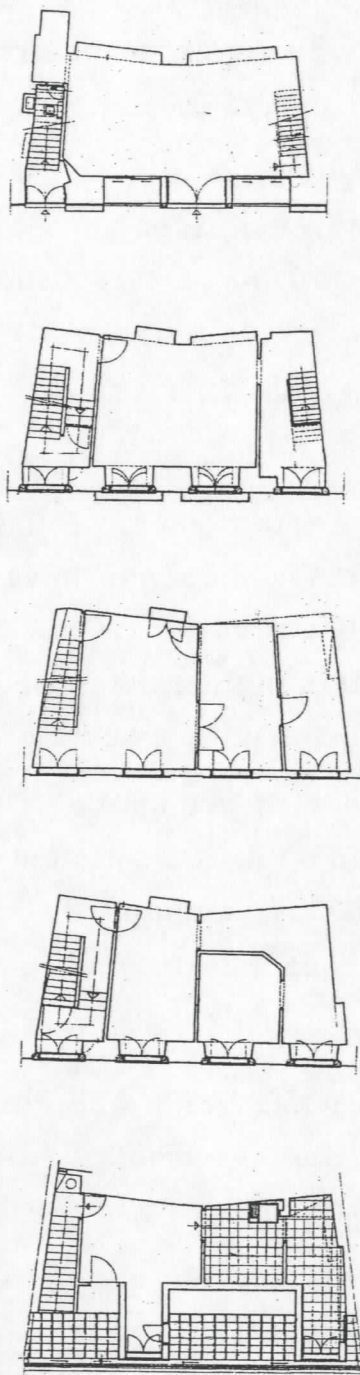


Fig.64

ção de infraestruturas, caracterização hierárquica da imagem dos edifícios (consoante a rua da sua implantação), sistema construtivo e planificação das obras.

A definição da organização interna, não fazia parte das primeiras decisões tomadas, ou melhor, ela estava pré-determinada pelo modelo tradicional do interior doméstico português.

O acesso aos prédios de rendimento fazia-se por uma entrada aca-nhada e pouco iluminada, de onde arrancava uma escada invariavelmente estreita e íngreme, sendo claro está, ainda mais sombria que o vestíbulo de onde se alçava. Não havia pátio nestes edifícios, já que tinha sido eliminado para proporcionar o aumento da área útil do rés-do-chão, no fito de melhor rentabilizar o capital neles investido.

O piso térreo dos edifícios era integralmente destinado a estabelecimentos comerciais.

De resto, era expressamente proibida a venda de quaisquer produtos nas sobrelojas e sobrados, no intuito de obstar à praga do contrabando, que seria aí mais facilmente dissimulado. Talvez para contrariar essa actividade, também os acessos aos pisos superiores fossem tão incómodos e reduzidos a dimensões mínimas, para dificultar ao máximo a tentativa de um previsível fluxo comercial. Essa actividade devia ser praticada à vista de todos para ser legal. O não cumprimento desse preceito, implicava no risco de apreensão das mercadorias e institucionaliza-se, preto no branco, a definitiva separação entre a habitação (no andar) e a loja (no rés-do-chão).

Entrando na habitação, dávamo-nos conta de que a sua característica primeira era a da enorme simplicidade na articulação dos espaços que, mesmo para a época, roçava quase o primário.

Como eram intercomunicantes, os compartimentos tornavam-se forçosamente zonas de circulação. As divisões eram de razoável tamanho, mas a sua má distribuição, a ausência de instalações sanitárias, precariamente substituídas pela pia na cozinha (esta, mal ventilada e iluminada pelo saguão) e a falta de arrumos e de corredores (feito raros), tornavam estes fogos pouco funcionais. O contraste era tanto mais inesperado, quando confrontado com o mérito do extraordinário traçado urbanístico (58).

O rigor e a segurança da construção não eram questionáveis, mas os revestimentos, as cantarias, as ferragens e as carpintarias, muito raramente eram em materiais de primeira escolha, trabalhados por oficiais de reconhecida competência.

Estando proscritos quaisquer motivos de decoração exterior (59), a imagem destes prédios ressentia-se à mínima irregularidade, que podia ser, por exemplo, a simples quebra de vidraças, cuja rápida substituição era reclamada por editais do Município (60). Em matéria de conforto, devemos não sobrevalorizar a opinião dos estrangeiros recém-chegados (61). Sendo certo que a única chaminé servia a cozinha e mesmo assim em termos deficientes (62), também o clima é em Lisboa menos inóspito que no Norte, que estes viajantes tinham como padrão.

A verdade, é que não deixa de ser estranho o facto de edifícios concebidos, em princípio, para uma clientela de posses medianas, não tenham incorporado, pelo menos uma chaminé numa sala; embora se reconheça que o orçamento para manter aceso o lume de aquecimento, não fosse acessível à maioria das pessoas.

No futuro, a existência de fogões de sala, far-se-á mais por requisitos de conveniência social, do que por imperativos de climatização. Seja como for, o edifício pombalino, bem como a legislação regulamentando as actividades nele decorrentes, irão sendo de uma maneira ou de outra, adaptados às reais necessidades dos

seus utentes, flexibilizando-se, no uso, com o decorrer do tempo. A política de Pombal, ao impor a ancestral rigidez corporativa numa estrutura urbana moderna, não teve em conta que a integração das profissões não se compadece com a simples, estrita e regular distribuição de ofícios por estabelecimentos, ocupando estes, a base dos edifícios alinhados a uma rua.

O prédio de rendimento idealizado por Manuel da Maia e caro ao Marquês, não se constituirá jamais na unidade programada. Ver-se-á transformado todo ele, num modelo quase “fabril”, onde a comercialização ocorre na base. Nos andares e nas águas-furtadas, alfaiates, chapeleiras, luveiros, bordadoras, etc., instalam-se o mais próximo possível das lojas comerciais, numa afinidade funcional não prevista, mas cuja força de integração não pôde ser contrariada.

Esta realidade produziu na Baixa de Lisboa, um tecido misto comercial-industrial, sem precedentes (supomos) mesmo à escala europeia.

A mesma lógica de organização, encontramos no único caso de uma capital, onde o centro e zona nobre da cidade era fundamentalmente ocupada pelas actividades secundárias e terciárias, facto que não deixava de causar manifesta estranheza entre os forasteiros.

Indissociável de tudo isto é o mercado do arrendamento dos edifícios. As lojas comerciais eram, como se compreende, os espaços mais valorizados, cujo valor era frequentemente inflacionado, respondendo às leis próprias do mercado. Os andares decresciam de importância à medida que se subiam os lanços de escada que terminava nas águas furtadas.

Neste aspecto o edifício pombalino não constituiu qualquer originalidade, uma vez que a estratificação social já se tinha começado a fazer por pisos, quando da passagem do sistema de locação de uma prumada no edifício, pelo do arrendamento de espaços na horizontal.

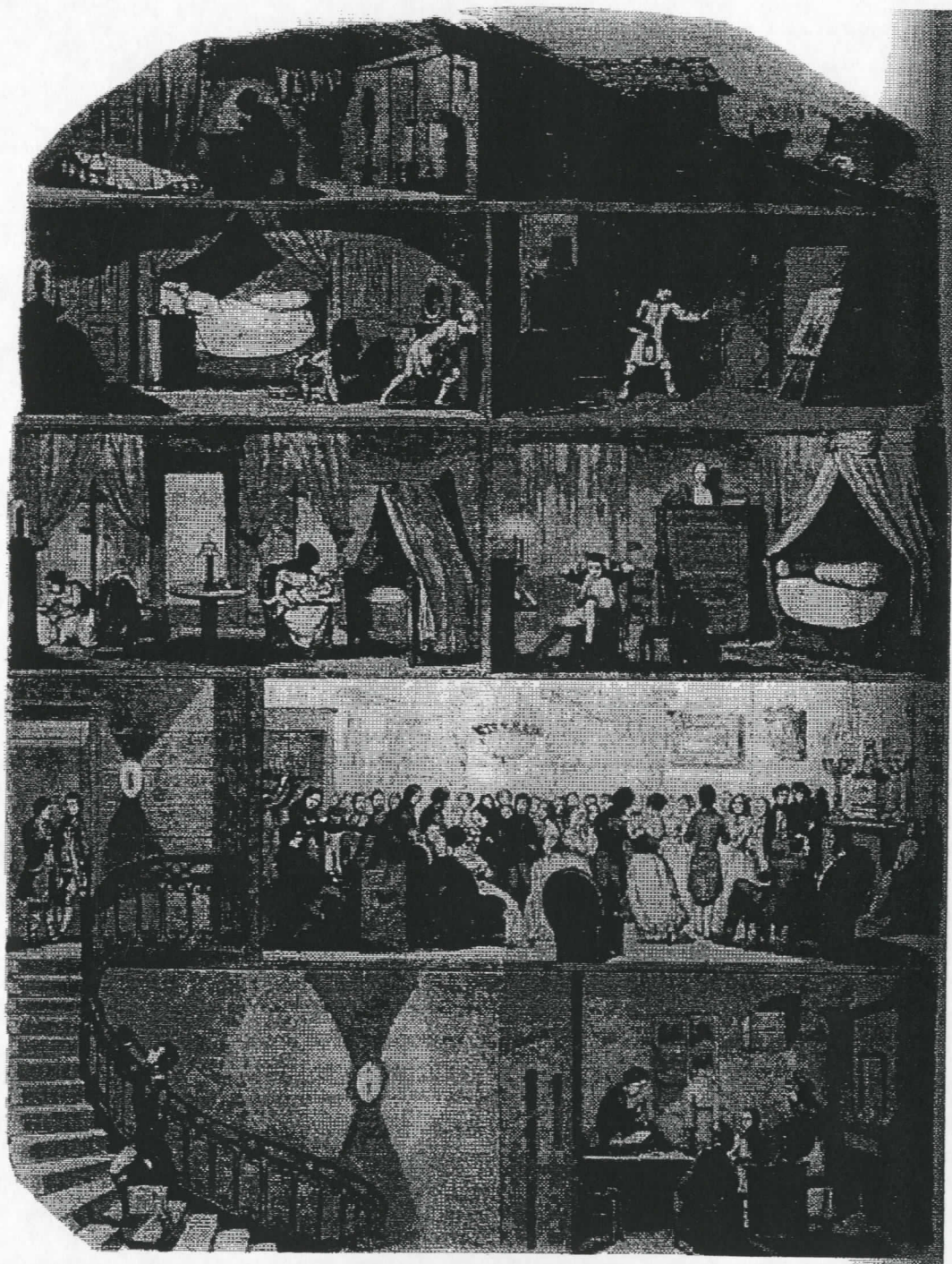


Fig. 65

Esta circunstância, cuja aparente simplicidade encerra uma profunda alteração no modo como é utilizada a habitação, determina um novo tipo de relacionamento inter-pessoal - ou se quisermos, inter-familiar - baseado exclusivamente na ascendência social de uns, relativamente a outros. É inegável, porém, que tal sistema aplicado aos edifícios da Baixa, permitiu o caldeamento das classes sociais e tornou possível o acesso popular ao centro da cidade.

Tenhamos presente que o nível de industrialização do País, mais não era que incipiente, sendo as manufacturas instaladas no centro, maioritariamente transformadoras e manipuladoras de têxteis e nalguns casos (63) de oficinas de artífices da ourivesaria. Por aqui se constata que a simples força da Lei - ao não permitir actividades económicas nos andares - foi impotente para contrariar hábitos e principalmente necessidades primárias, das famílias de rendimentos modestos. Laboravam numa área da cidade que incorporava além da Alfândega, a Bolsa de Lisboa e estavam ainda próximos da Praça da Ribeira, a porta de entrada dos abastecimentos à capital, provenientes do mar.

Estas relações são determinantes numa época e para estratos sociais, para quem o trabalho era uma ocupação condicionada pelas oportunidades veiculadas pela circulação da informação.

Compreende-se, que o eventual sacrifício económico de viver no centro - nos seus múltiplos sentidos - da vida urbana se impusesse, na perspectiva de contrapartidas de melhores ganhos obtidos no acesso mais desimpedido, ao mercado de trabalho (64).

Este planar sobre uma zona restrita ainda que importante, da cidade de Lisboa, encerra o risco da generalização que uma análise particularizada se encarregaria de consolidar.

Os espaços familiares, nomeadamente aqueles que não serviam ao topo da escala social, eram em última análise, destituídos de qualquer padrão regulador de previsibilidades. A freguesia, a rua

e o prédio, podem dar importantes pistas, embora algumas expectativas possam não se confirmar, quando da entrada no interior da casa (65).

A habitação nobre, servindo interesses ampliados à simples residência familiar, torna mais codificada e eventualmente mais complexa a sua estrutura, mas está certamente dotada de um código universalmente reconhecido, mesmo - e principalmente - para os de fora.

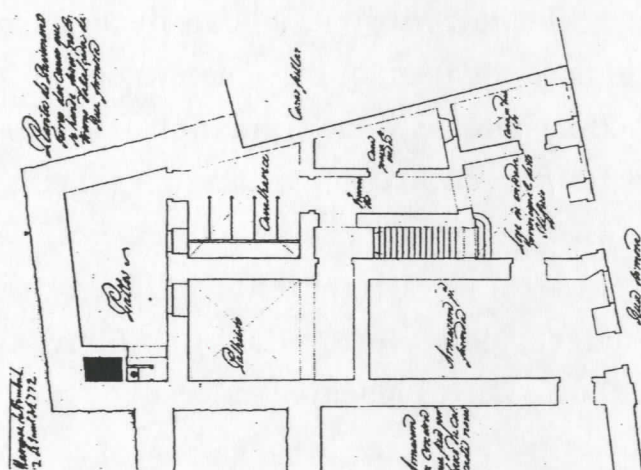
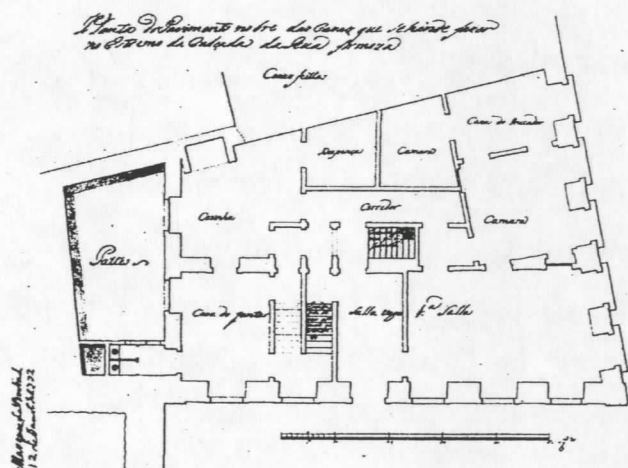


Fig. 66

Estamos, nos séculos XVIII e XIX, no universo rígido do protocolo, das normas de civilidade e cortesia, dos manuais da boa educação e do saber-estar em sociedade. A casa palaciana é antes de tudo um espaço de encenação livremente aceite e plenamente reconhecido. Nela, as divisões estão severamente organizadas por funções claras. A



sua sequência ilustra o grau de dignidade do proprietário e o seu franquear, atesta o nível de familiaridade do convidado.

Mas até ao século XVIII não se pode realmente falar, em Portugal, da assunção da intimidade.

Ela é um valor graduado pelas relações pessoais estabelecidas entre visitante e visitado. Era muito frequente a recepção de personalidades no quarto de dormir e essa confirmação é nos dada pelo elevado número de cadeiras descritas nessas “salas”; sendo um sinal evidente da sua função de acolhimento de convidados.

A casa nobre possuía, interiorizada, as suas próprias linhas de demarcação entre o “público” e o “privado”, da mesma maneira que na casa popular se fazia a transição do exterior para o interior. Mesmo a circulação incorporava evidências de hierarquias e interdições de uso, para que a passagem a esferas superiores de privacidade, fosse claramente respeitada.

A primeira destas disposições espaciais, é a subvalorização dos pisos térreos e a sobrevalorização dos pisos desapegados do chão. Em baixo ficavam os criados, os armazéns e os animais. O piso nobre situava-se ao cimo da escada. Era aí que começava o domínio do familiar.

Esta codificação ficou de tal forma inculcada na consciência da comunidade, que ainda hoje são minorizados os alojamentos de rés-do-chão confinantes com a rua.

Se o domínio da habitação senhorial não é alargado, ainda assim a diversidade é um facto. Desde logo, porque a condição de nobre, era igualmente parametrizada (66).

Quanto mais alto se estava na cadeia nobiliárquica, maior o número de aposentos afectos à privacidade do dono, que ia da câmara - espaço íntimo por excelência e onde se situava o leito - à antecâmara - zona mobilada para a recepção, lazer e a tomada de refeições - ao guarda-roupa, equipado com armários e por vezes com toucador e cómodas. Era ainda possível a existência de um gabinete de trabalho e/ou de uma sala de espera.

Com tal descrição, aproximámo-nos virtualmente de uma área “autónoma” dentro do espaço geral da edificação, só admissível nos grandes complexos da mais alta nobreza e cuja caminhada para a interiorização, representava a aproximação ao requinte civilizacional (67).

Admitindo o óbvio da diversidade, é inegável que a habitação palaciana adquiriu no final do século XVIII, uma apreciável especialização funcional com que se dotaram os diferentes compartimentos.

Imediatamente abaixo encontrava-se a habitação do comerciante abastado. É a designação genérica para uma classe que se desdobrava em negociantes, importadores e exportadores, detentores de títulos mobiliários e mesmo agiotas. Tendo alcançado a notoriedade há relativamente pouco tempo, as suas casas reflectiam a posse recente de bens não herdados, aspirando pelo cintilar, àquilo que os nobres requeriam pela tradição.

O seu espaço principal era o salão - grande dependência de aparato e mobilado para elucidar o círculo das relações pessoais sobre o desafogo da família. Eles eram os espelhos, os tremós, os canapés e as cadeiras; porque para o fim de setecentos já os tamboretos rareavam, substituídos nestas residências, por peças mais requintadas e sobretudo cómodas - qualidade que começa a ser devida e sobejamente apreciada.

Uma peça também frequente, embora inesperada, era o oratório. Na realidade, a existência de oratório privado tem fundas raízes na habitação portuguesa (tanto na urbana como na rural) e deriva de duas tradições. A primeira será naturalmente a piedade e devoção da sociedade, principalmente a feminina, pelo culto religioso; depois para adoçar o facto da liberdade de movimento das mulheres, ser bastante cerceada.

As suas surtidas eram raras. Só em ocasiões muito especiais e sempre acompanhadas, saíam à rua; invariavelmente para cumprir os preceitos determinados pela Fé.

Para minorar a clausura doméstica e restringir os pretextos de abandono da casa, os pais e maridos dotavam-nas destas peças de mobiliário, algumas de extrema beleza e altíssimo valor.

Começaram por ser colocados nos espaços mais íntimos da habitação - quase sempre no quarto. Progrediram depois para a antecâmara (caso a houvesse) e em seguida para a saleta, oferecendo-se já aos olhos de fora.

Era, por coincidência ou não, o período em que a senhora reunia o pessoal doméstico feminino para o terço diário, uma forma de manter a ascendência social e a coesão dentro de portas; assumindo a dona da casa o papel de oficiante e condutor da liturgia. Por fim, o oratório instala-se no salão ou na sala principal. Tinha já deixado de ser um objecto de rito, para se transformar num elemento de ornato de uma religiosidade epidérmica, de bom tom apenas, mas de figuração imprescindível.

Germinava nesta franja desafogada da sociedade, os primeiros indícios das reuniões mundanas de que o século XIX fará história. Surgem os espaços anexos à sala principal como a "*casa de música*", onde pontificava o cravo e onde se escutavam as árias e cantava durante as soirées. Acontecia poder haver igualmente uma sala destinada ao trabalho profissional do senhor, antecedendo o escritório. Este, com mobiliário absolutamente adequado à sua função, aquela, ainda equipada com elementos híbridos entre a sala de trabalho e a de estar.

A caracterização funcional, o mesmo é dizer, a especialização da casa da alta burguesia, evolui durante todo o século XVIII tendo como arquétipo o palácio nobre, mas perde em espontaneidade o que ganha pelo reconhecimento do prestígio da actividade comercial.

Ao percorrermos estes modelos, damos-nos conta de que a sala de jantar, tal como a concebemos, ainda não existe.

As refeições são tomadas, indistintamente, em qualquer espaço privado. O mobiliário é por isso, adaptado à circunstância de ser facilmente deslocável de um ponto a outro. As mesas ligeiras e práticas, montam-se rapidamente em qualquer divisão e servem para uma ou, no máximo, duas pessoas.

As refeições conjuntas só ocorrem em dois estratos: ou nos banquetes reais, ou na segunda ponta da escala social - entre as famílias do povo. Aqui, a refeição em comum permanece como o mais robusto elo de agregação comunitária; ao contrário das famílias nobres e da primeira burguesia, em que os vínculos de aglutinação incidiam sobre uma outra espécie de interesses, prescindindo da refeição tomada em conjunto.

As casas dos funcionários de carreira (civil ou militar) e dos profissionais livres, posicionam-se logo a seguir.

Nelas, a mediatização protocolar cede perante as necessidades domésticas. O salão de recepção já não existe; em seu lugar aparece uma divisão onde decorre o mais significativo da vida familiar. A especialização dá lugar à polivalência e dela resulta o nascimento da zona de refeições e de estar, conjugadas na sala comum.

Os móveis satisfazem ambas as funções. A mesa, as cadeiras e o aparador ombreiam com a estante, a secretária e a poltrona, uma vez que a vertente utilitária não pode ser dissimulada, dadas as restrições da área disponível na residência.

A evolução destes espaços domésticos está directamente relacionada com a interpretação e o mérito que a sociedade atribui à actividade dos seus proprietários.

O século XIX vai alargar o reconhecimento de alto estatuto a determinados grupos, tais como magistrados, médicos e militares, pelo que o recheio das residências constituirá o indicador mais preciso, das aspirações sociais nutridas pelos indivíduos.

Restam as casas da base da pirâmide. Ressalva-se necessariamente, de que esta base é ainda a que tem acesso ao pequeno comércio, logo capaz de assegurar proventos regulares para a satisfação das suas necessidades. Não são as dos pobres ou mesmo as dos operários (estes não têm casa e sim alojamentos), mas as dos pequenos tendeiros, artesãos e até de funcionários dos escalões baixos da administração.

Aqui chegados, as parcas divisões (por vezes resumem-se a uma única), perdem toda a firmeza da conotação funcional. Este princípio deixa de ter o mínimo sentido, pois o mobiliário elementar, distribui-se de acordo com necessidades mutáveis, ocasionais ou de urgência.

Os recursos e os bens são escassos, de modo que são nulas as hipóteses de atrevimentos cenográficos. Movimentamo-nos nos limites da compostura admissível. Os espaços já não são apenas polivalentes, valem para todos e deixam sobretudo de assegurar a individualização da vida doméstica.

A cozinha não é uma divisão autonomizada dentro de casa; não especificamente desta, mas da generalidade. É frequente aparecer associada a um anexo do quarto e mesmo inserida no próprio espaço do quarto (68), numa demonstração de velhos hábitos ou na constatação de eternizados constrangimentos.

Este relativo e generalizado “atraso” na estruturação do interior doméstico português, deve ser entendido no seu real significado e não pela justaposição simplista dos modelos nórdicos das habi-

tações europeias, com as quais contactávamos de perto e de que, presumivelmente, poderíamos ter tirado ensinamentos.

O clima ameno, o temperamento ocioso e contemplativo, nascido da crença inabalável na providência, a aceitação filosófica de que poucos recursos bastam ao sustento da vida e, sobretudo, a docilidade das mulheres, fazem da sociedade portuguesa (na sua dominante parcela masculina) uma sociedade de exterior e de rua.

A mulher, que realmente estava confinada à casa, não tinha ânimo nem poder para alterar o figurino do ambiente em que vegetava. Era obrigada a contentar-se com a observação do mundo através das reixas das janelas (reminiscência estética e sociológica da cultura mourisca), que se abriam unicamente para a passagem dos andores das procissões ... nas três ou quatro festividades do ano!

4-4. O mobiliário

A sociedade portuguesa era fortemente patriarcal e os homens esforçadamente arredios de casa. Para eles, o espaço doméstico era o lugar da esposa e dos filhos. Reivindicavam nela e para si, apenas o apoio que um abrigo proporcionaria.

Compreensivelmente, a evolução dos móveis e a adopção de novos modelos depara-se com a mesma desambição; motivo porque até à segunda metade de setecentos, os assentos sem espaldar são dominantes. Bancos e tamboretas, cuja versatilidade associada à despreensão é notória, fazem-se substituir a custo pelos novos tipos com apoio de costas e braços.

Só na transição do século XVIII para o XIX e com o reconhecimento da reunião social domiciliária como possuidora de virtudes culturais e de convivência, vão sendo introduzidos no mobiliário, requisitos mais exigentes.

Da mesma forma, o móvel que tínhamos visto presidir a todo o período medieval - a arca - continua, em Portugal, imune ao passar das eras, desempenhando um papel de relevo na guarda da roupa ou do património familiar. Configura ainda a reminiscência da tendência para o móvel baixo, tão do agrado do português, que logrou conceber o tamborete raso, para melhor o adequar à sua sensibilidade.

São precisamente as arcas e os baús nas casas, que melhor do que tudo, revelam o lento fluir do tempo sobre o nosso quotidiano (69). Estes móveis de abertura por tampa, entrarão sem pejo pelo século XIX dentro, ainda que algumas inovações (como gavetas) não lhe tenham retirado o essencial das suas características. Perdendo no confronto com a arrumação na horizontal (e reconheçamo-lo, com o custo) está o guarda-roupa, peça de guarda vertical. Ele só tem cabimento nas grandes casas, não apenas pelas dimensões (cerca de 2.00m x 1.50m (70)), mas sobretudo pelo elevado investimento a que o emprego das madeiras preciosas de que é feito, obriga.

A principal aquisição neste campo dá-se, porém, com a cómoda. Oriundo da França, onde surge nos finais de seiscentos, este móvel é em meados do século XVIII quase desconhecido em Portugal (71). Ao surgir no interior da casa, desempenhará daí em diante um papel insubstituível na composição espacial das principais divisões, a que o requinte e a concepção formal da própria peça, emprestarão grande dignidade. Móvel íntimo ou de ostentação, a cómoda é sempre um objecto delicado que se reserva para a guarda de bens preciosos, sendo construído em madeiras nobres, realçadas por ferragens de arte.

A cama, enfim, representa a última fronteira que resiste aos hábitos ancestrais.

Antes de mais, devemos recordar que *cama* tem hoje um sentido restrito, em relação aos tempos de outrora, quando designava o espaço, o móvel e todos os acessórios de pano que completavam o domínio do repouso (72).

Se percorrêssemos as casas portuguesas do século XVIII, encontraríamos muito poucas camas sobrelevadas do chão, como é o uso de hoje. A grande maioria das pessoas dormia rente ao piso, afastado dele por um pequeno estrado sob o colchão. O móvel alto, de cabeceira e estrutura robusta, que nos exemplos mais sofisticados contemplava o dossel, é exclusivo do casal.

Os criados, os filhos e de uma maneira geral todos os solteiros, não dispõem de móvel de pés para dormir. As camas são armadas junto a uma parede e compõem-se normalmente de um enxergão sobre o qual se lança o colchão guarnecido dos lençóis, cobertores e almofadas.

A barra é o mais simples dos artefactos de dormir. Consiste numa estrutura elementar de estrado de madeira sobre bancos e dada a fragilidade da sua construção, destinava-se a uma única pessoa. O catre é outra peça muito popular também, na qual a base de apoio do colchão é de lona, o que faz dele uma camilha dobradiça.

No final do século XVIII e sobretudo no século XIX, vai ser empreendida uma cruzada higienista na sociedade, que reformulará os conceitos de habitabilidade e que levará ao repensar, nomeadamente, da zona de dormir; cujas linhas mestras teremos ocasião de abordar em próximo desenvolvimento. Em qualquer caso, assistimos nesta época ao emparceirar de móveis de aparato e de utilidade, instituindo-se uma hierarquização (que comporta

transições), entre o mobiliário social, o íntimo e o de serviço; mais ou menos ligada à mobilidade de cada um.

4-5. O alojamento popular

“Quem se aventura pelo labyrintho de suas travessas (de Alfama), muitas d’ellas com pouco mais de dois metros de largura, arrisca-se a ficar perdido. Na maior parte d’essas travessas e becos, o sol parece até que tem medo de entrar. É que os predios, que se erguem de um e outro lado, pretendem ir até elle - tão altos são! N’algumas propriedades as paredes mestras acham-se escoradas, em sentido oblíquo á altura do primeiro andar, por ferrugentos varões de ferro em obediencia, por certo, ao estylo architectonico de seculos passados.

Fica-se a meditar, olhando-os, na suprema misericordia divina que lhes não consentio, ao mais pequeno abalo de terra, um estreito abraço de lado a lado da travessa ou rua. Penetrando n’essas habitações o sentimento experimentado é um mixto de compaixão e repugnancia. A ascensão pela tortuosa escada, cujos degrãos cheios de caruncho rangem sob os nossos pés, quasi constitue um heroismo; heroismo é quasi supportar o vapor que exhalam, impregnado de emanções mephiticas de toda a especie, desde a dos esgotos até aquella, que infelizmente symboliza a pobreza. E de dentro de cada quarto embalde nos acariciará o ouvido uma rizada franca, a nota alegre d’uma canção! Embalde, porque é atroador o chôro das creanças junto ao ralho das mães. Se entrâmos é bem pouco edificante o espectáculo. São dois, são trez compartimentos ao todo, e o menage é constituido por 6 por 7 e 8 pessoas!

Que desalinho, que falta de ordem e de asseio em toda a casa! Irmãos de ambos os sexos, o pae e a mãe dormem n'um só quarto, e se algum ou mais d'um delles adoece, continuam dormindo m'aquella promiscuidade, porque o que tiver de ser ha de ser! Inexoravel, a variola visita de alto a baixo, quantas vezes! estes prédios, e as pobres creanças de preferencia vão na sua garra estrumar as vallas dos cemitérios! Todas ellas teem umas compleições rachiticas, uma palidez caracteristica de debilidade congenita, olhares espantados, ventas dilatadas, grandes angulos de ossos, e um ar de timidez e desconfiança que inspira dó. Asfixia-se dentre d'essas casas e quasi nos assalta a nostalgia do sol.

Alfama é uma reliquia da antiga Lisboa - da Lisboa das terriveis pestes. Ha muito que, a bem da salubridade publica, lhe devera ter cahido em cima o camartello." (73)

Entrámos desta forma, nos alojamentos proletários do último quartel de oitocentos.

Alfama era então, na parte oriental de cidade até Xabregas, tal como Alcântara, nos termos de ocidente, uma zona onde habitava, em número considerável, a população operária de Lisboa. Em Portugal, a tardia e insuficiente industrialização acarretou os mesmos danos que tinha causado no estrangeiro, sem o complemento dos benefícios que lá tinha produzido.

Uma das áreas sensíveis onde isso é constatável, é na política urbanística e architectónica que dela decorre. Aqui sim, será legítimo arguirmos da inépcia dos dirigentes, cujos dotes de planificação e infraestruturação se podem, com acerto, questionar.

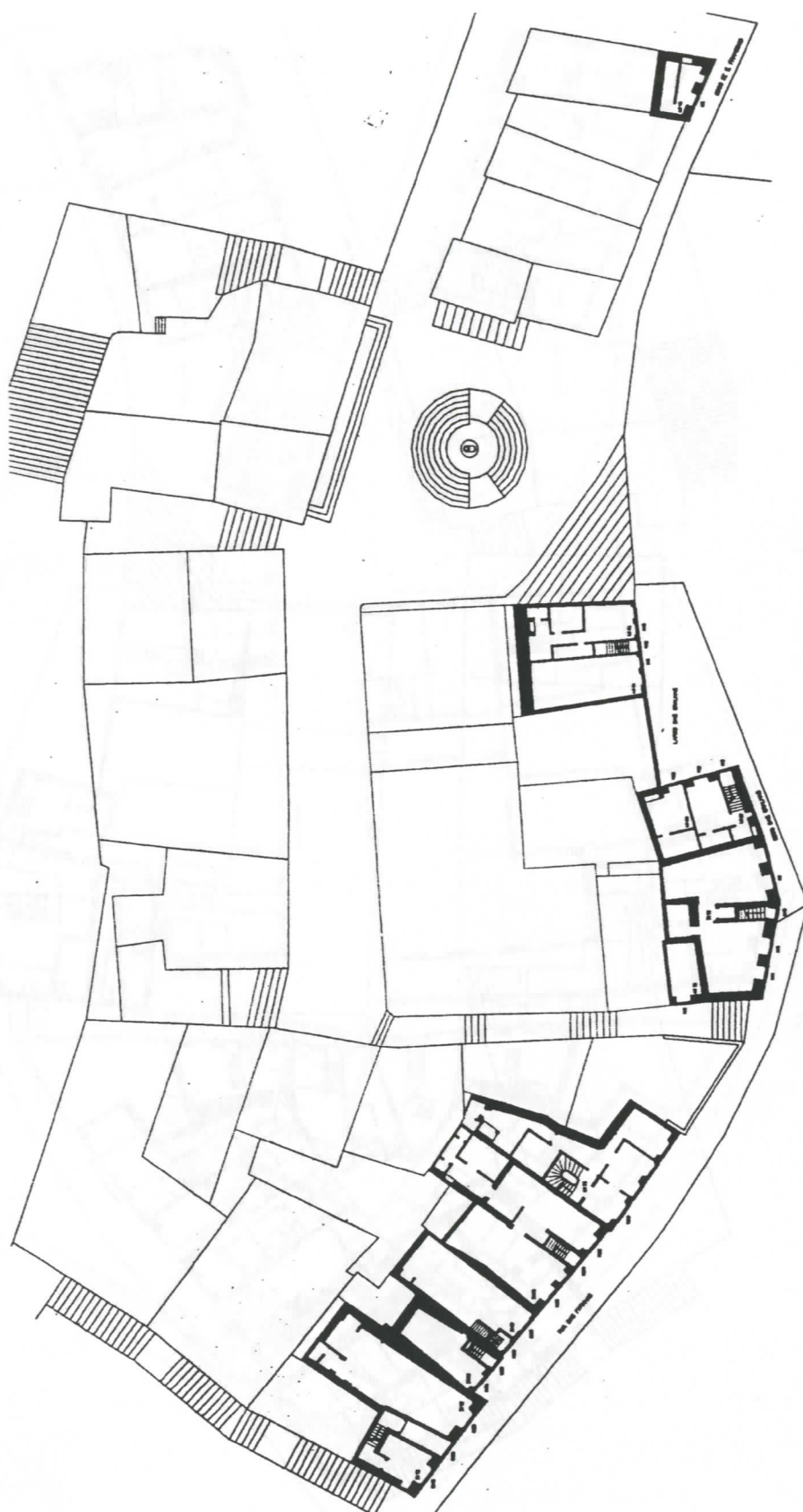


Fig. 67

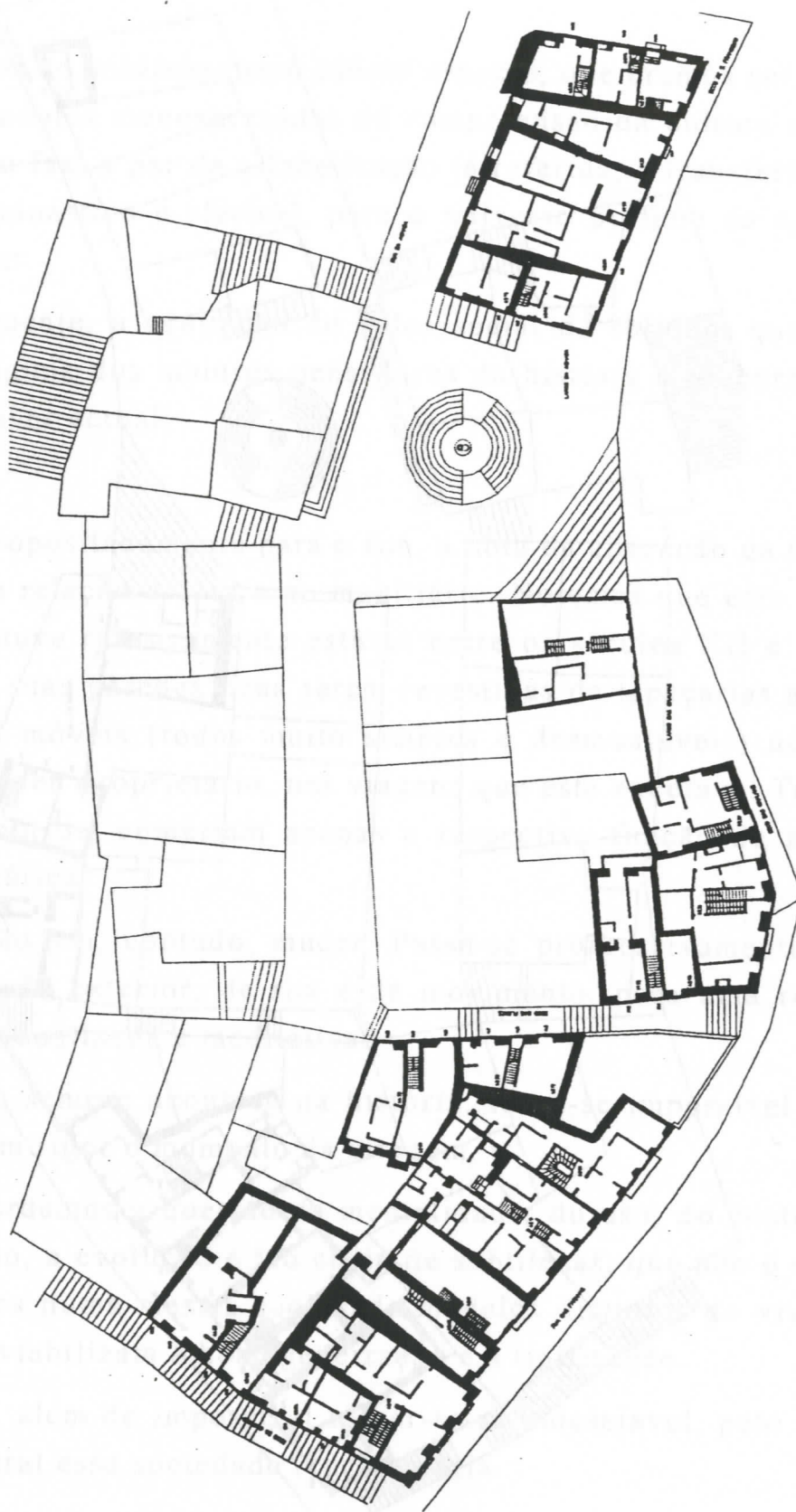


Fig. 67-a

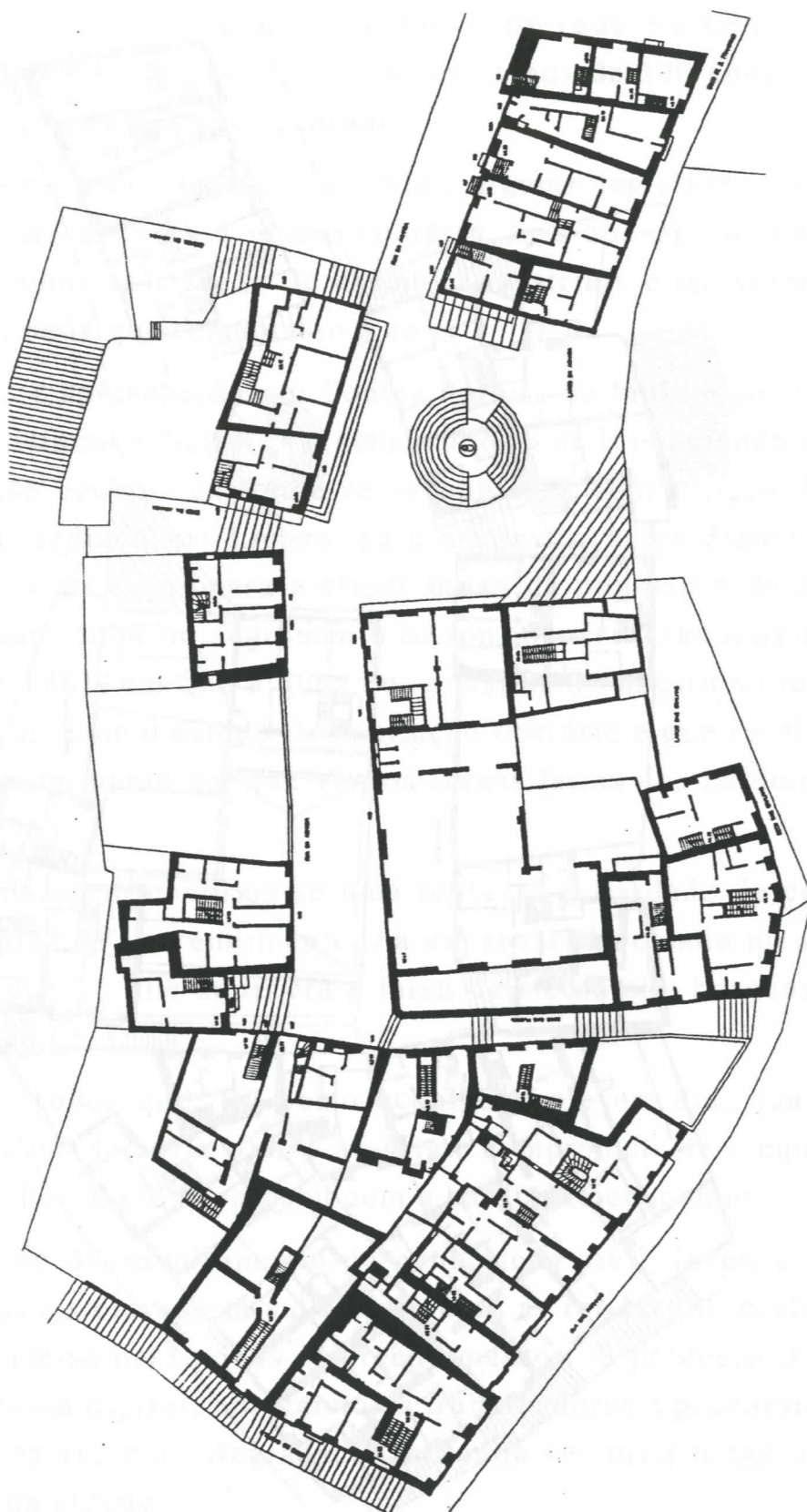


Fig.67-b

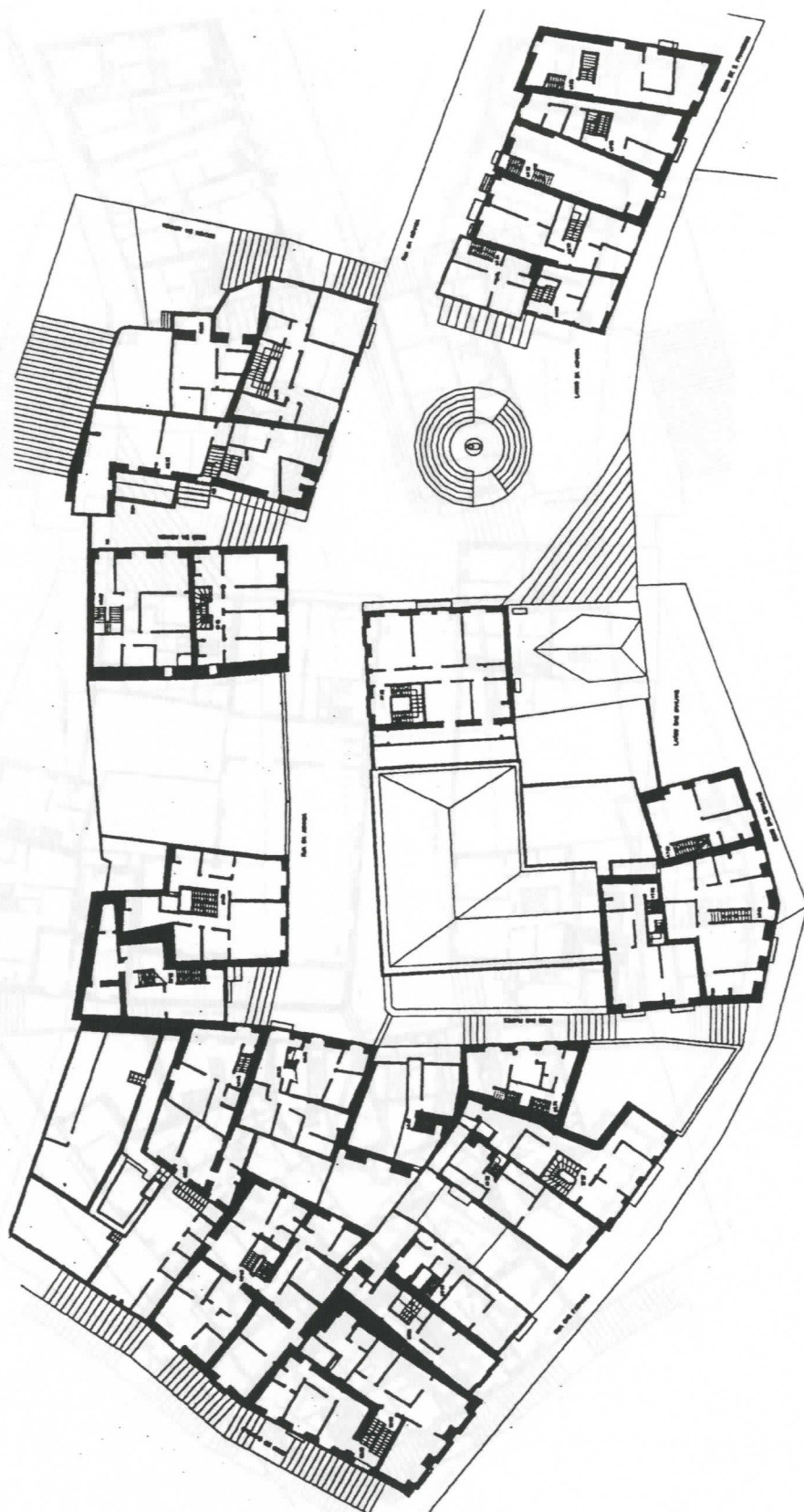


Fig. 67-c

O exemplo da habitação para operários (que na Grã-Bretanha levava na época uma experiência acumulada de 100 anos), foi em Portugal absolutamente ignorado.

É certo que durante o século XIX, alguma legislação foi especificamente dirigida à classe operária, mas apenas nos domínios da formação, na criação de escolas Industriais e de desenho industrial; nada que respeitasse à casa.

Em 1883 é apresentada por Fontes Pereira de Melo e por Ernesto Redolfo Hintze Ribeiro(74), uma proposta de lei versando sobre a edificação económica, onde se preconiza a constituição de uma empresa, sediada em Lisboa, para a construção mediante incentivos (75), de casas para a classe baixa da população da capital. Esta acção vinha no seguimento de um inquérito industrial realizado em 1881, em que alguns dos quesitos do questionário se relacionavam com o estado da habitação operária e que revelaram a situação alarmante em que viviam largas fatias dos habitantes de Lisboa (76).

Em paralelo, desenvolvia-se uma rentável actividade de construção de prédios de rendimento, na expansão da cidade no sentido Sul / Norte; só que aqui, era a faixa da média-alta burguesia que era visada (77).

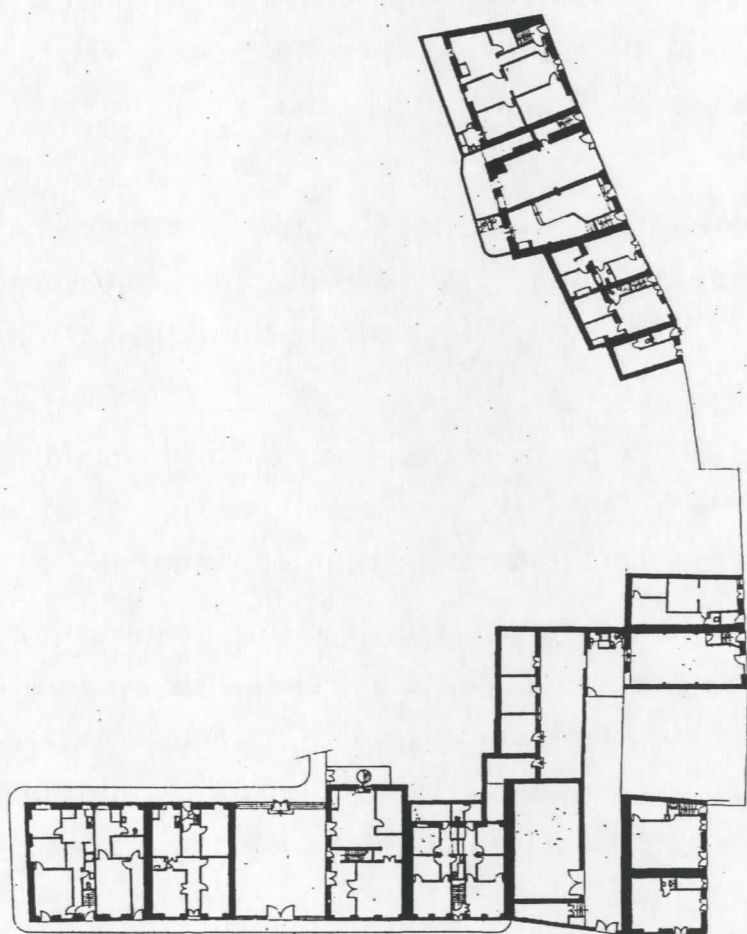
Podemos supor que, tal como acontece hoje em dia, quando se restringe em demasia o alvo a atingir compromete-se o equilíbrio do todo. Foi o que aconteceu com a habitação económica.

O surto de desenvolvimento da construção civil, levou a que os proprietários elevassem sucessivamente as rendas, de modo a capitalizarem-se para novos empreendimentos. O processo inflacionou-se nesta espiral, obrigando os trabalhadores a procurarem, ou casas cada vez mais degradadas, ou cada vez mais longe, nos arredores da cidade.

Evidentemente que nenhuma das alternativas era de molde a resolver o problema.

Conscientes desta situação estavam alguns dos principais empresários, a quem preocupava a baixa produtividade dos assalariados nas suas indústrias. Este motivo, a que se poderá juntar (com alguma dose de generosidade), o de um latente humanismo, fazem com que as direcções de certas fábricas invistam na construção de edifícios para albergar famílias operárias.

Beneficiam de facilidades legais e financeiras que o poder público põe à sua disposição, reconhecendo este, a incapacidade e porventura, a sua não responsabilidade, na resolução do problema; empurrando para a esfera da comunidade e das leis do mercado, aqueles que já eram marginais a esse universo.



Tinha razão Pinheiro Chagas quando em 1888 advertia: “a questão da casa do pobre, essa não está resolvida...” (78).

Fig. 68-a

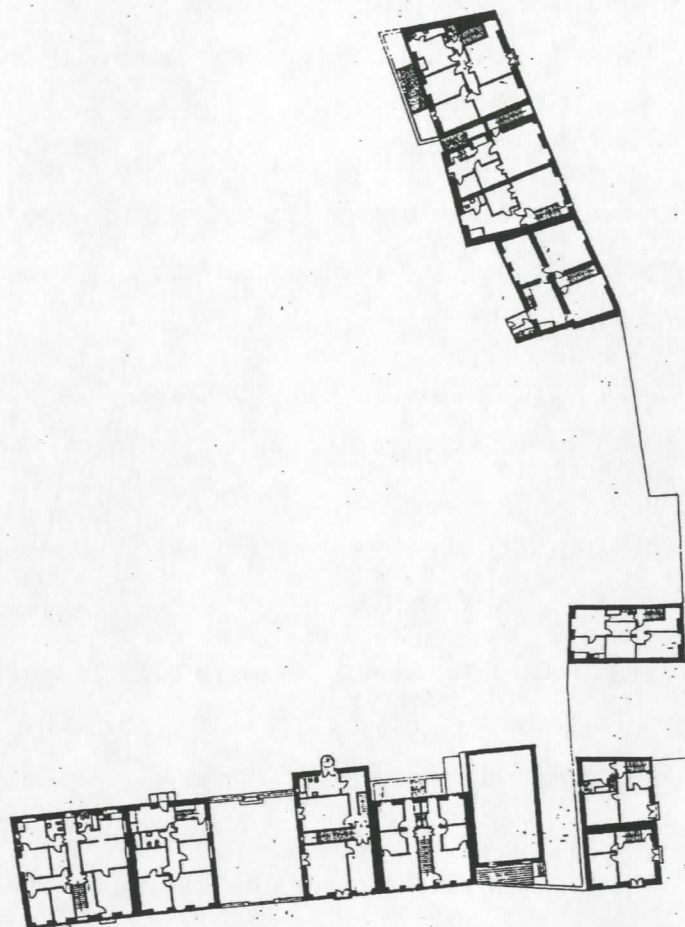


Fig. 68-b

No âmbito do estudo da casa do operário, existem em Portugal vários e conceituados investigadores com trabalhos, senão amplamente divulgados, pelo menos facilmente acessíveis aos interessados.

Dos muitos, é forçoso citar dois dos mais consistentes. Um, da autoria de Nuno Teotónio Pe-

reira, *Evolução das Formas de Habitação Plurifamiliar na Cidade de Lisboa*, de 1979 e o outro de Maria João Madeira Rodrigues, *Tradição, Transição e Mudança - a produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista*, igualmente de 1979.

A tipificação destas habitações cobre um espectro bastante alargado de exemplos e de opções formais. Desenvolvendo-se isoladas, em edifícios de habitação colectiva, ou em bandas de moradias de um, dois ou três pisos nas vilas, a habitação popular abre-se num leque de inesperadas, mas por vezes astuciosas soluções arquitectónicas, que balizam outros tantos modelos de convivialidade familiar e social.

Está presente a toda a volta da cidade, pontuando os eixos claramente afectos à actividade industrial e comercial de Lisboa. Na zona ocidental, vemos a área de Alcântara-Santo Amaro expandir-se para os Prazeres e Campolide. A oriente, Xabregas-Beato-Grilo e Chelas-Marvila, prolongam-se pela Penha de França-Graça e depois Arroios-Campo Pequeno-Campo Grande, até S. Domingos de Benfica e Carnide.

A filosofia subjacente à concepção da casa popular era a da modulação tão rígida quanto possível (ou quanto admissível pelos destinatários), para que a sua posterior evolução e ampliação se fizesse com os mínimos entraves e se preservasse ao máximo a unidade e harmonia (?) do conjunto.

Como bem refere Maria João Rodrigues, na primeira fase de fixação dos agregados proletários, o pátio (79) é o modelo preferencialmente adoptado. Espaço murado ou vazio entre casas de habitação, esta área vai comportar à volta do terreiro, um grupo de humildes alojamentos, por vezes primários mas sempre precários. A densificação e consequente agravamento das condições nestes pátios, vai forçar a busca de soluções de remédio, que fazem das vilas a etapa seguinte (80).

Apesar de dirigidas normalmente às classes de menores recursos e de construídas com fins especulativos, as vilas abarcam, porém, realidades quase sempre bastante diversas.

O aproveitamento integral da área disponível, cujo resíduo exterior se limita à rua e eventualmente a minúsculos logradouros, tem como contrapartida, que nalguns complexos o tratamento formal atinja níveis de alta qualidade (81). Estamos em presença, neste caso, de moradias destinadas à faixa da pequena burguesia, estrato ambíguo a meio caminho entre a proletarização e a apêntia pelo mundano.

Em unidades mais modestas é também possível descortinar preocupações com pormenores no guarnecimento de vãos, de capri-

chos nos telhados e mesmo o cuidado posto nos letreiros identificativos da vila, o que atesta o desejo de afirmação desse recinto.

Estando as vilas, no seu aspecto formal e funcional, superiormente tratadas por distintos investigadores, numa acção reforçada no período pós-25 de Abril (82), seria porventura útil, tentar apreender a mentalidade desta importante camada da população lisboeta.

Constituída em grande medida por famílias deslocadas da província, estas comunidades possuem em alto grau o sentido de grupo, de família e de posse e que as faz detestar a casa anónima e colectiva.

De hábitos essencialmente rurais, o choque com a realidade urbana vai-lhes ser, frequentemente, penoso. Por outro lado, não estando totalmente contaminadas pelos “vícios” da urbanidade, desfrutam de uma relativa liberdade na adaptação do seu anterior modo de vida ao novo quotidiano (83). Daí que a segregação que vários autores afirmam terem sofrido, tenha acabado por jogar em seu favor.

Acentuou o espírito solidário entre familiares e propiciou um tempo mais dilatado na sua aculturação. À distância, parece ter sido um processo menos traumatizante do que outros movimentos migratórios recentemente verificados (84), que ao se confrontarem com uma sociabilização apressada e mais complexa, entraram em ruptura irreversível.

Para obstar a tal perigo, observamos a tendência contemporânea de desenvolvimento de mecanismos de protecção de sentido inverso. A recusa pura e simples da assimilação e o exarcebar das peculiaridades étnicas e rácicas; de que a Europa de hoje é o principal caleidoscópio.

As vilas, enquanto territórios perfeitamente demarcados (fazendo parte ou não da vida do tecido urbano em que se inserem), moldam o temperamento dos seus habitantes, compõem os usos do local e definem as regras de comportamento dessa pequena comunidade.

No caso do prédio de habitação colectiva, os processos de rejeição são muito mais acentuados. A *cidade caserna* como sintomaticamente lhe chamavam, anulava o sentido de territorialidade intrínseco no ser humano, mas muito mais evidente (porque assumido naturalmente), nas gentes do campo.

A condição de vizinhança em que se encontravam (rodeados pelos lados, por cima e por baixo), era geradora de situações de conflitualidade que a despreparação para a vida em comunidade mais agravava. Não havendo o sentido de posse, substituído por um difuso conceito de repartição de propriedade, o cuidado posto na manutenção e conservação do edifício era muito pequeno. Este degradava-se rápida e inexoravelmente, fazendo acumular o desapeço que por ele nutriam os seus habitantes.

- Temos um exemplo disso, no bairro Clemente Vicente.

Outro aspecto crucial que determinava a má receptividade a este sistema de alojamento operário, era a impossibilidade de as crianças usufruírem de um espaço exterior controlado.

Fora do prédio, só a rua e os seus perigos. Os mais pequenos ficavam confinados à insalubridade interior e os mais crescidos arriscavam-se cedo nas contingências de uma vida desestruturada.

A casa individual, por muito limitada que fosse, era ainda a maior ambição destas famílias. Mesmo que todas elas fossem iguais e dispostas numa cadência repetitiva e monótona, eram facilmente “personalizáveis”, o que contribuía para devolver a

estas pessoas um mínimo de autonomização, no universo de cerceamentos a que estavam constrangidas. É naturalmente, de todos os tipos de habitação económica, o menos comum. Em Lisboa o Bairro Serzedelo tem nelas a sua origem, sendo que com o passar do tempo, os locatários vieram a adquirir, por compra, as respectivas casas.

Mas as unidades mais vulgares, são de facto, as colectivas. Se no modelo em altura, as queixas e conflitos eram muitos, nos de desenvolvimento horizontal (que configuram alinhamentos de habitação em banda), a receptividade era maior. A vocação do colectivo permanecia centrada na rua, que era o espaço de eleição (e por vezes único) das conversas de vizinhas, do carteados dos homens e dos jogos das crianças, o que lhes permitia desafrontarem-se da constrição das pequenas casas. Acontece que a rua sendo um espaço livre, não era propriedade sua. Pertencia ao filantropo, ao construtor ou ao patrão, que impunha regras para o seu uso e que assegurava, de alguma maneira, a ordem nesse condomínio. Se quisermos observar um exemplo deste tipo de organização horizontal, encontramos-lo no Bairro Estrela d'Ouro.

4-6. A imagem do País

Mas qual era a imagem do País e quais os fenómenos que condicionavam esta comunidade?

O século XIX é, sob todos os pontos de vista, uma época de excepção. Prefigura o catapultar do conhecimento técnico e científico prenunciador da contemporaneidade, convivendo com aberrações e mazelas da sociedade, a maior parte das quais caídas

sobre “*as classes laboriosas*”, um eufemismo da altura para designar a multidão de pobres.

Período de inegável brilhantismo no que toca às artes e às ciências humanas, contemporizou com os estertores do escravagismo legalizado (85).

O “maravilhoso século das luzes” começou por assistir em 27 de Novembro de 1807 ao embarque da família real para o Brasil, no que foi seguida por toda a corte, quando estavam já à vista os exércitos napoleónicos. A sua manutenção no Rio de Janeiro custou ao erário público somas avultadas, que sangraram ainda mais as debilitadas finanças do reino, agravando uma crise económica que varreu todo o século.

Ao voltar, 14 anos mais tarde a 4 de Julho de 1821, o Rei depara com uma situação política caracterizada por acesas lutas partidárias, uma situação comercial à deriva, uma situação industrial estagnada e a actividade agrícola que pagava os custos de três invasões francesas. As operações creditícias estavam nas mãos de agiotas ou usurários, por ainda não ter sido instituído o crédito oficial. Era este em traços sombrios, o panorama de Portugal no primeiro quartel do século; resultante não só da ocupação estrangeira, mas também de uma regência (inábil umas vezes, fraca noutras) que se encontrava subordinada aos interesses ingleses e exaurido por lutas ideológicas.

Em 26 de Janeiro de 1821, o regime constitucional elege o Parlamento e reúne as Cortes Gerais Constituintes, de onde sai a criação do primeiro estabelecimento bancário, o Banco de Lisboa, mais tarde Banco de Portugal.

Em 16 de Maio de 1864 surge o Banco Nacional Ultramarino, com a exclusividade de emissão de notas circulantes fora da metrópole.

Com o código Comercial feito aprovar por Ferreira Borges e entrado em vigor em 14 de Julho de 1834, o País passa a dispor de uma ossatura administrativa, económica e financeira, mais condizente com a época. Tal favorecerá o equilíbrio das finanças públicas já para o final do século, com António de Serpa Pimentel a sustentar a acção de fomento empreendida por António Maria Fontes Pereira de Melo.

Oitocentos, atravessados que foram por tantas vicissitudes (aconteceu até a última conquista espanhola de uma parcela continental nossa - Olivença), vão terminar com a infâmia do ultimato inglês, dilecto e antigo aliado, que regista hoje a soberba proeza de ser, neste final do século XX, a única e última potência colonial com possessões ... na Europa!

Todavia o século XIX vê nascer (ou desenvolver-se) em Portugal, a máquina a vapor e o caminho de ferro, o gás e a electricidade, o telégrafo e o telefone, o fonógrafo, o cinematógrafo e a rádio-telefonía, abrem-se as principais estradas e lançam-se pontes.

O cerne da sociedade portuguesa tem alento para a penúltima intervenção ultramarina, onde se forjam homens da estatura de um Mouzinho de Albuquerque, de um Roberto Ivens, de um Vitor Cordon, de um Serpa Pinto e de um Paiva Couceiro, entre tantos e tantos outros.

Percorrendo Lisboa, o transeunte depara-se com obras institucionais que o século vai coroar: o Palácio da Ajuda e o das Necessidades, a Casa da Câmara de Lisboa e as estações de Santa Apolónia e do Rossio. Assiste à conclusão da Praça do Comércio e ao fecho do Arco da Rua Augusta (86). É inaugurado o teatro de D. Maria II (87) e a Praça de Touros do Campo Pequeno. Vê luzir o Coliseu dos Recreios e o Teatro de São Carlos - herança setecentista - vai acolher o Romantismo então em voga.

A estatuária monumental glorifica Camões, D. Pedro IV, “Os Restauradores de 1640”, o Duque da Terceira e o Marquês de Sá da Bandeira e para os relapsos é inaugurada a Penitenciária.

De pouco adiantariam para o homem comum, estes feitos de aparato, se algo mais lhe não dissesse directamente respeito no viver do seu dia a dia.

De entre os vários benefícios que a sociedade passará a usufruir, ressaltem-se nomeadamente a iluminação pública e privada, a regulamentação dos aspectos da água e dos esgotos, as comunicações postais e telefónicas e a circulação viária.

Até ao século XIX a vida estava reduzida praticamente à actividade diurna. A noite era, para além de raríssimas excepções, o tempo do litígio, o cenário de malfeitores e a testemunha de acções inconfessáveis. As pessoas, tanto na província como na cidade, recolhiam a casa e levantavam-se da cama segundo o ritmo solar. Nas casas particulares, repartições, lojas e escritórios, as actividades decorriam à luz de velas ou de candeias de azeite. O gasto orçamental era elevado, o desconforto da combustão muito e a qualidade da luz, fraca, mas na época em que se escrevia com penas de pato e a escrita se enxugava com areia, tal situação era perfeitamente aceitável. Implicava, porém, que ao declinar do sol cessassem os afazeres, exceptuando-se os impreterivelmente urgentes. Dificilmente concebemos hoje a actividade diária restringida às horas de sol. Mas se nos recordarmos que a civilização ocidental só há cinco gerações que experimenta a vida noturna, teremos a justa medida de como é frágil e ainda um pouco artificial, a estrutura destes nossos recentes hábitos. Não será porventura de todo improvável, que depois de saciada a curiosidade pelo novo desfrute, o homem reequilibre o seu ciclo pela cadência que milenarmente o norteou.

Em Lisboa, a iluminação pública foi tornada obrigatória por D. Fernando em Carta régia de 12 de Setembro de 1383; medida que, efectivamente, jamais passou à prática.

Pina Manique intentou a obrigatoriedade da iluminação da cidade, através da comparticipação em géneros (azeite) dos habitantes e mais tarde pelo lançamento de um imposto específico, que assegurasse ao Município a satisfação desse encargo (88). Em 1780 ela passa a fazer-se com regularidade (89), mas é suspensa em 1792 por falta de recursos financeiros.

Só no primeiro ano do século XIX é que o Intendente logrou conseguir de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, presidente do real Erário, as dotações para restabelecer, não só a iluminação pública (a maior das suas aspirações), mas também para estruturar a Guarda Real da Polícia, que conjugadas vão trazer à capital a tranquilidade mínima de que carecia (90); com a segurança pública a melhorar significativamente na segunda metade de oitocentos.

Se a iluminação por azeite tinha civilizado um pouco as ruas e praças de Lisboa (91), a iluminação a gás representa já uma verdadeira alteração nos hábitos do quotidiano da cidade.

- Observador atento como foi, Júlio César Machado escreveu: *"À noitinha fechavam-se as lojas ... Toda a gente se recolhia cedo ... Viviam-se contente assim, depois mudou tudo, mas tudo, tão de repente, que até o céu limpo e transparente, que tínhamos, nunca mais foi como era"* (92).

Inicia-se a iluminação a gás (com 26 candeeiros) em 28 de Julho de 1848 (93), depois de estabelecido por alvará de 1846 a concessão de Iluminação à Companhia Lisbonense de Iluminação (94).

A electricidade, derradeira e mais importante aquisição energética, é ensaiada pela primeira vez em Portugal, no dia 28 de Setembro de 1878, por altura do 15º aniversário do Príncipe real e

em que se utilizaram geradores, propriedade do Rei D. Luis, para iluminar a cidadela de Cascais.

Em 22 de Julho de 1891 é celebrado o contrato entre a Câmara Municipal de Lisboa e as Companhias Reunidas de Gaz e Electricidade para a iluminação pública eléctrica, que se torna realidade em 28 de maio de 1903, na Avenida da Liberdade e Praças dos Restauradores e do Marquês de Pombal.

Se em cem anos o aspecto exterior da cidade tinha mudado, mais importante tinha sido a alteração dos padrões de comportamento doméstico, com a introdução das novas fontes de energia.

O gás estreia-se num recinto particular, em 1830, no Palácio e Teatro das Laranjeiras, propriedade do Conde Farrobo.

O Teatro de São Carlos era iluminado por velas de sebo até 1819, altura em que se fazem substituir por candeias de azeite, para mais tarde (1822) voltar de novo às velas.

Em 1849 experimenta o gás e, finalmente em 1855, adopta a electricidade (95). O Teatro D. Maria II, inicialmente iluminado a azeite, muda para o gás em 4 de Abril de 1850 (96).

Combustível que também faz a sua aparição por meados do século é o petróleo. Vendido nas drogarías e carvoarias tem larga utilização doméstica; sendo vendido nos bairros populares, carregado no dorso de mulas, pelo homem do *pitroline*.

De especial interesse para os privados se reveste o contrato celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Companhia Lisbonense de Illuminação a Gaz, em 7 de Março de 1870. Sobreposição a ele (pelos efeitos de desenvolvimento geral que proporcionou), o contrato da Câmara com a Sociedade das Companhias Reunidas de Gaz e Electricidade, para a concessão do forneci-

mento privado daquelas energias e que transformaram daí em diante de forma radical, o ambiente, os hábitos e a mentalidade no interior doméstico.

Estava-se no dia 22 de Julho de 1891.

Difícil questão era a da água e dos esgotos (97).

Segundo Adrien Balbi (98), em 1822 existiam espalhados por Lisboa, quarenta e oito chafarizes; metade com oitenta torneiras e os outros com oitenta torneiras e vinte bicas.

A distribuição de água ao domicílio era feita por cerca de 3.500 galegos aguadeiros, que a transportavam a casa daqueles a quem a fortuna e posição social não permitia o calcorrear do caminho até à fonte. Certo é que era esse o destino da maioria da população lisboeta, o que fazia desse líquido um bem duplamente precioso; pela indispensabilidade e pelo sacrifício da sua obtenção. As condições higiénicas ressentiam-se naturalmente desta contingência, que só veio a conhecer um esboço de solução em 2 de Abril de 1858 com a formação da Companhia de Águas de Lisboa, que contrata com o Governo em 29 de Setembro de 1858 o abastecimento de água aos domicílios da capital.

Até à chegada da água canalizada a casa, um dos hábitos menos cultivados era o do banho. Raríssimas eram as residências com quartos de banho e a selhas eram tidas como objectos extravagantes. A higiene pessoal não ia além do uso de pequenas bacias cuja serventia extravasava, frequentemente, a sua utilização na limpeza.

Sendo os balneários públicos também escassos, o alfacinha desenvolveu o pitoresco costume de tomar banho no rio, para o que existiam aquilo que eram designadas por “barcas de banhos” (99). Prestava-se este costume a ser satirizado, oportunidade que

não perderam Ramalho Ortigão (100) e Bordallo Pinheiro (101). Com todos os inconvenientes que se advinham, era este o único banho possível ao comum dos lisboetas.

Mais grave se concebe o problema dos esgotos.

Na sua componente melhor resolvida, podemos ver o trabalho das pretas calhandreiras, fazendo o percurso de casa ao rio a despejar os dejectos domésticos. Eram evidentemente a excepção de casas ricas (e civilizadas), que destinavam empregados para um serviço, que o costume geral fazia evacuar do alto das janelas. Mesmo assim, algumas regras deviam ser seguidas. O Edital de 14 de Dezembro de 1815 - que confirma os de 27 de Maio de 1803 e 14 de Outubro de 1809 - vedava o lançamento de *"Agoas ou Lixos na Ruas, sem dar as três vozes com separação, para aviso dos que transitão por elas, desde as dez horas da noite até às cinco da manhã, sob pena de pagar o Transgressor dois mil réis de Cadêa, em que deve estar cinco dias ..."* (102).

Dentro da lei, as empregadas e as donas de casa faziam os despejos para a rua, depois do anúncio prévio de - *água-vai* - pouco lhes importando quem se encontrava em baixo (103). Só com a difusão das pias caseiras, de resto um sistema estabelecido no tempo de Pombal, o problema do esgoto será minorado.

No que toca a comunicações postais regulares, sabe-se que não existiam. O ofício de Correio-Mór foi instituído por D. Manuel em 1520, a favor de Luis Homem. Depois da primeira lei, publicada por D. João III, o rei Filipe II vende em 1606, vitalício e hereditário, o cargo de Correio-Mór a Luis Gomes da Mata (104). Um descendente seu, Manuel José da Maternidade Mata de Sousa Coutinho, negociou a troco de avultada indemnização e do título de Conde de Penafiel, o ofício do seu avoengo, por alvará de

1797, a que se seguiu o estabelecimento da Mala-Posta em 1798. Esta iniciativa saldar-se-ia por um fracasso, o que obrigou a voltar ao sistema velho dos estafetas (105). Restabelecida a mala-posta em 1826, é organizada a primeira distribuição domiciliária das *cartas missivas* em 1833. A partir de 1853, com D. Maria II, a franquia postal passa a pagar-se por selo (106).

As comunicações telefónicas foram inauguradas em 11 de Maio de 1882, cinco anos após as primeiras experiências no nosso País.

Lisboa, por força das suas características topográficas e urbanísticas, foi uma das primeiras cidades da Europa a legislar sobre viação urbana (107). Posturas e regulamentos municipais, tentam desde cedo pôr alguma ordem no trânsito, necessariamente difícil, da capital (108).

Desde os finais do século XVII que existem normas, restringindo o número de viaturas e de animais de tiro. Eram determinados os sentidos do tráfego e surgem os primeiros sinais de trânsito. Um deles, hoje exposto numa lápide na fachada do edifício nº 26 de Rua do Salvador, diz:

*“Anno de 1686|Sua Magestade orde|na aos coches se|ges e
liteiras que vie|rem da portaria do|Salvador que recuem para|a
mesma parte”.*

No século XVIII imperam em Lisboa as seges, carro robusto de alto rodado e puxado por dois muares, um dos quais cavalgado pelo boleeiro. A sua condução exigia perícia, pelo que ficaram célebres alguns dos cocheiros que percorriam a capital (109).

Em 1837 é fundada a Companhia dos Transportes Colectivos de Lisboa, que inaugura a era dos *omnibus*, a da mistura das classes e o conceito verdadeiramente moderno de transporte público.

Desapareceram em 1865, quando é decretado o fecho da companhia na sequência de um incêndio que destruiu as cocheiras e matou dezenas de cavalos.

A 17 de Novembro de 1873 inicia-se a primeira linha regular do americano, um carro de tracção animal e de rodado sobre carris. Será o antepassado próximo do eléctrico que andou à experiência, pela primeira vez em Lisboa, em 31 de Agosto de 1901.

O meio século seguinte da história da capital, pertencer-lhe-á por direito próprio.

NOTAS - texto e figuras

- 1 - Jorge de Macedo in *Nota do Tradutor* da 1ª edição de *A Revolução Industrial*, de T. S. Ashton
- 2 - Jorge Borges de Macedo, *Problemas de História da Indústria Portuguesa*, Ed. Querco, 1963-1982, Lisboa
- 3 - Jorge Borges de Macedo, *A Situação Económica no Tempo de Pombal - alguns aspectos*, Moraes Editores, 1982, Lisboa
- 4 - Armando de Castro in “*A dinâmica económica portuguesa de meados do século XVII a meados do século XVIII*”, Hist. Port. (4 Vol.), op. cit., t. 3, p. 197
- 5 - Ibid., p. 199
- 6 - Veja-se de A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal - a questão cerealífera durante a Idade Média*, ed. Cosmos, 1962, Lisboa
- 7 - Veja-se de Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, ob. cit., pp. 115-118
- 8 - O atraso da industrialização de Portugal era tão flagrante que não tinha ainda sido abandonada a ligação da casa e da oficina no século XVIII; J. B. Macedo em Prob. Hist. Ind. Port., ob. cit., p. 62
- 9 - Veja-se sobre o assunto, o apontamento de Veríssimo Serrão, “*Cultura do linho e cânhamo*” em Hist. Port. (12 Vol.), ob. cit., t. 5, pp. 383-384
- 10 - Segundo o recenseamento geral de 1427, *O Sumário* de Cristóvão Rodrigues de Oliveira (1551-1554) e na *Estatística de Lisboa de 1552*, cit. por Irisalva Moita na sua comunicação ao “Congresso Internacional - Os Descobrimentos Portugueses e a Europa dos Descobrimentos”. Fontes de Jorge Borges de Macedo dão para a população de Lisboa nos séculos XVI, XVII e XVIII, os seguintes números:

1551 - 98.131, em 1620 - 113.266 e em 1758 - 148.338 habitantes; in Prob. Hist. Ind. Port., p. 115

- 11 - Segundo frei Nicolau de Oliveira, cit. por Irisalva Moita.
- 12 - in *Miscelânea* de Garcia de Resende, (4 Vol.), ed. INCM
- 13 - Descritos por Gil Vicente em *A farsa dos ciganos*, (1523)
- 14 - Sobre o assunto veja-se de Pedro de Azevedo, *Os Escravos em Portugal*, in Arquivo Histórico Português, XI, 305
- 15 - Segundo Filipe Sassetti, comissário florentino que viveu em Lisboa entre 1573 e 1578, deixando nas suas *Lettere* um retrato vivo do quotidiano da capital, cit. por Irisalva Moita.
- 16 - Segundo a Estatística de Lisboa em 1552, repetida em Cristóvão Rodrigues de Oliveira (1551-1554), que os avalia em cerca de 9.950 indivíduos, número adoptado por João Maria Nogueira em *Apontamentos Estatísticos (Lisboa - século XVI)*, 1855
- 17 - Sobre esta época leiam-se as saborosíssimas descrições de Lisboa e da sua sociedade, produzidas por um anónimo (1730), por Charles Frédéric de Merveilleux (1723-1726) e por César de Saussure (1730), coligidas e comentadas por Castelo Branco Chaves com o título *O Portugal de D. João V, visto por três forasteiros*, ed. B N, 1980, Lisboa.
- 18 - Peças fundamentais para o conhecimento da vida quotidiana em Lisboa (algumas de grande realismo) são as obras da literatura Quinhentista de Gil Vicente, *O Auto da Índia* e a *Farsa de Inês Pereira*; de António Ribeiro Chiado, *O Auto das Regateiras*, bem como as críticas dispersas por todo o *Cancioneiro Geral*.
- 19 - Sobre os quartos de aluguer, atente-se nesta descrição: "As pessoas que adoptam esta solução contentam-se ordinariamente com muito poucos e modestos móveis: uma mesa, seis

cadeiras de palhinha, algumas peças de louça de barro e as camas que se usam no país - isto é - sem armação nem cortinados, constituindo tudo apenas num colchão de palha que, à noite, se estende no chão em cima de mantas ou esteiras de juta, muito limpas, com outras duas mantas para cobertura. Como as casas estão sempre bem caiadas e têm silhares de azulejos à altura dos peitoris, o que as torna muito alegres, dispensam-se tapeçarias”, in *O Portugal de D. João V*, ob. cit., pp. 46-47

- 20 - Irisalva Moita, in “Comunicação ao Congresso”.
- 21 - Ibid.
- 22 - No dizer de F. A. Baptista Pereira in “*Atitudes e Mentalidades*”, pub. em Lisboa Quinhentista, ob. cit.
- 23 - O saque pelos holandeses de armada vinda das américas e que transportava 80 toneladas de prata, em 7 e 8 de Setembro de 1628 em Matanzas, foi catastrófico para toda a Península Ibérica. Tese apresentada em *Baroque Ibérique - Espagne, Portugal, Amérique Latine*, de Yves Bottineau e Yvan Butler, ed. Office du Livre, Friburgo, 1969, pp. 5-6
- 24 - Veja-se de Veríssimo Serrão, “*Fracasso da integração luso-espanhola*” in *Hist. Port.* (12 Vol.), ob. cit., t. 4, pp. 52 a 55
- 25 - D. Luis de Meneses, 3º Conde de Ericeira, estadista e reformador singular no panorama da História da Administração Pública Portuguesa e que foi vedor da Fazenda de D. Pedro II.
- 26 - Borges de Macedo, *Prob. Hist. Ind. Port.*, ob. cit., p. 72
- 27 - Diz Borges de Macedo: “Na primeira fase, que culmina em 1761, os problemas que se apresentam ao Estado - integrado completamente na política económica do privilégio e da sua defesa - são de natureza fiscal e judicial. Em importância

equiparável só há a legislação sobre o comércio colonial, sendo reduzida a legislação industrial e quase nula (e de nula importância) a legislação agrária”, in *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, ob. cit., p. 48

- 28 - A compra e a venda de terrenos, até aí interdita, permitiu a sua posse para além da atribuição por herança. Começou pelos vastos domínios reais e eclesiásticos e estendeu-se às propriedades dos nobres, quando estes necessitavam de realizar capital.
- 29 - Veja-se também sobre o barroco português entre outros, *A Architectura Barroca em Portugal* de José Fernandes Pereira
- 30 - Sugere-se a consulta de *Nicolau Nasoni - Architecto do Porto* de Robert Smith, ed. Livros Horizonte, 1966, Lisboa.
- 31 - Cerca de 250.000 pessoas, segundo F. L. Pereira de Sousa em *O Terramoto de 1755 em Portugal*, Vol. III, 1926, Lisboa
- 32 - José-Augusto França, *A Reconstrução de Lisboa e a Architectura Pombalina*, ed. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1979, Lisboa
- 33 - in *Prefácio* de Castelo Branco Chaves em *O Portugal de D. João V*.
- 34 - É o caso das *Lettres Juives* do marquês de Argens (1737), cit. por C. B. Chaves, pp. 10-11, ob. supra
- 35 - Facto que, com gradações, se mantém até hoje, senão veja-se: “A África começa no Pirinéus”, Alexandre Dumas citado em inglês num artigo da revista Time de 23 de Dezembro de 1985, sobre a entrada de Portugal e Espanha na CEE.
- 36 - Sobre a análise destas obras, veja-se de Castelo Branco Chaves, *Os Livros de Viagens em Portugal no século XVIII e a sua projecção Europeia*, ed. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1977, Lisboa; de que respigo estes curtos

apontamentos: - “Mas não só, no século XVIII, foram os portugueses considerados indignos da terra pátria. Também o foram os italianos, e particularmente os de Nápoles, que diziam viajantes estrangeiros ser “um paraíso habitado por demónios”.

-“Das hospedarias queixam-se todos, esquecendo o que certamente sofreram noutros países por onde andaram e até nos seus próprios.”

-“Em Paris, um édito da polícia de 1780, proibia que se despejassem das janelas, tanto de dia como de noite, quaisquer águas , urinas, matérias fecais e outras quejandas, sob pena de 300 moedas de multa”... era o *água-vai* local.

37 - Charles Frédéric de Merveilleux, médico e naturalista, foi tenente-coronel nos exércitos do rei de França. Serviu também a coroa portuguesa que lhe encomendou uma História Natural do nosso país, onde esteve por quatro vezes e que percorreu em grande parte, estudando principalmente o interior do reino.

38 - in *O Portugal de D. João V*, ob. cit., p. 20

39 - De obras de estrangeiros sobre Portugal refiram-se além das já citadas: - *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, de J. B. F. Carrère, ed. B. N. 1989, Lisboa

Cartas de Portugal, 1778-1779, de Arthur William Costigan (pseudónimo de Diogo Ferrier), publicadas pela primeira vez em Londres em 1787; ed. Átila, Lisboa

Diário de William Beckford em Portugal e Espanha, ed. B. N. 1988, Lisboa

William Morgan Kinsey - Uma Ilustração de Portugal, de Isabel Oliveira Martins, ed. 70, 1987, Lisboa

40 - Cit. de Yves Bottineau, ob. cit., p. 6

- 41 - *Jaime Cortesão, Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*; pub. do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.
- 42 - D. Luis da Cunha, conde de Tarouca, conde das Galveias, Sebastião José de Carvalho e Melo, visconde de Vila Nova de Cerveira; cit. de C. B. Chaves, ob. cit. p. 31
- 43 - Benedito XIV em 1795
- 44 - São as dioceses de São Paulo e de Mariana e as prelaturas de Goiás e Cuiabá
- 45 - Pelo Tratado de Madrid em 1750
- 46- Jaime Cortesão, ob. cit., pp. 66-67, t. 1 , cit. C. B. Chaves, p. 32
- 47 - As perdas em vidas humanas contam-se em cerca de dez milhares, assim mesmo abaixo dos valores inicialmente avançados, ainda sob o reflexo do terror e que apontavam para o número fantasioso de 90.000
- 48 - Segundo informações da época, tornadas credíveis por J.-A. França: 10% das 20.000 casas da cidade ficaram destruídas e mais dois terços delas inabitáveis. Dos 72 conventos e recolhimentos, só 12 podiam servir sem perigo de maior, após a catástrofe, à qual nenhum dos seis hospitais escapou e que destruiu ainda 33 palácios das maiores famílias da corte, além do complexo do Paço real, completamente perdido no incêndio, in *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, ob. cit., p. 41.
- 49 - “Daí que seja normal não se ver erguer no período da Reconstrução palácios da fidalguia. As excepções são raríssimas, e sempre tardias: o marquês de Castelo Melhor, senhor de terrenos à entrada do passeio público, terá feito traçar, antes de 1768, planos para um palácio nesse local, em frente das ruínas do seu palácio anterior, porque pouco antes abandonara certos privilégios à coroa e recebera compen-

sações. Mas só em 1777 as obras teriam início e só nos fins do século o palácio tomaria forma. O conde de Valadares não construiu o seu palácio, ao Carmo, antes de 1785 (...) Pombal, ele próprio, não construiu: o seu palácio familiar, na Rua Formosa, nada sofrera com o terramoto, e pôde apoderar-se de outro, dum Távora condenado, às Janelas Verdes”; in *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, ob. cit., p. 42

- 50 - Cujá leitura na Universidade estava, aliás, proibida.
- 51 - Veja-se a este propósito, “*Os prédios de rendimento*” in *A Reconstrução de Lisboa*, ob. cit., pp. 37-41
- 52 - Manuel da Maia foi um ardente defensor do edifício de dois pisos, até ter de se submeter à vontade do Ministro.
- 53 - Veja-se sobre esta personalidade, *O Marquês de Pombal - o Homem, o Diplomata e o Estadista*, de Joaquim Veríssimo Serrão, 1982, Lisboa.
- 54 - Por Decreto de 5 de Novembro de 1760
- 55 - Alvarás de 2 de Janeiro de 1765 e 13 de Abril de 1771, in *O Povo de Lisboa*, de Irisalva Moita, catálogo da Exposição Iconográfica Junho/Julho 1987-1989, Mercados e Feiras.
- 56 - Jácome Ratton, *Recordações*, ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 1920, Coimbra.
- 57 - Veja-se “*As Igrejas*” in *A Reconstrução de Lisboa*, ob. cit., pp. 43-47
- 58 - Esta matéria encontra-se superiormente analisada por José-Augusto França em *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, ed. Livraria Bertrand, 1987, Lisboa.
- 59 - Alvarás de 14 de Outubro de 1758 e de 16 de Junho de 1759, cit. por J.-A. França, ob. supra, pp. 177-178

- 60 - Edital de 27 de Março de 1775, J.-A. França, ob. supra, p. 178, reforçado pelo edital do Senado de 18 de Abril de 1785, in “*Colecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações*, redigida pelo desembargador António Delgado da Silva, 1828-1830, Lisboa, p. 379
- 61 - Atente-se no capítulo “*Casas particulares*” in Panorama de Lisboa no ano de 1796 de J. B. F. Carrère, ob. cit., pp. 27-29
- 62 - Observa Carrère acertadamente: “a maior parte das cozinhas têm pouca luz, principalmente ao pé das chaminés, por má traça dos architectos, que as constroem sempre nas paredes em que se abrem as janelas, contra a luz, portanto, o que obriga muitas vezes a ter de se cozinhar à luz de candeleros”, p. 28, ob. cit.
- 63 - Principalmente nas ruas Aurea (Ourives do Ouro) e Bela da Rainha (Ourives da Prata).
- 64 - Este aspecto importante das características funcionais da Baixa setecentista, está amplamente documentado por Nuno Luis Madureira em *Cidade, Espaço e Quotidiano (Lisboa, 1740-1830)*, ed. Livros Horizonte, 1992, Lisboa.
- 65 - A noção de casa como espaço dotado de inviolabilidade, de recinto não sujeito à alçada da esfera pública, incluindo a policial (excepto em casos especificamente legislados) é referido por Jorge Miranda em *As Constituições Portuguesas*, sobre a Constituição de 23 de Agosto de 1822, Tit. I, Artº 5º, ed. Petrony, 1981, Lisboa, p. 5
- 66 - Volta a sugerir-se a consulta dos *Solares Portugueses*, ob. cit., cujos exemplos diversificados, atestam graus distintos de nobilitação.
- 67 - Veja-se sobre o assunto de N. L. Madureira, ob. cit. pp. 115-128
- 68 - Ibid., p. 143

- 69 - Consulte-se sobre o assunto, a obra de Maria Helena Mendes Pinto, *Os Móveis e o seu Tempo. Mobiliário Português do Museu Nacional de Arte Antiga, séculos XV-XIX*, ed. IPPC/MNAA, 1985, Lisboa
- 70 - Ibid., p. 190
- 71 - N. L. Madureira, ob. cit., p. 185
- 72 - Veja-se sobre este assunto de António Aguiar, *Mobiliário Português do século XVIII - achegas para o seu estudo*, separata da Rev. Ocidente, Lisboa, Vol. 48, p. 10
- 73 - Exerto de um texto de Guilherme Augusto de Santa Rita, "*Habitação do Operário e Classes Menos Abastadas*", 1891, Lisboa.
- 74 - Em 15 de Janeiro, na Câmara Popular.
- 75 - No Artº 1º da proposta de lei consta: "d'essa proposta era o Governo auctorizado a conceder á empreza que em Lisboa se organisasse para a construção de casas destinadas á habitação das classes laboriosas e menos abastadas e cujas rendas não excedessem 50\$000 réis por ano: - a isenção de contribuição predial por espaço de vinte anos; a isenção de contribuição de registro pela compra dos terrenos e a faculdade da escolha de madeiras nas mattas nacionaes. Os projectos de edificação ficavam sujeitos á aprovação do governo assim como os estatutos da empreza, que para esse fim se organisasse".
- 76 - Do Inquérito retira-se que a "Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense construiu no anno de 1873 um pequeno numero de habitações para os seus operários e estando actualmente a augmentar com mais dois prédios aquelles que já possui"... "No relatorio do sr. Fushini encontram-se alguns daddos estatisticos d'essas construções, levantadas proximo da fabrica da companhia, em Alcantara. Por elles se vê, que em 1883 eram em numero de 49 as familias albergadas n'essas

habitações. Os predios que actualmente está fazendo construir abrangem uma área de 1.239 metros quadrados.”

...”A Companhia tem calculado habitação para dezoito famílias. Algumas divisões comportam espaço maior do que outras. No predio de duas frentes, um dos rez-do-chão terá 7 e o outro 8 divisões. Nos primeiros e segundos andares, cada inquilino com oito. No outro predio cada rez-do-chão terá, além de uns pequenos pateos, quatro casas, e dos primeiros e segundos andares, um dos quartos terá quatro e outro cinco compartimentos.”

“Por proposta de 15 de Março de 1885 apresentada na assembléa geral da Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões, ficou ella auctorizada a construir edificações de rendas modicas para operarios nos terrenos onde está instalada a sua fabrica. Actualmente possui 12 predios compostos de rez-do-chão e dois andares com seis inquilinos cada um...”

“Na esteira de tão humanitario pensamento tem seguido também a Companhia de Algodões de Xabregas construindo dois grupos de habitações com lojas e primeiros andares, que na maior parte são habitados pelos seus operarios ...”, “... O bairro operario denominado Villa Flamiano ocupa uma área de 4.040 m², sendo 1.080 m² em construções e 2.960 m² em logradouros e ruas, das quaes a do centro tem a largura de 14 metros, incluindo a faixa destinada para arvoredos; tem habitações para 40 inquilinos um dos grupos, e o outro para 32.”

“Como acentuação em maior tomo da iniciativa particular n’este assunto ... no bairro operario em Campo de Ourique, propriedade da firma Lisboa, Esteves, Lopes & C^a., no anno de 1880 essa sociedade commercial havia despendido em construções um capital de 56.577\$357 réis que produzia um juro liquido annual de cerca de 4,694%.”

- 77 - Veja-se o que diz Santa Rita sobre o assunto: “Desde esse anno (1881) a construção em Lisboa tem tido um grande incremento, principalmente desde 1884, pela abertura de novas ruas e avenidas na Capital; porém é mister confessar que a construção civil dotou a cidade com grandes predios de rendimento, quasi sempre elevadissimo, predios por sinal em sua maior parte com architectura bem pouco artistica, com muitos andares divididos para dois inquilinos...”...”Abundam as propriedades na Avenida da Liberdade que se encontram n’este caso.”
- 78 - Será que está hoje? - Será que alguma vez estará resolvida?
- 79 - No Brasil da república tomam o nome de “cortiços”
- 80 - Note-se como define Maria João Rodrigues (ob. cit., p. 40) estes conjuntos: “Esta construção, ritmada por módulos simples, organizada em volumes compactos, altamente especializados quanto à função, e destinando-se a habitação colectiva é, no vocabulário corrente, designada por vila. A vila, como unidade habitacional, pode ser considerada dependente do esquema de funções que a fábrica e o armazém determinam. Trata-se também, em princípio, de uma adaptação lógica do modelo de pátio e distingue-se deste pela especialização.”
- 81 - Casos de Vila Berta e Vila Santos.
- 82 - Consultem-se sobre esta matéria as obras de: Augusto Fushini, *Construção de Casas Economicas e Salubres para Habitação das Classes Pobres*, Imprensa Nacional, 1884, Lisboa; de Augusto Montenegro, *Bairros operarios e o saneamento urbano*, ed. do Autor Tipografia Universal, 1903, Lisboa e, *Inquérito aos Pateos de Lisboa*, Imp. Nac., 1903 Lisboa; de Ilda e Coimbra Seara, *Sine qua non - a Ideologia do Habitar*, 1986, Lisboa e de Angelina Vidal, *Lisboa Antiga e Lisboa Moderna - Elementos da história da cidade*, Typografia da Gazeta de Lisboa, 1900, Lisboa.

- 83 - Cit. Maria João Rodrigues (ob. cit., p. 41): “Poder-se-á dizer que as vilas constituem o primeiro modelo inovador de um espaço cujo conteúdo, estrutura, forma e função, se enquadram na definição de espaço das áreas proto-industriais de Lisboa. Representam com originalidade a mediação entre uma habitação rústica e uma habitação urbana e a autonomia de que dispõem, permite o seu emprego com alterações pontuais constituindo, deste modo, um tipo.”
- 84 - Principalmente na década de 60 do nosso século.
- 85 - A abolição da escravatura dá-se em Inglaterra em 1883, em Portugal em 1858, nos Estados Unidos da América em 1865 e no Brasil em 1888.
- 86 - A família real embarca para o Brasil no dia de 27 de Novembro de 1807, à vista das tropas de Napoleão, lá permanecendo por 14 anos, até 4 de Julho de 1821
- 87 - O Arco começou a ser construído em 1838 e concluiu-se em 29 de Abril de 1873, altura em que é colocado o relógio.
- 88 - O Teatro abriu as portas em 13 de Abril de 1846
- 89 - Inaugurada em 2 de Setembro de 1885
- 90 - Veja-se sobre este assunto o estudo de Abreu Nunes, *Em Guisa Q as Ruas fossem alomeadas*, ed. do Autor na Oficina Gráfica, lda., 1945, Lisboa
- 91 - Em 17 de Dezembro de 1780, data do aniversário de D. Maria I, começaram a ser iluminadas por 770 lampiões a azeite algumas zonas de Lisboa: Rossio, Rua Augusta, Praça dos Leilões, Rua do Arsenal, Praça do Sodré, Ribeira Nova, Praça de São Paulo, Ruas Direita dos Remolares e Nova d’El-Rei.
- 92 - Como ilustração deste sério problema transcreve-se, da Collecção dos Documentos da Illuminação a Gaz, ed. Imprensa

Democratica, 2 Vol., 1882, Lisboa, o seguinte decreto: Camara Municipal de Lisboa - Decreto da Rainha D. Maria I - Sendo bem constantes os roubos e assassinios que frequentemente se tem comettido ha tempos para cá, tanto na Capital, e seus suburbios ... Querendo prover do necessario remedio, e obstar como convem a que elles continuem ... Hey por bem determinar que o Senado da Camara de acordo como Intendente Geral da Policia da Corte e Reyno faça immediatamente subirá minha Real Presença (...) o Plano de huma finta geral sobre os Domiciliarios de Lisboa, para o fim de se manter huma Guarda a Cavalo para publica segurança, não só na Capital, mas nos seus subúrbios, e se poder proceder á illuminação da mesma Cidade; o que se deverá immediatamente executar.

Palacio de Mafra em dezanove de novembro de mil oitocentos e hum”

- 93 - Sobre a história do azeite para illuminação pública, anota-se o trabalho de Mário Costa, *Belezas e Desditas que Cercaram Lisboa - num tempo em que o século XIX iluminava o mundo*, in Rev. Mun., 1968, nº 116-117, pp. 12-14
- 94 - em, *Lisboa de Ontem* de Júlio César Machado, p. 266
- 95 - Nas Ruas dos Capelistas, do Ouro e da Prata e no dia seguinte nas Ruas da Boa Vista, Loreto, São Paulo, Alecrim, Santa Catarina, São Julião, Nova do Almada e Cais do Sodré. O Rossio recebeu a illuminação a gás em 1849 e Belém em 1859
- 96 - in Collecção dos Documentos de Illuminação a Gaz, ob. cit.
- 97 - O grande lustre que recebeu a adaptação a electricidade, foi inaugurado em Outubro de 1855; tem 228 luzes e pesa 2.250 kg.

- 98 - Na noite de estreia de *Frei Luis de Sousa* de Almeida Garrett.
- 99 - Sobre esta matéria é essencial a consulta do trabalho de Bernardino António Gomes, *O Esgoto, a Limpeza e o Abastecimento das Águas em Lisboa*, 1871, Lisboa
- 100 - Adrien Balbi, "*Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, V. II, pp. 176-177
- 101 - Marina Tavares Dias aborda com graça este costume em *Lisboa Desaparecida*, V. 3, pp. 79-82
- 102 - em, *As Praias de Portugal*, 1876
- 103 - em, *O António Maria*, 1880
- 104 - Por edital de 10 de Outubro de 1817
- 105 - Um novo edital de 13 de Abril de 1835 determinava: "Artº 1º - Do primeiro de Maio próximo em diante, não poderá efectuar-se qualidade alguma de despejo das janelas ou das portas, a nenhuma hora do dia ou da noite."
- 106 - Comprou o cargo por 70.000 cruzados e pertenceu à família de Luis Gomes da Mata a quinta e o palácio do concelho de Loures que levam o nome do seu cargo.
- 107 - Leia-se de Godofredo Ferreira, *Dos Correios-Móres do Reino aos Administradores Gerais dos Correios e Telégrafos*.
- 108 - Pela Reforma Postal de 27 de Outubro de 1852. recorde-se que a Inglaterra foi pioneira neste sistema, introduzindo-o em 1840
- 109 - Veja-se de Irisalva Moita, "*História dos Transportes*" in Rev. Mun., 1979, Lisboa e de Maria Amélia da Mota Capitão, *Subsídios para a História dos Transportes Terrestres em Lisboa no século XIX*, 1974, ed. C. M. Lisboa

110 - A primeira determinação régia é do ano de 1592, sob dominação filipina, que aliás difunde a moda dos coches. O seu trânsito pelas ruas da Baixa pré-pombalina, certamente muito difícil, estará na origem imediata dessa primeira regulamentação.

111 - Veja-se de Marina Tavares Dias, ob. cit., pp. 101-104

Fig. 56 - Gravura de uma oficina de fundição, numa ilustração inser. em Lisboa Quinhentista - A Imagem e a Vida da Cidade, ed. C. M. Lisboa, 1983, p. 152

Fig. 57 - Oficina de Ourives, ilust. inser. ob. supra, p. 151

Fig. 58 - Edifício habitacional pré-pombalino (prop. mun.) na Rua do Outeiro e que foi sujeito a várias alterações após o terramoto. Implantado sobre um lote gótico, desenvolve-se em 6 pisos com habitação no rés-do-chão. A única fachada desafrontada é a da rua, pelo que até ao segundo piso todo o espaço doméstico é iluminado apenas por um vão de janela. Peças desenhadas cedidas pelo arquivo do Gabinete Técnico da Mouraria.

Fig. 59 - Edifício habitacional pré-pombalino na Rua do Capelão, conhecido por nele ter vivido a Severa. Estrutura-se em 4 pisos, sendo o último um aproveitamento do desvão do telhado. Peças desenhadas cedidas pelo arquivo do G. T. Mouraria.

fig. 60 - Mapa representando a localização da Indústria manufactureira em meados do século XVIII, inser. no texto de Armando de Castro, *"A dinâmica económica portu-*

guesa de meados do século XVII a meados do século XVIII” in Hist. Port. (4 Vol.), ob. cit., t. 3, p. 214

- Fig. 61 - Mapa de instalações de tipo manufactureiro criadas, reorganizadas ou apoiadas sob os auspícios do governo do Marquês de Pombal, inser. no texto supra, p. 236
- Fig. 62 - Mapa comparativo das frotas europeias no último quartel do século XVIII, inser. no texto supra de Armando de Castro, p. 207
- Fig. 63 - Mapa das minas descobertas em Portugal no segundo semestre de 1736, inser. no estudo de “*A exploração mineira*” in Hist. Port. (12 Vol.), de Veríssimo Serrão, ob. cit., t. 5, p. 390
- Fig. 64 - Edifício pombalino (prop. part.) situado na Rua da Mouraria, nas traseiras do Convento dos Meninos Orfãos. Prédio misto de habitação e comércio, com a grande loja do rés-do-chão a comunicar independentemente com a sobre-loja. Os três pisos seguintes são residenciais, sendo o último mansardado. Peças do arquivo do G. T. Mouraria.
- Fig. 65 - Gravura inser. na obra, Hist. V. Priv., t. 4, p. 306, que ilustra a ocupação estratificada de um edifício que simula um *microcosmo* e a sobreposição das condições e dos costumes sociais.
- Fig. 66 - Plantas do piso térreo e do andar nobre do palácio do Marquês de Pombal à rua Formosa, que em nada foi afectado pelo terramoto de 1755. Peças do arquivo do M. O. P.
- Fig. 67 - a/-b/ e c/ - Plantas de quarteirões situados na Rua das Farinhas, nos Becos das Gralhas e de S. Francisco e ainda nos Largos das Gralhas e da Achada. Zona pouco atingida pelo terramoto, mantém a maioria das caracte-

rísticas típicas de uma estrutura urbana pré-pombalina e mesmo medieval. O largo da Achada nasce da demolição, no século XIX, de um edifício em ruína, o que faz ressaltar o valor inestimável de dois edifícios Quatrocentistas. Arquivo do G. T. Mouraria.

Fig. 68-a/b/ - Planta de conjunto habitacional Setecentista em Carnide (1º e 2º piso respectivamente), dando para o largo da Praça e para a Rua da Fonte. Ao contrário do exemplo anterior, condicionado a uma extrema densidade de construção, este conjunto dos arrabaldes da cidade espraia-se ao longo das vias de circulação.

CAPÍTULO 5

Síntese e conclusões

No século XIX assiste-se ao fim de uma fase evolutiva do interior doméstico, caracterizada pelo ajustamento paulatino, pela mudança progressiva e pela lenta transformação, num processo razoavelmente isento de grandes perturbações e menos ainda de rupturas. Os valores sociais - estéticos, religiosos e culturais - eram tidos como comumente aceites e suficientemente arraigados para se encontrarem a salvo de súbitas e dramáticas alterações.

A História do nosso século encarregar-se-ia, contudo, de desmentir à saciedade tal convicção. Os sinais indicadores de uma diferente concepção da sociedade germinavam no Ocidente, tanto na Europa como na América desde, sensivelmente, o segundo terço de oitocentos.

Alguns arquitectos - como Sullivan, Wright e Loos (1) - com a arguta premunção de uma outra realidade, dão corpo ao balizamento de um novo percurso para a arquitectura, que tinha sido já apontado em 1859 por Philip Webb.

Se algo diferencia o século XX dos demais, no que respeita ao ideário arquitectónico, é sem sombra de dúvida a assunção por parte dos arquitectos, de que a residência (uni ou multifamiliar) pode e deve ser área da sua actuação profissional.

“É claro que a nova arquitectura não podia surgir nos ambientes nebulosos, mesquinhos, carcomidos da casa do século XIX, não podia alimentar-se com o programa de construções duma elite que outrora tinha protegido artistas e patrocinado obras-primas, mas que agora, com a intromissão dos “nouveaux riches” da burguesia industrial, conservava todos os defeitos do círculo fechado que era, sem manter a potência económica e o nível cultural dele característicos. A clientela dos arquitectos estava, em suma,

desautorizada; era preciso substituí-la. E o novo cliente, poderoso, anónimo, dos architectos-precursores foi, vizinho das fábricas industriais, a massa enorme dos novos habitantes da cidade, foi a multidão ardente que criara as metrópoles” (2).

Este trecho é bem ilustrativo de como a História, neste caso a da arquitectura, pode ser habilmente orientada e merece pela sua exemplaridade, uma curtíssima dissecação.

Passe-se por cima da evidência de que os architectos sempre trabalharam para as elites, afirmação redundante embora corajosa (para a época) e indiciadora de um processo catártico plenamente sucedido. Esta síndrome tinha-se mantido largo tempo, como uma pecha com a qual muitos dos architectos dificilmente conviveram. Só por escamoteio ou desconhecimento da realidade social, política, económica, religiosa, etc., em que os architectos desenvolveram a sua acção em cada uma das diferentes épocas, pode, o “trabalhar para as elites”, ter constituído um anátema.

- Importa sobretudo é saber que elites eram estas?

Certamente as económicas, porque são as únicas que pagam a Arquitectura! - Ora, o que o texto sugere é que as “antigas” elites eram cultas e as do século XIX aproximavam-se perigosamente da vilania.

Raríssimas vezes, na história da civilização Ocidental (3), uma elite económica o foi também no plano da cultura. Nem valerá a pena chamar à colação a cultura do alto clero, porque a mesma História regista de forma crua, de onde provinham e como ascendiam na hierarquia eclesiástica, os altos dignatários da Igreja. Se algo lhes será creditável, além de uma generalizada ambição e disfarçada incultura, é o facto de se terem oportunamente rodeado de bons conselheiros e de certamente bons artistas.

A haver época de *nouveaux riches*, foi a desses antigos mecenas, sobre os quais se pode legitimamente inquirir do que teriam sido e

feito, não fora as fabulosas riquezas drenadas da América do Sul, através da Península Ibérica.

Este é o ponto fulcral da questão arquitectónica em todas as eras. - Quem paga, não o arquitecto, mas a Arquitectura? - e quem pagará no futuro a arquitectura dos arquitectos?

Zevi não tem dúvidas! É *“a multidão ardente que criara as metrópoles”*. - Está tudo dito!

Nestas míticas e irremediavelmente acéfalas legiões, assenta a evolução da Arquitectura. Só que o arquitecto não é pago pelas legiões, recebe do Imperador agora transmutado em Estado; que como bem sabemos, se move por mecanismos burocráticos e em meandros onde a cultura não é a componente mais valorizada; sempre com excessiva parcimónia nos gastos.

Chegamos assim, de acordo com Bruno Zevi, a quem cabe a responsabilidade de promover a arquitectura; o que certamente não deixará excessivamente tranquilos os mais atentos e preocupados com este fenómeno.

Como se está a analisar o texto de um espírito de eleição, é forçoso que lancemos o olhar sobre um parágrafo que o precede:

“E a arquitectura? Cada época tem a arquitectura que merece e a arquitectura oficial do século XIX foi a de uma cultura hipócrita, duma classe dirigente já insensível ao culto do ambiente que a circundava, da casa e da cidade (...) O século XIX só se obstinou em copiar hibridamente todos os estilos do passado ...”(4).

Que haverão de pensar então os nossos concidadãos, quando vêm afadigar-se a sociedade liderada pelos arquitectos, na recuperação, na preservação e na reabilitação (vocábulo cheio de duplicidade, este), dessa mesmíssima arquitectura, deixada como herança pelo século XIX? Será porventura a hora dos arquitectos, sem preconceitos, culta e serenamente, repensarem o seu papel na sociedade.

- O primeiro tabu a questionar deverá ser o da desmistificação, ou clarificação, da Arquitectura a ser feita pelos arquitectos.

Se olharmos a História com olhos isentos de estudiosos buscando os factos, antes de profissionais comprometidos corporativamente e procurando forçar antecedentes, chegaremos à conclusão que o arquitecto moderno nasce com o Renascimento e estiola com o de-finhar da arquitectura sumptuária.

Foi esse aliás, se não o único, pelo menos o primeiro e principal campo da sua actuação e sê-lo-á inevitavelmente no futuro. Aceitando-se este facto, tornar-se-ia mais fácil, menos dolorosa e provavelmente mais eficaz, a repartição de competências e a imposição de responsabilidades, no que tange à busca de soluções para os espaços habitacionais domésticos.

- Outro tabu a ser analisado, respeita à compreensão e aceitação dos diversíssimos mecanismos que influenciam a produção construtiva. Inexoravelmente a maior parte deles estarão, cada vez mais, fora do controlo do arquitecto.

Se formos capazes de aceitar, que a grave questão cerealífera que ocorreu em Portugal na Idade Média (e na Europa em geral) (5), foi mais importante para a construção do que qualquer tipo de acção dos arquitectos. Se formos capazes de aceitar que o Românico (que inicia a grande fase da Arquitectura Medieval que culmina no Gótico), tem como génese não uma invenção de arquitectos, mas a necessidade de cobrir com pedra (logo em abóbada), a basílica romana, antes servida por travejamentos de madeira. É que só no ano de 997 arderam 23 grandes igrejas na Europa, matando e aterrorizando muitos fiéis. Se formos capazes de aceitar que a alteração no conceito de circulação no interior da residência, se fica a dever a solicitações sociais intuídas e materializadas por uma dama da alta nobreza, a Marquesa de Rambouillet; sobrepondo-se em importância a todos os tratados até então produzidos

por architectos. Se formos capazes de aceitar que o que de melhor se fez em prol da casa popular e operária, foi-o por amadores e filantropos, numa quase total demissão dos architectos. Se formos capazes de aceitar que a introdução do esgoto, da água e da luz na habitação, teve nela uma influência muito mais profunda que quaisquer preciosidades ornamentais concebidas por architectos. Se já fomos capazes de interiorizar a influência determinante na architectura de homens como Van Gogh, Cézanne, Kandinsky e Klee; - teremos de aceitar com serenidade que é muito mais importante para a architectura contemporânea, os efeitos do “*crash*” de uma qualquer primeira Bolsa Mundial, do que a intervenção em colóquios multimédia de revoadas de sumidades (6). No limite mais penoso, podemos admitir que as pesquisas que se fazem hoje nos laboratórios e centros de investigação das grandes indústrias (sobre novos materiais e técnicas construtivas, por exemplo), terão um efeito incomparavelmente mais importante sobre a architectura do futuro, do que muita da teorização ministrada nas nossas faculdades.

Se admitirmos isto, estaremos pelo menos mais libertos para repensar e definir a nossa contribuição futura para a sociedade que nos forma.

- O desfazer do terceiro tabu passa pelo reconhecimento inequívoco de que até ao século XX, a casa, enquanto espaço de vida, de uso contido e restrito não pertence (na sua globalidade), ao domínio da architectura pela simples razão de que foi liminarmente ignorada pelos próprios architectos (7).

A reacção não poderia ser senão fundamentalista. Por isso vemos no nosso século, ser empunhada como bandeira doutrinária e reivindicativa, a absoluta e exclusiva competência dos architectos na proposição e feitura dos novos espaços doméstico-familiares. Não valerá a pena abordar sequer o problema do planeamento urbanís-

tico - a segunda bandeira da arquitectura do século XX - por ser um tema excessivamente aliciente e importante, para um tratamento parcelar e necessariamente amputado, num trabalho de vocação distinta. O que deveremos aceitar com modéstia profissional, é que exigimos hoje o que ontem desprezámos, ou de que simplesmente nos demitimos (8).

Houve uma época e não andaremos tão longe dela quanto isso, em que o homem só era considerado se fosse capaz de edificar a sua própria casa. O conhecimento e a habilidade na construção do abrigo era não só um imperativo de protecção, mas também a afirmação de uma autoridade familiar. Não é por acaso que trabalhos mais pesados e igualmente vitais, como a agricultura e a mineração, tenham visto a faina (por vezes única e solitária) de mulheres e crianças, mas o levantamento da casa ser tarefa para homens. A relação activa e afectiva para com a habitação que era erigida para (e pela) família, perde-se com a civilização urbana. Ainda que o modelo da habitação rural tenha sido deslocado para o perímetro urbano, a capacidade de adaptação recíproca família-casa, esbarra na perda da capacidade interventora do indivíduo, nos aspectos essenciais da caracterização e modelação do seu habitat (9).

Passa-se portanto, de uma relação *activa* das pessoas, para uma relação *passiva* face à habitação, de que a sociedade conservará uma longínqua memória, na subsistência hoje da tradição (assim mesmo mitigada), de ser a parte masculina a prover de habitação o casal recém-formado, sendo a mulher a portadora dos apetrechos de uso privado.

Este é um exemplo dos resquícios da mentalidade alicerçada sobre gerações, que o arquitecto deverá procurar compreender antes de sair a terreiro para a demolir.

Não se prescreve, obviamente, como solução para o caos urbanístico e arquitectónico que cada um resolva per si o seu problema; mas se reflectirmos profundamente sobre ele, encontraremos razões de sobra porque cada um o está a tentar fazer.

No século XIX assiste-se ao fim de uma fase evolutiva do interior doméstico.

Na habitação senhorial ou na casa comum, pelo menos até aos princípios do século XVII, a organização dos compartimentos não tinha ainda dissociado o espaço de estar do de circular. A vida de cada um decorria, dentro de casa, à vista de todos. Acresce que o mesmo local podia servir simultaneamente de casa e de oficina, pelo que se misturavam membros da família, empregados e aprendizes, numa inter-relação que comungava da vida quotidiana. Se nas casas mais simples, a única divisão supria todas as funções da actividade doméstica, nas residências aristocráticas, os compartimentos encadeavam-se por comunicação directa, pelo que os serviçais atravessavam-nos continuamente no cumprimento dos seus afazeres (10).

Até ao século XVII, a solidão dos seculares era virtualmente impossível. Podemos afirmar todavia, que era a própria sociedade que a desestimulava, como uma situação pouco recomendada à condição do homem.

A vida familiar e doméstica consistia de facto, no máximo admissível de vida privada.

As fronteiras entre o social e o íntimo, que se tornariam inexpugnáveis a partir da segunda metade do século XVIII, não tinham ainda sido demarcadas. Porém, a promiscuidade que fazia com que se recebesse naturalmente no quarto de dormir, parentes, criados e amigos, fazia em contrapartida pagar com a vida, o incesto e o adultério doméstico (11).

Para obstar aos inevitáveis constrangimentos, desenvolveu-se entre a aristocracia da época um conceito original: o de que os seus empregados eram destituídos de alma e por isso mesmo, considerados indiferentes, no caso de assistirem aos actos íntimos dos seus senhores. Deste modo expedito, estava o problema resolvido - o que não deixaria de tornar muito curiosa uma história social sob a óptica dos serviçais.

À distância, podemos ser tentados a considerar estas habitações como exemplos inevitáveis de uma arquitectura doméstica primitiva, cujo aprimoramento solucionaria os problemas do *funcionamento* da casa. - É um equívoco!

A concepção e utilização desses espaços, espelha rigorosamente a forma pretendida pela sociedade, para o estabelecimento das relações inter-pessoais.

A individualidade e a singularidade, eram conceitos não reconhecidos pelos padrões culturais da época. A pessoa era, antes e acima de tudo, a componente de um grupo que constituía, esse sim, um módulo social.

Não é portanto, por acaso, por infortúnio ou por incapacidade de a ordenar funcionalmente, que a casa chega como tal ao século XVII. Trata-se indiscutivelmente da materialização de uma vontade, que se reconhece no colectivo.

A segunda metade do século XVIII mostra-nos já, não só a transformação dos espaços, mas também a das normas de sociabilidade. As primeiras transformações da habitação - e que a distingue verdadeiramente da precedente - têm a ver com a vontade, a necessidade e a escolha de poder estar só. O corredor e a circulação de serviço, a especialização do quarto e das suas dependências, ligam-se à opção do isolamento se, e quando, pretendido. Em paralelo, a estruturação vertical da residência unifamiliar que tinha

sido corrente até ao século XVI, é a pouco e pouco substituída pela organização horizontal, o que facilita a interiorização da habitação familiar, expurgando-a do atravessamento de vizinhos que se dirigissem às respectivas dependências.

O que esta nova postura revela é muito mais do que a busca do recolhimento. Não é apenas a descoberta do valor da privacidade como conquista pessoal, vai mais longe, revela a imposição de patamares de relacionamento pessoal.

Os senhores definiam entre os empregados uma hierarquia por todos respeitada. O relacionamento dos dois extremos desta cadeia, só acontecia por motivações extraordinárias e a transmissão de ordens ou de informações, progrediam dentro de uma lógica de divisão de competências e de acessibilidades. Os empregados, os aprendizes e os inquilinos, até então considerados como fazendo parte integrante do agregado familiar, são afastados do núcleo da vida particular.

Num período em que a imagem de classe é fundamental, a casa torna-se a mais importante de todas as imagens.

Reconheça-se, no entanto, que a faculdade de poder estar só, não é possível e isto durante largo tempo, senão à aristocracia. Mas o mote estava dado, embora nas casas mais humildes a polivalência continuasse a ser a regra.

Neste caso, as divisões comunicantes e os espaços multifuncionais não eram já o fruto da intencionalidade, mas um atestado de insuficiência. As famílias modestas (para não se mencionarem os pobres), apenas estavam empenhadas na sobrevivência; o que excluía do seu horizonte de preocupações, qualquer impulso de renovação ou transformação da casa.

Por isso, o movimento da alteração do habitat tem no século XVIII como agentes, as franjas superiores da sociedade civil e eclesiástica.

Por um efeito de compensação, ao mesmo tempo que se especializam os compartimentos pessoais, surgem com esplendor os espaços de recepção, que nas casas nobres se dispõem cada vez mais (até lhe definirem o eixo de simetria), na zona central do palácio. Devemos ter em conta que esta sociedade de aparências, sobrevalorizava a convivência mundana, pelo que a alta sociedade estava compelida a uma sociabilidade, não por vontade própria, mas por dever de conveniência. Bem retratada na expressão que se vulgarizou como *noblesse oblige* e que estaria porventura mais correcta como *noblesse obligée*.

Nesta busca do equilíbrio entre duas esferas da existência, a íntima e a social, firma-se a estrutura da residência moderna que incorpora finalmente uma terceira: a da família.

Valor acarinhado e difundido no início pela burguesia, a vida da família assumirá progressivamente uma importância sempre crescente no espaço da habitação. Como arquétipo de existência regrada e virtuosa, a intimidade familiar praticada no seio dos agregados burgueses, será a matriz do século XIX.

É nesta classe que se devem procurar as indicações de como pensar, de como se comportar e de como se distrair. A burguesia cujo estatuto se mede tanto pela educação e cultura, como pelo lastro político e económico, posiciona-se como antagonista da antiga nobreza, que de resto destronará no decurso de oitocentos. Os direitos do berço, sem outros atributos, serão definitivamente questionados até na praça pública, a que a imprensa do século dará voz e guarida.

Se por mais não fora, os traços desapiedados de inúmeras caricaturas, arte maior que uma cultura burguesa utilizou para zurzir reis, padres e nobres, fracos ou poderosos, mas que serviu também para a auto-flagelação; uma produção literária que inventou o romantismo, as viagens às brumas do passado e as fantásticas ante-

visões do futuro; se por mais não fora, teriam bastado para resgatar de uma vez, a cultura temporalmente bem delimitada, de uma classe social fascinante.

E sê-lo-á tanto mais, quanto mais violento for o assédio dos seus detractores. O que estes não se aperceberam foi de que a afirmação plena desta classe, se realizou sem beliscar os privilégios e pergaminhos das que eram dominantes. Sem impor modelos ou padrões de comportamento para além das suas margens; mas que assistiu soberanamente à incorporação dos seus valores por aqueles que era suposto rejeitá-los.

Um deles será determinante para a história da casa ocidental - a higiene e o higienismo. Alicerçada num princípio mais vasto onde podemos vislumbrar, se o quisermos, a higiene mental e familiar ombreando com a higiene corporal, também a higiene doméstica atingirá a habitação burguesa. Alain Corbin (12) fala da *medicalização do espaço privado* e em boa verdade é esse o retrato da casa burguesa oitocentista (13).

A iluminação e ventilação, a água e o esgoto, vão ser objecto de estudo intenso e sistemático por parte de curiosos e profissionais, irmanados no interesse (atingindo mesmo a obsessão), que nutriram pela habitação.

Os architectos eram no século XIX, artistas que se dedicavam a uma actividade de cavalheiros, jamais de operários. A sua intervenção servia-se mais frequentemente de um auto-didatismo do que de uma formação académica específica (14), pelo que eram mais os diletantes que os verdadeiros profissionais.

Em todo o caso, interessava-lhes sobretudo mais o aspecto, que o funcionamento dos edifícios, motivo porque problemas como os de instalações hidráulicas e mecânicas, problemas de arejamento e

de insolação não eram do seu âmbito; nem por formação nem por inclinação (15).

Manda a verdade referir, que coincide nesta época o desenvolvimento da ciência e da investigação médica na procura de explicações e curas para as doenças. Acreditava-se erradamente que o paludismo, a cólera, a disenteria, a diarreia e as febres tifóides, eram causadas por substâncias e impurezas em suspensão no ar. Daí que a chamada teoria dos miasmas fizesse da questão do ar, da sua renovação e circulação dentro de casa, não um problema de comodidade, mas vital para a saúde. Ainda que para o solucionar se incorresse no risco de constipações, gripes e pneumonias - era o não morrer da doença para sucumbir à cura.

As prescrições iam ao ponto de recomendar, independentemente da estação do ano, estóicos banhos de água fria - ... que Dâmaso fez questão de contornar, quando pela primeira vez em casa de Genoveva, foi posto perante tal dilema; decidindo-se apenas pelo mascarar da tina com duas pontas de cigarro ... (16).

O certo é que na segunda metade do século XIX ressurge o costume do banho. A ideia de que o odor corporal está ligado a uma degradação da condição da pessoa, não surge nem se vulgariza senão neste século. Até aqui a tolerância para com os odores emanados era muito grande, tendo-se desenvolvido crenças e preconceitos (alguns fomentados pela Igreja), quanto à higiene em geral e ao banho em particular e que desencorajavam vivamente práticas, cuja inobservância seria hoje inconcebível.

A sociedade não tinha o asseio como um bem valorizado, nem o corpo era considerado como merecedor de interesse, tanto assim que a visão da nudez era apontada como um pecado.

Certamente que a dificuldade na obtenção da água na cidade, propiciava a manutenção de tais preconceitos. No entanto, a segunda metade do século verá implantarem-se as primeiras distribuições

domiciliárias de água, consideradas como um refinamento na aproximação ao luxo (17).

A casa de banho continuará a ser uma excepção até aos princípios do século XX. É no quarto, perto da cama, que se instala a mesa de toalete incorporando além do lavatório e do jarro, o espelho, a prateleira, o toalheiro, e a saboneteira. Foi este conjunto, nas suas múltiplas variações, que assegurou até há poucas décadas o essencial da higiene pessoal doméstica.

Mas a ciência e os seus produtos assumem características de moda e como tal invadem todos os domínios da actividade humana, incluindo naturalmente a casa do século XIX. Desenvolvem-se nesta altura, os tipos e a produção de equipamentos sanitários. A casa de banho com o seu equipamento padronizado - banheira, lavatório e sanita - está encontrada nos anos de 1890 (18).

Sigfried Giedion aborda desenvolvidamente este aspecto, no seu notável trabalho *La mecanisation au pouvoir* (19), em que estuda a nossa civilização confrontando-a com as demais. Um dos capítulos trata objectivamente do banho nas suas diversas componentes: de higiene, de regeneração, de rito, etc. (20).

Mas para a esmagadora maioria dos arquitectos, o compartimento das instalações sanitárias dentro de casa será, no primeiro quarto do século XX, uma divisão ainda supérflua; o que prolonga a noção da actividade higiénica como um facto partilhável. Muito lentamente as pessoas vão adquirindo o desejo de privacidade, dispensando os (as) auxiliares nas funções de limpeza, de lavagem e em todos os actos de necessidade natural. Estes actos íntimos, vão passar a realizar-se em local retirado e dispensando o concurso de terceiros.

É por força desta vontade de independência na higiene pessoal, que grande parte dos dispositivos sanitários encontram um tão grande acolhimento. Se no século XIX o corpo deve ser resguardado, os locais onde ele se expõe devem permitir o isolamento.

O espírito inquieto, nervoso e sensível que se espraia por oitocentos, não era de molde a copiar acriticamente os espaços e estilos precedentes, como defende apressadamente Zevi. As suas reconstituições do passado são mais no sentido “criativo” do que “histórico”. Não havia propositadamente, uma excessiva preocupação com o rigor ou a fidelidade histórica, mas uma adaptação livre e tantas vezes simplesmente original, das formas tradicionais. Desenvolvem-se estudos eruditos sobre o passado e cabe ao século XIX o mérito (ausente de outras épocas de tendência semelhante), de ter sabido reconhecer e admirar não só as formas e objectos antigos, mas os costumes e mentalidade do período que abordava. Como muitos dos revivalismos oitocentistas foram recriações, não se tornou difícil a integração de artefactos modernos nestes ambientes burgueses, exactamente porque se não respeitava estritamente a verdade histórica.

É, possivelmente, a ausência de toda a contradição entre a tradição e a inovação, que explica a originalidade, a vitalidade e a continuidade na evolução do conceito de habitat, que coexistiram neste século.

Um dos hábitos mais fortemente arraigados foi o do coleccionismo, em especial o de antiguidades. Velharias ou objectos que pela sua bizarria ou de longínqua proveniência, fossem passíveis de captar as atenções ou de ilustrar a originalidade do seu proprietário. As casas do século XIX da pequena e média burguesia, apresentavam o aspecto de inesperados bricabraques, onde cada peça de mobiliário ou de exposição, revelava um intuito e um convite - por vezes subtil - para que o visitante se integrasse nessa unidade, que era menos espacial e muito mais de ordem moral. A dignidade simbólica de que estavam revestidos, a rígida organização que determinava a sua observação (a manipulação, nunca) através de eixos, de percurso ou de cronologias, estipulavam os códigos

de conduta daqueles que eram recebidos nesses espaços; onde se lia em cada objecto, um parágrafo descritivo dessa família.

Também neste ponto é de supor extremada a posição de Zevi, quando diz que:

“o século XIX ... inventou uma decoração de interiores propícia ao ajuntamento do pó, para tornar mais pesado o trabalho doméstico, para impedir o livre movimento e para substituir cada instrumento funcionalmente útil por um adorno japonês ou um ornamento vitoriano” (21).

Seria de estranhar - se não fosse propositada - esta verdadeira imprecisão sobre o que era a mentalidade oitocentista.

Nunca em qualquer período da História da sociedade Ocidental, o espaço doméstico foi tão militantemente valorizado.

O carácter profundo e patriarcal da família, congregava nas refeições, os subordinados à autoridade do pai. Fez-se da sala e da mesa de jantar - elevada finalmente à categoria de peça fixa - um espaço de ritual, que a rotina transformou num verdadeiro espaço de convívio. É à mesa e durante as refeições, que são tomadas ou comunicadas as mais importantes decisões relativas à família. É à mesa que se dão os primeiros ensinamentos às crianças e se transmitem as regras da boa educação. É também à mesa, que essas mesmas crianças serão no futuro avaliadas da excelência dos bons princípios que receberam.

Por esta altura, a ideologia familiar, fundamentada em grande parte numa retracção servil, tinha evoluído para formas benignas de relacionamento interfamiliar, de onde o interdito da palavra tinha sido, em definitivo, banido.

Esta pequena circunstância de que se não faz eco qualquer estudo arquitectónico, está na base de uma profunda alteração no relacionamento entre pais e filhos e nesta mudança podemos fundamentar o aparecimento de espaços de convivialidade familiar, onde os laços de sangue se sobrepõem aos da conveniência; estes, sobrevalorizados pelas classes dominantes. Da mesma forma, algo de semelhante tinha ocorrido nos finais da Idade Média.

Por essa altura, o costume que fazia com que os recém-nascidos dormissem, desde a primeira hora, na cama dos progenitores, foi posto em causa. Na verdade, ao qualificar-se como infanticídio, a morte dessas crianças no leito dos pais, impeliu o aparecimento generalizado dos berços e, conseqüentemente, de um espaço próprio dentro de casa que os acolhesse.

O índice de mortalidade dos recém-nascidos era elevadíssimo, por causa dessa antiga tradição.

Na maior parte dos casos, a morte por esmagamento ou asfixia dos bebés, ficava a dever-se a circunstâncias fortuitas durante o sono dos pais - a acidentes, portanto. Porém, outras vezes tal justificação era simplesmente invocada, servindo de pretexto para que os adultos se vissem livres de mais incómodos ou de uma inesperada contrariedade.

Estes dois casos muito simples: o do fim do interdito da palavra e o qualificar-se como infanticídio a morte de recém-nascidos na cama comum, são exemplos de como alterações na tradição, podem influir decisivamente na organização do espaço doméstico.

É por este motivo, que a habitação burguesa tenderá a preferir o espaço da sala de refeições (símbolo nobre da parte *quase* privada da casa), à sala de visitas - que se abre apenas em ocasiões especiais e ordenada para a celebração das recepções.

Esta mesma atitude extravasa em muito os limites da classe burguesa e é hoje facilmente detectável noutros estratos sociais, para onde fluiu como exemplo e onde se sedimentou como original.

O conforto e o bem-estar doméstico, converteram-se numa aspiração geral da sociedade. Podemos admitir que o foi sempre, mas não terá em termos de concretização mais de 200 anos e a domesticidade (de onde verdadeiramente emana, como vimos), não mais de 300 anos. Ainda assim, é tempo suficiente para se terem convertido em aquisições culturais totalmente diferenciadas - em termos de importância - da moda.

Esta tem uma longevidade que se mede, na melhor das hipóteses, por décadas e nela podemos inscrever algumas das últimas tendências da decoração. Ao contrário, o comportamento social que deriva da tradição, isto é, dos hábitos e dos costumes, é muito mais duradouro.

Observemos uma moda largamente difundida entre nós como é a de fumar em público. Durante o século XIX e nos primeiros decénios do nosso, era costume masculino, o retirar-se para uma sala especialmente destinada a esse fim, mais por delicadeza para com as senhoras do que por pruridos de higiene. Entretanto começam as mulheres a fumar em público e tornam-se inúteis essas divisões anexas às salas. Cinquenta anos decorridos, é muito possível que se volte a considerar incorrecto o fumar na presença de outros e se considere de bom preceito, o recolher a lugares específicos, para usufruir do prazer pessoal de um cigarro, de um charuto ou de um cachimbo.

As alterações na moda dão-se com mais rapidez que as da cultura. A essência desta é muito menos permeável à mudança e por via disso constitui um constrangimento, principalmente às modas “revolucionárias”, que afinal raramente o são. Poucas vezes elas modificam, senão levemente, os costumes sociais; mas a cultura tra-

dicional, essa, quase não é beliscada. Este é o fenómeno que torna muitas das modas cíclicas, durante a longevidade cultural.

Disso mesmo teve consciência uma modesta chapeleira de Maria Antonieta quando lhe assegurou que *só era novo o que estava esquecido*.

No entanto é hoje impossível volvermo-nos para o passado e buscar nele o conforto e o bem-estar, que inegavelmente já conheceu. Mesmo dotando-nos do espírito de oitocentos, de recriar “superficialmente” os ambientes passados, algo na nossa cultura foi firmemente assegurado. O conceito relativo às partes de serviço da habitação - cozinha, arrumos, tratamento de roupas - e às instalações sanitárias - casas de banho, lavabos, dispositivos de manutenção física. Nestes domínios a exigência alterou-se irreversivelmente, mudou a realidade do conforto físico, o que toca directamente no *nível de vida* e isso deve-se aos avanços da tecnologia. A evolução tecnológica afectou, naturalmente, o sentido do conforto ao longo de toda a história. Só que nos encontramos numa situação muito especial, tendo-se consumado essa mudança nos fins do século XIX. Os principais elementos que asseguram o conforto doméstico actual, não existiam (em termos generalizados) antes de 1890: o aquecimento, a água corrente quente e fria, a luz e a energia eléctrica, o gás no fogão, o elevador e tantos outros. Os trinta anos subsequentes marcam o outro lado de uma notável fronteira tecnológica, quer o queiramos quer não.

Mas o mais importante não é a mudança qualitativa do conforto mas fundamentalmente a sua componente quantitativa. O conforto tornou-se um produto de massas. O número de famílias que usufruem hoje dessa incorporação nos seus lares, não tem paralelo em nenhuma época da história social. O acesso à comodidade deixou de ser um privilégio, para se tornar possível à generalidade do cidadão ocidental.

Esta democratização do conforto só se tornou efectiva recorrendo à industrialização e produção intensiva. Comprometeu-se desta forma a manufactura e as actividades artesanais.

Aquilo que é feito à mão será doravante uma verdadeira raridade e isto separa-nos ainda mais do passado. No dizer lúcido de Rybczynski:

“só os ricos ou muito pobres podem viver no passado e só os primeiros o fazem por livre iniciativa”.

Posto isto, ocorre-nos perguntar se o chamado pós-modernismo não se equivocará ao tratar uma moldura estilizadamente ou ao incorporar como simbologia, uma coluna clássica. O que faz falta nas habitações correntes, não são referências históricas liofilizadas, mas a sensação de domesticidade e de intimidade.

O equívoco do pós-modernismo, está na limitação dos seus horizontes referenciados na história da arquitectura - e não há nenhuma História da Arquitectura Doméstica - esquecendo (ou menos-prezando), a evolução da mentalidade e da cultura que representa essa história. É de resto sintomático que tenha adoptado, engenhosamente essa denominação, sem jamais se ter constituído em anti-moderno.

Ainda que tenha produzido exemplos de notável qualidade pictórica e volumétrica, nunca se abalançou a questionar a essência do problema. O seu âmago não está no reexaminar dos estilos burgueses, mas na compreensão das tradições burguesas.

Se submetermos a uma nova apreciação essas tradições, constataremos que não são os grandes espaços que propiciam os ambientes acolhedores, como bem o demonstram as habitações holandesas do século XVII. Não são, portanto, os grandes compartimentos aquilo por que anseia a família comum, mas sim de uma nova compartimentação do espaço.

O mobiliário antes de ser considerado uma manifestação artística, deve cumprir a função de se adaptar ao uso, sem alienar a comodidade. Por muito que a ergonomia seja uma bandeira desfraldada por banda dos *designers*, a verdade é que há muito que aprender com os artífices do século XVIII, que de uma forma perfeita dominaram o conhecimento do corpo, para o acolherem em múltiplas posições. Há que voltar ao princípio, de que o móvel deve ser prático antes de ser estético, o que vale dizer, torná-lo duradouro e não uma moda passageira.

O predomínio avassalador da estética sobre a funcionalidade, poderá constituir o maior óbice da habitação contemporânea; e sê-lo-á, certamente, na do futuro.

Quando no século XVII, no centro-norte da Europa, a mulher assume o controlo da casa e se responsabiliza pela educação dos filhos, o ambiente doméstico sofreu a sua primeira grande mutação. O que hoje poderá ser considerado como o início de um estigma feminino - a eterna tentação de interpretar o passado à luz dos conceitos contemporâneos - foi na altura uma adequada distribuição das tarefas dentro da família (urbana, não o esqueçamos). Ganhava-se na gestão e em eficiência, se na falta de empregados, o trabalho a tempo inteiro da mulher fosse o de se ocupar da casa e da família.

Pode portanto aduzir-se, sem risco de especulação, que a domesticidade é o cunho feminino impresso na habitação familiar.

Todavia, o desejo das mulheres de trabalhar fora de casa, e não apenas por razões económicas, modificou tudo e poderia conduzir a uma reversão, com a domesticidade a ser uma característica votada ao desaparecimento. Entra aqui, o resíduo cultural que ela constituiu como lastro na sociedade em que vivemos. O tempo que a domesticidade já leva, não a torna auto-portante, é verdade, mas

suficientemente dúctil para se moldar às novas realidades, sem se minimizar.

O que ela proporcionava como conforto, pode ser coadjuvado por outro tipo de complementos domésticos que a tecnologia, tornada cada vez mais *amigável*, não deixará (a seu tempo) de introduzir nos lares.

- O que é o conforto? De que falamos e no que pensamos quando abordamos o conforto?

O senso comum, na sua insuperável simplicidade, dir-nos-á que é: o sentirmo-nos bem! O problema é que o mesmo senso comum parece resumir este *sentirmo-nos bem* a uma mera questão fisiológica. Não ter calor nem frio, nem muito ruído nem a ausência de som. Dispor de uma iluminação e arejamento adequados. O poder assumir a melhor posição corporal de acordo com as várias actividades: no escrever e no ler, no dormir e descansar, no comer e conversar ... - Não haverá nisto nada de misterioso.

Mas se o nosso corpo não mudou, porque é hoje diferente de há cem anos, a nossa noção de conforto?

Temos de admitir que este é um conceito necessariamente subjectivo, porque se assim não fosse teria de ser mensurável, o que obviamente não é o caso. E como explicar que exista um generalizado consenso na sociedade sobre o que é, e não é, confortável? Porque será mais fácil apontar a falta de conforto, do que justificar a sua ocorrência?

Um dado pouco parametrizado nesta questão é o *tempo* de que se dispõe quando se “está confortável”. Todos sabemos que por melhor que seja a cadeira em que nos sentamos, ao fim de algum tempo reagimos para nos reposicionarmos, da mesma maneira que o conforto de que desfrutamos acompanhados poderá não ser o mesmo de quando estamos sós. - O que é, pois, *o tempo do conforto*?

Se por um acaso estivéssemos convencidos da descoberta do essencial da domesticidade, estes brevíssimos exercícios reflexivos encarregar-se-iam de afastar qualquer ilusão. Sobre a casa estamos um pouco (e apenas um pouco mais), à frente do que os nossos medievos ancestrais Mas ainda assim excessivamente longe de termos esgotado as possibilidades de uma melhor vivência nas nossas habitações.

Questionava-se Raul Lino sobre o “*que virá a ser a casa de amanhã?*” (22), para mais adiante afirmar, não o risco de uma previsão, mas a expressão de um voto: - “*Que a casa seja reino para uns, simples ninho para outros, palácio, baluarte ou choupana - façamo-la verdadeiramente nossa, reflexo da nossa alma, moldura da vida que nos é destinada*” (23).

Este genuíno e derradeiro romântico da arquitectura em Portugal, cuja esperança está, aliás, bem demonstrada na dedicatória do livro ... “*Que se destina a desbravar o campo* (do projecto da habitação) *em que os architectos de amanhã hão-de exercer a sua nobre profissão ...*”; o que ele dificilmente teria podido antever é o fenómeno que está a trazer de volta para casa, a actividade profissional do seu proprietário. O que irá fazer estremecer a base do próprio modelo residencial.

Eminentes sociólogos têm procurado antecipar com alguma plausibilidade mas inevitavelmente com grandes margens de indefinição, para que tipo de sociedade estaremos nós a ser conduzidos. Alvin Toffler no livro *A Terceira Vaga* (24), que se transformou num clássico, dedica todo o capítulo XVI à problemática da casa. Um outro autor, Peter F. Drucker analisa em *Sociedade Pós-Capitalista* (25), os desenvolvimentos possíveis da civilização Ocidental, que ele prevê essencialmente como a *do saber*, substituindo a contemporânea que designa como a *do fazer*.

Em qualquer caso, parece consensual a opinião de que nos enca-
minhamos para uma sociedade em que as diferenças e a afirmação
individual, terão um valor e um peso muito mais importante do
que têm hoje. Foi necessário passar por uma pura e dura civiliza-
ção de massas, para que se voltasse a aspirar à autonomia por um
lado, e à singularidade por outro.

Nos países do primeiro mundo, a concentração de milhares de em-
pregados em fábricas e escritórios, tenderá paulatinamente, a re-
gredir. Os sistemas produtivos, serão virtualmente, todos substi-
tuídos com o avanço dos sistemas tecnológicos. Este movimento
que se esboça já, nalgumas sociedades mais avançadas - E.U.A. e
Japão por exemplo - irá determinar uma maior liberdade indivi-
dual, em que cada interveniente definirá onde e quando pretende
desempenhar a sua função. Serão as características e a disponibi-
lidade próprias de cada um, que determinarão o seu concurso na
vida da comunidade.

Esta dotar-se-á, ao invés do que acontece actualmente, com meca-
nismos versáteis aptos a darem respostas individuais, ou a peque-
nos grupos e não andando a reboque apenas de interesses corpora-
tivos, por mais estimáveis que estes se possam apresentar.

Não será uma sociedade de individualistas, mas de individualiza-
dos, aquela para quem o arquitecto trabalhará no futuro. Por isso
mesmo, essa sociedade não deverá tolerar dos seus projectistas
- mesmo dos geniais - o que se dispôs a admitir a Le Corbusier.
Em Chandigarh, este retorquiu com a proverbial soberba, ao seu
colega indiano Mulkarj Anand, que se tinha permitido elucidá-lo
sobre a especificidade das tradições locais:

*“Que significam os costumes da Índia hoje, se dizem sim à má-
quina, às calças e à democracia?”*

Foi ainda este excepcional arquitecto e democrata de excepção,
que se dirigiu à C. G. T. francesa, a propósito do projecto dos
apartamentos da Unidade de habitação de Marselha, com a reco-

mendação de que era necessário “saber habitá-los”... Afirmava: - “São para vós, mas é forçoso ensinar a vossa gente a necessária disciplina” (26).

Das duas uma: ou “as gentes” não sabiam habitar os espaços dos architectos, ou estes eram simplesmente inábeis no projectar para “as gentes”. Subsiste ainda, algo destes resquícios de presunção profissional, ao pretender-se instruir as pessoas, na utilização das casa que lhes propomos (27).

Aliado desde sempre ao poder de um, ou de uns poucos, o architecto viu o seu mercado profissional fugir na direcção daqueles, cuja força reside sobretudo, no número. Além disso, perdeu em definitivo a prerrogativa (jamais alcançada), de ser o interventor único no processo de concepção e construção do edifício habitacional. Se não se quiserem deixar arrastar pelo desencanto, as futuras gerações de architectos deverão inverter a postura dos seus antecessores, que simplesmente recusavam a mais pequena das objeções dos seus clientes.

Em simultâneo, deverá ser afastada a tentação de reutilizar os mitos do progressismo das massas, do género: só o povo sabe, só o povo tem bom gosto. Daí a recuperar a pseudo-qualidade das nossas (deploráveis) periferias - clandestinos incluídos - ou a glorificar (depois de esconjurada) a “casa do emigrante”, vai um pulo que não deve nem ser tentado. Sair de um excesso para tombar noutra, parece-nos uma demissão pouco sensata e dignificante. Felizmente que não são apenas os architectos que estão aturdidos. A sociedade no seu todo esforça-se por encontrar também, um fio condutor que lhe assegure uma transição menos sobressaltada, quando se defronta com a vertigem do futuro.

Finada a ideia de um homem ideal, os architectos podem abandonar finalmente o conceito elitista da sua missão - a de uma arquitectura ideal.

A História dá-nos algum alento.

- Quando a democracia surgiu no século XVIII, os arquitectos apressaram-se a erigir-lhe monumentos - com inexcedível candura, houve até quem tenha querido entronizar a guilhotina.

- Quando a técnica e o progresso se afirmaram no século XIX, foi para aí que se voltaram, propondo pavilhões de exposições, fábricas, estações ferroviárias, etc.

- O século XX foi o dos homens da ciência e o da ciência da guerra. Com elas nos entretivemos.

- Pode ser que tenha chegado a hora do cidadão comum.

De acordo com a formulação de Yona Friedman, *"não existem arquitectos apenas habitantes, alguns com conhecimentos específicos mais alargados que outros"* (28).

Este pensador, que trinta e cinco anos após a sua licenciatura em arquitectura, não logrou construir o que quer que fosse, tem-se obstinado através dos seus escritos (29), em conferências e na docência, em promover um método de abordagem à arquitectura doméstica, distinto do comumente aceite.

Para si, *"a única coisa que os arquitectos podem fazer, são estruturas que deixem a máxima liberdade a cada indivíduo, para que as possa adequar pessoalmente de acordo com as necessidades e segundo a sua vontade"* (30).

Na linha filosófica dos mais puros utopistas, Friedman deixa implícita toda uma alteração nos mecanismos burocráticos e nas tomadas de decisão dos poderes tradicionais, elegendo a figura do arquitecto como símbolo dessa mudança necessária.

Como qualquer combatente da primeira linha, a sua acção energeticamente radical no plano teórico, foi rapidamente aproveitada e ensaiada na prática. - Só que se ficou pelas ruas!

Um grupo de jovens arquitectos contestatários, que no rescaldo do Maio de 68 e aproveitando-se de debilidade das instituições nos anos de 75 e 76, tenta em França e a pretexto da Renovação Urbana de La Roquette, em Paris, a condução da apropriação popular de quarteirões e de espaços da cidade (31).

Contudo, Yona Friedman define sem ambiguidade as suas ideias quanto a esta matéria. Para ele *“não existe o messianismo arquitectónico do proletariado, ou dos pobres, ou dos marginais; mas o do utilizador, do habitante, o da “pessoa”* (32).

Incomparavelmente mais sintonizado com o conceito geral de Friedman (que desde 1958 teoriza sobre o espaço doméstico), esteve o arquitecto G. Maurios, que desenvolveu e registou em 1966 a patente de um sistema para a distribuição horizontal e vertical de fluidos num edifício. Ao permitir uma quase total flexibilidade na organização interna da habitação (libertando-a da pré-determinação da cozinha e dos sanitários), Maurios oferece aos futuros utilizadores daquele espaço residencial, uma liberdade invulgar na sua compartimentação.

É neste sentido que se deverá orientar grande parte do esforço futuro dos projectistas. No proporcionar das melhores condições possíveis para versatilizar o espaço da habitação. Em seguida, poderá oferecer consultoria acerca das melhores soluções para cada caso específico, isto na eventualidade do futuro habitante pretender recorrer aos seus serviços de assessoria.

Aldo Rossi afirma que *“entre os estudos mais profundos sobre o problema da residência estão os de tipo sociológico”* (33).

Sendo uma evidência, não é possível todavia, retirar a exclusividade do discurso arquitectónico do habitat ao arquitecto, para o entregar desta feita ao sociólogo.

O âmbito das respectivas abordagens é distinto, embora complementar. Enunciando o ponto de vista dos sociólogos, escreve Rossi:

“De uma forma puramente descritiva, a sociologia da casa transitou para o estudo da evolução das estruturas familiares e das relações sociais dentro dela, por considerar que estão estreitamente vinculadas e influenciadas pelo tipo de sistematização da casa. Para eles, a casa representa um ponto de convergência nos estudos de síntese” (34).

Ora, isto afigura-se-nos uma perspectiva absolutamente invertida da situação. A menos que se continue a aceitar como válida a imposição de modelos mentais e sociais, forçando a alteração das suas estruturas, de cima para baixo. A “tirania” que impôs à arquitectura moderna uma racionalidade absoluta e sem desvios, julgando projectar para um homem perfeito, não pode servir de base, agora, à padronização das estruturas familiares e sociológicas dela resultantes.

Pelo contrário. Em grande parte elas resistiram à descaracterização apesar das casas que lhes foram disponibilizadas.

Veja-se a este propósito o que se passou em Pessac, próximo de Bordéus, 40 anos depois da entrega aos proprietários. Felizmente para estes, a escala das casas condizia com a dimensão da vulgar escada de madeira, que se utiliza no exterior e que foi a protagonista da reformulação de uma imagem de conjunto, que estava em tudo, desenquadrada da dos seus habitantes (35).

Os arquitectos, mesmo os mais insígnies, continuam a não atribuir e estes fenómenos grande significado profissional, remetendo-os para as áreas difíceis, movediças, da ... *aculturação*.

Uma característica fundamental do futuro habitat vai ser, não temos dúvida, a sua inserção no quadro global das comunicações.

Se as encararmos na sua componente física, há que começar por fazer a distinção entre *fluidez* e *mobilidade*. A primeira pressupõe uma rotina - por exemplo, a deslocação casa/trabalho - em que o processo de circulação é analisado, sobretudo, em relação às condições possíveis de comodidade e tempo disponíveis para este efeito. A mobilidade, pelo contrário, assenta numa lógica em que o indivíduo não se encontra sujeito a um padrão único de deslocações e cuja movimentação não é justificável por uma eventual actividade pendular (36).

Ora, o que se observa hoje em dia são as tentativas normalmente frustradas, de resolver o problema da acumulação de situações de falta de fluidez; isto numa altura em que nos deveríamos estar a preparar para resolver os problemas da mobilidade.

Esta *mobilidade* tenderá porém, a suprimir (ou diluir) o factor *tempo* na adaptação família-alojamento e na sua relação afectiva espaço-habitação (37).

Como já houve ocasião de aflorar em anterior passagem, a auto-construção praticamente desapareceu das sociedades ditas desenvolvidas. Esta intervenção directa, poderá ser recuperada se forem disponibilizados processos expeditos de conformação do espaço, aos próprios utilizadores.

Constituir-se-ia deste modo, uma espécie de “compensação” ao sentido de precariedade das coisas que o homem contemporâneo tem, dada a “rapidez” com que passa pelo tempo. Esta velocidade faz dele um novo nómada (38) e esta instabilidade reflecte-se na sua residência.

Não é por acaso, que as antigas casas familiares - passando de geração em geração - inspiravam uma profunda segurança às pessoas (39).

Mas a sociedade progride e as alterações não surgirão como corolário de uma qualquer revolução social, mas da evolução e propagação da 2ª (ou da 3ª) revolução industrial.

Recordemos a propósito Giedion, quando sustenta que a (1ª) Revolução Industrial, com a introdução do trabalho organizado e mecânico, alterou completamente o aspecto do mundo, de uma forma muito mais determinante do que a Revolução Social em França. É que, continua ele, as revoluções políticas têm o seu fim após um determinado tempo e estabilizam num novo equilíbrio social (40). Não tendo a revolução industrial e tecnológica em curso, um termo previsível, há que resguardar e redefinir o valor do equilíbrio social.

“A arquitectura tem sobre todas as outras artes mais livres, a grande vantagem de nunca poder ficar divorciada da lógica”.

Desta forma límpida, antecipa Raul Lino (41) aquilo que foi a preocupação de Alexander Klein, expressa no livro *Vivenda Mínima: 1906-1957* (42). Nele se expõem as três correntes para a abordagem ao projecto de arquitectura.

- A primeira, quer romper com todos os princípios que justificaram o modo de habitar até hoje.
- A segunda, não quer reconhecer que as relações sociais e económicas se alteraram profundamente, implicando uma mudança no modo de vida das pessoas.
- A terceira, defende que não faz sentido estar-se sistematicamente a inventar novas propostas arquitectónicas, mas que o trabalho dos projectistas deverá consistir na compreensão e na reelaboração eficaz dos “modelos” já existentes.

Dentro de tais parâmetros parece-nos a nós evidente, que a opção mais sensata deverá recair sobre esta última atitude, de resto, convictamente defendida por Venturi quando se propõe: *“retocar*

ligeiramente os elementos convencionais, modificando-lhes profundamente o contexto e, com o mínimo de esforço, obter o máximo de resultados” (43).

Das inúmeras definições de *arquitectura*, uma há que nos é particularmente cara, desde o primeiro momento em que a recebemos: - *arquitectura é a arte da medida* (44).

É-nos difícil imaginar uma síntese mais adequada para a realização do arquitecto; já que as demais ao apontarem grandes princípios, esquecem inevitavelmente, no mínimo outros tantos. A maior parte não passam, aliás, de sonantes ou habilidosas e impenetráveis formulações.

Gillo Dorfles consegue de maneira insuperável, dar-nos a arte de todas as *medidas* na arquitectura. Primeiro a arte medida no *divino*; depois a arte à medida do *príncipe*; em seguida a medida da arte do *colectivo*.

Deixa em aberto a arte da última medida que realmente falta ao arquitecto dominar: *a da sua própria!*

Para isso, têm-se virado alguns projectistas no sentido da análise e estudo aprofundado das arquitecturas regionais e locais, não por uma postura folclórica ou por cedência a tentações popularescas. Menos ainda por renúncia a uma actividade inventiva, motor e esteio da arquitectura de sempre. Mas pela imperceptível necessidade de equilíbrio com outros ramos da pesquisa arquitectónica, cujos antípodas se revêem na *High Tec*.

Não deixa de resto, de ser algo paradoxal, que seja pela actividade de eruditos que a arquitectura vernácula está a renascer, perdidas que foram, grande parte das suas raízes (45). Recupera-se na forma, nas técnicas construtivas e em todos os seus outros saberes, abrindo-se afinal um campo insuspeito, para a actuação de futuros profissionais.

Não é mais possível à arquitectura voltar a ser o que foi, desde o Renascimento até ao século XIX - uma arquitectura de homens excepcionais, de génios mesmo.

Homens que de *mestres* quiseram passar a *senhores*.

Homens dotados de conhecimentos estéticos e humanísticos invulgares. Homens que como Miguel Angelo - artista completo: pintor, arquitecto e escultor - aspiraram ao mesmo cognome de, *O Divino*. Esta ideologia de seres “eleitos” não se coaduna mais com a necessidade aflitiva de alojamentos, que a sociedade exige dos projectistas e construtores.

É claro que continua a haver génios na arquitectura - poucos, como sempre foram - mas não os descortinamos na concepção do quotidiano.

Haverá sempre lugar para o arquitecto demiúrgico, enquanto houver lugar para a concepção sumptuária e de “aparato”; não encerrando estas designações, qualquer conceito pejorativo.

O que não pode é continuar a haver um divórcio tão ostensivo, entre nós e aqueles para quem é suposto trabalharmos. Há que delimitar e definir áreas de actuação e assumir que o projecto habitacional é a mais específica e, paradoxalmente, a mais transferível das áreas da concepção arquitectónica. Isso levar-nos-á a compreender a necessidade de reformulação da abordagem ao projecto da residência que, intuído pela “classe” e pela sociedade, não encontrou ainda expressão cabal na formação académica dos novos profissionais.

Ao reflectirmos com colegas e alunos estas preocupações, fazêmo-lo na convicção sincera de que é possível uma reorientação (de dentro para fora), por parte das instituições académicas (46). Se o não fizermos, ela ser-nos-á imposta, num processo (de fora para dentro) mais doloroso e penalizador. É que a evolução e as alte-

rações sociais, não se compadecem com excessivas ou prolongadas hesitações.

Reconheçamos que há um labirinto diante de nós. Se defendemos como fundamental e irrefutável, o princípio da liberdade individual na conformação do seu espaço habitacional; também devemos reconhecer que essa capacidade pode ser condicionada por factores estranhos e simultaneamente perversos para o indivíduo, como a publicidade, por exemplo.

O “habitante”, como o “condutor”, como o “fumador”, como tantos outros consumidores, é permanentemente sujeito a tentativas de manipulação por parte de vendedores dos diferentes produtos. Casas incluídas. Veja-se a propósito, a infinidade de revistas de arquitectura, de decoração (de interiores e exteriores), de mobiliário; de primeiras, de segundas e terceiras habitações, etc.

O comprador de habitação está tão sujeito a manobras e pressões de marketing, como qualquer consumidor de qualquer outro bem vendável. Mas essa é uma das regras do jogo que a nossa civilização inventou e impõe, e não parece crível que nos possamos manter à margem dela.

É até aceitável, que possa reverter em algum benefício para o nosso “destinatário”, cujas alternativas de escolha deverão ser alargadas no futuro. Desde logo porque três opções devem ser postas à disposição do futuro *habitante*.

- Uma, a possibilidade de habitar em edifícios multifamiliares de centros urbanos antigos, reabilitados e reestruturados.
- A segunda opção deverá ser a de viver fora dos grandes centros populacionais (no meio rural mesmo), em habitação unifamiliar; mas assegurando os padrões e a qualidade de vida que tradicionalmente se associam à urbanidade.
- Por último, a opção por megas-estruturas habitacionais, dotadas de serviços de apoio centralizados e altamente especializados.

Edifícios colectivos, cujas formas nada terão a ver com o actual figurino, de sobreposição de um arquétipo de habitação rural, apenas acrescentada de um elevador.

Certamente que cada uma das escolhas representa uma forma distinta de habitar, mas se proporcionarem um idêntico e adequado nível de qualidade de vida, a escolha será determinada, mais pelas características da personalidade e dos afazeres profissionais de cada um, e não tanto pela simples ausência de alternativas.

“Como se pode estar de acordo com as tendências futuras, se nem nos conseguimos pôr de acordo com o que já ocorreu? Em virtude da constante revisão das interpretações do presente” (47).

Assim põe Charles Jenks o dedo, firmemente, na ferida das antecipações.

Se é certo que a margem de incertezas é excessiva, também não é recomendável o sistemático pessimismo sobre o futuro; flagelados que somos pela informação da explosão demográfica, da degradação das condições ambientais, do depauperamento (nalguns casos irreversível) das riquezas e matérias-primas - cujo acesso continua restrito e discriminado.

No meio de todas estas perturbações está-se a moldar a mentalidade das futuras gerações dos habitantes deste nosso mundo. Compete-nos, na medida do possível, tornar este percurso mais trilhável e bonançoso. Como arquitectos, saibamos discernir, na nossa actuação, o essencial do suplementar e gerir com rigor tal conhecimento.

Só um criador de eleição e que nada mais tinha a provar, poderia afirmar como o fez Louis Kahn:

“Antes de mais quero dizer-vos que a arquitectura não existe. Existe uma obra de arquitectura. E uma obra de arquitectura é uma oferta à Arquitectura, na esperança que esta obra possa chegar a fazer parte do tesouro da arquitectura” (48).

Este foi o mestre que disse uma vez: *“as Instituições (escolas, bibliotecas, laboratórios, ginásios) são habitações da inspiração”* (49).

- Façamos então das nossas habitações, espaços de igual inspiração, almejando que também elas possam vir a fazer parte um dia, do tesouro da Arquitectura referenciadas pelos historiadores que hão-de vir.

NOTAS

- 1 - Gaudi só não é mencionado porque não logrou continuadores para a sua obra. Deve ser encarado na perspectiva de um génio da forma e da estrutura, mas incapaz de gerar discípulos. A arquitectura doméstica, fulcro deste trabalho, pressupõe o acumular e encadear de exemplos para que possa ser devidamente testada e não ficar por protótipos.
- 2 - Bruno Zevi, *História da Arquitectura Moderna*, ed. Arcádia (2 Vol.), 1970, Lisboa. Vol. I, pp. 64-65
- 3 - Enfatiza-se o termo “ocidental”, porque para civilizações Orientais e Islâmicas, a afirmação não será totalmente correcta.
- 4 - Zevi, ob. cit., p. 63
- 5 - Recordem-se as obras já citadas de:

Bernard Slicher van Bath (1964), *História Agrária da Europa Ocidental - 500-1850*, e de A. H. Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*.
- 6 - A situação não é de resto original. Em 1929 foi a Grande Depressão que travou, nos Estados Unidos da América, a expansão do *Art Deco*. Os clientes privados que tinham sustentado a fabricação artesanal e o emprego dos materiais nobres, simplesmente deixaram de o poder fazer, arrastando para o declínio aquela manifestação artística.
- 7 - “Receptáculo da vida mundana e da vida familiar, o apartamento burguês deve igualmente assegurar funções de transformação e de excreção. É aí que se arrumam os alimentos e há que expulsar as águas usadas e as dejeções alvinas (...) Aqui está em causa o que é vital, a relação directa com o corpo: apercebemo-nos de que a sensibilidade da nova classe dirigente baixou consideravelmente o seu limiar de recepção para com o que toca o “sujo”. Não é portanto surpreendente que, no século XIX, os architectos, ao mesmo tempo representativos e dependentes da sua classe de origem, tenham banido a cozinha

do seu campo de actividade. Rejeitam-na para a extremidade do apartamento: esse lugar cheio de fumos, de odores acres, ocupado por um forno cujo calor afecta a tez, não é decididamente frequentável. A mesma indiferença envolve o quarto de banho”.; cit. de Roger-Henri Guerrand em “*Espaços privados*” in Hist. V. Priv. ob. cit., v. 4, pp. 335-337

- 8 - Ivan Illich em *La Convivialité*, ed. Seuil, 1973, Paris, escreve: “Em 1945 um terço das pessoas (no Massachusetts) viviam em casas que eram obra inteiramente sua, ou construídas de acordo com um plano seu. Em 1970 essa proporção tinha baixado para 11% do total. Entretanto, o alojamento tinha-se convertido no problema número um ...”
- 9 - Vejam-se a este propósito, as considerações de José Eduardo Horta Correia em *Vila Real de Santo António - urbanismo e poder na política pombalina*; pp. 259-260
- 10 - Ficou célebre o facto de Luis XIV, em Versalhes, para ir visitar Mme. de Montespan ter obrigatoriamente de atravessar o quarto de Mme. de la Vallière, a favorita anterior.
- 11 - Veja-se de M. Eleb-Vidal, *Architectures de la Vie Privée*, ob. cit., p. 171
- 12 - Alain Corbin, *Le Miasme et la Jonquille. L'odorat et l'imaginaire social. XVIII^e - XIX^e siècles*, ed. Aubier, 1982, Paris; numa cit. de E.-Vidal, ob. cit., p. 187
- 13 - Sugere-se a consulta do livro de Michel Jean Bertrand *Architecture de l'habitat urbain - la maison, le quartier, la ville*, ed. Dunod, Paris; pp. 11 e segs.
- 14 - A arquitectura constitui-se em formação académica: em Inglaterra, em 1850; em França, na década de 1730 sob a direcção de Jacques-François Blondel; em Portugal institui-se no dia 19 de Abril de 1756 a Casa do Risco das Obras Públicas.

- 15 - "Parte da culpa por esta situação pode ser atribuída ao palladianismo. Os livros de Palladio não continham informação sobre os interiores e as suas habitações são basicamente volumes abstractos, manipulados mais para o seu efeito externo do que para a sua comodidade interna", in *Home - a short history of an idea*, ob. cit., p. 134
- 16 - em *A tragédia da Rua das Flores* do Eça.
- 17 - Recordemos a descrição de uma sala de banho do "202" de Jacinto em *A cidade e as Serras*.
- 18 - "A sala de banhos, com o seu equipamento standart: banheira, lavatório e W.C., é fruto de um longo e tacteante caminho. Será preciso esperar pelos anos de 1890 para dar ao banho a sua fisionomia moderna ... Hesitação entre vários tipos: banho de ar quente, banho de vapor banheira ou simples base de chuveiro. A que tipo de banho dar preferência? Foram estas, algumas das questões colocadas.", cit. de E.-Vidal, ob. cit., p. 208
- 19 - Siegfried Giedion, *La mecanisation au pouvoir*, ed. C. C. I., 1980
- 20 - Giedion no capítulo da ob. supra, "*A chaque civilisation son type de régénération*" afirma a dada altura: "O nosso objectivo desde o início é o de retratar os dois tipos de banhos fundamentais: o banho-ablução e o banho regeneração. Coexistem frequentemente, um dominando habitualmente o outro. Cada tipo de banho tem uma significação social profunda. O primeiro faz do banho uma actividade estritamente privada, da qual a banheira, principalmente na sua forma actual, é o símbolo. O banho regenerador, pelo contrário, favorece as relações sociais e torna-se quase automaticamente uma antecâmara de vida comunitária."; p. 577
- 21 - Bruno Zevi, ob. cit., p. 63

- 22 - Raul Lino, *Casas Portuguesas - alguns apontamentos sobre a arquitectura das casas simples*, ed. Cotovia, 1992, Lisboa, p. 10
- 23 - Ibid., p. 11
- 24 - Alvin Toffler, *A Terceira Vaga*, trad. F. P. Rodrigues, ed. Livros do Brasil, 1984, Lisboa, pp. 192-206
- 25 - Peter F. Drucker, *Sociedade Pós-Capitalista*, trad. M. F. Jesuíno, ed. Difusão Cultural, 1993, Lisboa.
- 26 - Veja-se a este propósito de Le Corbusier e François de Pierrefeu, *La Maison des Hommes*, ed. Palatine, 1942, Paris
- 27 - Sobre esta questão veja-se o excelente trabalho de Raymonde Moulin, *Les Architectes*, ed. Calmann-Lévy, 1973
- 28 - Yona Friedman, *L'Architecture mobile*, ed. Casterman-Poche, 1970; e também *Pour l'Architecture Scientifique*, ed. P. Belfond, 1971
- 29 - Michel Ragon tem sido o responsável pela divulgação de Yona Friedman com as publicações: *Où vivrons nous demain?*, ed. R. Laffont, 1965; *La cité de l'an 2000*, ed. Casterman, 1968; *Les Visionnaires de l'Architecture*, ed. R. Laffont, 1965. Michel Ragon fundou com Yona Friedman o G.I.A.P. (Grupo Internacional de Arquitectura Prospectiva) em 1965.
- 30 - Michel Ragon, *L'Architecte, le Prince, la Democratie*, ed. A. Michel, 1977, Paris, p. 172
- 31 - Designado como Movimento Março de 76, este grupo de arquitectos propunha uma série de disposições revolucionárias, no que concerne ao licenciamento, à edificação e à participação popular, que se revelariam totalmente inconsequentes. Entrevista dada à publicação *La Ville*, nº 19, Junho/Julho, 1976, Paris.
- 32 - M. Ragon, ob. cit., pp. 177-178

- 33 - Aldo Rossi, *Para uma Arquitectura de Tendência - escritos: 1956-1972*, trad. cast. de F. S. Cantarell, ed. G. G., 1975, Barcelona; in “os problemas tipológicos e a residência”, pp. 138-144
- 34 - Ibid., p. 139
- 35 - Sobre este assunto veja-se de Philippe Boudon, *Pessac de Le Corbusier*, ed. Dunod, 1969
- 36 - Aldo Rossi, ob. supra, p. 140
- 37 - Este aspecto encontra-se perfeitamente escalpelizado por Claude Lamure em *Abitare & Abitazione*, ed. Franco Angeli, 1988, Milão.
- 38 - Veja-se a este respeito a obra de Jézabelle Ekambi-Schmidt, *La Percepción del hábitat*, trad. cast. de J. Beramendi, ed. G. G., 1974, Barcelona. Começa a autora por indagar:”... Porque têm fascinado tanto a filosofia, os vagabundos que aceitam pernoitar ao relento, sem protecção? Porque se admiram os que deixam a sua casa para uma peregrinação? - Não será, talvez, por terem dominado uma necessidade, uma aspiração fundamental, a da *habitar*?”
- 39 - Ibid.
- 40 - Siegfried Giedion, *Espace , Temps, Architecture* , ed. Denoël, 1990, Paris; pp. 117-118.
- 41 - Raul Lino, *A nossa casa - apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, ed. Atlântida, p. 22
- 42 - Alexander Klein, *Vivienda Mínima: 1906-1957*, trad. cast. de Bernet, Conil e Usandizaga, ed. G. G., 1980, Barcelona.
- 43 - Robert Venturi, *Arquitectura - Complexidade e Contradição*.
- 44 - Gillo Dorfles in *A Evolução das Artes*, ed. Arcádia, Lisboa, p. 151

- 45 - Veja-se a este propósito duas obras ilustrativas: *Construir em terra no mediterrâneo*, ed. C. M. Silves; e “*Des Architectures de terre, ou l’avenir d’une tradition millenaire*”, ed Centre Georges Pompidou/CCI; trad. port., H Cardoso, ed. Fundação Caloust Gulbenkian
- 46 - A afirmação dirige-se à generalidade das instituições de formação de arquitectos, nacionais e estrangeiras, e não obviamente, a qualquer Faculdade de Arquitectura em particular.
- 47 - Charles Jenks, *Arquitectura 2000*, ed. Blume, 1975, Barcelona.
- 48 - Louis Kahn, numa conferência promovida pelo Instituto Politécnico de Milão em Janeiro de 1967
- 49 - “*Poeta das Instituições*”, foi como o definiu Paolo Portoghesi em *Depois da Arquitectura Moderna*, edições 70, Lisboa, p. 85.

BIBLIOGRAFIA

AAP

*Catálogo da primeira Exposição Nacional de Arquitectura, 1975 - 1985 **

Fevereiro de 1986, Lisboa

AAP

*José Luis Monteiro na Arquitectura da Transição do século **

Ed. AAP - Patrocínio IPPC/CML, 1990, Lisboa

AAP

*Keil do Amaral . arquitecto 1910-1975 **

Ed. AAP - Patrocínio CML/FCG

AGUIAR, António

Mobiliário Português do século XVIII - achegas para o seu estudo

Separata da Rev. Ocidente, nº 48, Lisboa

ALARCÃO, Jorge de

Introdução ao estudo da casa Romana

Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras de Coimbra, 1985

ALBERTI, Leon Battista

I Libri della Famiglia

Ed. Cecil Gayson, Opera Vulgari, 1960

e

L'Architettura

trad.- Giovanni Orlandi; intr. P. Portoghesi; Ed. Il Polifilo, Milão

AMARAL, António Caetano

Para a História da Legislação e Costumes de Portugal

Ed. Livraria Civilização, 1945, Porto

ANSELMO, António Joaquim

Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no século XVI

Ed. BN, 1926, Lisboa

ARNHEIM, Rudolf

*The Dynamics of Architectural Form **

trad. port.- W. Ramos; Ed. Presença, 1988, Lisboa

ASHTON, T. S.

The Industrial Revolution

trad. port.- J. Macedo; Pub. Europa-América, 1987, Lisboa

ATANÁZIO, M. C. Mendes

*A Arte do Manuelino **

Ed. Presença, 1984, Lisboa

AZEVEDO, Carlos de

Solares Portugueses - Introdução ao estudo da Casa Nobre

Ed. Livros Horizonte, 1969, Lisboa

AYMONINO, Carlo

Il Significato della Città

trad. port.- A. Rabaça; Ed. Presença, 1984, Lisboa

AYRES, Cristóvão

*Manuel da Maia e os Engenheiros Militares Portugueses **

Ed. IN, 1903, Lisboa

AZEVEDO, Pedro de

*Documentos para a História Marítima e Comercial de Portugal
nos Reinados de D. Afonso IV a D. Duarte*

Arquivo de História e Bibliografia, Lisboa, 1923-1926
1976, Lisboa

e

Os escravos em Portugal

Arquivo Histórico Português, XI

BANNIARD, Michel

Le Haut Moyen Age Occidental

trad. port.- M. Campos; Pub. Europa-América, Lisboa

BARATA, J. P. R. G. Martins

*Arquitectura Popular Portuguesa **

Ed. Correios e Telecomunicações de Portugal, 1989, Lisboa

BARREIROS, M. Aguiar

*A Catedral de Santa Maria de Braga **

Ed. Marques de Abreu, 1922, Porto

BARROS, Henrique da Gama

História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV

Ed. Sá da Costa, 1956, Lisboa

BATH, Bernard Slicher van

História Agrária da Europa Ocidental 500-1850

Ed. Presença, 1984, Porto

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline

*Géographie Urbaine **

trad. port.- R. S. Brito; Ed. Fund. Caloust Gulbenkian, 1983

BENEVOLO, Leonardo

*Storia dell'Architettura Moderna **

trad. port.- A. M. Goldberg; Ed. Perspectiva, 1976, São Paulo

e

*La Città e l'Architetto **

trad. port.- R. Brito; Edições 70, 1984, Lisboa

e

*L'Ultimo Capitolo dell'Architettura Moderna **

trad. por.- J. Rodil; Edições 70, 1985, Lisboa

BENEVOLO, Leonardo; MELOGRANI, Carlo; LONGO, Tomaso

*La Progettazione della Città Moderna **

trad. port.- R. Moreira; Ed. Presença, 1980, Lisboa

BERGER, Francisco José Gentil

*Os Arquitectos de D. João V - Manuel da Costa Negrais, no estudo sistemático do barroco joanino na região de Lisboa ***

Ed. Cosmos, 1994, Lisboa

BERTRAND, Michel Jean

Architecture de l'Habitat Urbain - la maison, le quartier, la ville

Ed. Dunod, Paris

BIBLIOTECA NACIONAL

*Subsídios para a bibliografia da história local portuguesa **

Ed. B N, 1933, Lisboa

BLAKE, Peter

*The Master Builders (3 Vol.) **

trad. port.- P. Lemos; Ed. Record, 1966, Rio de Janeiro

BLEGVAD, Kaj

*African Traditional Architecture ***

Oxford University Press, 1971, Nairobi

BLOCH, Marc

Société Féodal

trad. port.- L. Silva, Edições 70, 1987, Lisboa

BOTTINEAU, Yves; BUTLER, Yvan

Baroque Ibérique - Espagne, Portugal, Amérique Latine

Ed. Office du Livre, 1969, Friburgo

BOUDON, Philippe

Pessac de Le Corbusier

Ed. Dunod, 1969, Paris

e

*Sur l'espace architectural: Essai d'Épistémologie de
l'Architecture ***

Ed. Dunod, 1977, Paris

BOYD, Alexander

*The Journal of William Beckford in Portugal and Spain: 1787-
-1788*

vers, port.- Ed. BN, 1988, Lisboa

BRAGA, Teófilo

O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições
(2 Vol)

Pub. Dom Quixote, 1985, Lisboa

BRANDÃO, Augusto Pereira

*A Aventura Portuguesa **

Ed. Verbo, 1991, Lisboa

BRAUDEL, Fernand

Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme: siècles XV-XVIII (3 Vol.)

trad. port.- T. Costa; Ed. Teorema, 1992, Lisboa

BRAUMAN, Annick; MICHEL, Louis

Jean-Baptiste Andre Godin (1817-1888). Le Familistère de Guise ou les Equivalents de la Richesse

AAM Editions, 1980, Bruxelas

BRUNA, Paulo J. V.

*Arquitectura, Industrialização e Desenvolvimento **

Ed. Perspectiva, 1976, São Paulo

BURNETT, John

*A Social History of Housing: 1815-1970 ***

Ed. Menthuen, 1980, Londres

CABRITA, A. Reis; AGUIAR, José; APPLETON, João

*Manual de apoio à reabilitação dos edifícios do Bairro Alto **

Ed. CML e LNEC, 1993, Lisboa

CAETANO, Marcello

Lições de História de Direito Português: 1140-1495

Ed. Verbo, 1962, Coimbra

CALADO, Maria Marques

*Reynaldo Manuel dos Santos - Um arquitecto português do século XVIII **

1973, Lisboa

CALLADO, José Carlos Pereira Lucas

*Interactivity in Housing Design - An Aproach for a Model **

University of Newcastle upon Tyne, 1992

CÂMARA MUNICIPAL de LISBOA

*Lisboa Joanina - Catálogo da Exposição, 1950, Lisboa **

CAPITÃO, M. Amélia da Mota

Subsídios para a História dos Transportes Terrestres em Lisboa, no século XIX

Ed. C. M. Lisboa, 1974

CARITA, Helder

*Bairro Alto - Tipologias e Modos Arquitectónicos **

Ed. C. M. Lisboa, 1990

CARITA, Helder; CARDOSO, Homem

*Oriente e Ocidente nos Interiores em Portugal **

Ed. Livraria Civilização

CARRÈRE, J. B. F.

Panorama de Lisboa no ano de 1796

Ed. B N, 1989, Lisboa

CASEY, James

*The History of the Family **

trad. port. - T. Costa; Ed. Teorema, 1990, Lisboa

CASTELLS, Manuel

*Problemas de Investigação em Sociologia Urbana **

trad. port.- L. Azevedo; Ed. Presença, 1975, Lisboa

CASTRO, Armando

*As Ideias Económicas no Portugal Medieval (séculos XIII a XV) **

Ed. ICLP, 1978, Lisboa

CATÁLOGO da Exposição

Constructions Modernes dans un environnement ancien

Munique, 1978

CATÁLOGO da Exposição documental

*1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo **

Promovido pela F.A.-U.T.L./F.C.G., 1987, Lisboa

CHARLISH, Anne

The History of Furniture

Ed. Orbis, 1976, Londres

CHAVES, Castelo Branco

O Portugal de D. João V visto por três forasteiros

Ed. B. N., 1980, Lisboa

e

Os Livros de Viagens em Portugal no século XVIII e a sua projecção Europeia

Ed. ICLP, 1977, Lisboa

CHICÓ, Mário Tavares

A Arquitectura Gótica em Portugal

Ed. Livros Horizonte, 1981, Lisboa

e

A Catedral de Évora na Idade Média

Ed, Nazaré, 1946, Évora

CHILDE, V. Gordon

*The Prehistory of European Society **

trad. port.- A. Lobo; Pub. Europa-América, 1991, Lisboa

COLES, John

Archaeology by Experiment

trad. port.- F. Torrinha; Ed. Bertrand, 1977, Lisboa

COMISSÃO NACIONAL para as COMEMORAÇÕES dos DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

*O Neomanuelino **

Ed. IPPAA, 1994, Lisboa

CORBIN, Alain

*Le Miasme et la Jonquille . L'odorat et l'Imaginaire social - XVIII^e - XIX^e siècles ***

Ed. Aubier, 1982, Paris

Le CORBUSIER

*Le Corbusier & P. Jeanneret - Oeuvre complète (8 Vol.) **

Les Editions d'Architecture, Zurich

e

*Manière de penser l'Urbanisme **

trad. port.- L. Machado; Ed. Perspectiva, 1984, São Paulo

Le CORBUSIER; PIERREFEU, François

La maison des hommes

Ed. Palatine, 1942, Paris

CORREIA, José Eduardo Horta

Vila Real de Santo António - Urbanismo e poder na política pombalina

Lisboa, 1984

COSTA, Mário

Belezas e Desditas que Cercaram Lisboa - num tempo em que o século XIX iluminava o mundo

Rev. Mun., nº 116/117, 1968, Lisboa

COSTIGAN, Arthur William

Cartas sobre a Sociedade e os Costumes de Portugal: 1778-1779

trad. port.- A. Machado; Ed. Lisóptima, 1989, Lisboa

COUTINHO, Bernardo Xavier

Nótulas para a História da Sé do Porto

Ed. Fernando Machado, 1965, Porto

CULLEN, Gordon

*Townscape **

trad. port.- Isabel Macedo; Edições 70, 1984, Lisboa

DELLORME, Jean

Les grandes Dates du Moyen Age

trad. port.- C. Franco; Ed. Europa-América

DIAS, Marina Tavares

Lisboa Desaparecida (3 Vol.)

Ed. Quimera, 1987, Lisboa

DORFLES, Gillo

L'Architettura Moderna *

trad. port.- J. Rodil; Edições 70, 1986; Lisboa

e

Il Divenire della Arti

trad. port.- B. Bastos e D. Carvalho; Ed. Arcádia, Lisboa

DOXIADIS, Constantinos A.

Architecture in transition *

trad. port.- A. Saraiva; Ed. Arménio Amado Suc., 1965, Coimbra

DROSTE, Magdalena

Bauhaus: 1919-1933 *

Ed. Tashen, 1990, Colónia

DURANT, Will

Caeser and Christ **

Ed. Simon and Shuster, 1944, N.Y.

ELEB-VIDAL, Monique; DEBARRE-BLANCHARD, Anne

Architectures de la Vie Privee -XVII^e-XIX^e siècles

AAM Editions, Paris

ERICEIRA, Conde

História de Portugal Restaurado

Ed. Livraria Civilização, 1945, Porto

EKAMBI-SCHMIDT, Jézabelle

La perception de l'habitat

trad. cast.- J. Beramendi, Ed. G.G., 1974, Barcelona

FERNANDES, José Manuel

*A Arquitectura **

Ed. INCM, 1991, Lisboa

e

*Lisboa: arquitectura e património **

Ed. Livros Horizonte, 1989, Lisboa

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes

*Arquitectura Vernácula da Região Saloia: enquadramento na área atlântica **

Ed. Ministério da Educação/ICLP, 1990, Lisboa

FERREIRA, Carlos Antero

Arquitectura e Monumentalidade

Ed. Gráfica dos Anjos, 1964, Lisboa

e

Betão - A Idade da Descoberta

Ed. Passado Presente, 1989, Lisboa

FERREIRA, Godofredo

*Dos Correios-Móres do Reino aos Administradores Gerais dos Correios e Telégrafos ***

Arquivo do G.O.E.

FERREIRA, Victor Matias

*A Cidade de Lisboa: de capital do Império a centro de Metrópole**

Pub. Dom Quixote, 1987, Lisboa

FERRO, Maria José Pimenta

Os Judeus em Portugal no século XIV

Ed. Guimarães & C^a., 1979, Lisboa

FOCILLON, Henri

*Vie des Formes **

trad. port.- F. Silva; Edições 70, 1988, Lisboa

FRANÇA, José-Augusto

*A Arte portuguesa de Oitocentos **

Ed. Ministério da Educação/ICLP, 1979, Lisboa

e

A Reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina

Ed. Ministério da Educação/ICLP, 1976, Lisboa

e

Lisboa Pombalina e o Iluminismo

Ed. Livraria Bertrand, 1987, Lisboa

e

Lisboa: Urbanismo e Arquitectura

Ed. Ministério da Educação/ ICLP, 1980, Lisboa

e

*O Modernismo na Arte Portuguesa **

Ed. ICLP, 1979, Lisboa

FRASER, Douglas

*Village Planning in the Primitive World ***

Ed. Little Brown, 1977, Boston

FRIEDMAN, Yona

L'Architecture Mobile

Ed. Casterman-Poche, 1970, Paris

e

Pour l'Architecture Scientifique

Ed. P. Belfond, 1971, Paris

FUNDAÇÃO CALOUST GULBENKIAN

*Alvar Aalto: 1898-1976 **

Catálogo da Exposição, Lisboa, 1983

FUSHINI, Augusto

Construção de casas economicas e salubres para habitação das classes pobres

Ed. I N, 1884, Lisboa

GABINETE DE ESTUDOS OLISIPONENSES

Collecção dos Documentos da Illuminação a Gaz (2 Vol.)

Ed. Imprensa Democrática, 1882, Lisboa; arquivo G.O.E.

GANSHOF, F. L.

Qu'est-ce que la Féodalité

trad. port.- J. Macedo; Pub. Europa-América, 1976, Lisboa

GARDINER, Stephen

Evolution of the house

Ed. Constable, 1975, Londres

GARIN, Eugénio

*La Cultura del Rinascimento **

vers. port.- F. Brito; Ed. Livraria Telos, 1972, Porto

GAZZOLA, Luigi

*Architettura e Tipologia ***

Ed. Officina Edizioni, 1987, Roma

GIEDION, Sigfried

*Arquitectura e Comunidade **

Ed. Livros do Brasil, Lisboa

e

Espace, Temps, Architecture

Ed. Denoël, 1970, Paris

e

La mecanisation au pouvoir

Ed. CCI, 1980, Paris

e

*La arquitectura, fenomeno de transition - las tres edades del espacio en arquitectura ***

trad, cast.- J. Beramendi; Ed. G. G., 1975, Barcelona

GIMPEL, Jean

La Révolution Industrielle du Moyen Age

trad. port.- A. Alberty; Pub. Europa-América, 1986, Lisboa

GLOAG, John

A Social History or Furniture Design: from b.C.1300 to a.D. 1960

Ed. Cassel, 1966, Londres

e

*Men and Building ***

Ed. Country Life, 1931, Londres

GOFF, Jacques le

Les intellectuelles au Moyen Age *

trad. port.- M. Correia; Ed. Gradiva, 1983, Lisboa

e

Marchants et Banquiers du Moyen Age

trad. port.- O. Cardoso; Ed. Gradiva, 1982, Lisboa

e

*Pour un Autre Moyen Age - temps, travail et culture en Occident:
18 essais*

trad. port.- M. H. Dias; Ed. Estampa, 1974, Lisboa

GOLDMAN, Irving

The Cubeo **

University of Illinois Press, 1963, Urbana

GOITIA, Fernando Chueca

Breve Historia del Urbanismo *

trad. port.- E. Lima; Ed. Presença, 1982, Lisboa

GOMES, Bernardino António

O Esgoto, a Limpeza e o Abastecimento das Águas em Lisboa

Ed. I N, 1871, Lisboa

GOMES, Pinharanda

A "Renascença Portuguesa" *

Ed. ICLP, 1984, Lisboa

GORANI, José

*Portugal - A Corte e o país nos anos 1765-1767 ***

Ed. Ática, 1945, Lisboa

GREGOTTI, Vittorio

*Il Territorio dell'Architettura **

trad. port.- B. Villá; Ed. Perspectiva, 1975, São Paulo

GROPIUS, Walter

*Bauhaus: Nova Architectura **

vers. port.- Ed. Perspectiva, 1972, São Paulo

GUEDES, Natália Brito Correia

*O Palácio de Queluz **

Ed. Livros Horizonte, 1971, Lisboa

HAUP, Albrecht

*A Architectura do Renascimento em Portugal **

trad. port.- M. Morgado; Ed. Presença, 1985, Lisboa

HEERS, Jacques

Le Travail au Moyen Age

trad. port.- C. Franco; Pub. Europa-América, 1988, Lisboa

HERCULANO, Alexandre

História de Portugal

Ed. Bertrand, 1980, Lisboa

HIONS, Frederick

Town Buildings in History

Ed. Harrap, 1956, Londres

HUIZINGA, J. H.

*Dutch Civilization in the Seventeenth Century and other essays ***

vers. cast.- Nueva Vision, Buenos Aires

e

El Otoño de la Edad Media

Rev. de Occidente, Madrid

ILLICH, Ivan

La Convivialité

Ed. Seuil, 1973, Paris

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

*Catálogo do Concurso Público para apresentação de soluções de Habitação Evolutiva **

Ed. INH, 1987, Lisboa

ISMAIL, Adel

*Origin, Ideology and Physical Patterns of Arab Urbanisation ***

Rev. Ekistics - Fevereiro/1972

JANSON, H. W.

History of Art *

trad. port.- J. Almeida; Ed. F C G, 1979, Lisboa

JENKS, Charles

Architecture 2000

vers. cast.- Ed. Blume, 1975, Barcelona

e

Modern Movements in Architecture *

trad. port.- J. Lima; Edições 70, 1992, Lisboa

e

Meaning in Architecture **

Ed. Cresset Press, 1969

e

The Language of Post-Modern Architecture *

Academy Editions, 1987, Londres

e

Bizarre Architecture *

Academy Editions, 1979, Londres

LAMAS, José M. Ressano Garcia

Morfologia Urbana e Desenho da Cidade *

Ed. F.C.G./J.N.I.C.T., 1993, Lisboa

LAMURE, Claude

Abitare & Abitazione

Ed. Franco Angeli, 1988, Milão

LARSEN, Sofus

Dinamarca e Portugal no século XV

trad. port.- Jaime Cortesão; Ed. BN, 1983, Lisboa

LEONARD, Jonathan Norton

The first farmers **

Time-Life Book, 1973, Alexandria, Virgínia

LINO, Raul

A nossa casa - apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples

Ed. Atlantida

e

Casas Portuguesas - alguns apontamentos sobre o arquitectura das casas simples

Ed. Cotovia, 1992, Lisboa

e

"O estilo da casa portuguesa no século XVIII"

Rev. Mun., nº 16, Lisboa 1943

LOBO, A. Sousa Silva Costa

História da Sociedade em Portugal no século XV

Ed. IN, 1903, Lisboa

LOOS, Adolf

*Ordenamento y delito y outros escritos **

vers. cast.- Ed. G.G., 1972, Barcelona

LUCKACS, John

*The Bourgeois Interior ***

American Scholar, vol. 39, nº 4, 1970

KLEIN, Alexander

Vivienda Mínima: 1906-1957

trad. cast.- Bernet, Conil & Usandizaga; Ed. G.G., 1980, Barcelona

KRIER, Rob

*Como projectar em arquitectura ***

Viena, 1979

MACEDO, Jorge Borges de

A Situação Económica no tempo de Pombal - alguns aspectos

Ed. Moraes Editores, 1982, Lisboa

e

Problemas da História da Indústria Portuguesa

Ed. Querco, 1963, Lisboa

MACHADO, José Luis Pinto

*Habitação Rural - sugestões para a renovação ou construção **

Ed. Instituto Fontes Pereira de Melo, 1984, Lisboa

MADUREIRA, Nuno Luis

Cidade: Espaço e Quotidiano (Lisboa, 1740-1830)

Ed. Livros Horizonte, 1992, Lisboa

MANTOUX, Paul

*La Révolution Industrielle au XVIII^e siècle **

Ed. Génin, 1973, Paris

MARQUES, A. H. Oliveira

A Sociedade Medieval Portuguesa

Ed. Livraria Sá da Costa, 1964, Lisboa

e

Introdução à História da Agricultura em Portugal - a questão cerealífera durante a Idade Média

Ed. Cosmos, 1978, Lisboa

MARQUES, A. H. Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar

Atlas das Cidades Medievais Portuguesas - séculos XII-XV

Ed. INIC, 1990, Lisboa

MARTINS, Isabel Oliveira

*William Morgan Kinsey: uma ilustração de Portugal **

Edições 70, 1987, Lisboa

MESQUITA, Marieta Dá

*História e Arquitectura. Uma Proposta de Investigação - O Palácio dos Marqueses da Fronteira como situação exemplar de Arquitectura Residencial Erudita em Portugal **

1992, Lisboa

MIDDLETON, Robin; WATKING, David

*Architecture Moderne - du néo-classicisme au néo-gothique: 1750-1870 ***

Ed. Electa Editrice, 1983, Paris

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL

*Jaime Cortesão, Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid***

Ed.- M.R.E. do Brasil

MIRANDA, Jorge

As Constituições Portuguesas

Ed. Petrony, 1981, Lisboa

MOITA, Irisalva

História dos Transportes

Rev. Mun. - CML, 1979; arquivo do G.O.E.

e

Lisboa Quinhentista - a imagem e a vida da cidade

Ed. Imprensa Municipal, 1983, Lisboa

e

O Povo de Lisboa

Catálogo da Exposição Iconográfica - Mercados e Feiras.

Junho/Julho 1987-1989

MONTENEGRO, Augusto

Bairros Operarios e o saneamento urbano

Ed. do Autor, Tipografia Universal, 1903, Lisboa

e

Inquérito aos Pateos de Lisboa

Ed. I. N., 1903, Lisboa

MORRIS, A. E. J.

History of Urban Form

vers. cast.- Ed. G. G., 1984, Barcelona

MOULIN, Raymond

Les Architectes

Ed. Calman-Lévy, 1973, Paris

MOUTINHO, Mário

*A Arquitectura Popular Portuguesa **

Ed. Estampa, 1979, Lisboa

MUNFORD, Lewis

Téchnique et Civilization

Ed. Seuil, 1950, Paris

NOGUEIRA, João Maria

Apontamentos Estatísticas - Lisboa, século XVI

NUNES, Abreu

Em Guisa Q as Ruas fossem Alomeadas

Ed. do Autor, Oficina Gráfica, 1945, Lisboa

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando

Arquitectura Tradicional Portuguesa

Pub. Dom Quixote, 1992, Lisboa

OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim

Construções Primitivas em Portugal

Pub. Dom Quixote, 1969, Lisboa

PALLADIO, Andrea

I Quattro Libri dell'Architettura

vers. cast.- L. Aliprandini e A.M. Crespo; Ed. Akall, 1988, Madrid

PARREAUX, André

Le Portugal dans l'oeuvre de William Beckford

Société d'Editions "Les Belles Lettres", 1935, Paris

PATETTA, Luciano

*História de la Arquitectura - Antologia critica **

Ed. Herman Blume, 1984, Barcelona

PEREIRA, José Fernandes

A Arquitectura Barroca em Portugal

Ed. ICLP, 1986, Lisboa

PEREIRA, Luz Valente

*Metodologia dos Inquéritos à Habitação Urbana **

Ed. do LNEC, 1983, Lisboa

PEREIRA, Nuno Teotónio

Evolução das Formas de Habitação Pluri-familiar na Cidade de Lisboa

1979, Lisboa - Arquivo da Biblioteca da AAP

PERNOUD, Régine

Les Origines de la Bourgeoisie

trad. port.- F. S., Pub. Europa-América, 1986, Lisboa

e

Pour un finir avec le Moyen Age

trad. port.- M. Santos; Pub. Europa-América, 1989, Lisboa

PEVSNER, Nikolaus

*The Sources of Modern Architecture and Design **

trad. port.-L. Machado; Ed. Martins Fontes, 1981, São Paulo

PFEIFFER, Bruce Brooks

*Frank Lloyd Wright **

Ed. Tashen, 1993, Colónia

PINTO, Maria Helena Mendes

Os Móveis e o seu Tempo. Mobiliário Português do Museu Nacional de Arte Antiga, séculos XV-XIX

Ed. IPPC/MNAA, 1985, Lisboa

PINHEIRO, J. E. Moreirinhas

*Suplemento à Collecção da Legislação Portuguesa (3 Vol.)
- 1842, 1844, 1847*

in Rev. Mun. nº 132/133 e 134/135, Lisboa, 1972

PIRENNE, Henri

Les Villes du Moyen Age

trad. port.- C. Miguel; Pub. Europa-América, Lisboa

PIRES, Maria Laura Bettencourt

*William Beckford e Portugal - uma visão diferente do Homem e do Escritor **

Edições 70, 1987, Lisboa

PORTAS, Nuno

*A arquitectura para hoje **

Ed. Livraria Sá da Costa, 1964, Lisboa

e

A cidade como arquitectura

Ed. Gráfica Santelmo, 1968, Lisboa

PORTOGHESI, Paolo

*Depo l'Architettura Moderna **

trad. port.- M. C. Afonso; Edições 70, 1982, Lisboa

RAGON, Michel

L'Architecture, le Prince et la Démocratie

Editions Albin Michel, 1977, Paris

RAPOPORT, Amos

House, Form and Culture

Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1969, N.J.

RASMUSSEN, Steen Eiler

*Experiencing Architecture **

trad. port.- A. Costa; Ed. Martins Fontes, 1986, São Paulo

e

*Towns and Buildings: Described in Drawings and Words ***

Ed. university Press of Liverpool, 1951

RATTON, Jácome

*Recordações sobre Ocorrências do seu Tempo: de Maio de 1747 a Setembro de 1807 ***

Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 1920

RAU, Virgínia

Feiras Medievais Portuguesas - subsídios para o seu estudo

Ed. Presença, 1982, Lisboa

RELPH, Edward

*Modern Urban Landscape **

trad. port.- Ana Carvalho; Edições 70, 1990, Lisboa

RESENDE, Garcia

Cancioneiro Geral - miscelânea (4 Vol.)

Ed. INCM

REVISTAS

Separata do Binário, nº 49 - Outubro/1962

Rev. Architectural Design, nº32, Junho/1962

Revista Municipal - Imprensa Câmara Municipal de Lisboa

nº 1 - 1939

nº50- 1951

nº51- 1951

nº73- 1957

nº56- 1958

nº79- 1958

nº87- 1960

nº 116/117- 1968

nº 130/131- 1971

nº132/133- 1972

nº134/135- 1972

Revista National Geographic, Novembro de 1966

RIBEIRO, Orlando

Geografia e Civilização - Temas Portugueses

Ed. Livros Horizonte, 1961, Lisboa

e

Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico

Livraria Sá da Costa, 1963, Lisboa

RICHTER, Jean P.; RICHTER, Irma A.

*Literary Works of Leonard ***

Ed. Dos Autores, 1954, N.Y.

RITA, Guilherma Augusto Santa

Habitação do operário e classes menos abastadas

1891, Lisboa. Arquivo do G.O.E.

RODRIGUES, Maria João Madeira

Tradição, Transição e Mudança - A Produção do Espaço Urbano na Lisboa Oitocentista

Ed. da Assembleia Municipal, 1979, Lisboa

ROSSI, Aldo

Aspetti e problemi della tipologia edilizia

Ed. Cluva, VV.AA., 1964, Veneza

e

Scritti scelti sull'architettura e la città

trad. cast.- F. Cantarell; Ed. G.G., 1975, Barcelona

RUDERS, Carl Israel

Viagem a Portugal - 1798-1802

trad.- A. Feijó; Ed. B.N., 1981

RUDOFSKI, Bernard

*Now I lay me down to eat ***

Ed. Garden City, Anchor Press/Doubleday, 1980, N.Y.

e

Architecture without architects

Academy Editions, 1974, Londres

RYBCZYNSKI, Witold

Home - a short history of an idea

trad. cast.- F. fontenla; Ed. Nerea, 1989, Madrid

SANCHEZ, Sebastião Formosinho

Arquitectura porquê?

Ed. Estúdios Cor, 1964, Lisboa

SANTOS, Reinaldo dos

O Românico em Portugal

Editorial Sul, 1955, Lisboa

SARAIWA, António José

Para a História da Cultura em Portugal (2 Vol.) **

Ed. Livraria Bertrand, 1982, Lisboa

SCHOENAUER, Norbert

6.000 Years of Housing

trad. cast.- J. Frontado; Ed. G.G., 1984, Barcelona

SCRUTON, Roger

The Aesthetics of Architecture

trad. port.- M. Belo; Edições 70, 1983, Lisboa

SEARA, Ilda; Seara, Coimbra

Sine qua non - Ideologia do habitar **

Ed. A Regra do Jogo, 1986, Lisboa

SEQUEIRA, José da Costa

Noções Teóricas de Arquitectura Civil . 1839

e

*Breve Tratado das Cinco Ordens de Arquitectura. Jacomo Barozzio de Vignola . 1841 **

Ed. Fac. Arq. - U.T.L., 1989, Lisboa

SERRÃO, Joaquim Veríssimo

História de Portugal (12 Vol.)

Ed. Verbo, 1979-1990, Lisboa

e

O Marquês de Pombal - O Homem, o Diplomata e o Estadista

Ed.- C.M. de Lisboa / C.M. de Oeiras, 1982

e

*Portugal e o Mundo - nos séculos XII a XVI ***

Ed. Verbo, 1993, Lisboa

SILVA, Agostinho da

A Vida de Robert Owen

Ed. Tipografia Minerva, 1941, Vila Nova de Famalicão

e

A Vida de Miguel Angelo

Ed. Ulmeiro, 1989, Lisboa

e

A Vida de Leonardo da Vinci

Ed. Minerva, 1940, Vila Nova de Famalicão

SILVA, António Delgado da

Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações (4 Vol.)

1828-1828-1829-1830, Lisboa

in Rev. Mun. nº 134/135 - 1972

SILVA, Jorge Henrique Pais da

*Páginas de História de Arte (2 Vol.) **

Ed. Estampa, 1986, Lisboa

SMITH, Robert C.

Nicolau Nasoni - Arquitecto do Porto

Ed. livros Horizonte, 1966, Lisboa

SOLERI, Paolo

Arcology - The city in the image of man

Ed. M.I.T. Press, 1969, Cambridge, Massachusetts

SOUSA, F. L. Pereira de

O Terramoto de 1755 em Portugal

Ed. Tipografia do Comércio, 1932, Lisboa

SUMMERSON, John

*The Classical Language of Architecture ***

trad. cast.- J. Beramendi; Ed. G.G., Barcelona

TAFURI, Manfredo

*Teorias e História da Arquitectura **

Ed. Presença, 1988, Lisboa

TAVEIRA, Tomás

Discurso da Cidade

Ed. Novotipo, 1974, Lisboa

TURBULL, Colin

*The Forest People ***

Ed. Simon and Shuster, 1961, N.Y.

USHER, A. P.

History of Mechanical Inventions **

vers. cast.- Ed. Fondo de Cultura Economica

VÁRIOS

Arquitectura Popular Portuguesa (3 Vol.)

Ed. AAP, Lisboa

VÁRIOS

Construir em Terra no Mediterrâneo

Ed. C.M. de Silves, 1993

VÁRIOS

Depois do Modernismo *

Catálogo da Exposição, Janeiro de 1983, Lisboa

VÁRIOS

Des Architectures de terre, ou l'avenir d'une tradition millenaire

trad. port.- H. Cardoso; Ed. F.C.G., 1993, Lisboa

VÁRIOS

Histoire Générale des Civilisations

Dir. de Maurice Crouzet; Ed. Presses Universitaires de France,
1967, Paris

VÁRIOS

História de Portugal (4 Vol.)

Dir. de José Hermano Saraiva; Pub. Alfa, 1983, Lisboa

VÁRIOS

Histoire de la Vie Privée (5 Vol.)

Dir. de Philippe Ariès e Georges Duby

trad. port.- A. Homem; Ed. Afrontamento, 1990, Porto

VÁRIOS

*Functional Architecture - the International Style: 1925-1940 **

Ed. Benedikt Tashen, 1990 Dusseldorf

VÁRIOS

*Lisboa de Frederico Ressano Garcia Lamas: 1874-1909 **

Ed. C.M.L./F.C.G., 1989, Lisboa

VÁRIOS

The transition from Feudalism to Capitalism

trad. port.- M. Duarte; Pub. Dom Quixote, 1971, Lisboa

VÁRIOS

World Architecture - an Illustrated History

Ed. Trewin Copplestone, 1963, Londres

VASCONCELOS, António

A Sé de Coimbra

Ed. 1931, Coimbra

VASCONCELOS, José Leite de

Etnografia Portuguesa (4 Vol.)

Ed. INCM, 1988, Lisboa

VENTURI, Robert

Complexity and Contradiction in Architecture

trad. cast.- A. Arechavaleta, Ed. G.G., 1980, Barcelona

VIDAL, Angelina

Lisboa Antiga e Lisboa Moderna - elementos da história da cidade

Ed. Typografia da Gazeta de Lisboa, 1900, Lisboa

VITRUVIUS, Marcus

Les Dix Livres d'Architecture

trad. franc.- C. Perrault, 1673; rev. e corrig.- A. Dalmas, 1986

Ed. Errance, Paris

WADLEY, Nicholas

Michelangelo

Ed. The Hamlyn Publishing Group, 1970, Londres

WIEBENSON, Dora

Architectural Theory and Practice from Alberti to Ledoux

trad. cast.- P. Alvarez; Ed. Herman Blume, 1988, Madrid

WRIGHT, Lawrence

*Clean and Decent: the history of the bath and the loo ***

Ed. Routledge & Kegan, 1980, Londres

WUNDRAM, Manfred; PAPE, Thomas

*Andrea Palladio, architect between the Renaissance and Baroque**

Ed. Tashen, 1992, Colónia

ZERBST, Rainer

*Antoni Gaudi **

Ed. Tashen, 1993, Colónia

ZEVI, Bruno

*Architettura in Nuce **

trad. port.- J. Pedreirinha; Edições 70, 1986, Lisboa

e

Historia dell'Architettura Moderna (2 Vol.)

vers. port.- Ed. Arcádia, 1970, Lisboa

ZURKO, Edward R. de

Origins of Functionalist Theory

trad. cast.- E. Loedel; Editorial Nueva Vision, 1958, Buenos Aires

Siglas:

AAP - Associação dos Arquitectos Portugueses

IPPC - Instituto Português do Património Cultural

CML - Câmara Municipal de Lisboa

BN - Biblioteca Nacional

FCG - Fundação Caloust Gulbenkian

LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil

ICLP - Instituto da Cultura e da Língua Portuguesa

IPPAA - Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

IN(CM) - Imprensa Nacional (Casa da Moeda)

GOE - Gabinete de Estudos Olisiponenses

JNIC(T) - Junta Nacional de Investigação Científica (e Tecnológica)

* - Obra consultada durante a elaboração do trabalho e não citada

** - Obra não consultada, ou parcialmente consultada, mas que se tem como importante para o enquadramento do estudo.